

•pós Revista Brasileira
de Pós-graduação
em Ciências Sociais

Vol. 18 nº 1 (2023)

2023



Revista Brasileira
de Pós-graduação
em Ciências Sociais

Vol. 18 nº 1

Organização

Haydée Caruso (UnB) e Cyntia Cristina de Carvalho e Silva (UnB)

Produção Editorial

Camila Vaz Neto Ferreira Correia (Editora Executiva/PPGAS-UnB)

Fernanda Santos Lima (Editora Executiva/PPGSOL-UnB)

João Roberto dos Reis de Souza (Editor Executivo/PPGELA - UnB)

Maíra Honorato Marques de Santana (Editora Executiva/PPGSOL - UnB)

Maria Eduarda Bonomo Vidal (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

Milena Sasha Santos Batista (Editora Executiva/PPGELA - UnB)

Miguel dos Santos Filho (Editor Executivo/PPGAS-UnB)

Nayra Joseane e Silva Sousa (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

Rodolfo Luiz Costa de Godoi (Editor Chefe/PPGSOL - UnB)

Rosana da Silva Pereira (Editora Executiva/PPGSOL-UnB)

Capa

Raissa Almeida

Diagramação

Miquéas Araujo

Revisão

Isadora Abreu Rodrigues

Editor Chefe

Rodolfo Luiz Costa de Godoi (PPGSOL - UnB)

Conselho Consultivo

Alberto Fidalgo Castro (UCM/Espanha); Amurabi Oliveira (UFPE); Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE); Ana Gretel Echazú Böschemeier (UFRN); Edna Ferreira Alencar (UFPA); Felipe Sotto Maior Cruz Tuxá (UNEB); Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA); Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR); Francirosy Campos Barbosa (USP); Guilherme Silva de Almeida (UFRJ); Gersem Baniwa José dos Santos Luciano (UnB); Hans Carrillo Guach (UFG); Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ); Lidiane Rodrigues (UFSCAR); Ludmila Costhek Abílio (Unicamp); Messias Moreira Basques Junior (Harvard/EUA); Patrícia Alexandra Godinho Gomes (UFBA); Raphael Lana Seabra (UnB); Rosamaria Giatti Carneiro (UnB); Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab/CE).

Pareceristas

Adriano Premebida (UFRGS)
Andréa de Souza Lobo (UnB)
Barby de Bittencourt Martins (UFRO)
Edson Farias (UnB)
Fabiani Figueiredo Caseira (UFRGS/UFMS)
Fabio Costa Peixoto (UERJ)
Fabrício Pereira (UNIRIO)
José Antônio Vieira Pimenta (UnB)
Josimar Priori (IFPR)
Laura Lima (UFF)
Lucas Correia Carvalho (UFF)
Luiz Sales (UFRN)
Maira de Souza Moreira (PUC Rio)
Mariana Corrêa de Azevedo (UFPR)
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares (UVA)
Marília da Silva Lima (UNICAMP)
Marta Rosa Amoroso (USP)
Paulo Stumpf (SEDF)
Rafael Pereira (UnB)
Vinícius Prado Januzzi (IPHAN)

Sumário

Brasília(s): do ideal modernista às suas contradições 5

Dossiê Sociologia Urbana

1. O moderno e a Vila Amaury: a dicotomia do pensamento na construção de Brasília..10

2. “Jovem, playboy e estudante não colam aqui”: a gentrificação na CLN 412/413 (Brasília/DF) enquanto contradições e coexistências.....30

3. Espaço urbano e poesia no Distrito Federal: Pistas para uma investigação sobre as representações da cidade53

4. Reclassificando o DF: naturezas e culturas no plano modernista72

5. Cercamentos sociais e Assepsia urbanística: conceitos para pensar Brasília90

6. A construção de cidades e a poluição ambiental: conexões analíticas entre o Distrito Federal e o Maranhão 110

Artigos

7. As lições antropológicas de Marshall Sahlins e a sociedade havaiana: relativismo e etnocentrismo em debate 127

8. Mulheres na Ciência e ensino remoto: uma experiência das mestrandas em Sociologia da Universidade de Brasília 141

9. Celso Furtado e Darcy Ribeiro em perspectiva comparada: um diagnóstico sobre o subdesenvolvimento 156

Resenhas

10. GRAMSCI, Antonio. Odeio os indiferentes: escritos de 1917. 1a edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020..... 173



11. PÓLVORA, Jacqueline Britto; ANJOS, José Carlos Gomes dos (orgs.). Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 156p. 177

12. BENTO, Berenice. Brasil, ano zero: estado, gênero e violência. Salvador: EDUFBA, 2021. 181

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

Título: *Brasília(s): do ideal modernista às suas contradições*

Organização: Haydée Caruso (UnB)¹ & Cyntia Cristina de Carvalho e Silva (UnB)²

O presente dossiê é fruto do diálogo teórico-metodológico construído a partir da disciplina de Sociologia Urbana, ofertada em 2022 pela professora Haydée Caruso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGSOL da Universidade de Brasília.

A disciplina foi ministrada na alegria da retomada das aulas presenciais, interrompidas em decorrência da pandemia da Covid-19. Assim, o espaço de leituras e de trocas acadêmicas propiciou o diálogo criativo e instigante entre estudantes de diferentes áreas de conhecimento e lugares do Brasil, interessados em *decifrar Brasília*, a partir das contribuições dos estudos socioantropológicos.

A tessitura de textos que compõem este dossiê reflete a diversidade de áreas envolvidas nessa atividade acadêmica que extrapolou as aulas teóricas e empíricas, tanto no Plano Piloto quanto nas Regiões Administrativas que compõem o DF.

Desta forma, estudantes de Sociologia, Antropologia, Educação, Direito, Arquitetura & Urbanismo foram mobilizados a discutir conceitos como *sociabilidades, espacialidades, territorialidades, segregação socioespacial, gentrificação*, entre outros, com o intuito de explorar – por meio dos artigos selecionados, bem como das experimentações de campo realizadas – um conjunto de ferramentas necessárias para compreender Brasília, enquanto ambição política, econômica, social, cultural e simbólica.

Os textos aqui apresentados cotejam, portanto, desde o ideal modernista, como o mito fundador, até as idiossincrasias que forjam cotidianamente as múltiplas Brasília(s) existentes. Refletir sobre os processos sincrônicos e diacrônicos, enquanto chaves de interpretação sociológica, foram igualmente relevantes para acompanhar como ao longo do tempo e do espaço a marca da segregação planejada sempre esteve presente no tecido urbano da Nova Capital. Mesmo assim, ela se reinventa *a partir e para além* do que foi inicialmente proposto.

O “milagre Brasília”, chamado pelo próprio então Presidente Juscelino Kubitschek, à época da sua inauguração, em 21 de abril de 1960, verteu-se no *slogan* criado por ele, “Brasília, a capital da Esperança”, em que “era chegado o momento de estabelecer o

1 Professora Associada do Departamento de Sociologia da UnB, doutora em Antropologia pela UFF e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança – NEVIS/UnB e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – InEAC/UFF. E-mail: haydee@unb.br.

2 Mestra e doutoranda em Sociologia – PPGSOL/UnB e pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – InEAC/UFF. E-mail: cyntiaccs@hotmail.com.

equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônio, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, forçando o ritmo da interiorização”, tomando por empréstimo as expectativas do pensador francês André Malraux³ (KUBITSCHEK, 2019, p. 51).

Envolto por ideias modernistas aliadas aos conceitos de prosperidade, por meio do progresso integrativo do interior do país e do desenvolvimentismo traduzido pelo jargão “*vamos crescer o bolo para depois dividi-lo*”, seu discurso parece querer fundar artificialmente um novo pacto social, em que o passado escravocrata e colonial é deixado de lado em benefício de um suposto progresso, como se todos os(as) brasileiros(as), de fato, estivessem incluídos(as) no ideal proposto.

É relevante pensar que 63 anos depois, as promessas de JK se concretizaram somente em partes. Brasília é a terceira metrópole do país, segundo o Censo de 2022⁴, com 2,9 milhões de habitantes, sendo o terceiro *hub* de transporte aéreo do Brasil⁵, exatamente por sua posição central no continente e sua importância política e econômica. Entretanto, o “progresso harmônico” e linear não ocorreu. As marcas das desigualdades econômicas, sociais, culturais e, sobretudo, raciais estão presentes no cotidiano daqueles(as) que aqui vivem.

Se por um lado há pujança econômica e indicadores de desenvolvimento humano elevados em bairros nobres do Plano Piloto, por outro há o crescimento desordenado das então chamadas *ciudades-satélites*, hoje Regiões Administrativas, que circundam a capital e que passam a existir sem infraestrutura nem planejamento (PAVIANI, 2010).

Ora *autoconstruídas* ora *doadas* pelo governante de ocasião, as cidades do DF nos desafiam a pensar em múltiplas dimensões. Todavia, duas delas nos interessam em particular no conjunto de artigos apresentados. A primeira, ao tratar sobre o processo de urbanização aqui existente, que se materializa cotidianamente no fato de Brasília ser simultaneamente território privilegiado para uns poucos e precariedade para muitos outros (PAVIANI, 2010; BORGES, 2014; PEREIRA, 2023). Em outra dimensão, está o interesse em visualizar melhor essa “trama urbana” (FARIAS & COUTO, 2019), que nos instiga a compreendê-la *a partir e através* “das relações afetivas e simbólicas que diferentes indivíduos e grupos constroem em torno dos incontáveis ‘lugares’” (FARIAS & COUTO, 2019, p. 8) presentes neste espaço, entendido não só como físico, político e social, mas também como afetivo e produtor de saberes, memórias e pertencimentos.

Comparada com as grandes capitais, Brasília enfrenta desafios similares, que se traduzem em territórios racialmente segregados, quando tratamos do acesso à moradia, ao direito à cidade, à infraestrutura adequada, ao meio ambiente e aos bens e serviços

3 BRASIL. Presidente (1956-1961). **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 51.

4 Divulgação dos resultados. **Censo 2022**. IBGE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>. Acesso em 29 abr. 2023.

5 Disponível em: <https://aviacaobrasil.com.br/ranking-de-aeroportos-brasileiros-passageiros/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

públicos. Segundo o Mapa das Desigualdades (INESC, 2023), mais da metade da população se autodeclara preta e parda (57,4%) e está concentrada nas cidades que circundam o Plano Piloto. Interessante notar que das 32 Regiões Administrativas que até o momento constituem o DF, apenas 09 possuem população branca acima de 50%. O último relatório da OCDE aponta Brasília como uma das cidades mais desiguais do mundo⁶.

Por essa razão, investir no debate sobre as contradições que desafiam as diferentes cidades que a cerca foi o fio condutor que motivou os(as) jovens pesquisadores(as) da Universidade de Brasília a produzirem os 06 artigos que compõem esse dossiê. Todos apresentam diferentes ângulos de observação, recortes empíricos e abordagens teóricas diversas para tratar de questões que são candentes no debate contemporâneo sobre as muitas Brasília(s) simultaneamente existentes.

O primeiro artigo, intitulado *“O moderno e a Vila Amauri: a dicotomia do pensamento na construção de Brasília”*, do mestrando em Arquitetura & Urbanismo Átila Rezende, explora o papel do apagamento de determinadas ocupações existentes na fundação de Brasília, como o caso da Vila Amaury (1979-1960), localizada em terras baixas que tempos depois seria represada para se tornar o famoso Lago Paranoá. O autor analisa detidamente as maneiras como o Estado opera esse apagamento de modo a assegurar a imagem de nova Capital “livre” de cortiços, favelas e invasões que porventura tentassem aqui surgir.

O segundo artigo, *“Jovem, playboy e estudante não colam aqui”: a gentrificação na CLN 412/413 (Brasília/DF) enquanto contradições e coexistências*, é construído a partir do trabalho de campo realizado pelos autores Herbert Bachett, doutorando em Sociologia, e Rafael Oliveira, mestrando na mesma área. Mediante as observações em campo e das entrevistas episódicas realizadas, os autores passam a discutir a dinâmica microsocial desta quadra, buscando responder se há ou não um processo de gentrificação naquele contexto espacial, considerando suas distintas temporalidades e espacialidades.

Já em *“Pistas para uma investigação sobre as representações da cidade: Ceilândia e Planaltina em perspectiva”*, a mestranda em Sociologia, Evellyn Caroliny de Jesus, se dedica a refletir sobre as representações destas cidades a partir de experimentação de campo realizada em ambos os contextos, bem como o acesso às poesias produzidas por seus moradores, no intuito de pensar sobre as vivências e os sentimentos suscitados pela vida urbana daqueles que habitam esses territórios. A análise traz a ideia de que a segregação não forma espaços estanques e há porosidades e interpenetrações entre centro e periferia, como indicado nas poesias analisadas. A autora mobiliza o arcabouço conceitual de Raymond Williams, em diálogo com alguns debates da Sociologia Urbana.

6 Relatório publicado em 2018 que classifica as cidades mais segregadas no mundo, assim definidas pela localização de residências conforme a renda per capita. In: OECD (2018). OECD Regions and Cities at a Glance 2018. **OECD Publishing, Paris, out. 2018**. DOI: https://doi.org/10.1787/reg_cit_glance-2018-38-en. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-regions-and-cities-at-a-glance-2018/income-segregation-in-cities_reg_cit_glance-2018-38-en. Acesso em: 10/05/2023

A seguir, João Neuen, mestrando em Antropologia, apresenta o artigo *“Reclassificando o DF: naturezas e culturas no plano modernista”*. Neste texto, o autor aborda duas questões caras às Ciências Sociais: a construção de espaços moralmente desiguais no contexto urbano e a discussão sobre as relações entre natureza e cultura para pensar a configuração sócio-espacial do DF. Nesse exercício de análise, o autor mobiliza o termo “vazio” como uma das categorias centrais para compreender de que modo, por meio de práticas discursivas, essa categoria é acionada para organizar e classificar o espaço urbano, resultando em uma distribuição desigual de naturezas e grupos sociais, de maneira que beneficie as elites.

Por sua vez, o artigo *“Cercamentos sociais e assepsia urbanística: conceitos para pensar Brasília”*, Adriano Valente, mestrando em Sociologia, propõe analisar brevemente as estratégias utilizadas desde a abolição da escravidão no Brasil, que invisibilizavam negros e pobres, utilizando práticas higienistas para afastar essas populações do centro da cidade, por meio de políticas urbanísticas e de ordem pública. O autor argumenta que os conceitos de *cercamentos sociais* e *assepsia urbanística* podem ser de grande valia para pensar a concepção do projeto modernista de construção de Brasília, como mais uma etapa dessa trajetória histórica que marca as cidades brasileiras e suas desigualdades.

O último trabalho deste dossiê é da doutoranda em Sociologia Ana Kely de Lima Nobre, que em seu artigo *“A construção de cidades e a poluição ambiental: conexões analíticas entre o Distrito Federal e o Maranhão”* dedica-se a explorar dois estudos de caso realizados no âmbito do PPGSOL – UnB, a fim de demonstrar as formas de entendimento das populações em questão sobre os riscos decorrentes das atividades de mineração, suas práticas para lidar com a poluição no cotidiano, ou mesmo criar dispositivos para solucionar o problema em questão. Assim, a autora analisa o problema da poluição do ar decorrente da produção de cimento na Região Administrativa Fercal, uma das cidades mais pobres do DF, e o da contaminação por ferro gusa no bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia – MA. A análise empreendida toma como ponto de vista os moradores afetados, indicando tanto os riscos sensoriais da atividade quanto os riscos que já foram reconhecidos como maléficos à saúde. A partir daí, Ana Kely compara a organização dos habitantes locais em busca de seus direitos.

Assim, entendemos que Brasília, em suas múltiplas versões, nos convoca a empreender novas pesquisas e novas interpretações sociológicas. O presente dossiê é parte desse esforço e da nossa breve contribuição a partir da colaboração valorosa dos(as) jovens pesquisadores(as) que tornaram essa publicação possível. Boa leitura!

Referências

BRASIL. Presidente (1956-1961). **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 51.

BORGES, Antonadia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Ed. Relume Dumará, 2003.

Divulgação dos resultados. **Censo 2022**. IBGE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>. Acesso em 29 abr. 2023.

FARIAS, Edson Silva de; COUTO, Bruno Gontyjo do (org.). **Memórias e Identidades da MetrÓpole: cartografando espaços de significações no Distrito Federal**. Paco Editorial, 2019.

OECD (2018). **OECD Regions and Cities at a Glance 2018**. OECD Publishing, Paris, out. 2018. DOI: https://doi.org/10.1787/reg_cit_glance-2018-38-en. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-regions-and-cities-at-a-glance-2018/income-segregation-in-cities_reg_cit_glance-2018-38-en. Acesso em: 10/05/2023

PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora UnB, 2010.

PEREIRA, Natália. **A produção da cidade do Sol Nascente/Pôr-do-Sol/DF: entre o tempo da autoconstrução e o tempo do planejamento urbano**. 2023. Tese (doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2023.

Ranking de Aeroportos Brasileiros – Passageiros Embarcados. **Porta Aviação Brasil**, 25 mat. 2023. Disponível em: <https://aviacaobrasil.com.br/ranking-de-aeroportos-brasileiros-passageiros/>. Acesso em: 15/05/2023

RIBEIRO, Cristiane da Silva; MORONI, José Antônio; BEGHIN, Nathalie *et al.* **Mapa das desigualdades 2022**. Brasília: INESC, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mapa-das-desigualdades_Versao-digital.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.



SILVA, Cyntia Cristina de Carvalho e; CARUSO, Haydée. A prostituição feminina na avenida W3 norte em Brasília: contribuições a partir do conceito foucaultiano de dispositivo. **(SYN) THESIS**, v. 12, p. 52-67, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/58546>. Acesso em: 18/05/2023

O moderno e a Vila Amaury: a dicotomia do pensamento na construção de Brasília

The modern and Vila Amaury: the dichotomy of thought in the construction of Brasilia

Lo moderno y Vila Amaury: la dicotomía del pensamiento em la construcción de Brasilia

Átila Rezende Fialho¹
Orcid: 0000-0003-2002-2621

Carolina Pescatori Candido da Silva²
Orcid: 0000-0002-4361-2598

Resumo

O presente artigo tem como objetivo expor e compreender o papel do apagamento de determinadas ocupações, tendo como enfoque a Vila Amaury (1959-1960), frente à tentativa de construção de uma imagem da nova capital do país, Brasília. O caso dessa vila em específico chama a atenção devido à maneira peculiar que o Estado operou em seu apagamento, localizando-a em terras baixas onde seria represado o Lago Paranoá, deflagrando uma temporalidade intencional e prescrita. Se por um lado houve uma permissividade para que a população pobre do Distrito Federal ocupasse uma região próxima do Congresso Nacional, por outro essa permissão cumpria o objetivo, também, de reunir em um só local diversas pequenas favelas espalhadas pelo território. A esse estágio da pesquisa, procuramos analisar esse caso com base em relatos orais presentes nos trabalhos de Ivany Neiva Câmara (2017) e no documentário de Vladimir Carvalho e Eugene Feldman, "Brasília segundo Feldman", de 1979, além de fontes secundárias a respeito do tema. Em um segundo momento, partiremos das teses críticas com relação às teorias de modernização e como essas podem ter contribuído não somente para a construção de uma representação específica para a nova capital, por meio da influência no campo da Arquitetura, Urbanismo e das Ciências Sociais, bem como para a exclusão e a aversão às soluções socioespaciais das populações pobres urbanas, como favelas, cortiços e, termo bastante cunhado no caso do Distrito Federal, "invasões".

Palavras-chave: Vila Amaury; Brasília; modernização; NOVACAP, segregação.

Abstract

The present article has the goal to expose and comprehend the role that vanishing certain occupations played, focusing in Vila Amaury (1959-1960), compared to the attempt of building an image of the new capital of Brazil, Brasilia. The case of this settlement specifically calls attention due to the peculiar manner in which the State operated its erasure, locating it on low lands where the Paranoá lake would take place, triggering a prescribed and intentional lapse of time. If, on the one hand it had some permission for

1 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU – UnB) na área de concentração de Teoria, História e Crítica. Graduado pela mesma faculdade, participou de PIBIC (Programa de Iniciação Científica) e de congressos como IX CBDU (Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico), em 2017, e XVIII ENANPUR, em 2019.

2 Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) como orientadora de mestrado e doutorado. Doutora pelo PPG-FAU/UnB em Teoria e História da Cidade e do Urbanismo, com tese sobre a atuação de empresas urbanizadoras e o processo de dispersão urbana; menção honrosa no I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado - ANPUR (2017).

the poorer population of the Federal District to dwell nearby the National Congress, on the other hand this permission fulfilled the goal of gathering in just one place numerous and small “favelas” once sprawled all around the territory. At this point of this research, we sought to analyze this case based in oral reports presented by Ivany Câmara Neiva (2017) and in the documentary of Vladimir Carvalho and Eugene Feldman, “Brasília according to Feldman”, from 1979, besides secondary sources in respect to the subject. In a second moment, we will depart from critical analysis in relation to the modernization theories and how these could have contributed not only for the construction of a specific representation for the new capital, by means of influencing on the field of architecture, urbanism and social sciences, but also for the exclusion and aversion of socio-spatial appropriations of poorer urban populations, such as favelas, slums and, a very used term in the case of Distrito Federal, “invasions”.

Palavras-chave: Vila Amaury; Brasília; modernization; NOVACAP, segregation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo exponer y comprender el papel del borrado de ciertas ocupaciones, centrándose en Vila Amaury, frente al intento de construir una imagen de la nueva capital del país, Brasília. El caso de este pueblo en particular llama la atención por la forma peculiar en que el Estado operó en su borrado, ubicándolo en las tierras bajas donde se represaría el lago Paranoá, desencadenando una temporalidad intencional y prescrita. Si por un lado había permiso para que la población pobre del Distrito Federal ocupara un área cercana al Congreso Nacional, por otro lado, este permiso también cumplía el objetivo de reunir en un mismo lugar a varias pequeñas favelas repartidas por todo el territorio. En esta etapa de la investigación, buscamos analizar este caso a partir de relatos orales presentes en los trabajos de Ivany Neiva Câmara (2017) y en el documental de Vladimir Carvalho y Eugene Feldman, “Brasília según Feldman”, de 1979, en además de fuentes secundarias al respecto del tema. En un segundo momento, partiremos de tesis críticas sobre las teorías de la modernización y cómo estas pueden haber contribuido no sólo a la construcción de una representación específica para la nueva capital, a través de su influencia en el campo de la arquitectura, el urbanismo y las ciencias sociales, sino también a la exclusión y aversión a las soluciones socioespaciales de las poblaciones urbanas pobres, a ejemplo de los barrios marginales, las vencidades y, término con frecuencia usado en el caso del Distrito Federal, las “invasiones”.

Palabras-clave: Vila Amaury; Brasília; modernización; NOVACAP, segregación.

1. Introdução

O ponto que instigou o presente estudo parte da extrema desproporção em que certas memórias, que também dizem respeito à história de Brasília, guardam com relação à construção de uma imagem bastante comum da cidade enquanto símbolo de modernidade. Brasília foi e é objeto de disputa simbólica e política ao longo de sua história: porém, aqui focaremos no seu período de construção. Em contraposição a esse imaginário dominante da capital, tivemos uma vila operária que

intencionalmente foi localizada dentro das margens do que viria a ser a área do Lago Paranoá, como estratégia para delimitar o seu tempo de existência: a Vila Amaury.

A Vila Amaury fez parte de mais uma ocupação informal formada por operários da construção civil, trabalhadores que fizeram parte da massa da população brasileira disposta a migrar para conseguir prover sua subsistência e que, viram em Brasília, uma oportunidade para tal. O Censo Experimental (CCN, 1959) demonstra a tamanha convergência nesses primeiros anos da construção:

se em 1956 a região possuía uma população estimada em 6 mil pessoas, em 1959, a menos de um ano de sua inauguração, a população se multiplicou por mais de dez, e chegou a 64 mil. Essa situação teve como consequência um *déficit* com relação à absorção dessa massa de migrantes pelo mercado da capital que estava sendo construída, assim como a falta de provisão de condições mínimas de habitação.

A população pobre que em Brasília não encontrou uma condição de habitação adequada, construiu dentro de suas próprias possibilidades essas condições. Como resultado, foi possível ver a formação de diversos núcleos de pequenas favelas, vilas ou “invasões” para solucionar esse problema – o que, dentro da lógica daqueles que dominavam a disputa pela construção simbólica da imagem de Brasília, era inimaginável. A Vila Amaury desempenhou uma função, para a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), de reunir em um só local a população de trabalhadores que antes habitavam essas ocupações informais como forma de melhor controle e, também, por um lado, para garantir a expulsão dessa população da paisagem da cidade moderna.

Após um primeiro momento de apresentação da problemática da Vila Amaury, com base em relatos orais disponibilizados por Ivany Câmara Neiva (2017) e Vladimir Carvalho e Eugene Feldman (1979), analisaremos criticamente as teorias da modernização, que aqui compreendemos como ideológicas na medida em que mascaram a realidade que coloca certos povos ou nações na condição do que se entende como sub-

desenvolvidas ou desenvolvidas. Para tal, Oliven (1984) e Tipps (1973) vão ser as principais referências, ainda que, nessa seção, utilizaremos muitos outros referenciais teóricos. Em especial, investigaremos a categoria que Tipps classifica como “teorias dicotômicas”, que enxergam a modernização como um processo linear, universal e a-histórico, bem como a influência destes nos campos da Arquitetura, do Urbanismo e da Sociologia Urbana.

Na última seção, ligaremos os pontos levantados com relação à noção de desenvolvimento linear das sociedades presente nos discursos de modernização, com os estudos de Valladares (2005) a respeito da representação social da favela. A mesma lógica dicotômica que permeia as teorias de modernização, colocando em polos opostos o tradicional e o moderno, também persistem ao longo da história nos discursos que contribuem para a construção da representação social da favela. Perceberemos como essa lógica permanece mesmo em discursos oficiais durante a construção de Brasília.

Portanto, objetivamos, por meio desse estudo, construir um possível caminho para compreender o papel do apagamento de determinadas ocupações, tendo como enfoque a Vila Amaury, frente à tentativa de construção de uma imagem da então nova capital do país, Brasília. De forma secundária, porém relevante, também procuramos dar mais visibilidade acadêmica a uma ocupação que resistiu durante os anos de construção da capital federal às violências de Estado, e que deve permanecer na memória, não somente com uma áurea mitológica, mas como uma

ocupação real, habitada por pessoas de carne e osso e construída na base dos restos que a cidade modernista rejeitou.

2. Segregação planejada e a Vila Amaury

A Brasília de 1959, ano em que a vila Amaury foi reconhecida pela Novacap, se tratava de um gigantesco e complexo de canteiro de obras. São muitos autores que veem dessa forma (RIBEIRO, 1991; QUINTO e IWAKAMI, 1991; SIMÕES e ALVIM, 2015), em consonância com o que apontavam os dados do censo de 1959: das cerca de 35 mil pessoas economicamente ativas, quase 20 mil eram da indústria da construção³. Isso é tão marcante que alguns autores, a exemplo de Ribeiro (1991), observam esse fenômeno a partir da lente de estudos da imobilização da força de trabalho, subcampo dos estudos sobre processos migratórios. De forma sintética, trata-se de um processo que é fruto de um sistema produtivo inclinado a se expandir e que, para tal, necessita do recrutamento e da submissão de populações humanas que lhe produzam e forneçam excedentes.

Uma solução comum para os trabalhadores desses projetos, entretanto, é a construção de um complexo com a área propriamente industrial e a vila operária, consequência dos subsídios habitacionais que o capitalista necessita entregar minimamente e que em muitos casos, no decorrer do tempo, transbordam a sua atividade formando uma pequena rede interna de atividades um tanto mais complexa. Consequência disso, pode-

mos citar, é a formação de uma rede de núcleos urbanos ao longo dessa expansão (idem). Projetos dirigidos pelo Estado e de envergadura nacional, como a construção da nova capital, centro político de um país das dimensões do Brasil, podem dar grande magnitude a esse processo.

A evolução populacional da capital em seus primeiros anos de construção demonstra de forma marcante a robustez do projeto: segundo o Censo Experimental de Brasília (CNN, 1959), a cidade detinha a marca estimada de 6 mil habitantes em 1956, enquanto em 1959, três anos depois, já contávamos com 64 mil habitantes. Marca também impressionante, mas presumível devido ao caráter de um canteiro de obras, era a predominância do gênero masculino, que era o dobro daquelas pessoas que se identificavam como mulheres. Esses dados refletem, sobretudo, também, a grande publicidade na qual o governo colocou esforços com o objetivo de recrutar a massa de trabalhadores disponíveis para migração, resultado da grande preocupação com relação ao prazo de inauguração da obra (SIMÕES E ALVIM, 2015).

No caso de Brasília, o que ocorreu como consequência dessa evolução foi a formação de maneira generalizada, em meio aos canteiros, de vilas operárias que transbordaram a esse funcionamento previsto, em que os próprios documentos oficiais chamam de “pequenas favelas”. A Vila Amaury surge, assim, como um local que reuniria todas essas pequenas favelas, próxima à Praça dos Três Poderes e do sítio que viria a ser a Vila Planalto, que

3 Em documento coletado no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), intitulado “Plano de Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites”, datado de 1959, se explicita o objetivo da localização da Vila Amaury como forma de “resolver o problema criado pela proliferação de pequenas favelas” ao longo de várias regiões do DF.

até então se encontravam típicos alojamentos de empreiteiras. É notável o forte vínculo que esses acampamentos de empreiteiras e a Vila Amaury possuíam, relação bastante visível nos relatos orais.

Entretanto, para que não se confunda a natureza de ambas ocupações, é necessário fazer uma diferenciação. Nos acampamentos planejados pelas construtoras, existia um alto controle da força de trabalho, que ia para além das circunstâncias do seu regime. A organização espacial desses locais consistia não somente no espaço de dormir ou habitar, mas uma série de equipamentos que visavam abarcar todas as dimensões possíveis da vida social dos operários: cinemas, campos de futebol e cantina – com o intuito de regular o horário das refeições, enfim, “equipamentos ligados à reprodução da vida” (RIBEIRO, 1991, p. 31). Além disso, ficava evidente o reflexo do sistema de produção e de hierarquia típicos da construção civil, além de se dar primazia para acomodação de trabalhadores solteiros. Não é por acaso que o autor compara os aspectos desse sistema com aqueles que se definem como instituições totais.

A despeito desse controle, surgiam outras vilas que, inclusive, dentro das brechas e fissuras, serviam para complementar a vida dos trabalhadores desses acampamentos planejados. “Toninho”, convivente da Vila Amaury, em seu relato, por exemplo, conta a respeito da mãe, que montou uma cantina em

frente ao canteiro de obras, vivência parecida de interlocutores como Soberana e Andrade Junior (NEIVA, 2017). Por meio de suas falas, percebemos que na realidade a existência desses acampamentos, mesmo com todo o seu complexo, ainda contribuía para que a população das vilas, como a Amaury, tivesse mais formas de gerar renda, prestando serviços para os trabalhadores da construção civil.

A Vila Amaury foi então essa ocupação, com uma localidade pré-determinada pela Novacap, próxima a alguns acampamentos de construtoras e da praça dos Três Poderes, assim como – o dado mais peculiar – dentro do perímetro do que viria a ser o Lago Paranoá. Importante dizer que essa não era uma informação ocultada entre os dirigentes do projeto, ao menos, ou desses para com as cúpulas de poder político⁴. Se sabia que aquela ocupação estaria inundada pelas águas do lago em pouco tempo, e foi exatamente essa a estratégia adotada para que aquela população de cerca de 15 mil pessoas deixasse a paisagem da cidade moderna e que de lá fosse para alguma cidade “satélite”⁵.

Com relação à sua morfologia espacial, a Vila possuía características dos assentamentos informais, que crescem paulatinamente por meio da ação dos indivíduos que, sem recursos e sem outra opção, recorrem à autoconstrução, nesse caso com uma materialidade bastante precária. A esse respeito, é interessante observar, por meio dos

4 Conforme nos relata Ribeiro (2008), esse aspecto não era escondido, nem mesmo por Israel Pinheiro, então presidente da Novacap, que discursa em pleno Congresso Nacional, respondendo às críticas dirigidas a ele e à empreitada da nova capital, afirmando a intencional temporalidade curta da ocupação, assim como a intencional remoção dos trabalhadores do local para outras cidades satélites.

5 Entre moradores do Distrito Federal, hoje, um termo considerado pejorativo, porém era usado nos documentos oficiais. Ver nota explicativa nº 1. No mesmo “Plano de Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites” também é exposto que a Vila era formada por 4 mil famílias, ou seja, entre 15 e 20 mil pessoas.

relatos, que o aspecto de uma cidade voltada para a obra civil se impôs na materialidade do próprio assentamento: os não cidadãos da nova capital ficavam à mercê dos restos de materiais que sobravam da construção da cidade monumento. Dessa forma, os interlocutores de Neiva ressaltam que a maioria das construções era de madeira. Soberana, uma dessas interlocutoras, por sua vez, especifica outros manejos de material, técnicas que se repetiam em diversas outras vilas candangas, como tambores de óleo, latas e revistas.

Essas mesmas técnicas eram replicadas em barracos ou nos comércios próximos das construtoras, para além da Vila. Toninho, outro interlocutor de Neiva, fala a respeito, por exemplo, da cantina que sua mãe montou próxima a um desses canteiros, no local da quadra 507 Sul: “a cantina era feita com sacos de cimento vazios; não tinha madeira; eram só as telhas de chapa de asfalto, de papelão e os sacos de cimento vazios, dobrados como escama de peixe” (NEIVA, 2017, p. 82). Sacos de cimento foram bastante popularizados como um material utilizado nas pequenas favelas e vilas do início de Brasília, devido à sua resistência mecânica e propriedade hidrofóbica, fato registrado em diversas coleções iconográficas⁶.

Em “Brasília segundo Feldman” (BRASÍLIA, 1979), um outro relato conta um caso curioso a respeito do uso desse material, que também revela um pouco da áurea construída ao redor de Brasília como local de oportunidades e fonte de renda:

um cearense, trabalhando na construção de Brasília, então resolve escrever uma carta para o Ceará, comunicando os pais como é que estava em Brasília e tudo. Então ele escreve: {meu pai aqui estou em Brasília, trabalhando e ganhando bem. Estou satisfeito aqui com as condições de trabalho. Fiz um barraco de duzentos sacos de cimento}. O pai recebe a carta no Ceará e então disse {Meu filho tá rico. Fez um barraco de duzentos sacos de cimento}. E se deslocou então do Ceará e veio cá. Quando chegou, ele estava na favela do IAPI [...]. Tinha realmente duzentos sacos de cimento, mas era a cobertura do barraco do rapaz. Sacos vazios, e não saco de cimento que tivesse levantado a obra. Aí o velho teve uma tristeza, uma decepção, pensando que o filho estava rico. (BRASÍLIA, 1979, 8:28-9:19)

Analisando a partir de uma escala maior, no que concerne à conformação urbana da Vila Amaury, esta se deu de maneira mais espontânea e orgânica, por assim dizer, longe dos rígidos controles dos acampamentos que citamos, e mais distante ainda dos preceitos modernistas. Além dos relatos de seus conviventes, também é possível encontrar testemunhos da configuração da Vila ainda na sua atualidade.

O mergulhador José Ricardo da Silva corrobora com os outros testemunhos quando afirma que a disposição aparentava ter uma mancha um tanto longitudinal: “as

6 O próprio Marcel Gautherot foi autor de vários registros assim, em especial da Sacolândia. Seus registros são de propriedade intelectual do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

casas, possivelmente seguiam as margens do Rio Paranoá. Era estreita e comprida, deveria ter 60 metros de largura, por um quilômetro de comprimento” (NEIVA, 2017, p. 35). Segundo outros interlocutores, havia uma avenida central na qual se encontrava boa parte dos comércios, que alguns chegam a compará-la com a avenida central da cidade do Paranoá dos dias de hoje, tamanha a diversidade de vendas e lazer, sendo as casas localizadas em áreas mais internas. Essa constituição da Vila era tolerada, porque havia a certeza da sua temporalidade, prescrita desde o início (DEL’ISOLA E BOIANOVSKY, 2013).

Outro aspecto importante da Vila Amaury foi a costura política que contribuiu para a sua existência, com o próprio nome da Vila carregando essa marca. Amaury Almeida era um político que fazia parte do quadro da Novacap, e como tal, mediou as relações entre aquela população que era removida das pequenas favelas e a companhia. Dessa forma, a constituição da Vila Amaury foi permitida e mesmo aventada por atender um duplo interesse: por parte da Novacap, era desejado reunir aquela população pobre antes espalhada em diversas localidades pelo território em um só lugar, em prol de maior controle e disciplina; para Amaury, pessoalmente, se tratava de um palanque político, uma forma de capitanear aquela população em proveito das suas aspirações como deputado estadual pelo PTB (DEL’ISOLA E BOIANOVSKY, 2013; RIBEIRO, 2008).

A figura de Amaury de Almeida se fez tão presente que foi um dos dirigentes de uma associação criada na época mais pró-

xima de quando a Vila seria inundada pelo fechamento das comportas do lago. Assim, a Associação Beneficente da Vila Amaury (Holston, 1993, p. 164) fundamentalmente trabalhou não no sentido da permanência no local, mas no sentido de permanecer no Distrito Federal, e para tal se organizou coletivamente a fim de pleitear seu novo lugar na cidade de Sobradinho, já que em Taguatinga, primeira cidade inaugurada em decorrência da construção da nova capital, já não havia mais disponibilidade suficiente. Holston (HOLSTON, 1993, p. 164) chega a afirmar que, na realidade, foi em decorrência desse pleito que Sobradinho se concretizou.

No que diz respeito à inundação da Vila Amaury, os relatos diferem bastante em relação ao grau em que a população se encontrava inteirada. Em alguns deles, os entrevistados chegam a dizer que as famílias que não saíram ou não resgataram seus pertences a tempo, o fizeram por uma questão de devaneio ou negligência individual, enquanto em outros é afirmado categoricamente que a população nunca havia sido avisada que a Vila se localizava no lago, ou ao menos que existiria um lago ali (NEIVA, 2017). Conforme é relatado em “Brasília segundo Feldman”, após o fechamento das comportas do Lago Paranoá, à medida que a água subia, foram organizadas comissões para fazer interlocução com Israel Pinheiro, então diretor da Novacap, porém, sem sucesso (BRASÍLIA, 1979).

Nesse ponto, é necessário que nos coloquemos o mais próximo da dimensão de tempo e espaço desses interlocutores. Primeiramente, temos que lembrar que a ocu-

pação chegou a ter uma população próxima de 15 mil habitantes, e que esses habitantes vieram de diversas outras pequenas favelas espalhadas pelo território. Não vieram todos de uma vez, e mesmo assim, todos vieram em um prazo mais ou menos de um ano, já que essa foi a duração relativa da ocupação. Não seria demais supor que alguns não tenham chegado a tempo de serem contemplados com algum tipo de ação informando a previsibilidade. Ademais, ainda temos que considerar que existia alguma dúvida mesmo em círculos mais próximos de Juscelino quanto à viabilidade do lago⁷. Estamos falando, aqui, de uma ocupação informal de 1959 a 1960, com 15 mil pessoas.

As vilas, no geral, incluindo a Vila Amaury, sobram principalmente para aqueles que traziam suas famílias dos seus locais de origem ou que constituíam família depois que chegavam, já que nos acampamentos das construtoras, em linha geral, não era permitido homens casados (NEIVA, 2017; RIBEIRO, 1991). De acordo com os conviventes entrevistados por Neiva, a Vila Amaury era repleta de crianças – em decorrência de ter muitas famílias – e tinha uma pulsante atmosfera de lazer. Muitos relatos se cruzam nesse ponto, o que tornava a Vila Amaury um local com características bem dissonantes de um aspecto mais global de Brasília e, principalmente, dos acampamentos. Maior parte dos sujeitos desses testemunhos, à época, eram crianças ou adolescentes e recordam, com uma certa nostalgia, desse

ambiente – quando já não tinham que trabalhar desde muito novos.

A apropriação do espaço pela população era evidente, contrastando fortemente com os aspectos dos acampamentos planejados pelas construtoras, que vimos atrás. Enquanto nesse último existia um rígido controle espacial formal, assim como uma rígida divisão hierárquica e de composição familiar, a Vila é relatada sempre como um espaço de grande comunhão, interação social no espaço público, nas ruas, e, com certo desprezo, até mesmo pela proteção da propriedade privada por cercas e muros. A setorização, tão característica da cidade moderna, era completamente inexistente. Conta que os comércios eram simples, mas com uma alta variedade, sendo fácil achar maior parte dos produtos que se demandava, além de que possuía muitos bares e forrós como opções de lazer.

Por fim, cabe reforçar que a história da Vila Amaury possui laços de continuidade com a fundação de Sobradinho, demarcando a trajetória migratória que os trabalhadores, nessa primeira fase de existência da cidade, foram forçados a ter internamente. Sobradinho foi a segunda cidade satélite e já era citada em fins de 1959 como a alternativa mais viável para essa população, onde deveriam ser destinados 3.700 lotes para as famílias da Vila. No mesmo relatório, também se estimava que uma parcela fosse para Taguatinga, primeira cidade satélite, fundada em 1958, a cerca de 25 km do centro do Plano Piloto, onde deveriam

7 Dentre as figuras que duvidaram que o lago atingiria a sua cota, destaca-se o colunista Gustavo Coração, de O Globo. 8 meses depois da barragem ser fechada, assim que o lago atingiu a marca que se havia pretendido, Juscelino Kubistchek envia um telegrama somente com a seguinte mensagem: “Encheu, viu?”. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ter 400 lotes destinados para esse fim. Foi remetida uma série de solicitações internas dentro da própria Novacap com vias de melhor receber essas famílias em ambas as cidades satélites, especificando equipamentos e projetos de urbanização, assim como demarcação de lotes e outros serviços para receber essa população.

3. A lógica dicotômica da modernização e sua contribuição para a construção de um imaginário

Entre os discursos que corroboram para a construção do imaginário de Brasília, se faz bastante presente a defesa da ideia de modernização. Esses discursos influenciam não somente por via direta, como por dentro dos próprios campos de conhecimento que erguem as bases desse imaginário, tais como a Arquitetura, o Urbanismo e os estudos sociais urbanos.

A esse respeito, Tipps (1973) desenvolve um arcabouço crítico acerca das mais diversas abordagens frente à noção da modernização. Indo pelo caminho das elaborações científicas e acadêmicas, o autor divide em duas categorias, dentro do universo das diferentes conceituações a esse respeito. Em uma delas, que ele nomeia de “teorias dicotômicas da modernização” (TIPPS, 1973, p. 206), a crítica recai no caráter etnocêntrico presente em tais formulações, que recriam a abordagem evolucionista das Ciências Sociais trocando termos que então já estavam claramente defasados por outros que poderiam ser lidos de maneira menos

problemática, “falando de ‘modernidade’ ao invés de ‘civilização’, ‘tradição’ ao invés de ‘barbárie’” – uma ação meramente cosmética (TIPPS, 1973, p. 206).

Esses estudos são chamados de dicotômicos pelo autor, pois se baseiam em um modelo de comparação ideal-representativo, em que quanto mais um determinado grupo, nação ou sociedade se afasta ou se aproxima daquele modelo, que representa uma série de padrões de costumes e valores, maior a sua aproximação com as ideias de “tradicional” ou “moderno”. Dessa forma, essa visão, além de adotar uma postura linear e a-histórica, tendo em vista a multiplicidade de descaminhos, estabilidades, transformações ou estagnações que as sociedades encontram ao longo do tempo, também parte de um arquétipo que carrega essencialmente valores ocidentais, em especial aqueles da Inglaterra e Estados Unidos (TIPPS, 1973, p. 206).

Nesse período, junto com a profusão das teorias da modernização, também cresce o interesse em se pesquisar os países do continente africano, asiático e da região da América Latina, tendo em vista que esses entram em um novo campo de disputa entre os expoentes geopolíticos. Do ponto de vista dos pesquisadores, esse entendimento os deixava em uma posição confortável, uma vez que poderiam balizar os dados coletados em uma régua cuja unidade de medida se encontrava intimamente ligada à sua vivência própria, a partir do seu lugar social, suas crenças, valores e construções. A crença nas benesses da sociedade estadunidense também é subsidiária desses estudos, conforme apontado por Tipps, uma vez que se

encara com certa benevolência as críticas a essa mesma sociedade.

É importante falar que essas visões que contribuíram na construção do que, da metade do século XX até hoje, é entendido como modernização, também carregavam um grande peso de inexorabilidade, enxergando como causa desse desenvolvimento uma fonte imanente comum. Em suma, veem a mudança social com um direcionamento *a priori* (TIPPS, 1973, p. 206). Oliven (1984) corrobora com essa crítica e vai além, discorrendo que, em alguns casos, tais elaborações chegavam ao ponto de atribuir caracteres culturais como fonte causal, em última análise, do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento de um determinado povo. Essa maneira de entender a condição das sociedades não ocidentais demonstra não somente um mascaramento das reais causas dessas condições, já que ignora o intercâmbio desigual ou exploratório que acontece na dimensão social e econômica entre as nações, como por diversas vezes naturaliza o lugar do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ou “atraso” e “modernização”, dessas mesmas nações (OLIVEN, 1984; TIPPS, 1973).

Essa percepção de modernidade contaminou o próprio direcionamento intelectual da arquitetura, que passou a ser fortemente influenciada por meio de um intercâmbio internacional de ideias, por essas noções. Podemos começar pelo nicho do Urbanismo, cujos componentes passaram a identificar e a elaborar fundamentos para as cidades com base em caracteres universais, principalmente a partir da Carta de Atenas, elaborada

a partir do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em 1933. A Arquitetura e o Urbanismo passaram por um processo duradouro de legitimação enquanto prática em intervir no espaço urbano, formando um “campo arquitetônico brasileiro” dentro do qual ocorrem “lutas simbólicas em que a cultura como espaço de competição estética com autonomia em relação a outros ‘campos’ (...) consolida-se enquanto prática social” (NUNES, 2004, p. 39).

Nunes (NUNES, 2004, p. 40) destaca uma forte característica das cidades se expandirem de maneira relativamente voluntária. Essa construção cotidiana a uma primeira vista pode ser entendida como caótica, já que se caracteriza, por um lado, pela ação sem nexos de indivíduos, mas que, se enxergadas de outro ângulo, mais coletivo, percebemos uma coerência maior fruto do improvisado. Existe uma certa lógica pautada nas relações sociais que faz do espaço da cidade um elemento em constante transformação.

A prática do planejamento urbano propõe uma intervenção racional nessa reprodução do espaço urbano, outorgando “ao espaço físico um papel importante na construção e na reprodução das relações sociais”, e interferindo na “dialética secular que liga o homem ao seu ambiente de vida” (NUNES, 2004, p. 42). Em um primeiro momento, compreende-se essa interferência com forte analogia às Ciências Biológicas, tratando dos problemas da cidade como doenças que devem ser tratadas no corpo humano (NUNES, 2004, p. 42). Não por acaso, acontece no final do século XIX, na Europa, a difusão do “urbanismo sanitário”

rista”, tendo como um dos exemplos mais palpáveis o plano de Cerdá em Barcelona. O Brasil não passaria ileso por essa tendência, e temos dois exemplos bem estudados: as obras de Pereira Passos, entre 1903 e 1906, cunhadas como planos de embelezamento; e o plano Agache, em 1928, ambas no Rio de Janeiro – a capital federal, à época.

Existiu um grupo, também de arquitetos modernos, entretanto, que entendia a cidade em uma acepção mais voltada a ideia de progresso tecnológico. Le Corbusier encabeçava esse movimento que viria a coroar a atual compreensão do urbanismo e da arquitetura moderna a respeito da cidade, dessa vez sendo vista mais como metáfora de uma máquina, ao invés de um corpo biológico. O papel do urbanista é visto de maneira primordialmente funcional, deixando em segundo plano a dimensão estética, e as funções da cidade são organizadas em quatro: habitar, trabalhar, circular e se divertir (NUNES, 2004, p. 42). É notável, mais uma vez, a tentativa de universalização, mesmo que nesse nível conceitual, do que se compreendia por cidade.

A busca por uma estrita funcionalidade passa a balizar a maior parte das práticas no planejamento urbano. Apesar das diferenças ressaltadas anteriormente, as duas concepções de interferência no espaço urbano, tanto a de Agache quanto a de Corbusier, mais se aproximam do que se distanciam: ambas têm a tendência de universalizar os problemas urbanos, ou o que se entende por cidade, pouco considerando o histórico-cultural específico. A esse respeito, Nunes (2004, p. 42) aponta que tanto Corbusier

não se coloca como autor da Carta de Atenas quanto Agache retira o nome da cidade do Rio de Janeiro quando apresenta o primeiro relatório do seu projeto na França, o que mostra um certo esvaziamento de origem das propostas que ali encaminhavam: “em ambos os casos, pode-se perceber que está em jogo concepções estéticas, culturais e simbólicas que devem ser apreendidas como universais e que não devem [...] ser identificadas com uma cultura ou um autor específico” (NUNES, 2004, p. 51).

Além disso, ambas enxergam no espaço urbano o mesmo “caos” pela sua tendência de expansão e construção paulatina, como dissemos, à primeira vista desordenada, mas pautada em uma certa coerência de seus agentes sociais: abominam a ideia de a cidade ser um fenômeno vivo. Esse entendimento, por parte dos urbanistas, que é difundido mundialmente, corrobora simbolicamente com diversas políticas de violência apregoadas contra as populações pobres urbanas no Brasil, conforme veremos mais a frente, já que sua forma de ocupar o território é colocada nesse campo do “caótico” – ou qualquer coisa que faça oposição ao moderno. Essa posição é encontrada facilmente na própria Carta de Atenas, em sua oitava proposição: “o caos entrou nas cidades” (CORBUSIER, 1993, p. 22)

Todos esses preceitos encontram reflexo nos projetos do Plano Piloto, haja vista as suas divisões setoriais, de funções e a primazia da circulação baseada no automóvel. No caso do Lúcio Costa, isso fica ainda mais claro com a divisão por “escalas”, a bucólica, a monumental, a residencial e a

gregária, que seriam quase uma outra forma de ler as quatro funções essenciais básicas de Corbusier (IPHAN, 2023).

Também é importante pontuar que Brasília era a melhor oportunidade, segundo essa visão, dado o seu contexto, para uma experiência de cidade que carregasse esses preceitos universais: uma nova capital, construída em um território com quase nenhuma ocupação urbana, cuja população seria formada maciçamente pela migração. Brasília poderia ser vista, e na verdade até hoje é dentro de alguns círculos, como uma cidade sem história precedente. É como se uma nova sociedade, ou nação, estivesse sendo fundada ao mesmo tempo que a cidade o é.

Os estudos sociais a respeito da cidade também se apegam a alguns conceitos que, de certa forma, trazem em si compreensões similares ao que apresentamos anteriormente. Esses estudos, apesar de partirem de uma época ainda anterior, também são instigados pelo mesmo fenômeno – o da transformação da sociedade e a formação de cidades por meio da industrialização. A respeito disso, Oliven sistematiza três perspectivas por meio das quais os principais expoentes das Ciências Sociais de então categorizaram a cidade: a cidade enquanto variável dependente, variável contextual e variável independente, sendo a primeira categoria aquela que mais nos interessa por demonstrar exatamente a visão mais “aculturada” ou universalizante da cidade.

Quando Oliven diz que essas teorias veem a cidade como variável independente, ele quer dizer que a cidade constitui uma categoria em si que possui o poder de

se autodeterminar assim como de determinar outros aspectos e lugares da vida social, e não o contrário. O maior destaque aqui, deve-se dizer, vai para a Escola de Chicago, onde os seus autores mais conhecidos são: Wirth, Thomas e Park. Cabe, porém, ainda lembrar que estes absorvem bastante referências de Georg Simmel e do antropólogo estadunidense Redfield – segundo o próprio Oliven.

A Escola de Chicago, apesar de sua importância e reconhecimento, recebeu duras críticas posteriores de pesquisadores. Algo que chama atenção, por exemplo, no texto de Park, “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, é a quantidade de analogias com conceitos do mundo biológico que se constrói: “patologia”, “processos vitais” e “organização ecológica da cidade” (1967, p. 25-26). Esses conceitos-chave servem para colocar a cidade nessa categoria autoexplicativa, incorrendo, inclusive, na noção de que essa se trataria de um organismo próprio portando autonomia e influência na vida social: como seres de uma mesma espécie, que apesar de suas pequenas diferenças relativas, conseguimos generalizar características que explicam ampla maioria desse agrupamento.

Partindo dessas ideias, se estabelece o conceito de cultura urbana, ou seja, existiria uma cultura própria da cidade. Entretanto, conforme descrito por Oliven, fica difícil aceitar a ideia de que existiria “uma” cultura urbana se a cidade não é universal. Para Weber, por outro lado, a cidade é resultado de um conjunto de determinações, e no caso das cidades modernas, um fator determinante seria a economia de mercado. Mas mesmo

levando-se em conta esse fator, Weber constata a diversidade quase inumerável de cidades que essa condicionante pode produzir, por exemplo, as cidades de consumidores, as cidades industriais ou as cidades mercantis – analisando somente os casos europeus de ocorrência (WEBER, 1987).

Em suma, uma questão cara a esses autores é a possibilidade de supor uma cultura urbana em uma cidade brasileira que fosse minimamente similar a uma cultura urbana em uma cidade, digamos, asiática, e em até que medida os pontos de convergência entre ambas não dizem mais respeito a outros aspectos, tais como a economia de mercado ou o compartilhamento global de informações. No caso de Brasília, nesse período estudado, essa incoerência se torna ainda mais gritante, dado o seu contexto bastante particular.

O caso de Brasília é interessante porque ele tensiona o próprio sentido que se dá para a cidade. A capital ainda era um complexo de canteiros que, entretanto, deveriam proporcionar tudo aquilo que uma cidade deveria aos seus habitantes. Ou, se quisermos usar o linguajar modernista, a cidade, mesmo enquanto canteiro de obras, deveria proporcionar: circulação, habitação, lazer e trabalho. O quanto isso diz da cidade? Como considerar a existência de uma cultura urbana nessa situação? Brasília possuía, em 1959, cerca de 65 mil habitantes, formada majoritariamente de migrantes, quase todos empenhados em um único projeto, voltados para uma única intenção. Nesse ponto, faz muito mais sentido voltarmos o olhar para outros referenciais.

No caso apresentado de Brasília e da Vila Amaury, percebemos que apesar de todo o controle que se tenta em impedir a formação de ocupações não previstas em torno dos canteiros, as trocas necessárias entre a população se impõem. A população da Vila não somente tem um forte envolvimento com os canteiros que, no futuro, se constituíram a Vila Planalto, como aproveitam da sua localidade – próxima dos córregos – para que as mulheres, a título de exemplo, exercessem alguma atividade remunerada paralela, com o intuito de conseguirem se manter naquele local. Assim como o comércio que floresce e é ressaltado em tantos relatos, o que inclui o lazer. Nesse sentido, existe uma lógica de intercâmbio que permeia a resistência da população na tarefa de se manter ali, seja na Vila como no Distrito Federal, e que se opõe à ideia de controle que o Estado, na forma da Novacap ou da Guarda Especial de Brasília (GEB), havia pensado prioritariamente.

4. A lógica da modernização influenciando sobre os espaços de exclusão urbana

As representações sociais da favela, construídas e já bem conhecidas durante a segunda metade do século XX, são tributárias, em grande medida, dos discursos que tiveram espaço no início do mesmo século. Essas construções, que podem ser tomadas a partir de uma literatura erudita e das “práticas urbanas”, com ocorrência principalmente durante a ascensão dos projetos de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, tiveram como cerne de suas preocupações “o futuro da jovem República”, “a saúde da sociedade”

e “o saneamento do país”. Valladares (2005, p. 22) localiza o mito de origem desse tipo espacial no resgate dos primeiros registros de seus visitantes, em especial na associação que estes fazem com o povoado de Canudos, transcrevendo a dualidade do “sertão *versus* litoral” e do “campo *versus* cidade”. Essa associação não ocorreu por acaso: primeiramente, o célebre livro de Euclides da Cunha, que continha detalhadas descrições físicas, se tornara famoso e se fazia presente no imaginário da intelectualidade brasileira e carioca de então; em segundo lugar, os primeiros morros ocupados foram, também, refúgio daqueles soldados que voltaram da campanha de Canudos e aguardavam pelos seus soldos (VALLADARES, 2005, p. 22).

Os primeiros profissionais interessados em estudar a pobreza nas grandes cidades possuíam no seu *gérmen* de formação a inclinação para as áreas médicas, de jornalística e de engenharia, com forte tendências de positivismo e de pragmatismo. O alvo, nesse período, eram os cortiços no centro da cidade, considerados espaços de ruptura com a ordem social e moral, antros de malandragem e dos propagadores de infecções, doenças, vícios e epidemias.

A transição do século XIX para o século XX foi marcada por uma verdadeira guerra de erradicação desses espaços, no campo do discurso e no campo físico, com especial atenção ao desmantelamento do cortiço Cabeça de Porco e às reformas de Pereira Passos entre 1903 e 1906 (VALLADARES, 2005, p. 22). Como Villaça (1999) chama a atenção, os projetos de embelezamento e sanitaristas, diferente de projetos e discursos

urbanísticos futuros, foram projetos que não só foram implementados em grande totalidade, como foram discutidos – dentro de um círculo restrito dos tomadores de decisão – e anunciados. O autor atribui essa característica à grande hegemonia e ao consenso entre as elites que existiu durante esse período.

A erradicação dos cortiços é considerada o *gérmen* da favela, já que muitos autores identificaram a ocupação dos morros próximos em períodos subsequentes – incluindo o Morro da Providência. Para a favela é transferido o mesmo discurso que se propagava a respeito dos cortiços, virando esta, então, o grande alvo de médicos higienistas e mais uma vez colocando a população pobre como responsável pelo seu destino e o seu local de moradia pelos males da cidade.

Isso fica ainda mais visível durante a campanha sanitarista de Oswaldo Cruz, durante o governo de Pereira Passos, em que são veiculados panfletos associando o morro da Favella a doenças – e os seus moradores a “piolhos” (VALLADARES, 2005). Tendo como base os diversos relatos e estudos feitos por parte da elite intelectual e dos dirigentes do Estado desse período, podemos afirmar, em suma, que

[...] as respectivas representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização. [...] os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX também se

portam como testemunhas, da mesma forma que Euclides da Cunha o fizera. Como foi possível observar, a dualidade sertão *versus* litoral – presente no discurso de {Os sertões} – pode ser reencontrada, nas primeiras imagens, transpostas para a oposição favela *versus* cidade (VALLADARES, 2005, p. 36).

É possível perceber, por meio desses discursos, a mesma lógica dicotômica exposta na seção anterior, em que vemos a contraposição do moderno com o tradicional, ou do “bárbaro” com o “civilizado”, em uma linguagem mais defasada. O espaço da favela seria, da perspectiva do planejamento urbano moderno, o “caos” que se visava extirpar da cidade – da mesma forma que foram os cortiços. Se construiu a ideia de um mundo “bárbaro”, “selvagem”, oposto à modernidade. Em nome da ciência e da razão, o planejamento urbano moderno, desde sua semente, ainda no início do século XX, se produziu segregação socioespacial. O espaço das classes sociais mais pobres da população foi cada vez mais relegado a segundo plano e a grandes distâncias dos centros econômicos e de poder. O caso de Brasília não se diferencia muito.

Em Brasília, ainda durante seus anos de construção, temos uma demonstração flagrante de como a imagem da população migrante e a forma que encontram de reproduzir sua vida social no espaço – e de transgredir uma certa lógica dada – não agregaria, para os dirigentes do projeto, à construção da representação social que se pretendia da nova capital.

Navarro (2017) resgata da obra de Marcel Gautherot, fotógrafo contratado para

registrar a nova capital durante o seu período de construção, que publica suas fotos na revista Módulo. Revelador o fato, entretanto, de que, somente as fotos que diziam respeito à paisagem monumental foram permitidas para a publicação, conquanto aquelas que registravam as “pequenas favelas”, como a Sacolândia, foram ocultadas, omitindo, assim, imagens que subvertiam a lógica imposta pelo modernismo e registravam as brechas achadas dentro dos espaços vazios projetados pela população de migrantes, em sua maioria negros e nordestinos.

No ano de 1959 já era visível em Brasília a formação de assentamentos informais formados por barracos improvisados em torno de alguns acampamentos planejados pelas empreiteiras, conforme dissemos. A própria vila Sarah Kubitschek foi um exemplo disso (Del’Isola e Boianovsky, 2013). A oposição a esse tipo de assentamento, que trazia consigo os estigmas das cidades tradicionais brasileiras, tal como Rio de Janeiro, foi mais do que documentada em narrativas oficiais. O Censo Experimental de 1959, por sua parte, traz uma passagem em que se diz que “Brasília não terá ‘favelas’ – essa é uma das características da nova metrópole, cuja construção e sistema urbanístico não permitem esse tipo de moradia” (CCN, 1959, p. 47).

Dentro do projeto de construção de uma nova capital, como no caso de Brasília, buscava-se, para além da fundação de uma nova cidade, um paralelo para a fundação do que, para alguns, significaria uma nova nação – de preferência, rumo à modernização. Não era incomum argumentos que se contrapunham à maneira das cidades

tradicionais, em especial assinalando todos os estigmas do Rio de Janeiro, serem usados como álibi, inclusive, para apoiar o projeto mudancista e de interiorização do país. A exemplo de Roland Corbisier, filósofo e político brasileiro, que apoia o projeto de mudança da capital, por exemplo, argumenta que o centro de decisões políticas, para ser funcional, deveria se afastar, dentre outros, da favela e dos congestionamentos, representantes do “caos urbano carioca” (MOREIRA, 1998, p. 144).

Como outro exemplo, temos, pouco tempo depois, em 1961, o próprio Lúcio Costa, que pede formalmente ao presidente – à essa época, João Goulart – “providências contra a legalização desses núcleos”, preocupado com a consolidação dos núcleos urbanos mais próximos do Plano Piloto. Sugere, o autor do projeto modernista de Brasília, que a Cidade Livre fosse “gradualmente sangrada”, estabelecendo estratégias para evitar a construção de equipamentos ou melhorias, assim como impedir novas invasões (MOREIRA, 1998, p. 104-105).

O desejo de remoção de “invasões” – nas palavras do próprio Lúcio Costa – que se formassem próximas ao Plano Piloto não encontrou respaldo somente nesse momento, como também em laudos emitidos pelos técnicos da Novacap (SIMÕES e ALVIM, 2015). Apesar disso, a Cidade Livre conseguiu ficar, sobretudo por conta da intensa mobilização da sua população de comerciantes e de moradores – sorte diferente foi a de outras ocupações, como a Vila Amaury.

5. Considerações finais

Ao longo do artigo, pudemos apresentar o caso da Vila Amaury, que se trata de uma ocupação muito similar a tantas outras, em algum sentido mais intrínseco, no que diz respeito aos objetivos finais que resulta na expulsão das camadas mais pobres da população do centro monumental da cidade. Porém, o mesmo caso resguarda uma singularidade na medida em que os mecanismos para tal foram descartados, que escancaram a intencionalidade dos dirigentes do projeto, junto com tantas outras demonstrações de que essa população não tenha espaço na representação da modernidade.

A falta do espaço nessa representação simbólica traz consequências concretas, resultando na expulsão dessa população do espaço do centro modernista e projetado, centro esse que nunca foi destinado para essa população. Apenas aquelas ocupações que resistiram sob árduo movimento de luta por reconhecimento de seu território, ou, aliado a isso, conseguiram alçar alguma relevância política ou econômica, como Vila Planalto, Telebrasilândia ou Núcleo Bandeirante, se mantiveram nesse centro. Diante das tantas outras vilas formadas por candangos, categoria específica dessa conjuntura, mas que, por fim, se tratava de migrantes pobres e negros, essas foram exceções.

Os discursos apresentados por Valladares só corroboram com essa afirmação, assim como aqueles apregoados em narrativas oficiais durante a construção

de Brasília a respeito das favelas. É importante, entretanto, fazer uma ressalva que aqui comparamos ambos, porque a compreensão que os dirigentes têm desses espaços se mesclam, não importando muito a terminologia, se seriam “pequenas favelas”, “favelas” ou “invasões”.

No fim das contas, o objetivo das elites que dirigiram o projeto da nova capital, e dela mais se beneficiaram, era coibir outras formas de sociabilidade no espaço que não aquelas que essa mesma elite buscava projetar. Tanto é que, nos relatos da Vila Amaury, é perceptível de maneira destoante o modo como os conviventes e moradores recriam seus espaços de lazer, de trabalho e de renda, a despeito de qualquer receituário modernista ou controle empresarial, como ocorria nas empreiteiras.

A modernidade se constrói na mesma medida da exclusão social – e isso em Brasília é visível, dado o controle, ainda hoje, do aspecto asséptico do plano original, em medida ainda muito maior que qualquer outra cidade brasileira. Porém, essa preservação, que tem diversos mecanismos de existir, inclusive patrimoniais, se dá na mesma medida em que boa parte da população é lograda cada vez mais distante desse seu centro monumental.

Brasília, desde o seu *gérmen*, já nasce imbuída de disputas em seu campo simbólico. Essa disputa poderia ser abordada sob diversos pontos de vista, inclusive por meio daquelas que acontecem dentro das cúpulas de poder. Entretanto, preferimos abordar uma questão que se encontra mais entranhada e atinge não somente Brasília em si, mas que

também nos ajude a compreender a medida em que alguns campos do conhecimento foram utilizados como ferramenta. Além disso, também nos faz compreender que essas ideias, em grande medida, possuem algum intuito geopolítico em sua fabricação que parte de países europeus ou dos Estados Unidos.

A contribuição também se faz no sentido de analisar criticamente, no campo do Urbanismo, postulados que se dizem universais, mas que possuem um local de partida e de chegada. O intercâmbio de ideias não se faz de maneira equânime, além de que é importante ainda assinalar a exclusividade que esse círculo de profissionais possuía, por um lado, em conjunto com a grande influência na circulação de ideias que exerciam de outro. Essa análise nos faz compreender, ademais, a maneira como e o intuito com o qual as cidades brasileiras são planejadas, já que Brasília indiscutivelmente se posiciona como um marco no planejamento urbano no país.

Por fim, cabe assinalar que, ao investigar as vertentes dos discursos de modernização, também pudemos compreender sob qual lógica esses operam e perceber que a sua natureza linear, inexorável e a-histórica permeia alguns expoentes das Ciências Sociais, em especial o campo da Sociologia Urbana. Dessa forma, revisitamos criticamente caminhos que flertam com um evolucionismo já defasado e percebemos que, na verdade, existe um extenso e longínquo caldo intelectual que ainda dirige, ou ao menos subsidiou, decisões políticas importantes, construindo noções que foram

assimiladas por uma grande parcela da sociedade e a influenciaram decisivamente. A construção de um consenso é parte importante do sucesso de um projeto político, já que a instauração de um poder não se faz exclusivamente pela força.

Referências

BECKER, Howard. Conferência: A escola de Chicago. **MANA** 2(2), 1996. p. 177-188.

Brasília segundo Feldman. Direção de Eugene Feldman e Vladimir Carvalho. Produção de CNRC. Brasil: CNRC, 1979. 35mm, COR, 20min, 579m, 24q.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, Núcleo de Planejamento Censitário. **Censo Experimental de Brasília**, [s. l.], 1959.

Conterrâneos velhos de guerra. Direção de Vladimir Carvalho. Produção de Vladimir Carvalho. Brasília: Universidade de Brasília; Polo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal, 1990. 16mm, COREBP, 200min, 1.875m, 24q.

CORBUSIER, Le. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Edusp, 1993.

DEL'ISOLA, Luiz Humberto de Faria; BOIANOVSKY, Noemia Barbosa. **A bailarina empoeirada: Histórias do povo de Brasília**. Brasília: Annabel Lee, 2013. Volume 1, 570 p.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. [S. l.] : Avante!, 1887.

GOUVÊA. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 75-96.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Plano Piloto de Brasília e suas escalas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1643/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BERENSTEIN, P., J.; LOPES, D., de A. Jr. (2017). A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE**, n. 7, 2017, Campinas. Anais. Campinas, Unicamp, pp. 469-495.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e Espaço no Brasil: As Fases da Formação Espacial Brasileira: Hegemonias e Conflitos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p. 7-33, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília, a construção da nacionalidade**: um meio para muitos fins (1956-1961). Vitória: EDUFES, 1998. 280 p.

NAVARRO, Luciana Jobim. **Brasílias impúblicáveis de Marcel Gautherot**: O olhar do fotógrafo e o imaginário da cidade. 2017. 177 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2017.

NEIVA, Ivany Câmara. **Uma cidade encantada**: memórias da Vila Amaury. Brasília: Ed. Da Autora, 2017. 122 p.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: A fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 1-80.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. *In: Espaço & Debates*, São Paulo, ano II, n. 6, jun/set, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **A erradicação da vila IAPI**: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. 2007. 135 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 1-56.

PATRIOTA, de Moura, Cristina; JANUZZI, Vinícius Prado. Brasília Classificada: Novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1, jan-abr 2019. p. 113-134.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1967. p. 25-66.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 115-144.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. O canteiro de obras e o fator de aglomeração. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 55-74.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: Uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 25-53.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da esperança**: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008. p 248-252.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **MANA** 11(2), 2005. p. 577-591.

SIMÕES, José Geraldo, Jr; ALVIM, Angélica Benatti. **Brasília**: Modernidade e exclusão, dos acampamentos às cidades-satélites. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), 15, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2015.

SINGER, Paul. **Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano**. *In*: _____. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 91-114.

TIPPS, Dean C. Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective. *In*: **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 15, No. 2 (mar., 1973), pp. 199-226.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-241.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1967. p. 89-112.

“Jovem, playboy e estudante não colam aqui”: a gentrificação na CLN 412/413 (Brasília/DF) enquanto contradições e coexistências

“Young’uns, playboys and students don’t hang around here”: gentrification in CLN 412/413 (Brasília/DF) as contradictions and coexistences

“Aquí no vienen los jóvenes, playboys ni estudiantes”: la gentrificación en CLN 412/413 (Brasília/DF) como contradicciones y convivencias

Herbert Bachett¹

Orcid: 0009-0006-3555-8751

Rafael Moreira da Silva de Oliveira²

Orcid: 0000-0003-2039-5268

Resumo

As transformações de espaços sociais a partir dos processos de gentrificação estão no centro dos debates sobre os fenômenos urbanos contemporâneos. Entretanto, há uma tendência dos especialistas em estudar estes processos sob uma perspectiva macrossociológica. Este artigo tem como objetivo discutir a dinâmica microssocial da gentrificação de um espaço social específico, a partir de um estudo de caso sobre a quadra CLN 412/413, localizada na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília - DF. Por meio de observações participantes e entrevistas episódicas com os trabalhadores e consumidores, buscamos responder: há o processo de gentrificação na quadra? A hipótese é que sim. Além disso, buscamos compreender como se configura a dinâmica socioespacial da quadra em diferentes localidades e temporalidades (dia e noite). Os resultados corroboraram a hipótese, mas não totalmente. Não foi possível aferir positivamente todas as variáveis que qualificam o processo de gentrificação. Embora exista um reinvestimento de capital e uma transformação elitizante de alguns espaços físicos, não foi constatada uma renovação social por grupos de maior renda em outros. Pelo contrário, encontramos a renovação social por parte de grupos de trabalhadores, consumidores noturnos e estudantes, de modo que há um fluxo de classes inverso ao processo de gentrificação tradicional: os mais pobres também estão adentrando a quadra, seja nos comércios “alternativos” ou casas de massagem, moradias adaptadas nos subsolos e salas comerciais, seja ainda na vida noturna simbolizada pela ocupação masculina, uso de drogas, automóveis e som alto. Entretanto, ainda encontramos uma dominação elitista na área, o que nos leva a indicar a incidência eficaz de mecanismos de manutenção de um *status quo* elitizado como um fator a mais a ser levado em conta em análises microssociológicas sobre o fenômeno da gentrificação.

Palavras-chave: gentrificação; Brasília - DF; espaço social; microssociologia; Sociologia Urbana.

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL - UnB), é licenciado e bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS-UEL) e do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEViS-UnB). E-mail: bachett@outlook.com. Lattes ID: lattes.cnpq.br/0753551671313975.

2 Mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília, é licenciado em Ciências Sociais e bacharelado em Sociologia pela mesma instituição. É coordenador no gabinete parlamentar do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e colaborador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEViS-UnB). E-mail: rafaelmoreira.soc@gmail.com. Lattes ID: lattes.cnpq.br/0048941271342072.

Abstract

The transformations of social spaces as a result of gentrification processes lie at the core of the contemporary debates on urban phenomena. However, there is a tendency of specialists to study these processes from a macro-sociological perspective. This article aims to discuss the microsocial dynamics of the gentrification of a specific social space, based on a case study on CLN 412/413 block, located in the North Wing of the pilot plan in Brasília/DF. Throughout observations and episodic interviews with employees and clients of the area, we seek to answer: is there a gentrification process on this block? The hypothesis is yes. In addition, we seek to understand how the socio-spatial dynamics of the block are set in different locations and temporalities (day and night). The results confirmed the hypothesis, but not completely. It was not possible to verify all the gentrification processes features. Although there is a reinvestment of capital and an elitist transformation of the physical space, a social revolution by higher income groups was not observed. Rather, we find higher incidence of workers groups, night shoppers and students, thus there is a flow of classes inverse to the traditional gentrification process: the poorest are also entering the block, whether in “alternative” shops, massage parlors, adapted housing in the basements and commercial rooms, or in the nightlife symbolized by male occupation, consumption of drugs, automobiles and automotive sound.

Keywords: gentrification; Brasília - DF; social space; microsociology; Urban Sociology.

Resumen

Las transformaciones de los espacios sociales a partir de procesos de gentrificación están en el centro de los debates sobre los fenómenos urbanos contemporáneos. Sin embargo, existe una tendencia de los especialistas a estudiar estos procesos desde una perspectiva macrosociológica. Este artículo tiene como objetivo discutir la dinámica microsocial de la gentrificación de un espacio social específico, a partir de un estudio de caso en el bloque CLN 412/413, ubicado en el Ala Norte del Plan Piloto en Brasília/DF. A través de observaciones participantes y entrevistas episódicas con trabajadores y consumidores del espacio, buscamos responder: ¿hay un proceso de gentrificación en la cuadra? La hipótesis es sí. Además, buscamos comprender cómo se configuran las dinámicas socioespaciales de la corte en diferentes lugares y temporalidades (día y noche). Los resultados corroboraron la hipótesis, pero no completamente. No fue posible evaluar positivamente todas las variables de identificación del proceso de gentrificación. Si bien hay una reinversión de capital y una transformación elitista del espacio físico, no se observa una renovación social por parte de los grupos de mayores ingresos. Por el contrario, encontramos la incidencia de grupos de trabajadores, compradores nocturnos y estudiantes, de forma que se produce un flujo de clases inverso al proceso de gentrificación tradicional: los más pobres también están entrando en la manzana, ya sea en comercios “alternativos” y viviendas adaptadas, en los sótanos y locales comerciales, o en la vida nocturna simbolizada por la ocupación masculina, consumo de drogas, los automóviles y la música automotiva.

Palabras Clave: gentrificación; Brasília - DF; espacio social; microsociología; Sociología Urbana.

1. Introdução

Dentro das transformações recorrentes das cidades modernas, um dos principais fenômenos estudados pela Sociologia Urbana contemporânea é o processo de gentrificação: o enobrecimento de determinados territórios, fruto das assimetrias e de dominações que formam e conformam desigualdades sociais e se desvelam no cenário urbano capitalista. Tal processo se tornou uma “problemática obrigatória”³ a partir dos anos 70 e 80, quando as grandes cidades norte-americanas e europeias iniciaram uma revitalização de suas zonas centrais.

Na década de 1990, a gentrificação se intensificou quando as revitalizações ganharam *status* de política urbana, desde o início associada ao *marketing* do consumo. Como destacam Guimarães e Almeida (2019), muitos estudos têm indicado que essa dinâmica de enobrecimento remete à produção de “um espaço associado às práticas globais de consumo, alterações nos padrões de sociabilidade, homogeneização de paisagens comerciais e residenciais e, especialmente, a um caráter segregacionista” (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2019, p. 2; PACHECO, 2020).

Fruto de pesquisas de campo empreendidas como parte das atividades propostas pela Dra. Haydée Caruso, professora de *Cidade e Sociabilidade Urbana*, disciplina do Programa de Pós-graduação

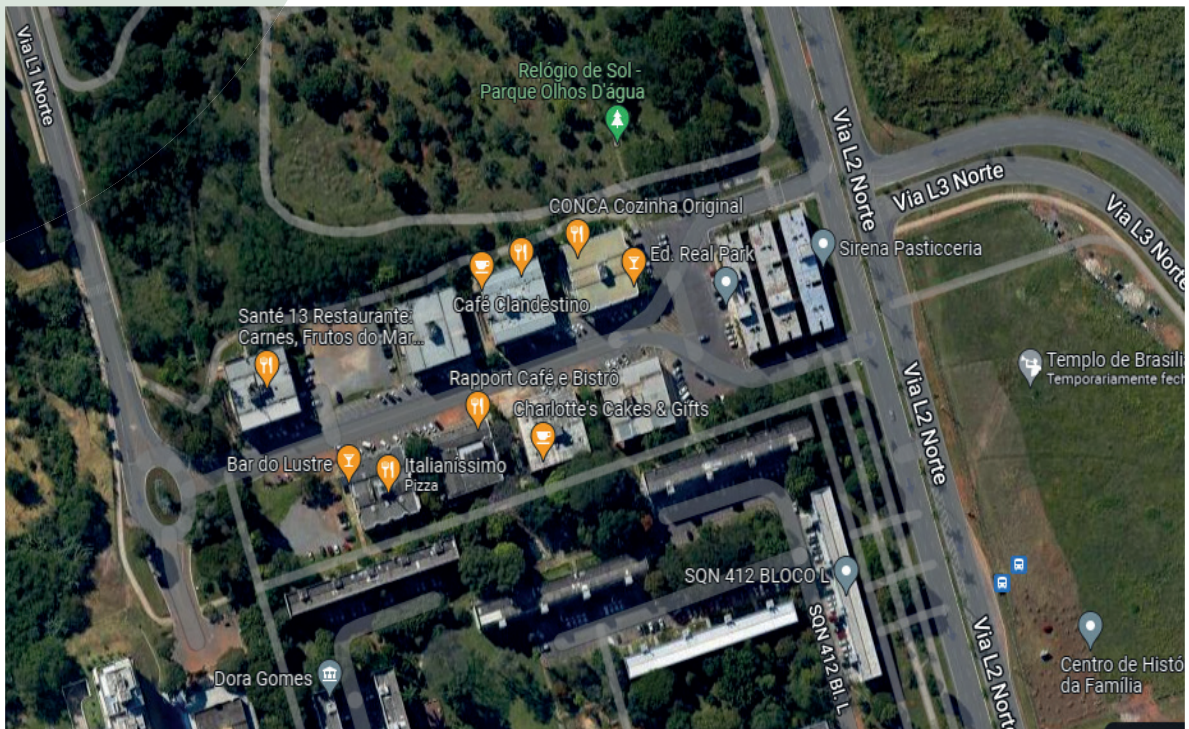
em Sociologia da Universidade de Brasília no segundo semestre de 2022, este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno da *gentrificação* por meio de um olhar micro-sociológico, atento às suas características e às transformações cotidianas, mediante um estudo de caso sobre a CLN 412/413, localizada na Asa Norte de Brasília – DF, como pode ser vista na Figura 1.

A sigla CLN significa Comércio Local Norte, que no interior da SQN, Super Quadra Norte, compõe uma quadra típica da Asa Norte de Brasília, que assim como todo o Plano Piloto, está dividida em setores comercial e residencial. Com efeito, denominamos o campo apenas de CLN, porque não visitamos a área propriamente residencial da quadra. Em verdade, a SQN 412/413 carrega particularidades, ao contrário das outras superquadras, onde há uma área residencial e o Parque Olhos D’Água, que ocupa o que seria a área residencial da 413. Trata-se de um parque ecológico originado de “uma área pertencente a uma das diversas fazendas existentes no Plano Piloto de Brasília antes da definição do quadrilátero do Distrito Federal” (GOMES, 2004, p. 19) e teve sua área reservada para a preservação de uma nascente (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2019). Hoje, o parque separa a CLN 413 e a SQN 415.

A Figura 1 mostra a CLN, onde de um lado se encontra o parque e do outro a área residencial da SQN 412.

3 Nos termos de Bourdieu (2001).

Figura 1 – Imagem de satélite da CLN 412/413



Fonte: Google Maps.

Guimarães e Almeida (2019) encontraram no entorno do Parque Olhos D'água, incluindo a CLN 412/413, um exemplo de “gentrificação verde”, o que denominamos como um “efeito clube”⁴ de comércios alimentícios de alto custo voltados para o público que frequenta o parque e os moradores da região. Entretanto, a análise é centrada no investimento de capital na região, já que analisa entrevistas dos donos e dos gerentes dos estabelecimentos comerciais, observando, assim, apenas as mudanças financeiras e físicas, ocasionadas pelos investimentos imobiliários e nas lojas.

De modo inverso, neste trabalho analisamos entrevistas com trabalhadores e consumidores da quadra em específico, procurando compreender como se deram e dão essas transformações gentrificadas no nível das relações sociais cotidianas – indo além das relações econômicas, alcançando as sociabilidades nos restaurantes, bares, na conveniência da rua e no uso social dos espaços do subsolo e das salas comerciais. Deste modo, acreditamos ser possível aferir se fatores ligados à gentrificação estão atuando na quadra, especialmente i) a renovação social por grupos de maior renda e o ii) desloca-

4 Segundo Bourdieu, trata-se da formação de espaços “mais fechados e seletos”, de “pessoas e coisas que se assemelham naquilo em que são diferentes da grande maioria”, e que por isso necessita e despende capital simbólico e social (BOURDIEU, 2013, p. 140). Um exemplo antagônico são os guetos europeus ou as periferias brasileiras, expressão inversa dos clubes. Enquanto nos clubes as pessoas se consagram simbolicamente, acessando os lucros do pertencimento através da exclusão ativa dos indesejáveis, os guetos são a residência destes indesejáveis e, enquanto tal, degrada simbolicamente seus habitantes, unidos pelo estigma da exclusão dos meios de participação dos jogos sociais (WACQUANT, 2001; 2004; VALLADARES, 2005; GUELLATI, 2014).

mento direto ou indireto de grupos de menor renda.

A partir das observações de campo e da análise dos discursos (ORLANDI, 2020) alcançados em entrevistas episódicas (FLICK, 2003), pretendemos compreender como se configura a economia das trocas materiais e simbólicas neste espaço social, tendo como fonte as descrições e representações dos trabalhadores e consumidores dos comércios diurnos e noturnos da quadra. A hipótese é que, na mesma lógica dos achados de Guimarães e Almeida (2019), e de acordo com as variáveis que qualificam o processo de gentrificação (PACHECO, 2020), há uma elitização do espaço social, onde a presença de classes endinheiradas tem tomado os lugares de sociabilidades populares e peculiares das classes médias e baixas.

O artigo está dividido em cinco partes. Além desta introdução, há uma seção para a revisão, enquadramento do objeto e problematização teórica, seguida pela seção metodológica, que explica os materiais e métodos utilizados. A terceira seção carrega a discussão, enquanto as considerações finais objetiva sintetizar a discussão e indicar as inferências que podem contribuir para o debate sociológico sobre a gentrificação.

2. Uma teoria da desigualdade urbana: o espaço social e o processo de gentrificação enquanto teoria sociológica

A origem dos estudos sobre os processos de gentrificação tem como marco a Ecologia Urbana e da Escola de Chicago (WIRTH, 1979; PARK, 1979; OLIVEN,

1980; BECKER, 1996). Hoje, das explicações teóricas sobre o fenômeno, duas têm destaque: a de Hoyt (1933; 1939) e a de Ley (1994). A de Hoyt parte do processo de *filtragem residencial*, que se define em quatro etapas: i) os grupos mais ricos se expandem a partir dos centros das cidades; ii) a classe média acompanha o movimento de expansão; iii) a deterioração da infraestrutura das áreas centrais leva as classes ricas a preferir as periferias; iv) com o esvaziamento do centro, há uma filtragem dos grupos de renda e sua ocupação no espaço segundo as capacidades de consumo (DA GUIA, 2006; PACHECO, 2020). Como se percebe, a perspectiva de Hoyt tem como fundamento o mecanismo de filtragem a partir da capacidade de consumo dos diferentes grupos.

Já Ley (1994) inverte a lógica do modelo de Hoyt, de modo que o propulsor do processo não é o consumo, mas a *produção*: “oposto ao filtrado de Hoyt, para Ley (1994), os antigos bairros centrais deteriorados ou estigmatizados são revalorizados a partir do (re)desejo por parte dos grupos de alto poder aquisitivo” (PACHECO, 2020, p. 23). Smith (2012), por sua vez, propõe uma síntese do debate entre os dois. Para ele, fatores econômicos são mais importantes que os fatores culturais, mas consumo e produção não são processos concorrentes e distintos: estão interligados. Portanto, o catalisador da gentrificação é o *mercado imobiliário*, que movimenta e altera o valor do espaço (SMITH, 2012).

Esta é, porém, uma bibliografia do norte global. Como atenta Pacheco (2020) por intermédio de de Less, Slater e Wylie

(2010), há particularidades nos processos de gentrificação no sul global, relacionadas aos processos de suburbanização periférica e suas consequências. Ou seja, por aqui é preciso atentar-se para onde vão os pobres e as classes médias-baixas despejadas dos centros revalorizados. Soma-se a isso a maior permissividade e participação do Estado na exploração do mercado imobiliário, além das construções de condomínios fechados nas periferias – um exemplo do processo de gentrificação fora das áreas centrais (CALDEIRA, 2002). Essa descentralização dos estudos sobre gentrificação tem sido encabeçada pelos estudos pós-coloniais, que buscam uma teoria autônoma frente aos cânones do norte. Enquanto teoria própria ao sul global, a gentrificação ainda é um tema em desenvolvimento e que desafia os estudiosos do urbanismo (PACHECO, 2020).

Para além do caráter pós-colonial das críticas ao conceito da gentrificação, cabe destacar que empreender um estudo de caso sobre o tema, em Brasília, carrega suas idiossincrasias. Por se tratar de um campo compreendido no Plano Piloto da capital federal, estamos falando de um espaço não só planejado, como estritamente regulado pelo Estado, que impede determinadas formas de modificação estrutural e/ou densificação populacional. Esse é um fator que exerce peso considerável na morfologia urbana da capital, da quadra e, em paralelo, em suas ocupações valorativas. Como veremos na discussão, os limites legais da regulação da patrimonialização do Plano Piloto se revela nos desafios de rentabilização dos espaços por parte de agentes do mercado – imobiliá-

rio principalmente. Resultando em formas peculiares e informais de renovar a exploração de espaços cuja função original era outra, driblando possíveis litigâncias inerentes à administração urbana brasiliense.

De qualquer modo, o tema central da teoria da gentrificação – e que neste trabalho nos interessa – é o processo de transformação de áreas centrais e periféricas da cidade, relacionadas aos processos econômicos e políticos amplos ou específicos, globais ou locais. Como sustenta Smith, a gentrificação é uma forma particular de produção desigual do espaço, própria de sociedades capitalistas.

Clark (2005) é mais específico: ela é uma mudança de usuários do solo, com uma classe socioeconômica que se impõe e substitui uma outra de menor poder. Essa transformação seria visível no ambiente físico, graças ao investimento de capital para a dominação simbólica e/ou a rentabilidade do espaço. Existem quatro pontos fundamentais que identificam o processo de gentrificação – e que são as variáveis independentes de nossa análise: i) reinvestimento de capital; ii) renovação social por grupos de maior renda; iii) mudanças na paisagem física; iv) deslocamento direto ou indireto de grupos de menor renda (LEES; SLATER; WYLY, 2010).

Embora nosso objeto teórico de análise seja o processo de gentrificação, partimos de um pressuposto distinto do geralmente empregado sobre o tema. Assumimos e estendemos a crítica de Magnani (2002, p. 14) sobre a ausência dos atores sociais nos olhares sociológicos sobre a cidade, muitas vezes sendo entendida como uma entidade à parte de seus moradores – “pensada como

resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; [...] um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade”.

A bibliografia sobre gentrificação, especialmente Guimarães e Almeida, que estudaram a gentrificação do mesmo espaço social aqui analisado, se encaixa nesta crítica, afinal, como revisamos, “quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado” (MAGNANI, 2002, p. 15). Com efeito, entendemos que “os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva” (Ibidem).

Como introduzimos, neste trabalho estamos preocupados em identificar e analisar as transformações do espaço social urbano em nível microssociológico, o que significa dar atenção para os atores em suas práticas e relações cotidianas – “para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo” (Ibidem) – que expressam, produzem e reproduzem formas de dominação, segregação e resistência, específicas e localizadas. De certa forma, buscamos lançar luz para âmbitos do fenômeno que Guimarães e Almeida não alcançaram por razão dos instrumentos e dos procedimentos metodológicos adotados.

Ainda assim, é interessante indagar o que encontraremos sobre a “gentrificação verde” por meio de uma proposta microssociológica, que é capaz de complementar e/ou tensionar os achados destes autores.

3. Materiais e métodos

Os dados foram obtidos a partir de duas estratégias combinadas: observação participante (VALLADARES, 2007) e entrevistas episódicas (FLICK, 2003). Os discursos presentes nas entrevistas foram analisados por meio de análise de discurso (ORLANDI, 2020). É importante destacar que todos as entrevistas foram efetivadas sob a autorização dos entrevistados sobre o uso de seu conteúdo e para a anonimização de suas identidades, todos os entrevistados estão referidos mediante pseudônimos. Essas entrevistas seguiram basicamente quatro fios condutores⁵, visando compreender i) como é a experiência e representação dos trabalhadores sobre o trabalho e a vida na área?; ii) qual era a diferença entre dia e noite naquela área?; iii) qual era o público da quadra?; iv) quais suas segregações e como elas se expressam?

A observação de campo se deu entre os dias 15 e 22 de agosto de 2022, na forma de visitas diárias, em alguns dias realizadas junto de alguns alunos, e individualmente em outros.

Durante os cinco dias da semana, as visitas foram realizadas de maneiras diferentes a cada dia. Primeiro, um grupo de dez

5 Chamamos de fios condutores porque, vista a abordagem teórico-metodológica com o uso de entrevistas episódicas, a própria informalidade da entrevista não-estruturada pode levar os interlocutores a levantarem temas diversos, já que os discursos inerentemente se referem à experiências cotidianas vividas ou sabidas.

alunos se reuniu na quadra e fez uma caminhada pela área, para uma observação preliminar, buscando conversar com quem estivesse disponível. Ao fim da caminhada, o grupo visitou quitinetes e salas disponíveis para aluguel.

Já no segundo dia, um grupo menor voltou à quadra para buscar entrevistas com comerciantes, e o terceiro dia foi dedicado a uma interlocutora em especial (Bruna). No último dia, visitamos uma conveniência 24 horas enquanto consumidores, com o intuito de interagir com os consumidores do local, além de observar a movimentação do principal ponto da vida noturna da quadra. Se em alguns momentos, como nos casos de entrevistas específicas, indicamos nossos objetivos enquanto pesquisadores; durante as observações nos mantemos anônimos e relativamente distantes. No total, foram entrevistadas 15 pessoas: seis mulheres e nove homens, entre a faixa etária de 27 e 56 anos.

Para a análise dos dados coletados, tomamos a gentrificação como variável dependente. As variáveis independentes correspondem aos fatores fundamentais para a identificação do processo de gentrificação, segundo Less, Slater e Wyly (2010): i) reinvestimento de capital; ii) renovação social por grupos de maior renda; iii) mudanças na paisagem física; iv) deslocamento direto ou indireto de grupos de menor renda. Embora o modelo de variáveis seja próprio de modelos de inferências causais, neste trabalho as compreendemos em um sentido *figuracional*, em que as variáveis não têm determinação, mas interdependência, de modo que se interferem mutuamente na composição do quadro explicativo sobre o fenômeno em tela.

Diante desse aparato teórico-metodológico, buscamos responder à seguinte pergunta: há gentrificação na CLN 412/413? Para isso, também buscamos compreender como se configura a economia de trocas materiais e simbólicas neste espaço.

4. Discussão e inferências

A primeira visita à quadra CLN 412/413 ocorreu no dia 15 de agosto de 2022, uma segunda-feira. A ideia de visitar a quadra foi levantada pela professora Caruso, que já havia visitado a quadra enquanto consumidora das padarias e dos restaurantes locais. Sua impressão era que aquela quadra era um ambiente bastante elitizado, se destacando na Asa Norte. Por isso, aconselhou a turma a observar a dinâmica social que constitui a área enquanto exercício complementar para a disciplina da qual participamos. Guimarães e Almeida (2019), em estudo de caso sobre a gentrificação na área da CLN 412/413, destacaram como o início de seu processo remete à própria origem da ocupação da quadra:

[...] muitas quadras da Asa Norte só foram efetivamente ocupadas a partir do final da década de 1990. Neste processo de ocupação, em 1994, a implantação do Parque Olhos D'água [...], uma pertinente e necessária estratégia para a preservação da nascente e de um pequeno trecho de cerrado que ainda restava naquela área, teve uma repercussão pública que nos parece muito próxima do conceito cunhado por Kenneth Gould e Tammy Lewis

(2017), a chamada “gentrificação verde”. (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2019, p. 5)

Entendendo que a ocupação da quadra se dá num contexto de valorização, devido ao Parque Olhos D’Água, inferimos que o investimento de capital está na origem da ocupação da CLN 412/413, sendo alvo de negócios que buscavam um público de padrões de consumo elitizados, aproveitando-se do ambiente que atendia às primeiras propostas modernistas características da construção de Brasília, em que uma urbanidade cosmopolita e um planejamento urbano que trouxesse à memória a vida pacata nos subúrbios se combinavam (SILVA, 2016; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2019).

Do mesmo modo, o fator de *renovação* social por grupos de maior renda não será encontrado, porque não há uma incidência inicial de classes populares, pelo contrário, a própria ocupação inicial já teve o caráter elitista e privilegiado de comércios voltados para o consumo das classes médias-altas da região do parque e da Asa Norte do Plano Piloto. Passados cerca de 28 anos desde sua ocupação, nossa visita ao campo demonstrou que a atividade comercial em geral permanecia sob os mesmos parâmetros.

No comércio da 412, os cafês e restaurantes possuíam *design* e decorações requin-

tadas e que remetem ao *gourmet*, indicando o refinamento dos produtos e por efeito, dos consumidores, com nomes que faziam referência à culinária italiana, francesa ou japonesa. Durante nossa primeira visita, todos os estabelecimentos estavam fechados, com abertura prevista para depois das 18 horas – horário sincronizado ao fim do expediente do mercado de trabalho formal e tradicional –, diferentemente do outro lado da rua, da 413, em que havia vários restaurantes e padarias abertos, mas quase vazios devido ao horário, de movimento mais baixo, entre 15 e 17 horas.

O entrelaçamento entre o investimento de capital e o espaço físico enquanto capital simbólico de distinção⁶ leva a um processo de transformação, inclusive dos espaços públicos, na busca dos novos estabelecimentos em aderir ao padrão estético de consumo elitizado. O caso mais marcante é de uma boleria que pintou o piso da calçada circundante (área pública) em um tom de rosa bastante chamativo, embora já desbotado. A intenção foi chamar a atenção de seu público-alvo nas redes sociais: as elites que procuram por espaços que remetem à ideia de luxo.

Essa boleria rosa alimenta e reproduz toda uma decoração que também remete à Inglaterra (como uma réplica de uma cabine telefônica londrina também instalada na área externa, com o tradicional vermelho dando lugar ao rosa), inclusive com homenagens e

6 O capital econômico se refere aos fatores de produção, renda, patrimônio ou bens materiais. Já o cultural se refere às qualificações intelectuais providas principalmente pela educação formal e familiar, que se expressam de três formas: incorporados no corpo (expressão oral); objetivos (posse de artes); e institucionalizados (diplomas e títulos). Por sua vez, o capital simbólico é referente à honra e ao reconhecimento (ritos, etiquetas e protocolos). O capital social se refere aos recursos produzidos pelas redes relacionais (BOURDIEU, 2018).

felicitações recorrentes à família real no *Instagram* – além do discurso e de uma estética feminina tradicional-conservadora⁷.

Para além do processo de reinvestimento de capital visando a manutenção e/ou atualização do *status quo* pretendido no espaço, há na quadra um outro processo de reinvestimento de capital, que se dá na ocupação das salas disponíveis para aluguel no segundo andar (acima das lojas) e nos subsolos dos blocos (abaixo das lojas). Planejadas e originalmente destinadas para abrigar comércios e escritórios, nos últimos anos é crescente o número de salas transformadas em moradias.

Na subseção que segue, exploramos e aprofundamos nosso olhar sobre este fenômeno. Argumentamos que o processo de gentrificação da quadra não é tão simples quanto o modelo teórico prevê. Enquanto no nível da rua, ou seja, das lojas, comércios e suas fachadas, se vê uma quadra gentrificada e voltada para um público elitizado, as salas parecem estar em um processo contrário à gentrificação, de “popularização”: estão se adaptando para receber trabalhadores, estudantes e pessoas de menor renda que, em busca de moradias próximas aos locais de trabalho e estudo no Plano Piloto, encontram nestes espaços preços mais acessíveis,

além de reduzir drasticamente o seu tempo de deslocamento. Se os trabalhadores e os estudantes demoram entre 1 e até 3 horas se deslocando das Regiões Administrativas periféricas para seus postos de trabalho e/ou estudo no Plano Piloto, na CLN 412/413 se está a pouco mais de 20 minutos a pé da Universidade de Brasília, até menos se o destino for o Instituto Federal de Brasília ou algum posto de trabalho nas quadras comerciais da região.

Temos, portanto, uma contradição no processo de gentrificação, que agora indica uma crescente coexistência entre classes e modos de vida – este último ponto será explorado na segunda subseção, voltada para a análise da noite na quadra.

Continuidades e transformações: entre fachadas e novas moradas

Iniciamos nosso campo nos dirigindo à 413. No primeiro prédio visitado encontramos uma zeladora, Mariana, oriunda do Piauí, que fugiu da violência doméstica para tentar a vida em Brasília. Perguntamos se ela sabia de quitinetes disponíveis para aluguel e ela assentiu, respondendo que haviam *salas* para alugar e ela seria a responsável por mostrá-las aos visitantes interessados.

7 Durante o campo e a análise das redes sociais, foi possível notar uma exaltação de uma representação da mulher que se assemelha à da personagem clássica das animações do estúdio Hanna-Barbera: Penelope Charmosa. Sempre vestida de rosa e botas brancas, Penélope é uma piloto loira, bonita e (herdeira) rica, cujo seu consultor privado é seu maior inimigo, sempre tentando sabotar suas aventuras para ter acesso livre à sua riqueza. Nos desenhos, é sempre retratada como a “patricinha” ingênua e indefesa, mas que consegue escapar das armadilhas graças a sua delicadeza, beleza e ajuda de homens apaixonados. A ideia de realeza, de princesa, se aproxima da visão de gênero heteronormativa e conservadora sobre a feminilidade, culminando na ideologia de consumo que a loja utiliza como estratégia para agregar valor e conquistar clientes.

Essa definição tem como referência a função original desses espaços, construídos para que fossem salas comerciais⁸, entretanto, com as mudanças nas dinâmicas socioespaciais da região, cada vez menos comerciantes e profissionais liberais as alugam. A solução dos proprietários manterem a procura e a renda dos aluguéis foi flexibilizar a oferta, agora abarcando *moradores* que procuram opções mais baratas na Asa Norte.

Entretanto, para isso é preciso algum investimento de capital na reestruturação do espaço, transformando as até então salas comerciais de cerca de 30 m² em quitinetes, ou no termo do mundo imobiliário, *studios*, onde não há separação de cômodos para além do banheiro – e é nele que se encontra o maior desafio para essa adequação. Sendo projetadas para o comércio, o banheiro é na verdade um lavabo, onde não há um espaço para o banho, além da ausência de janelas ou meios de ventilação. Desta forma, precisam improvisar a instalação de chuveiros, onde a fiação é passada exposta, pelo teto, de forma que os próprios furos improvisados também cumprem a função de aeração do cômodo. A inadequação, e até mesmo um certo risco, é evidente.

No subsolo, o quadro é ainda mais acentuado e insalubre. No Plano Piloto de Brasília as quadras comerciais possuem subsolo, projetado para comportar salas comerciais e/ou servir como espaço anexo às lojas

do térreo, enquanto depósito ou cozinha, por exemplo. Porém, na 412/413 este uso do espaço tem mudado.

Assim como as salas comerciais acima das lojas, abaixo delas o mercado imobiliário também encontrou na readequação para a moradia uma nova forma de rentabilizar estes espaços. Ou seja, a mesma dinâmica encontrada nas antigas salas comerciais sobre as lojas também contempla as salas dos subsolos dos blocos. O problema com os banheiros e a necessidade de chuveiro improvisado também se repetem, entretanto, o problema com a ventilação é generalizado. Ao contrário das salas superiores, no subsolo não há janelas. Os problemas típicos desses tipos de moradias são muitos: insetos, ratos, umidade, mal cheiro, alta temperatura, mofo, entre outros. Não à toa, o investimento de capital nestes espaços, por vezes, abarca, além do chuveiro, a disponibilização de mobília completa sob um aluguel barato – e a falta de ventilação geralmente não é citada nos anúncios dos principais *sites* de Brasília⁹.

A falta de luminosidade e/ou ventilação, o planejamento original voltado ao comércio ou à instalação de estruturas auxiliares, enfim, a ausência de condições ideais básicas para moradia, é o fator que determina o baixo valor do aluguel das “novas quitinetes”, superiores e subterrâneas. Temos portanto uma readequação da oferta destes imóveis para uma nova demanda, de pessoas interessadas em morar no Plano Piloto

8 Além de ser possível perceber a intenção da arquitetura das salas, muitas sem banheiro ou chuveiro, ou sem qualquer estrutura para cozinha, também notamos que havia vários pontos de fiação para telefonia e internet, característica presente em clínicas e escritórios. Um zelador nos relatou que o processo de saída das empresas privadas era recente, devido à crise econômica causada pela pandemia da Covid-19. Após certo tempo desocupadas, as imobiliárias se adaptaram para ofertar as mesmas salas para moradia.

9 Especificamente OLX e Wimóveis.

pagando menos, mesmo com as inadequações. Desta forma, a opção de morar no subsolo tem se tornado viável e, em certa medida, atrativa para trabalhadores ou estudantes que procuram locais próximos ao trabalho e/ou aos estudos. Com o transporte público ineficiente de Brasília, onde o metrô não atende a Asa Norte, o subsolo da 412/413 se tornou uma das opções de moradia daqueles que não querem despender horas em locomoção e também não podem pagar aluguéis de quatro dígitos, padrão da região.¹⁰

Com a entrada de moradores na dinâmica social de uma quadra comercial, o cotidiano também se alterou. Novos agentes e agências passam a tecer outras formas de relações – e novos problemas relacionais surgem, principalmente entre os comerciantes e os moradores. Um exemplo dessa nova configuração e o conflito entre os comerciantes e os moradores foi identificado durante uma entrevista na hamburgueria O Burguês. Os funcionários nos relataram a existência e o incômodo com uma moradora em específico, que habitava o subsolo de um dos prédios. Tratava-se de uma senhora candomblecista¹¹,

que supostamente abusava do uso de bebidas alcóolicas e alegava incorporar entidades sobrenaturais, causando diversas confusões, principalmente com os lojistas. O descontentamento inverso também se apresenta com alguns moradores reclamando do barulho que os comércios noturnos, voltados para a venda de bebidas e comidas, produzem.¹² Há ainda os conflitos entre os moradores das salas superiores ou da região e os do subsolo, com os primeiros manifestando desprezo às moradias subterrâneas.¹³

Mesmo com os conflitos, os funcionários e os trabalhadores na quadra têm consciência das motivações dos novos moradores: uma oportunidade de melhoria de qualidade de vida. O que parece contraditório se explica: assume os riscos e insalubridades, mas ganha economizando dinheiro e tempo perdido em transporte – além do *status* social de morar no Plano Piloto.

Neste sentido, não raro o “ser” trabalhador e morador se confundem na dinâmica da quadra, já que os funcionários são exatamente o público alvo dessa reorganização imobiliária, alugando as salas logo ao lado

10 Em um dos prédios da comercial, ao descer para o subsolo, o encontramos fechado por grades. No pátio interior do subsolo, havia um cão, de raça pitbull, solto no ambiente. Isto chamou a atenção do grupo, que resolveu tirar fotos, a título de registro para ser apresentado na disciplina. Neste mesmo momento, um homem abriu as cortinas de sua janela, que dava visão para fora do prédio, e irritado ele ordenou que não tirássemos fotos de seu cão e questionou o que fazíamos ali, como se todo aquele espaço fosse parte de sua residência.

11 O termo candomblecista foi empregado pelos autores, devido à falta de solidez sobre a definição da religiosidade da senhora descrita, nos relatos dos entrevistados.

12 Relatos de moradores do Edifício Real Park, na EQN 412/413, mostram um cotidiano caótico onde o barulho da conveniência de bebidas, situada em frente, que vende e concentra consumidores de álcool 24h por dia, é um problema sério. São muitas as reclamações, e que, inclusive, já chegaram ao nível judicial. Em um caso emblemático, um policial entrou em surto em uma manhã, gritando que era impossível descansar depois do plantão da madrugada porque ou era a obra do prédio ou os frequentadores da conveniência com som alto até a manhã. Segundo uma moradora, ele gritava que ali também era um “ponto vermelho” – jargão policial referente ao hot spot, uma forma de policiamento baseado no mapeamento de ocorrências – de tráfico conhecido da polícia.

13 Em outro caso de outro prédio, encontramos mais uma zeladora, que mostrou o prédio todo para o grupo de pesquisadores, inclusive as salas disponíveis para aluguel. Em algum momento da visita, um casal de arquitetos se juntou ao grupo para acompanhar as visitas às salas. No momento em que Laura, a zeladora, nos apresentou as salas do subsolo, os arquitetos manifestaram seu desprezo às condições de moradia e comentaram: “pagar mais barato para morar com as baratas”.

de seu local de trabalho. Alessandra, dona da franquia da hamburgueria O Burguês, procurava por uma moradia próxima à sua franquia. Enquanto isso, morava numa quitinete na CLN 715, com estrutura muito semelhante à da 412/413. O zelador de um dos prédios, Lúcio, já morava no subsolo da hamburgueria, logo abaixo de uma conveniência 24 horas. A dona de uma casa de massagem, que será tratada posteriormente, dormia no próprio estabelecimento enquanto não encontrava outro local próximo para morar.¹⁴

Dito isto, argumentamos que na quadra ocorre um processo de ocupação por parte de classes baixas em detrimento da ocupação da quadra por classes mais altas e/ou comércios, característico desde sua origem. Este processo nos leva a crer que há sim um reinvestimento de capital, como determina o processo de gentrificação para Lees, Slater e Wyly (2010) e é corroborado por Guimarães e Almeida (2019). Entretanto, este reinvestimento de capital foi voltado para a adequação dos espaços agora pouco demandados pelo público costumeiro, tornando-os “mais populares” e atraindo novas demandas, principalmente de trabalhadores e estudantes.

Por isso, argumentamos que o processo de renovação social por grupos de maior renda, outro indicador central de gentrificação, está, neste contexto, *invertido*: há um fluxo de trabalhadores e classes médias baixas para as áreas comerciais das quadras, ocupando os espaços periféricos, subalternos e escondidos dentro dos próprios blocos de prédios, e o comércio elitizado dominou e

continua dominando as fachadas e os espaços das ruas, ao mesmo tempo que as classes baixas passaram a substituir os profissionais liberais que, em grande maioria, eram os inquilinos anteriores das salas – dentistas, advogados, arquitetos etc.

A gentrificação, neste caso, é um processo muito mais complexo do que parece e aparece nos modelos macroeconômicos/macrossociológicos. É possível aferir que há diferentes fluxos de agentes e agências na quadra, sendo alguns contraditórios à hipótese de um processo generalizado de elitização do espaço. Nos subsolos e nas sobrelojas houve um fluxo recente, de dentro para fora, de profissionais liberais, escritórios e comércios, que deixaram a quadra. Ao mesmo passo, um duplo fluxo de fora para dentro também é identificado: enquanto moradias precarizadas e improvisadas foram percebidas como forma de reaquecer o mercado imobiliário com uma nova oferta, novos serviços também apareceram, porém em turno ou espaços “invisíveis” para os consumidores *gourmet*.

Por isso, podemos dizer que há um quadro de reinvestimento de capital que acarretou em mudanças físicas do ambiente, mas este processo não pode ser totalmente compreendido na chave da elitização. A elitização está circunscrita ao nível das lojas e nos outros espaços, pelo contrário, há um investimento por vezes mínimo de capital para que haja maior mais-valia sobre as novas moradias ou oportunidades de serviços voltados para as classes populares.

14 Até mesmo a senhora candomblecista, quando foi apresentada, foi descrita como uma “despachante” que trabalhava e se sustentava na região graças aos serviços ligados à sua religião.

*A noite tem mil olhos: o espaço urbano
enquanto coexistência de contraditórios*

No tocante ao consumo, um ponto da quadra se destacou em todos os relatos que ouvimos. Uma conveniência 24 horas recebia o título de “problema” da quadra, recorrentemente citada pelos trabalhadores:

aqui à noite é uma barulheira. Tem essa conveniência aqui do lado que é 24 horas e o pessoal bebe aí de cinco da tarde às cinco da manhã. Tem também o barulho dos motoboys, afinal meu movimento aqui é maioria de entregas. Eu mesma já recebi muita reclamação do barulho deles e tive que montar um esquema pra organizar eles aqui. Um espacinho pra eles ficarem mais afastados, pedir pra não fumarem nada aqui nem ficar de boqueira se não tiverem esperando pedido.

O relato de Alessandra, dona da O Burguês, representa a opinião geral sobre a conveniência, que foi tão citada ao ponto de motivar uma visita à ela, numa sexta-feira à noite (19 de agosto de 2022), horário de maior movimento por lá. No tardar da noite, por volta de 02h da manhã do sábado, alguns carros chegaram no estacionamento que dava para a fachada da conveniência e havia algo em comum entre eles: todos eram modelos esportivos, rebaixados, com faróis de *xenon* e som automotivo potentes.

Tocavam músicas do hip-hop brasileiro, como o grupo Tribo da Periferia e o artista Hungria Hip Hop. Dali, vários homens saíram e se dirigiram aos arredores da con-

veniência. Alguns começaram a fazer barras em um portal que servia para fixar os toldos de um bar ao lado¹⁵, outros foram direto para o caixa e gritaram para que a funcionária começasse a montar as mesas no lado de fora. Enquanto isso, dois homens circundavam o prédio de maneira errante, procurando cruzar olhares com qualquer pessoa e, quando conseguiam, soltavam ameaças e ofensas, desafiando-as para uma briga.

O público consumidor da conveniência era um público tradicional, que já se conhecia e assim nos reconhecia enquanto estranhos. Lá pudemos sentar com Márcio, um empreendedor de 37 anos que mora na Asa Sul, mas que nasceu na Ceilândia, conforme nos contou. Márcio definiu o entrevistador/interlocutor como “com cara de UnB”, e quis saber o que fazia na conveniência. Perguntamos se aquele não era o único evento “pós-festas” (que abre quando os outros pontos fecham) da Asa Norte, e ele respondeu que era sim um dos únicos estabelecimentos no Plano Piloto que vendia bebidas depois das duas da manhã, mas o público ali era sempre o mesmo, “jovem, *playboy* ou estudante não colam aqui não. Normalmente, eles têm algum apartamento pra ir”.

Se de dia os estudantes figuravam como um agente nas moradias da quadra, de noite sua presença era estranhada, se tornando um foco de atenção na medida em que se apresenta como uma figura deslocada na composição social do espaço. Como se nota, isso não significa que ali há uma gentrificação que afasta os estudantes e recepciona

15 Chamado Barzin, que visitamos antes do movimento da conveniência se intensificar. Nele, ficamos entre às 22h30 e 01h30 da manhã.

jovens *playboys* em tribos automobilizadas. Pelo contrário, os estudantes são interpretados como pertencentes às elites, aos “outros”, e com efeito, aquele era um espaço não-gentrificado, por definição daqueles que ali frequentam e compõem os rituais e as identidades que dele são produzidas e nele se expressam.

Ao longo de nossa presença naquela conveniência, foi possível identificar – seja pelas conversas paralelas que ouvíamos, seja pelos relatos dos clientes com quem conversamos – que sua clientela era composta majoritariamente por pessoas que não habitavam o Plano Piloto. Em dado momento Márcio apontou para algumas mesas, dizendo que ali todos eram “pé-rapados que querem pagar de *playboy* só porque bebem no Plano”. Suas queixas em voz alta despertaram um burburinho na conveniência, que já estava lotada, e uma briga de bar pareceu estar cada vez mais iminente, o que motivou o fim da nossa última visita à quadra.

No fim, pareceu candente que a noite na CLN 412/413 se trata de um espaço social em disputa, onde os conflitos entre identidades conformam mundos paralelos que coexistem e se interpenetram. Há uma ideia comum sobre o *status* deste espaço: um lugar das classes médias-altas do Plano Piloto. Porém, no nível das identidades dos “invasores” da madrugada, há diferentes assimilações e instrumentalizações deste *status*. Enquanto alguns, como Márcio, vêem uma forma de afrontamento de um *ethos* elitista, desafiado pelos periféricos, outros veem no consumo no espaço uma forma de ascensão simbólica – os “pé-rapados que querem

pagar de *playboy*”.

Essas duas formas de significar o espaço social coexistem de maneira conflitante. Mesmo assim, ambas demonstram (novamente) uma renovação social por grupos de menor renda, que entram no espaço numa lógica inversa ao modelo de gentrificação, que tem como principal fator a incorporação dominante de grupos de maior renda no espaço. Assim, também se revela em contrário ao deslocamento diário – e diurno – dos trabalhadores da região de Brasília, que em vez de se dirigirem às cidades dormitório (periferia) após o horário de trabalho, permanecem ou acessam o Plano Piloto (centro) para seu lazer.

Comparada com o dia, a noite na quadra é totalmente diferente. A noite é o período em que “*playboy* não cola”. O público é seletivo e frequente, e se configura numa dinâmica que inverte o fluxo de pessoas de baixa renda, que agora adentram cada vez mais a quadra para *consumir*, quando de dia o consumo é voltado para as classes-médias e elites. Com efeito, os agentes identificados como parte dessa elite são constrangidos quando identificados durante a noite.

A reação dos estabelecidos: o controle e estigma sobre os andarilhos e as prostitutas

As identidades de grupos sociais são construídas em processos relacionais com outros grupos, mediante assimilação cultural de similitudes e, principalmente, antagonismos, que demarcam as continuidades e as fraturas sociais entre eles. Esse processo de

significação espelhada entre o “nós” e “os outros” – objeto tradicional tanto na Antropologia como na Sociologia –, pode ser percebido e analisado não apenas em termos macroestruturais (históricos, por exemplo), mas nas relações cotidianas que demarcam rivalidades morais específicas e disputas situadas em espaços sociais circunscritos. O caso da subseção anterior demonstra essa dinâmica no interior das disputas identitárias e simbólicas dos *outsiders* noturnos entre si. Agora, procuramos demonstrar como essas disputas também se configuram entre os *outsiders* e os *estabelecidos* na quadra.

Em resumo, foi possível notar um processo de segregação visando forçar o deslocamento ou apagar a presença dos grupos de menor renda – e suas sociabilidades – da quadra.

É o caso de Bruna, dona de uma “casa de massagem” recém instalada no subsolo da quadra. Enquanto conversávamos com o zelador de um prédio da 412, o acompanhamos pelo subsolo e lá observamos uma sala com portas de vidro cobertas por uma película branca opaca e uma campainha. Uma funcionária de uma *pet shop*, que ficava de frente para esta sala, nos informou que ali ficava uma casa de massagem e especificou, rindo, que “é aquele tipo de massagem, *sabe?*”. Tentamos conversar com o zelador sobre a casa de massagem e isso gerou um desconforto tamanho, que o fez encerrar às pressas nosso diálogo. Mesmo assim, conseguimos voltar ao local sem a presença do zelador, e tocamos a campainha. De lá saiu

uma mulher que aparentemente encerrara seu expediente e, por isto, solicitou que voltasse dois dias depois, às 17h, para falar com quem estivesse naquele horário.

Voltamos e quem estava naquele horário era Bruna, a dona da casa de massagem que de pronto nos perguntou “e no quê que isso [a entrevista e a pesquisa] vai prejudicar a gente aqui?”. Após tomar conhecimento de todo o escopo do estudo, concedeu a entrevista e revelou uma série de dificuldades que “assumir sua vida” trazia¹⁶:

eu mantive segredo por muito tempo, mas quando assumi esse ponto, as coisas começaram a dar certo, o dinheiro entrava, eu comecei a ajudar mais minha família. [...] Agora, eu mesma não consigo usar esse dinheiro que eu ganho. Eu já tive que mudar minha filha de escola, porque um coleguinha descobre, ou os pais descobrem e começa toda aquela coisa do *bullying*. Eu vou num restaurante aqui da comercial, com dinheiro, eles me olham com nojo, já me conhecem e não querem me atender.

Assim como Bruna tinha dificuldade de acessar os serviços que a quadra proporciona, além das dificuldades que o preconceito com seu trabalho gera para toda a família, a conveniência que anima a vida noturna no local também sofria diversos ataques, de todos os lados da quadra. O que começava na forma de relatos sobre o barulho do local, terminava com um atestado de reprovação de um lugar completamente divergente das regras implíci-

16 Ao fim da entrevista, Bruna concordou e incentivou a disseminação do conteúdo no artigo, sugerindo, inclusive, que um estudo mais aprofundado fosse organizado para investigar as atividades profissionais do sexo/prazer no Plano Piloto.

tas daquela cultura urbana. Em certos momentos, nós pesquisadores estávamos em lugar de destaque devido à diferença de nosso perfil frente ao dos consumidores usuais dos restaurantes e cafés, expondo um estilo tipicamente universitário, com mochila, calça jeans, camisa de estampa com mensagens políticas, cabelo longo, encaracolado e brinco. E isto evidenciava a maneira arisca com que o público nativo, seja de dia ou de noite, percebia a presença de *outsiders*.

Neste sentido, Bruna lembrou o caso de um homem que se sentiu desconfortável por ter sido notado por nosso grupo como um dos clientes da casa de massagem. Apesar dela considerar esse padrão comportamental uma “verdadeira hipocrisia”, Bruna ponderou que, por outro lado, o movimento de clientes que se consolidou ali é discreto, não incomoda os moradores, o zelador nem a síndica, que ao contrário do público geral, se mostrou empática com o propósito e a situação de Bruna.

Ela havia comprado o ponto há pouco tempo e falar sobre o estabelecimento recém adquirido fazia brilhar seus olhos. Entre uma fala e outra, mostrava fotos de itens que havia comprado para melhorar o serviço prestado e foi possível depreender de sua fala que, por anos, ocupou posições subalternas em alguns pontos de prostituição, seja na “pista”, cujo ponto referencial é a avenida W3 Norte, seja em outros tipos de casa. Em ambos, a palavra “exploração” marcou seus relatos. Com efeito, o ponto no subsolo da CLN 412/413

representava para ela uma ascensão social, uma oportunidade de trabalhar com mais dignidade e conseguir mais recursos para a sua família, melhorando a qualidade de vida.

Em verdade, a exploração dos serviços sexuais naquela casa de massagem e a referência da prostituição brasiliense, a avenida W3 da Asa Norte, é muito diferente. Apesar da diferença entre o dia e noite serem notórias¹⁷, em ambos os locais, enquanto as atividades na W3 começam após às 19 horas (SILVA, 2016), na 412/413 elas se encerravam às 21 horas. A exposição das mulheres na W3, num tipo de atividade sexual de “pista”, onde as mulheres ficam à espera de carros na calçada, numa espécie de vitrine de *drive thru* (Ibid., p. 75), nem se compara com a discricção da casa de massagem, tanto para a profissional como para o cliente.

Deste modo, a casa de massagem oportunizava não só uma forma de prostituição anônima, como mais protegida da violência que marca o trato com os “cafetões”, comuns na prostituição de rua. Essas diferenças se revelam na administração ou na gestão do trabalho. A despeito de a direção do estabelecimento ser enquadrada legalmente como cafetinagem, a atividade de um cafetão na W3 está orientada para a supervisão e vigilância das mulheres (Ibid., pp. 73-74), enquanto na casa de massagem, se dá na administração e coordenação das agendas das “garotas”. Além de um patamar mais alto de valorização monetária do serviço na casa de massagem.

17 A diferença entre dia e noite nos dois locais também se manifesta de maneiras diferentes: “durante a semana, a W3 Norte é bastante movimentada de dia, com comércio de rua intenso”. (SILVA, 2016, p. 66) Na 412/413 ocorre o contrário, o que talvez contribua para que os horários de funcionamento dos estabelecimentos de serviço sexual tenham horários quase invertidos.

Bruna ressaltava como a casa de massagem lhe dava a oportunidade de assumir uma posição mais favorável em sua vida, e ainda proporcionar uma experiência mais justa para as mulheres que trabalham para e com ela. Esta ideia era recorrente em sua fala:

eu admiro muito todas as meninas que fazem pista. [...] Todo o perigo que elas passam, toda a humilhação e isso pra ganhar 50, 60 reais no programa. Eu conheci meninas muito jovens, [...] que foram espancadas num programa, que o cliente fez necessidade nelas. Eu tinha uma conhecida que trabalhava num hotel perto do Brasília Shopping. [...] Um dia essa menina subiu com um homem. Depois de um tempo, o homem desceu e ela não. Dias depois, abriram o quarto dela e ela tava morta. Tinha sido enforcada. Agora, um caso desse nem chega na polícia. Então, hoje eu posso proporcionar segurança pras minhas meninas, posso garantir o respeito, o dinheiro, sabe? Então assim, a qualquer momento um homem doido pode querer fazer alguma coisa com a gente, então não tem dinheiro que paga isso.

Era clara a visão de que a prostituição deveria ser uma alternativa temporária para a ascensão social, porém, a oportunidade de gerir um ponto de prostituição na 412/413 trouxe as condições perfeitas para isso: “aqui frequenta um público mais classe média alta, né. Quando eu cheguei, que vi essa quadra, eu já falei pras meninas que poderia aumentar o valor pra 300 reais”.

Aqui temos um exemplo de como o *status* elitizado que a quadra carrega de sua origem estava sendo instrumentalizado por pessoas oriundas de fora do Plano Piloto. O caso mostra que há uma apropriação dos lucros do capital simbólico gentrificado, próprio da quadra, por parte não apenas da elite ou classe média-alta, mas também de trabalhadores e das classes baixas.

Entre estes diferentes espaços, haviam ainda aqueles *outsiders* caracterizados pela falta de um: os andarilhos/moradores de rua. Ocupantes da quadra durante a noite, eles vagavam pelos consumidores para pedir doações em dinheiro, bebida ou comida. Alguns vendiam confecções artesanais, pedras e *souvenirs* de cidades místicas que diziam ter visitado. Na perspectiva dos comerciantes e de seus funcionários, essas pessoas representavam um risco iminente e constante. Entretanto, enquanto os comerciantes buscavam amenizar tal risco por meio de uma convivência pacífica, os moradores tinham dificuldade em se relacionar com os pedintes. Uma atendente nos relatou: “aqui nessa quadra também tem que saber se relacionar com os moradores de rua e os andarilhos. Nós sempre ajudamos eles e isso incomoda o pessoal do prédio, mas por causa disso, nunca tivemos problema com esse pessoal”.¹⁸

Quando visitamos uma loja de produtos sexuais (*sex shop*) na quadra, a vendedora nos relatou como este risco das pessoas em situação de rua se concretizava no cotidiano. Seu expediente terminava às 20h, já no começo das movimentações da vida noturna da quadra. Em seu relato, ela afirmou que

18 Todos os comerciantes relatam se espantarem com o crescimento dos andarilhos nos últimos tempos e associam esse aumento ao desenvolvimento de uma estratégia mais “gananciosa” de obter recursos, recusando as marmitas que lhes eram oferecidas. Com efeito, é interessante notar que não citaram a pandemia ou a crise econômica, mas a ganância.

pelo fato de trabalhar em uma loja de artigos sexuais, os andarilhos se sentiam à vontade para dirigir a ela as mais diversas importunações de cunho sexual e, desde que começou a trabalhar naquela loja, já havia sido diretamente assediada pelo menos duas vezes.

Um dos mecanismos desenvolvidos para lidar com os andarilhos e pessoas em situação de rua, além da entrega de marmitas, era a contratação de outras pessoas em situação de vulnerabilidade para que vigiassem e impedissem que passassem por dentro do perímetro dos restaurantes. Geralmente essas pessoas eram as mesmas que trabalham no controle das vagas de estacionamento na rua, os famosos Flanelinhas. Um deles informou que, em troca do serviço para os restaurantes, recebia restos de pizza e dinheiro.

Apenas após as visitas conseguimos discernir os discretos mecanismos cotidianos que funcionavam para controlar e isolar figuras indesejadas. De certa forma, esses mecanismos de segregação também fazem parte das técnicas de obtenção de lucros (financeiros e simbólicos) do espaço social, que os novos moradores e os pequenos comerciantes procuram.

Os segundos andares e os subsolos dos prédios, junto da vida noturna ligada à conveniência, representam um fluxo de fora para dentro de pessoas de classes baixas ao espaço social da quadra. Com efeito, demonstram que a gentrificação na quadra é muito mais complexa e plural do que os olhos dos consumidores podem perceber.

5. Considerações Finais

Conclui-se que, apesar de haver um reinvestimento de capital na origem da

ocupação da quadra, por parte de empreendedores que buscavam se utilizar da valorização imobiliária trazida pelo Parque Olhos D'Água, o ciclo de reinvestimento de capital atual tem também como foco o movimento de trabalhadores que buscam morar próximo de seu trabalho e de estudantes que buscam viver nos arredores de instituições de ensino. Com condições financeiras limitadas, estes grupos têm acessado as salas comerciais adaptadas e os subsolos dos prédios.

Vale lembrar que ainda existem empreendimentos elitizados sendo implantados na quadra, mas estes hoje são minoritários, prevalecendo porém aqueles já instalados há alguns anos. A conveniência e a casa de massagem representam empreendimentos completamente diferentes destes anteriores e dos originais. Agora, são consumidos por classes populares, que ao trazerem consigo novas sociabilidades, são vistos como problema local, principalmente para aqueles que já estão ali antes de sua chegada.

O movimento de novos moradores, que buscam aluguéis mais acessíveis, tem configurado uma renovação social na quadra, mas ao contrário do previsto por nosso aparato teórico, esta renovação social se dá por um grupo de menor renda do que os ocupantes anteriores. O que eram consultórios, clínicas e escritórios, hoje são salas disputadas por estudantes, zeladores e outros agentes das classes populares. A quadra, que atraía uma camada da elite de Brasília, continua atraindo este público, mas agora também atrai moradores e consumidores oriundos de fora do Plano Piloto. O aumento do fluxo de andarilhos e de pedintes, relatado pelos comerciantes, deve ser igualmente conside-

rado como uma evidência deste fluxo social contrário ao tipo ideal de gentrificação.

As mudanças na paisagem física eram totalmente representadas pela decoração e *design* dos restaurantes e dos cafés de luxo, o que ainda argumenta a favor da existência de um processo de gentrificação, porém, o que inferimos nesta pesquisa é que a dinâmica social interna ao espaço social analisado é mais complexa do que se pôde prever. Evidenciado pelos ocupantes cotidianos da quadra, que têm identificado o *status* (material e simbólico) que ostenta e, então, buscam se apropriar dele em benefício próprio, aspirando ascensão social, prestígio e/ou melhores condições de vida.

Embora não seja nosso objetivo, podemos ressaltar que resta ainda uma hipótese para as causas dessa característica contraditória no fluxo do processo de gentrificação da CLN 412/413: é possível que a desvalorização das salas seja um efeito causado pela pandemia do coronavírus e, conseqüente, da crise econômica, além das mudanças no campo dos serviços, com maior autonomização e prestação virtual de serviços depois da pandemia da Covid-19, atingindo diretamente a demanda por espaços físicos como escritórios e consultórios. Fora de nosso alcance, para testar tal hipótese, é necessário estudos que relacionem essas inferências microsociológicas e suas causalidades macrosociológicas e econômicas.

Ao contrário do que esperávamos, não encontramos uma quadra gentrificada, em seu sentido literal e estrito; encontramos um espaço social complexo e diverso, plural, no qual presenciemos espécie de tecnologias/mecanismos das elites, tanto em se renovar – alcançando

novos lucros – como em manter o controle sobre o espaço *apesar* de transformações que, em tese, poderiam ameaçar a dominação simbólica da quadra. Esses mecanismos se expressam sob uma estética que propaga os fetiches luxuosos e do consumo exclusivo/diferenciado, mas escondem mecanismos sociais de exclusão e de segregação, que por sua vez garantem uma exploração dos mais pobres por meio da reestruturação de espaços sem afetar o *status quo*.

Com isto, a gentrificação é visível, mas não é óbvia. A análise nos mostrou como os mais pobres podem, inclusive, se aproveitar desses mecanismos e seus lucros, embora sejam, eles mesmos, alvo e vítimas: relegados para as franjas do espaço físico, alimentando-se das migalhas dos lucros simbólicos do espaço – o que, mesmo assim, ainda significa uma ascensão social que propicia maior qualidade de vida frente a dura realidade das periferias. Com efeito, indicamos que a *incidência eficaz de mecanismos de manutenção de um status quo elitizado* é um fator a mais a ser levado em conta em análises microsociológicas sobre o fenômeno da gentrificação, tomada enquanto variável independente ou elemento contextual.

De qualquer forma, ao contrário do que previmos como hipótese, há uma ascensão de sociabilidades populares e peculiares das classes médias e baixas, porém escondida dos olhares dos consumidores das elites, cujos recursos alimentam boa parte da vida material e simbólica da quadra CLN 412/413.

Referências Bibliográficas

BECKER, H. “A Escola de Chicago”. In: **Mana**. Estudos de Antropologia Social. Volume 2, número 2, outubro. Rio de Janeiro: PPGAS/ MN/ UFRJ. p. 177-187, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**, n. 27, v. 79, 2013.

_____. The forms of capital. In: **The sociology of economic life**. Routledge, 2018. p. 78-92.

CALDEIRA, T. “Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público”. In: **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000, p. 211-342.

CLARK, E. The order and simplicity of gentrification – a political challenge. In: **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. Oxon: Routledge, 2005, p. 256-264.

DA GUIA, G. **Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília**. Universidade de Brasília, 2006.

FLICK, U. Entrevista Episódica. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 114-136.

GOMES, Gustavo Henrique. **Parque ecológico de uso múltiplo Olhos D’Água: situação atual e importância para o lazer da comunidade**. 2004. 59 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

GUELLATI, Y. **Os jovens em seu bairro: efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPGSOL, UnB, 2014.

GUIMARÃES, S; ALMEIDA, R. Brasília entre discursos modernistas e usos contemporâneos do espaço urbano: notas sobre processos de gentrificação na capital federal brasileira. In: **XI Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Santiago de Chile, junio 2019**. Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2019.

HOYT, H. **One hundred years of land values in Chicago**. University of Chicago Press, 1933.

_____. The pattern of movement of residential rental neighborhoods. *In: The Structure and growth of residential neighborhoods in American cities*. Washington: Federal Housing Administration, 1939, p. 114-122.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **The gentrification reader**. New York: Routledge, 2010.

LEY, D. Gentrification and the Politics of the new middle class. **Environment and planning D: Society and Space**, n. 12, p. 53-74, 1994.

MAGNANI, J. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **RBCS** vol. 17 nº 49, p: 11-29, 2002.

OLIVEN, R. A cidade como categoria sociológica. *In: Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Editora Vozes, 1980.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PACHECO, M. **Gentrificação em Brasília: transformações urbanas na produção do espaço metropolitano de Brasília**. 2020.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26 - 67.

SILVA, C. **Narrativas sobre a prostituição feminina na W3 norte: construindo um dispositivo**. 2016.

SMITH, N. **La nueva frontera urbana**. Ciudad revanchista y gentrificación. 1. Ed. Madrid: traficantes de sueños, 2012.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 153-155, 2007.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. O que é gueto? **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004.

WIRTH, L. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.

Espaço urbano e poesia no Distrito Federal: Pistas para uma investigação sobre as representações da cidade

Urban Space and poetry in the Federal District: clues for an investigation of city representations
Espacio urbano y poesía en Distrito Federal: pistas para una investigación sobre las representaciones de la ciudad

Evellyn Caroliny de Jesus'
ORCID: 0009-0003-6228-3659

Resumo

O presente trabalho pretende refletir sobre as representações da cidade, no que diz respeito a duas Regiões Administrativas do Distrito Federal: Ceilândia e Planaltina. Para tanto, parte de duas visitas realizadas ao *campus* da Universidade de Brasília (UnB) de cada uma dessas regiões e mobiliza as observações e relatos coletados nesses dois momentos. Além disso, pretende abordar as representações da cidade pelas poesias produzidas por seus moradores, que nos permitem pensar as vivências e os sentimentos suscitados pela vida urbana naqueles que habitam seus espaços. Assim, mobiliza o arcabouço conceitual de Raymond Williams, em diálogo com debates da Sociologia Urbana.

Palavras-chave: Representações da Cidade; Poesia; Planaltina; Ceilândia.

Abstract

This paper intends to reflect about the representations of the city in two administrative regions of the Federal District: Ceilândia and Planaltina-DF. For this purpose, it is based on two visits to the University of Brasília (UnB) campus in each of these regions and mobilizes the observations and reports collected in these two moments. Furthermore, it intends to approach the representations of the city through the poetry produced by its inhabitants, which allow us to think about the experiences and feelings that urban life arouses in those who inhabit its spaces. Thus, it mobilizes the conceptual framework of Raymond Williams in dialogue with debates in Urban Sociology.

Keywords: Representations of the City; Poetry; Planaltina; Ceilândia.

Resumen

El presente trabajo pretende reflexionar sobre las representaciones de la ciudad, en relación a dos Regiones Administrativas del Distrito Federal: Ceilândia y Planaltina-DF. Para ello, parte de dos visitas realizadas al campus de la Universidad de Brasília (UnB) en cada una de estas regiones y moviliza las observaciones e informes recogidos en estos dos momentos. Además, pretende aproximarse a las representaciones de la ciudad a través de las poesías producidas por sus residentes, que permiten pensar en las experiencias y sentimientos que la vida urbana suscita en quienes habitan sus espacios. Así, moviliza el marco conceptual de Raymond Williams, en diálogo con debates en Sociología Urbana.

Palabras-chave: Representaciones de la Ciudad; Poesia; Planaltina; Ceilândia.

1. Introdução

Planaltina, de tantas contradições e tradições
Esquecida do lado norte do avião
Transporte precário
Falta salário
Um ponto pra exclusão
[...]
Quem foi que disse que a gente vive triste?
Povo que resiste e não desiste
Planaltina, periferia
De cantos, prantos e alegrias
[...]
Pra você saber
Aqui também tem Unb
FUP – Faculdade Unb de Planaltina
FUP – Faculdade Unb da Periferia
(CARMO, 2019, p. 15-16)

Nesses versos encontramos um tom significativo, uma representação sobre a cidade pautada em seu lugar enquanto “periferia”, aliada a tônica da resistência, focalizando os sentimentos de felicidade e de tristeza daqueles que ocupam seus espaços. Como escreve a autora, “Planaltina, de tantas contradições e tradições” (CARMO, 2019, p. 15). Assim, podemos identificar o sentimento vívido de uma tensão entre a “capital federal” e sua “periferia”, esquecida pela utopia do planejamento urbano representado pelo formato do “avião”. Aliado a isso, temos a afirmação contundente da presença da Universidade Brasília (UnB), associada a ambi-

guidade de um jogo de palavras, no qual “periferia” ocupa o lugar de “Planaltina”.

Esse olhar específico sobre o urbano diz, não apenas a respeito do espaço em si, mas sobre a posição daqueles que lhe observam²: essa representação alia-se a uma experiência, uma forma de vivenciar a cidade por uma ótica específica. O que esse ponto de vista nos permite enxergar é que, para além dos discursos oficiais, principalmente aqueles associados ao imaginário de Brasília enquanto a capital modernista, a experiência urbana no Distrito Federal é marcada por tensões, aparentes na medida em que adotamos a perspectiva daqueles que vivenciam a cidade por suas contradições.

Nesse sentido, Raymond Williams é um autor que nos oferece a possibilidade de considerar a centralidade e a importância cultural das ideias de campo e cidade, visto “o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas” (WILLIAMS, 1989, p. 11). Tendo isso em vista, o presente artigo pretende refletir sobre as representações da cidade, no que diz respeito a duas Regiões Administrativas do Distrito Federal: Ceilândia e Planaltina. Esse trabalho tem como base empírica duas visitas realizadas ao *campus* da Universidade de Brasília de cada uma dessas regiões, durante a realização da disciplina de Sociologia Urbana, ministrada no primeiro

2 Nesse sentido, me inspiro nas formulações de Raymond Williams (1979), principalmente no que diz respeito à noção de ponto de vista. É isso que permite com que o autor opere uma vinculação entre escritor e obra: “há uma proposição central no marxismo, quer expressa na fórmula da infraestrutura e da superestrutura, quer na ideia alternativa da consciência socialmente constituída, segundo a qual a escrita, como outras práticas, é, num sentido importante, sempre alinhada; isto é, que ela expressa, explicita ou implicitamente, a experiência especificamente selecionada, a partir de um ponto de vista específico. Há, decerto, margem para uma argumentação sobre a natureza precisa desse ‘ponto de vista’. Ele não tem, por exemplo, de ser separável de uma obra, como na noção antiga de uma “mensagem”. Não tem de ser especificamente político, nem mesmo social no sentido mais limitado. Não tem, finalmente, de ser considerado como em princípio separável de qualquer composição específica. Não obstante, essas restrições não pretendem enfraquecer a afirmação original, mas simplesmente esclarecê-la”. (WILLIAMS, 1979, p. 198)

semestre de 2022 pelo departamento de Sociologia dessa mesma instituição. Assim, mobiliza as observações e relatos coletados a partir de conversas informais nesses dois momentos.

Além disso, pretende abordar as representações da cidade pelas obras literárias produzidas por seus moradores, destacando as vivências e sentimentos suscitados pela vida urbana naqueles que habitam seus espaços. O objetivo geral é apontar caminhos e possibilidades de análise, tendo em vista que, pelo contato muito breve com os lugares e as pessoas, não será possível realizar conclusões definitivas.

Essa temática exigiria um mergulho mais aprofundado, não apenas na análise das obras selecionadas, mas também nas trajetórias de seus autores, além do contexto histórico-cultural dessas regiões, o que acabou ficando fora do escopo deste trabalho. Tendo como inspiração as formulações de Raymond Williams (1989), o que proponho é um esboço preliminar de análise, um exercício de contrastar as discussões realizadas durante a disciplina com esse autor que é base da minha pesquisa de mestrado. Esse exercício acabou resultando em um levantamento de imagens e sentimentos comuns mobilizados tanto pelas obras quanto pelos relatos.

Pensar as estruturas de sentimento pode se mostrar um caminho interessante em um trabalho futuro, visto que este é um conceito que vem para tentar dar conta de um

fenômeno experimentado por todos nós: “em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas” (WILLIAMS, 1989, p. 11). Com isso, é possível enxergar que, apesar da realidade ser composta por uma gama imensa de atividades e de experiências que envolvem a vida na cidade, bem como a do campo, nessa variedade histórica encontramos a persistência de certas imagens e associações, verdadeiras formas de sentir esses espaços³.

Vale ressaltar que “a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p. 21). Porém, apesar da formulação instigante, não objetivo com esse trabalho transpor o arcabouço conceitual de Raymond Williams para analisar uma realidade específica; tomo a liberdade para mobilizá-lo como uma inspiração teórica – a influência de suas ideias está presente a todo momento enquanto uma forma específica de olhar o mundo, mas o destaque recai sobre as obras e os interlocutores.

2. Pensando campo e cidade em Planaltina - DF

Ao pisarmos no *campus* de Planaltina (FUP), a primeira coisa que se destacou foi o fato de nos reunirmos fora da sala de aula.

3 Dentro daquilo que Williams chama de “atitudes mentais poderosas”, encontramos imagens recorrentes em relação a ideia de campo e cidade: “o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade Clássica”. (WILLIAMS, 1989, p. 11)

Assim, logo de início, ocupamos um lugar simbólico para aqueles estudantes. A área na qual nos sentamos para ouvir seus relatos estava carregada de sentimentos e representações: foi o lugar da cozinha comunitária durante as ocupações; das festas estudantis como espaços importantes de socialização e lugar também das mobilizações ao redor dos centros acadêmicos, que anteriormente se reuniam ali. Um mesmo espaço, múltiplos significados e apropriações. Foi nessa roda de conversa que nos apresentaram o Núcleo de Estudos, Organização e Difusão do conhecimento sobre Literatura Marginal (NEOLIM).

A partir da existência desse grupo de estudos, e em diálogo com nossos anfitriões, cheguei a duas publicações que se propõem a tarefa de difundir a “Literatura Marginal”: o volume 1 e 2 do livro *Poesia nas Quebradas*, ambos organizados por Ravena Carmo. Como alguém que vem pesquisando romances brasileiros, qual não foi a minha surpresa quando as conversas indicaram justamente a centralidade da produção poética no Distrito Federal. Meus interlocutores, se não eram poetas, conferiam um lugar de destaque para esse gênero em suas falas. Isso permite pensar em termos de uma cena cultural nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal que, não apenas gira em torno da poesia, mas é marcada por diversas outras produções e manifestações culturais, nas quais a performatividade aparece enquanto característica marcante, como o caso das batalhas de rima e dos sarais, por exemplo.

Vale comentar que, ao chegarmos em Planaltina, ouvimos a declamação de uma poesia com o intuito de nos “apresentar” a

cidade, o que me faz pensar na oralidade e no improvisado como elementos formais constitutivos de parte dessas produções. A dimensão da *performance* acrescenta outras complexidades para a análise, o que faz com que apenas uma abordagem formal dos versos não seja suficiente para captar os diversos elementos constitutivos dessas manifestações: tanto aqueles que dizem respeito à interação entre artista e plateia, por exemplo, muito vívida no contexto de uma declamação, como aqueles componentes da fala e do timbre, como a entonação da voz.

Com relação ao livro *Poesia nas Quebradas*, temos a afirmação de que esta obra “é sobre sentir, viver e ser a periferia” (VERONIKA, 2019, p. 12). Nos múltiplos significados que a cidade carrega, “definida como o nosso território, nossa vizinhança, nosso bairro, nossa viela, nossa quebra”, a proposta do livro é então ressaltar “o pertencimento, a identidade, o lar, o lugar e o não lugar, com sentimentos de alegria, dor, certeza, perda, encontro, revolta, liberdade e até saudade” (VERONIKA, 2019, p. 11). É significativo, portanto, pensar na ideia de uma literatura que carrega a alcunha de “marginal”.

Ainda nas palavras de Veronika, “a literatura é periférica e marginal porque foi escrita por quem está à margem de uma sociedade que ainda não aprendeu a valorizar o cotidiano e as vivências do outro” (VERONIKA, 2019, p. 12). Como termo que suscita muitas reflexões, a ideia de Literatura Marginal vem sendo reivindicada por uma gama de autores e mereceria uma análise mais detida. Como relata um dos integrantes do NEOLIM, em conversas informais, apesar de ainda não

terem elaborado um conceito para as coletâneas de poesia, o foco central está em manter a “potência política das produções”, para além de um esforço de categorizá-las.

Nesse sentido, esse termo funciona como aposta de afirmação e de inserção desses autores no circuito da produção cultural do Distrito Federal. Além disso, ao nos determos nas produções, podemos perceber uma carga simbólica específica associada à Brasília, visto que as poesias aqui abordadas trabalham na chave de uma tensão entre a capital e suas “periferias”. Assim, o que há de mais significativo, a meu ver, é que essa perspectiva coloca justamente em questão a narrativa corrente de Brasília enquanto a capital modernista.

Tendo isso em vista, analisarei brevemente o segundo volume do livro *Poesia nas Quebradas*, que reúne autores de diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Porém, conforme o recorte desse trabalho, destaco apenas os poemas dos autores de Ceilândia e de Planaltina. Nessas poesias, percebemos que raça, classe, desigualdade e capitalismo são temas que permeiam as representações, ao lado também das noções de solidariedade, esperança e a busca por dias de paz. O tom contundente de crítica prevalece e aponta para a procura de possibilidades, muitas delas vislumbradas fora do sistema: “em nenhum lugar eu encontrei, continuarei caminhando até me alegrar, lutarei, batalharei até o sistema capitalista derrotar” (ALEXANDRE, 2021, p. 93).

Uma consciência que enxerga a possibilidade de mudança, de saída da situação de quem vive uma cidade marcada pela tônica da desigualdade:

Aqui na minha cidade,
As ruas tem buracos e não bueiros
Mil empregadas e mil pedreiros
Porque na minha cidade,
A educação é precária
[...]
Aqui na minha cidade,
As visões começam a mudar
E quando chegarmos ao topo
Saiba que todos os prédios
Da cidade grande dos nobres
Nós iremos derrubar
(ROCHA, 2021, p. 85-86)

Nessa cidade repleta de assimetrias, as poesias também abordam as experiências das pessoas negras que ocupam esses espaços:

Ir no shopping, preto que sabe, viu
É segurança de porta em porta
E se der ruim, corre “tio”
Porque é para você que vão apontar.
Teu alvo pintando em 500 anos de escravidão vai te
delatar
(PIRES, 2021, p. 23)

É desse contexto que emerge a busca por dias melhores, junto a tônica da resistência e da luta, pois, “afinal, o que é ser aceito? É ocupar” (CARDOSO, 2021, p. 42):

Dar voz à sua luta
Ocupar lugares, universidades
Aqueles lugares as quais o ser padrão e elite acredita
ter conhecimento e posse
Não se contente, queira respostas
Que a justiça seja feita
Em todas as línguas ou religiões
Que os pedidos e choros se transformem em expressão!
(CARDOSO, 2021, p. 42-43)

Nesse sentido, aparecem imagens relacionadas aos desafios enfrentados por aqueles que habitam a cidade, que os tornam verdadeiros “sobreviventes”:

Somos seres sobreviventes
Em uma incessante disputa,
Por direito a igualdade
Que se perde a cada dia,
(WN RAPPER, 2021, p. 74)

Além disso, apesar de marcada pela violência e desigualdade, a cidade também é lugar de uma esperança que resiste:

Narrando pra você em poesia
Tudo aquilo que eu perdi...
Perdi minha liberdade;
Perdi minha família;
Só não perdi minha esperança
(MARTINS, 2021, p. 64)

Esperança de que, independentemente das lutas, “a arte ainda pode nos salvar” (GABRIELA, 2021, p. 102):

Estrelas que brilham na escuridão
Fazendo com que em meio a tanta bagunça
Ainda possa ter arte
Damos sentido
Fazendo com que toda sua desordem
Ainda que de alguma forma, faça sentido,
E tenha ordem
(GABRIELA, 2021, p. 101)

O que considero interessante notar é a tônica da luta e da resistência como temas também recorrentes nos relatos coletados durante ambas as visitas. Essa confluência temática entre relatos e poesias não é mera coincidência, pois aponta para uma experiên-

cia específica, que pauta um olhar sobre a cidade.

No caso da FUP, as falas de nossos anfitriões mobilizaram uma memória da instituição, pautada pelo viés da reivindicação por diversas demandas e pela história de resistência associada à institucionalização de seus cursos, principalmente o de Educação para o Campo. Nossos anfitriões destacaram o envolvimento direto desse curso com os movimentos pela terra, ocupando um lugar de embate com interesses vinculados ao agronegócio. Além disso, o simples fato de os portões ao redor do *campus* estarem abertos foi pontuado como resultado direto das reivindicações pelo direito de acesso da comunidade local, em desafio direto a um projeto de universidade que se faz presente fisicamente, mas está isolada da população ao seu redor.

Outro ponto central dos relatos foi a aproximação com o campo, tanto por causa do corpo discente, composto de alunos quilombolas participantes de um regime com temporalidade própria, quanto pela paisagem, com o cerrado bem preservado a nossa volta. Em suas falas, nossos interlocutores mobilizaram diversas representações de campo e cidade com múltiplos significados, tanto que em um dos comentários vemos Planaltina associada a um lugar onde “o cavalo está lado a lado com o Grafitti”. Nesse sentido, cidade e campo não estão em termos de uma distância intransponível, ou em uma necessária oposição, mas em relação, próximos um do outro e, inclusive, conjugados pelo símbolo da resistência, presente nessas diversas representações, bem como marcado

nas próprias paredes pelas variadas artes que ocupam os prédios da instituição.

Tendo isso em vista, considero um caminho interessante pensar nas convenções associadas às representações do campo e da cidade. Por isso, penso as poesias e os relatos a partir da disposição específica de elementos que eles pressupõem pois, como nos mostra Williams, a apresentação de um lugar sempre carrega algo de muito significativo:

as descrições de grandes casas, de paisagens rurais, de cidades, ou de fábricas são exemplos evidentes dessas convenções variáveis, onde o “ponto de vista” pode ser considerado como uma escolha “estética”, mas onde qualquer ponto de vista, inclusive aquele que exclui pessoas ou as transforma em paisagem, é social. (WILLIAMS, 1979, p.176)

A hipótese inicial desse trabalho diz respeito à possibilidade de aproximar as experiências de Planaltina e Ceilândia, a partir de uma interpretação das poesias. Ainda tendo como referência o volume 2 do livro *Poesia nas Quebradas*, o que se sobressai da leitura dos poemas e da disposição de seus elementos, tanto nos autores de Planaltina quanto de Ceilândia, são temas comuns e o tom contundente de crítica. Apesar das particularidades e dos contextos muito distintos dessas regiões, seria possível então pensar em uma experiência comum que as une: aquela que diz respeito ao lugar de “periferia” em relação ao Plano Piloto.

Nesse sentido, vale recapitular, mesmo que brevemente, os discursos veiculados ao redor do projeto de Brasília que

ajudaram a instituir o imaginário da cidade enquanto a capital modernista. Holston (1993), por exemplo, é um autor que insere a concepção dessa cidade no contexto de um “modernismo vanguardista”. Para ele, Brasília figura como o exemplo “mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM” (HOLSTON, 1993, p. 37). CIAM diz respeito ao fórum internacional mais importante de debates sobre a arquitetura na época, onde eram discutidos, com especial atenção, a questão das cidades modernas. O plano de Brasília representa, então, uma “ilustração perfeita”, nas palavras do autor, dos princípios discutidos e formulados por esse fórum:

um cruzamento de vias expressas determina a organização e a forma da cidade exatamente como Le Corbusier, o mentor dos CIAM, preconizava [...] Superquadras residenciais são colocadas ao longo de um dos eixos; áreas de trabalho ao longo do outro. O centro público se localiza num lado do cruzamento entre dois eixos. A área de recreação toma a forma de um lago e um cinturão verde rodeia a cidade. Et voilà - planejamento urbano total. (HOLSTON, 1993, p. 38)

Sem diminuir a originalidade de seus idealizadores, Holston vincula Brasília a essa ideia de cidade moderna que estava sendo gestada. Porém, destaca as diferenças do projeto com relação a *Le Corbusier*: “a arquitetura de Niemeyer, por exemplo, é nitidamente mais leve e mais icônica que a de Le Corbusier, e o plano de Lúcio Costa inclui

um centro público - a quinta função que não havia sido definida quando Le Corbusier criou suas cidades ideais”. (HOLSTON, 1993, p. 38) Assim, seria possível dizer que existe um mesmo modelo de ordem urbana que estrutura essas concepções de cidade. Além disso, Holston aponta para a relação entre as propostas do CIAM e o modernismo soviético:

ambos os grupos partilhavam muitos dos princípios básicos no desenvolvimento de uma crítica das condições urbanas existentes, assim como uma teoria abrangente da nova cidade, e propunham soluções arquitetônicas específicas para as novas instituições da sociedade industrial, a saber, habitações em massa, fábricas, prédios de administração, parques e sistemas de comunicação. (HOLSTON, 1993, p. 44)

Dessa maneira, ressalta a aproximação de tais ideias com o projeto de Brasília:

tanto o construtivismo soviético como o funcionalismo pós-stalinista proporcionaram aos brasileiros mais do que simples exemplos de soluções arquitetônicas específicas. Proporcionaram também o modelo daquilo que Niemeyer chamou de “arquitetura social” na “solução” de problemas coletivos. (HOLSTON, 1993, p. 45)

Tendo isso em vista, Holston denuncia as contradições cruciais desse projeto. A partir da influência das ideias soviéticas no contexto brasileiro, é importante perceber que, na ótica de Niemeyer, esse tipo de arquitetura social

seria impossível no Brasil. Por isso, enquanto um arquiteto profissional, ele não teria “outro caminho senão servir as classes da elite ou um governo demagógico e oportunista”: “como um arquiteto modernista politicamente radical, Niemeyer afirma estar forçado, assim, a assumir uma contradição básica em sua prática, entre sua arquitetura necessariamente ‘não social’ e suas convicções políticas”. (HOLSTON, 1993, p. 45) Além dessa contradição básica entre Niemeyer e seu ofício, Brasília também carrega outras complexidades, que advêm do fato de ter sido

planejada por um liberal de centro-esquerda, seus prédios desenhados por um comunista, sua construção foi feita por um regime desenvolvimentista, e a cidade consolidou-se sob uma ditadura burocrática-autoritária, cada qual reivindicando uma afinidade eletiva com a cidade. (HOLSTON, 1993, p. 46)

Outro ponto crucial para pensar a questão é ter em mente o papel simbólico atribuído aos arquitetos, que teriam

encarado o projeto estatal de construir uma nova sede de governo como oportunidade para erigir uma cidade que iria transformar a sociedade brasileira, ou pelo menos impelir fortemente essa transformação – **um projeto, diga-se mais, de transformação social sem levante de massas.** (HOLSTON, 1993, p. 85, grifos próprios).

Dessa forma, Holston confere um papel propositivo central para a ação dos

arquitetos. Para além do planejamento, o que estava em jogo era uma concepção de cidade e, principalmente, de sociedade.

Vale ressaltar outra contradição fundamental: o plano pretende relegar os sinais de *status* ao âmbito privado e para isso estipula que “todos os habitantes de Brasília deverão viver em unidades residenciais do mesmo tipo, e que todos morarão na zona residencial planejada” (HOLSTON, 1993, p. 85). Porém, ao tentar lidar com a questão da estratificação residencial, o planejamento não se propõe a modificar a estratificação pressuposta pela estrutura da própria burocracia. Operando em uma lógica dual, que contrapõe ambiente de trabalho e local de residência, o plano se baseia em uma crença na possibilidade de neutralizar as hierarquias funcionais, na “expectativa de uma reviravolta de papéis, pela qual os padrões de autoridade e de deferência estabelecidos no trabalho não são transferidos para a moradia” (HOLSTON, 1993, p. 87).

Para que esse modelo funcione, seria necessário que

o burocrata que detém o mando no escritório esqueça de suas prerrogativas no momento de relacionar-se com vizinhos que bem podem ser subordinados distantes na estrutura burocrática. Do mesmo modo, assume-se que os subordinados sejam capazes de transcender em casa e no clube da vizinhança a deferência que os separados funcionários mais altos no local de trabalho. (HOLSTON, 1993, p. 87)

Porém, esse ideal de sociedade igualitária está longe de se realizar:

o plano de fato criou um sistema residencial que, durante alguns anos, impôs uma mistura de diferentes classes sociais na mesma superquadra e no mesmo clube. Mas, como sugere o bom senso, suas intenções igualitárias logo naufragaram em face da impossibilidade de tais reviravoltas nos papéis sociais. (HOLSTON, 1993, p. 87).

Além de analisar os planos que participaram da instituição de um imaginário ao redor de Brasília, outro aspecto importante diz respeito aos discursos veiculados nos anos 60 que funcionaram como estratégias de legitimação para esse empreendimento. Holston identifica dois tipos comuns de legitimação: por um lado, aquela que se dá pela ruptura, por outro, aquela associada à recapitulação histórica, “enquanto um rompe com o passado e salta em direção ao futuro, o outro identifica o futuro como a verdadeira realização das promessas iniciais do Brasil, que os anos anteriores não haviam conseguido concretizar” (HOLSTON, 1993, p. 208). Ao redor do imaginário sobre a construção da cidade, circularam ideias associadas a um voltar-se ao passado pela recapitulação histórica: “temos a Phillips Petroleum anunciando que, em Brasília, ‘o Brasil vê realizado o sonho dos Inconfidentes e o ideal dos Republicanos’” (HOLSTON, 1993, p. 208). Por outro lado, houve a construção de uma verdadeira “estética do apagamento e da reinscrição”, mobilizando a dimensão da ruptura por meio de um planejamento modernista que teria a capacidade de “apagar a velha ordem e reinscrever uma nova”, em um discurso

de evidente rompimento com o passado que postula um futuro radioso, “adotado pelos interesses industriais que se beneficiavam da política de Kubitschek” (HOLSTON, 1993, p. 208).

Nesse sentido, pensar Brasília e suas contradições, como nos mostra Holston e as poesias acima mencionadas, é um caminho interessante para compreender essa experiência urbana e seus desafios atuais. Enquanto a cidade, por uma certa perspectiva, poderia ser vista na chave de um apaziguamento de tensões, uma verdadeira transformação social sem levante de massas, como destaca Holston, nos deparamos com a potência política das produções culturais que nos oferecem a visão de uma experiência urbana não pacificada, sendo posta em questão em seus múltiplos significados.

3. Ceilândia: múltiplos significados

A partir do contexto no qual se inserem as concepções do planejamento de Brasília e do imaginário ao redor de sua construção, podemos refletir sobre a configuração das Regiões Administrativas e as diversas problemáticas daí advindas, que levam autores como Paviani a trabalhar com a ideia de uma “segregação planejada”. Como ressalta o autor, no final da década de 60, o Distrito Federal identificou inúmeras “favelas que ocupavam territórios estratégicos nas proximidades do Plano Piloto”:

Segundo foi reportado pela imprensa, o então presidente da República (general Médici) teria manifestado ao governador (coronel Prates da Silveira)

seu desagrado por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e “incomodativas invasões”. Para atender à observação presidencial e tentando coibir a proliferação das favelas (sempre atribuídas as fortes migrações) o governo do Distrito Federal instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que, entre os anos de 1970 e 1972, cadastrou todos os barracos existentes nas vilas periféricas ao Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia. Em razão do aparato montado, a transferência se deu sem que os percalços (poeira, lama, falta de água e de trabalho) constituíssem motivo de revolta dos transferidos. O “comportamento adequado” dos favelados foi também atribuído à promessa de “legalização” dos terrenos a baixo custo e pronta instalação de equipamentos como escolas, água encanada e eletricidade, facilidades que não eram encontradas nos acampamentos e favelas da periferia do Núcleo Bandeirante. (PAVIANI, 1991, p. 129)

A construção injusta do espaço urbano, nas palavras do autor, se dá pelo fato de que na nova localidade não havia oferta de trabalho nas proximidades, “nas favelas e acampamentos da periferia do Núcleo Bandeirante, ao contrário, o trabalho estava próximo: no próprio Núcleo ou a dez quilômetros, no Plano Piloto” (PAVIANI, 1991, p. 129). Desse modo, o mercado de trabalho passou por uma desestruturação, bem como outras instâncias da vida desses moradores como o lazer, as relações de vizinhança, acesso a serviços e afins.

Mara Resende destaca que essa cidade resultou de “uma iniciativa oficial de desfavelamento, criada para resolver o problema da ocupação urbana em Brasília” (RESENDE, 1991, p. 210). Porém, na prática, o que ocorre é que Ceilândia “soluciona um problema - a moradia - e o recria a um só tempo, a ponto de ser (re)conhecida como uma grande favela, fruto da ação do próprio governo” (RESENDE, 1991, p. 210). Uma ideia interessante, que propõe a contradição entre solucionar e recriar um problema a um só tempo, visto que essa cidade representa uma resposta do governo ao “problema da moradia”, ao mesmo tempo que constrói a experiência urbana pela “favela”.

Dessa maneira, a autora aborda os movimentos de moradores que marcam profundamente a experiência nesse espaço. Dentre as mais variadas formas de pensar os movimentos sociais, Resende chama atenção para a perspectiva de Touraine que, ao invés de considerá-los como respostas a uma crise, os enxerga pela ótica do conflito como eixo estruturante. Movimentos compostos por agentes que não são apenas econômicos, mas também culturais e políticos, em uma perspectiva que traz para o centro do debate o conflito de classes.

Porém, a autora destaca que, ao invés de uma ideia de classe como conjunto homogêneo, o que encontramos quando observamos a composição dos moradores de Ceilândia é uma “heterogeneidade social”, marcada pela presença de “trabalhadores do ramo da prestação de serviços, ambulantes, biscateiros, operários, etc” (RESENDE, 1991, p. 211). Sua abordagem segue então pelo caminho que associa o morador da

Ceilândia não a uma base de classe, “que já vimos ser pluralista, mas aos laços de identidade, aos sentimentos comuns criados no local de moradia” (RESENDE, 1991, p. 215).

Desse modo, não podemos perder de vista esses laços ao pensar nas poesias de seus moradores. Laços tão fortes que nos fizeram perceber como amigos, ou pelo menos conhecidos, os interlocutores que nos apresentaram a Faculdade de Ceilândia (FCE) e que nem sequer haviam se encontrado antes. É que em suas falas, para além das gírias, expressões e referências em comum, encontramos uma base material de experiências múltiplas compartilhadas.

A partir do trabalho de Mara Resende (1991), é possível então considerar o “direito de morar” como uma tônica que marca a experiência dos moradores de Ceilândia e que pode servir como chave para entender o viés das representações centradas na ideia da reivindicação, da resistência e da luta:

as ameaças de despejo, precariedade das habitações, a contingência de não encontrar imóvel para alugar quando a família é numerosa são elementos que pontilham o cotidiano desses moradores. São exatamente esses elementos que forçam os inquilinos a tomar consciência da própria exclusão e definir estratégias de ação que façam valer o direito que se atribuem: o direito de morar. (RESENDE, 1991, p. 229)

Na visita à FCE, a fala de nossos anfitriões foi no sentido de relatar as dificuldades que encontram ao residir e ocupar esse espaço. Ressaltaram a dificuldade de loco-

moção, tendo em vista as rotas dos ônibus e a integração entre as regiões, e a questão dos espaços de lazer, com falta de cinemas e teatros. Tudo isso aliado à problemática da saúde e da segurança, além dos estereótipos atribuídos ao morador de Ceilândia. Porém, para além dos problemas, existem as potencialidades do espaço, as diversas manifestações culturais, os diversos ritmos. Como aparece em uma das falas, “aquí a gente encontra o que há de melhor ou pior no Distrito Federal”, ressaltando os múltiplos significados que Ceilândia pode adquirir.

Ao lado dos problemas estruturais, caminham também as potencialidades. Assim como Williams destacou a experiência urbana de Londres, em torno da qual corriam representações que a erigiam tanto como o lugar das luzes, da iluminação e do progresso, quanto como o lugar da bruma, das sombras e dos becos, existe uma multiplicidade de representações que partem da experiência daqueles que vivenciam Ceilândia. Cidade que é representada como um “problema urbano” nos discursos oficiais, mas que, para seus moradores, adquire outros significados como o de um ambiente cultural rico e fervilhante, que cria seus próprios circuitos culturais⁴.

Outro aspecto central da visita foi a percepção de uma tensão universal/regional entre os *campi* da universidade, em específico, entre o Darcy Ribeiro, situado no Plano Piloto, e o campus de Ceilândia. Enquanto

caminhávamos pelo espaço durante a visita, fizemos comparações entre esses lugares e foi comum ouvir falas como “lá na UnB” para se referir ao campus Darcy Ribeiro, como se ele representasse por si a totalidade da instituição. A centralidade simbolicamente instituída desse *campus* estava sendo reatualizada a todo momento na espontaneidade de nossas falas, até que um de nossos colegas comenta o fato de que ali, na Ceilândia, também estávamos na UnB. Rimos desconcertados. Essa foi uma experiência interessante para observar na prática como as distâncias simbolicamente instituídas se fazem presentes e são reproduzidas a todo momento.

Além disso, outro ponto de destaque é a distância simbólica entre os moradores de Ceilândia e própria instituição, a Universidade de Brasília. Por isso, os relatos de nossos interlocutores mobilizaram a concepção de “ocupar o espaço”, que vai além da dimensão física: a questão nunca foi apenas acessar espacialmente o *campus* que, apesar de estar literalmente ao lado do metrô, não se conecta a ele, mas também uma ocupação no sentido simbólico de afirmar a presença da “periferia” em uma instituição de prestígio como a Universidade de Brasília.

Como disse um dos interlocutores, “isso aqui não era real, começou a ser a pouco tempo”. Essa fala nos permite pensar nas acepções da ideia de tornar real: o espaço físico, obviamente já existia, mas esse ser real aqui está ligado justamente a possibi-

4 Esses circuitos foram constantemente mencionados, a partir da afirmação de que, na Ceilândia, “nós produzimos nosso próprio entretenimento”. Nesse sentido, foram citados vários tipos de festas, encontros, estilos musicais e danças, circuitos culturais abordados com maior profundidade na dissertação “Entre Garotos e Suas Equipes: Consumo tecnocultural e dinamicidade ético-estética na cena black brasileira” e na tese “Não sou boy só não sou otário: Negócios, diversão e prestígio nos mercados pop periféricos” de Saulo Nepomuceno, um de nossos anfitriões.

lidade de adentrar esse espaço de prestígio acadêmico. Os interlocutores relataram as variadas dificuldades que tiveram para estar na UnB, advindas das mais diversas configurações que as desigualdades podem adquirir no Brasil (educacionais, financeiras, raciais...). Por isso, o simbolismo da palavra ocupar, como forma de também dizer resistir.

Mais uma dimensão presente nessa ideia de tornar real é a da afirmação da excelência acadêmica desse *campus*, do reconhecimento de que existe produção, ensino e pesquisa de qualidade na Ceilândia, na contramão dos discursos que veicularam o medo da perda de excelência da instituição quando da inauguração do campus da FCE. Era tendo isso em vista que nossos interlocutores afirmavam sua identidade e origem, a afirmação do orgulho de ser e pertencer à Ceilândia como forma de fazer frente às desigualdades sociais que permeiam a construção espacial e simbólica desses espaços.

Tendo isso em vista, é importante ter em mente o que Antonádia Borges chama de “tríptico”, que diz respeito à “participação equânime de nossas próprias teorias, de teorias da disciplina e de teorias de nossos anfitriões” (BORGES, 2009, p. 28). Segundo essa perspectiva, é importante considerar como as próprias pessoas estão percebendo e produzindo representações sobre seus espaços de origem⁵. Isso quer dizer que esses atores não estão na posição de serem explicados, mas de produzirem, tão ativamente quanto qualquer pesquisador, teorias sobre si.

Essa é uma compreensão fundamental, pois diz muito sobre os relatos que ouvimos em ambas as Regiões Administrativas. Eles trazem as problemáticas e a ênfase daqueles que estão cotidianamente pensando e agindo em sua realidade, que vivem seus problemas de perto e que, ao mesmo tempo, propõem também soluções e possibilidades de intervenção. Indivíduos teorizando sobre si mesmos, que possuem suas próprias perguntas e respostas. Assim, meu papel nesse trabalho é apenas relacionar minhas experiências ao visitar e ouvir essas pessoas com as poesias que tive acesso, sem pretender elucidar coisa alguma. Estou preocupada apenas em observar a carga simbólica desses discursos e produções, bem como em levantar os sentimentos que elas instituem e mobilizam.

Ainda em diálogo com nossos anfitriões na Ceilândia, cheguei ao nome de alguém que parece ser uma figura central para o meio cultural daquele espaço: Meimei Bastos. Suas poesias, assim como aquelas abordadas na primeira parte deste trabalho, carregam um tom forte de crítica social, trabalhando com temas comuns a Planaltina: raça, classe e desigualdade. Como observamos em um de seus poemas:

quando eu era pequena e só
sentia bom quintal, ruim briga,
e brincava de tatu bolinha
comendo bananinha de trevo
de quatro folhas, azedinha, até
a Lua aparecer e meu paraíso

5 Como exemplo, Borges destaca o impacto em sua pesquisa da interpretação presente na própria percepção de seus interlocutores, relacionada a uma afirmação recorrente, condensada na ideia de que “o Recanto mudou muito” ou “o Recanto melhorou bastante”: “como tenho aprendido, não diz respeito apenas ao incremento dos equipamentos urbanos em regiões que eu conhecera outrora completamente desprovidas de serviços públicos. Diz respeito à percepção e tolerância que as pessoas têm sobre um olhar distanciado e preconceituoso sobre a cidade em que vivem”. (BORGES, 2009, p. 37)

virar céu inteiro, **nesse tempo, não sabia que o lugar onde eu vivia tinha nome, causa e classe.**

era só quando saía, várias distâncias em horas de baú, que percebia, na rua asfaltada, casas rebocadas, gente vestindo roupa de sair em casa **que o canto onde minha casa pousava era diferente.** minha mãe dando faxina, minha mão coçando pra malinar. meu olho desacostumado com tanta parede pintada, água encanada, com um quarto só de livro, outro só de brinquedo. puxa! **eu não entendia: por que ali tinha e lá em casa não?**

hoje eu sei, e ainda não aceito.

(BASTOS, 2020, grifos próprios)

Na experiência cidadina da desigualdade cotidiana, a poesia de Meimei Bastos nos permite vislumbrar, em contraste com a cidade sonhada:

sentada no ônibus
eu o vi
descendo a Catedral,
entre o grau 15° e 20°,
da cidade sonhada.
ele, parecia um raio de Sol.
nas minhas vistas,
miragem,
Sonho.
ainda que triste
o cenário.
[...]
eu vi
no semáforo,
uma luz.
era Jesus,
e ele era um menino preto.
(BASTOS, 2021b)

Ao mesmo tempo, nesse cenário de injustiças, a poesia aparece como força de profetizar dias melhores:

o que você fará por nós?

não sei.

escreverei um poema profético

como quem joga

as cartas

lê a borra

e decifra estrelas.

não mais poeta.

Profeta

anuncio:

serás rainha,

menina.

não mais as copas

não mais arrastada

não mais o sub

seu lugar será o trono.

(BASTOS, 2021a)

Potencialidade inscrita no próprio fazer poético que também aparece relacionada à imagem de comunhão e de solidariedade veiculada pela ideia dos versos-teia, tendo em vista que as teias não simbolizam aprisionamento, mas liberdade:

Só faz parte do mundo das teias-versos

quem vive de liberdade.

Entre laços e enlaces

construo teias e versos,

a fortaleza, que se liga a outras,

por fios-versos invisíveis de solidariedade

(FLORINDO, 2021, p. 123)

Novamente, estamos no âmbito da organização e disposição dos elementos e, com base nisso, acredito que é um caminho profícuo pensar nesse tom compartilhado entre as poesias como uma resposta expressiva. Nesse caso, estamos enfrentando o desafio metodológico de partir da “crença em toda atividade humana como uma tentativa de oferecer uma resposta expressiva a uma situação objetiva particular”. (WILLIAMS, 2011, p. 32)

Para encerrar, ainda com relação aos depoimentos coletados na visita à Ceilândia, surge algo que pode ser considerado uma outra experiência dentro desse espaço: a de habitar na Chaparral, descrita como a “periferia da periferia” por nossos interlocutores. Nesse sentido, novamente trazemos as contribuições de Holston para pensar a questão urbano e rural nesse espaço:

quando se percebe que quase todas essas residências estão completamente fechadas por sólidas cercas e que os caminhos assim formados são os únicos espaços públicos - não havendo praças ou edifícios públicos e comerciais dentro da massa de vielas retorcidas -, torna-se mais claro que essa parte de Vila Chaparral teve um povoamento mais rural do que urbano (HOLSTON, 1993, p. 297).

A partir dessa configuração ambígua, com forte presença de elementos do mundo rural, podemos observar as distâncias simbólicas apontadas por nossos interlocutores que relataram os estigmas e estereótipos enfrentados pelos moradores desse espaço. Na experiência de estudar em Ceilândia, mas

morar na Chaparral, por exemplo, os interlocutores nos contaram sobre as piadas correntes a respeito dos sapatos sujos de barro e gírias pejorativas para se referir ao fato de residirem naquele lugar.

Além disso, existe outro aspecto interessante sobre a configuração de Chaparral. A abordagem de Holston caminha no sentido de pensar as apropriações dos elementos de uma “ordem dominante” feitas pelos habitantes daquele espaço, complexificando a ideia de uma relação centro-periferia como forma de descrever a experiência urbana:

a despeito de suas aparentes anomalias, segue um dos padrões residenciais oficiais de Brasília: aquele projetado para as casas rurais às margens dos povoamentos urbanos, o que é precisamente a sua situação. O fato de que seus moradores vivem lá como em um povoamento rural e de que o padrão oficial é seguido pode ser visto no seu sistema de endereços. Os moradores identificam suas casas com placas feitas por eles mesmos, seguindo o código de endereços oficiais de Brasília, exatamente como se estivessem legalmente registradas pelas autoridades locais. Cada casa é chamada de ‘chácara’. Na tipologia residencial oficial de Brasília, só se encontram ‘chácaras’ na Península do Lago Sul, um lugar de elite, onde há 290 delas [...] Para o endereço das chácaras, usa-se a designação dessas quadras adjacentes. Por exemplo, a chácara número 3 em uma área vizinha à Q-15 tem o código QI-15-Ch 3, ou seja, Quadra Interna 15 - Chácara 3. (HOLSTON, 1993, p. 297-298).

Holston defende que esse sistema de endereços funciona como uma apropriação

da tipologia residencial oficial reimaginada para uma área “de assentamento ilegal”. Com isso, ele pensa em um jogo entre os elementos de uma ordem “dominante” e suas apropriações:

de muitas outras maneiras, Vila Chaparral reitera a organização social dominante à sua volta. [...] Os negócios com a propriedade imobiliária, por exemplo, são governados por contratos monetários e de trabalho onde casas (não, evidentemente, o terreno) são alugadas, compradas e vendidas em um mercado que é extremamente competitivo com as outras urbanizações, legais ou ilegais, do Distrito Federal. Esses negócios são respeitados, em última instância, pelo Estado, como se demonstra pelo fato de seus funcionários desmontarem cuidadosamente as casas de um terreno invadido durante as operações de remoção, de modo que possam ser construídas em outro lugar. (HOLSTON, 1993p. 298)

Podemos pensar, então, em uma relação entre ordem e desordem, no sentido de que os moradores desse lugar incorporam certos elementos da “ordem”, do âmbito institucional, como estratégia para se legitimar:

modos pelos quais esta favela, como outras em qualquer lugar do Brasil, modela-se conforme os paradigmas da ordem social legítima, como se, por assim dizer, estivesse ensaiando à espera do momento de entrar em cena, de modo que seus líderes possam argumentar melhor com as autoridades que o lugar merece ter serviços urbanos. (HOLSTON, 1993, p. 299)

Elementos da ordem que são reapropriados e, muitas vezes, ressignificados no manejo daqueles que partem de outra posição, ressaltando as estratégias múltiplas desses habitantes na hora de reivindicar seu “direito de morar”.

4. Considerações Finais

Tendo em vista tudo o que foi discutido neste artigo, é possível dizer que a experiência urbana presente, tanto nos relatos, como nas obras brevemente analisadas, assenta-se em uma tônica da resistência e da denúncia às desigualdades. Representações variadas dentro desse tom aparecem para tentar dar conta da experiência múltipla da vida na cidade. Assim, se olharmos para o fenômeno literário, como Williams nos sugere, enquanto a dramatização de um processo, talvez seja o caso de pensar que essas representações compõem uma comunidade específica – “visível em sua estrutura de sentimentos e demonstrável em suas escolhas formais decisivas” (WILLIAMS, 2011, p. 35).

Porém, nessa incursão inicial, não é possível avançar mais, tendo em vista que faltam diversos outros elementos a serem considerados na análise. Assim, o que fiz até aqui foi um levantamento de pontos significativos, enquanto tentativa de apontar para uma “posição do observador”. (WILLIAMS, 1989)

Como caminho para uma análise futura que se debruce sobre essas representações, é importante pensar em sua inserção no desenrolar histórico, considerando as configurações e as tonalidades próprias que elas venham a adquirir, visto que “o campo e a cidade são realidades históricas em transfor-

mação”. (WILLIAMS, 1989, p. 387) Nesse sentido, acredito que Williams é um autor que pode ajudar nas investigações, pois nos permite compreender que a relação com espaço, dentre outros aspectos, é também sentimental.

Além disso, nos ajuda a perceber o modo como esses sentimentos compõem formas específicas de ver e dizer os espaços e guardam relação com a posição daqueles que observam. Nesse ponto, entra em cena uma visão específica sobre a cidade que os sujeitos aqui mencionados apresentaram, na contramão da utopia de Brasília enquanto capital modernista. Uma vivência da cidade pela ótica de uma experiência pautada em suas contradições. Pelos signos de uma “resistência”, os moradores dessas Regiões Administrativas sentem-se impelidos a afirmar-se frente a sua exclusão, lançando mão de estratégias próprias e variadas. Assim, podemos pensar no papel da literatura como algo que dialoga com essa complexidade da vivência no espaço urbano. Uma “Literatura Marginal”, como nos sugere a experiência de Planaltina, que ressignifica a experiência de estar “à margem” como estratégia de legitimação.

Tendo isso em vista e feita a aproximação entre Ceilândia e Planaltina, como espaços marcados por uma tensão com a concepção de cidade que informa o planejamento do Plano Piloto, caberia, a partir disso, uma análise das diferenças e especificidades desses lugares. Não apenas das regiões, mas também das trajetórias dos diversos artistas. Seja na ótica de explorar o que Williams

(1989) chama de “posição do observador”, entendendo que a posição daquele que produz uma obra de arte tem relevância para se pensar as representações que ela institui, seja pensando na perspectiva de uma “etnografia popular”, como propõe Antonádia Borges.

Ainda há muito para ser considerado e múltiplos caminhos para abordagens. Dessa maneira, o presente trabalho apenas aponta algumas possibilidades para pensar a literatura e as representações da cidade, num esforço preliminar ao redor desse objeto que é novo para mim – a literatura e a experiência urbana no Distrito Federal.

Referências

ALEXADRE, Edson. Busca de Conforto. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas: Literatura Marginal**. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

BASTOS, Meimei. Num instante o peso de séculos. *In*: BASTOS, Meimei. **Quatro poemas de Meimei Bastos**. Ruído Manifesto, julho de 2021a. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/quatro-poemas-de-meimei-bastos/>. Acesso em 03 set. 2022.

BASTOS, Meimei. Olugbala. *In*: BASTOS, Meimei. **Quatro poemas de Meimei Bastos**. Ruído Manifesto, julho de 2021b. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/quatro-poemas-de-meimei-bastos/>. Acesso em: 03 set. 2022.

BASTOS, Meimei. Quintal. *In*: BASTOS, Meimei. **Cinco Poemas de Meimei Bastos**. Ruído Manifesto, julho 2020. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/cinco-poemas-de-meimei-bastos/>. Acesso em: 03 set. 2022.

BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 29, p. 23–42, 2009.

CARDOSO, Nyna. Marielle Presente. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas: Literatura Marginal**. Vololume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

CARMO, Ravena. Salve Planaltina. *In*: CARMO, Ravena (org.). **Poesia nas Quebradas: poesia marginal e literatura periférica**. Volume 1. 1ª Edição. Brasília, 2019.

FLORINDO, Girlane Maria. Meus versos-teia. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas: Literatura Marginal**. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

GABRIELA, Yanara. Salv[ar-te]. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas: Literatura Marginal**. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MARTINS, Weveston. Desabafo de um detento. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas: Literatura Marginal**. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

PAVIANI, Aldo. A Construção Injusta do Espaço Urbano. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 115 -142, 1991.

PIRES, Naty. Escárnio. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas**: Literatura Marginal. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

ROCHA, Rebeca. Aqui na minha cidade. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas**: Literatura Marginal. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

RESENDE, Mara. Movimentos de Moradores: A experiência dos inquilinos de Ceilândia. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A Conquista da Cidade**: Movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 209 -230, 1991.

VERONIKA, Vera. Introdução. *In*: CARMO, Ravena (org.). **Poesia nas Quebradas**: poesia marginal e literatura periférica. Volume 1. 1ª Edição. Brasília, 2019.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WN, Rapper. Brasil da Gente. *In*: CARMO, Ravena; GOMES, Adriana (org.). **Poesia nas Quebradas**: Literatura Marginal. Volume 2. 1ª Edição. Planaltina – DF: Edições Kisimbi, 2021.

Reclassificando o DF: naturezas e culturas no plano modernista

Reclassifying Brasília: natures and cultures in the modernist plan

Reclasificando Brasília: naturalezas y culturas en el plan modernista

João Phillip Tilopa Barbosa de Oliveira Neuen¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0601-7597>

Resumo

O presente trabalho aborda duas questões clássicas das Ciências Sociais, a construção de espaços moralmente desiguais no espaço urbano e a discussão sobre as relações entre natureza e cultura, a fim de examinar a configuração socioespacial do Distrito Federal brasileiro. Para tanto, o conceito de “vazio” é fundamental, já que se mostra como ferramenta estratégica para a organização e a classificação do espaço urbano nesta localidade. Uma constatação essencial desta pesquisa é que diversas manifestações da “natureza” participam da configuração destes espaços e de sua classificação moral, resultando em uma distribuição desigual de naturezas e grupos sociais, de maneira que beneficia as elites.

Palavras-chave: Distrito Federal, naturezas-culturas, segregação urbana, vazio espacial, regiões morais.

Abstract

This paper addresses two classical issues in the social sciences, the construction of morally unequal spaces in urban areas and the discussion about the relations between nature and culture, in order to examine the socio-spatial configuration of the Brazilian Federal District. For this purpose, the concept of “emptiness” is fundamental, as it proves to be a strategic tool for the organization and classification of urban space in this location. An essential finding of this research is that various manifestations of “nature” participate in the configuration of such spaces and their moral classification, resulting in an uneven distribution of natures and social groups, in a way that benefits the elites.

Keywords: Federal District, nature-culture, urban segregation, spatial emptiness, moral regions.

Resumen

Este trabajo aborda dos cuestiones clásicas de las ciencias sociales, la construcción de espacios moralmente desiguales en áreas urbanas y la discusión sobre las relaciones entre naturaleza y cultura, con el fin de examinar la configuración socioespacial del Distrito Federal brasileño. Para esto, el concepto de “vacío” es fundamental, ya que se muestra como herramienta estratégica para la organización y clasificación del espacio urbano en esta localidad. Una constatación esencial de esta investigación es que diversas manifestaciones de “naturaleza” participan en la configuración de estos espacios e de su clasificación moral, lo que resulta en una distribución desigual de naturalezas y grupos sociales, de manera que beneficia a las élites.

Palabras clave: Distrito Federal, naturaleza-cultura, segregación urbana, vacío espacial, regiones morales.

¹ Mestrando em Antropologia Social (PPGAS – UnB). Bacharel em Ciências Econômicas (UnB). Atualmente estuda Antropologia da Ciência e da Técnica e Antropologia Econômica e realiza pesquisa com produtores e pesquisadores de cogumelos, com foco na emergência de um grande otimismo tecnocientífico na área e a construção de futuros utópicos. Contato: joaoneuen@gmail.com.

1. Introdução

Brasília, cidade da utopia modernista, tão louvada por propor a divisão igualitária de moradia, não conseguiu escapar das tendências segregadoras que marcavam, e ainda marcam, o Brasil, país assombrado por uma enorme desigualdade social (PAVIANI, 1998). Neste trabalho, proponho equacionar algumas formas que a segregação social assumiu no Distrito Federal com o modo espacialmente desigual com que a natureza tem sido gerida. Não pretendo simplesmente sobrepor naturezas e grupos sociais em um mapa, mas evidenciar as relações no interior destas localidades que atualizam e materializam a desigualdade espacializada no DF. Aquilo que designamos como “natureza²”, funciona aqui como marca de um espaço moralizado e moralizante, e, assim, como certos grupos sociais determinam que tipo de natureza querem na sua vizinhança, outros a recebem das agências governamentais, nem sempre em estado agradável.

Como as cidades são construídas, sempre refletiu a sua desigualdade interna, mas Winner (2017) mostra como muitas das intervenções podem ser deliberadas. Ele cita o exemplo dos viadutos de Long Island, ‘Nova Iorque, construídos por Robert Moses para serem baixos, a fim de excluir a circulação de ônibus nas imediações do parque da região e, com isto, diminuir o acesso a ele por pessoas de baixa renda, em maioria negras. O racismo materializado nos viadutos é, para o autor, um entre muitos exemplos de como

artefatos incorporam políticas e ideais, nem sempre benéficos.

Contudo, também penso que este exemplo demonstra como populações periféricas e não brancas são frequentemente excluídas de espaços de lazer e de contemplação urbanos, especialmente os “naturais”, como parques, lagos, rios e reservas. Não tratarei, contudo, especificamente da exclusão destes espaços, mas como grupos sociais diversos constroem ou são permitidos a terem certos espaços na localidade onde residem, isto é, como o CEP e as marcas a ele ligadas produzem e reproduzem uma moralidade sobre o local, tanto por parte dos governantes quanto dos ocupantes. Os espaços arborizados, cursos d’água e até mesmo o próprio solo destas localidades são bastante reveladores deste caráter moral, pois participam, afinal, de “regiões morais” (PARK, 1976). Mais do que isto, são essenciais em sua construção.

O olhar que lanço sobre estes espaços foi inspirado, em especial, na tese de Henyo Trindade Barreto Filho sobre Unidades de Conservação (UCs). “Ao dirigir o foco para as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira”, ele o faz a partir de uma “perspectiva que as compreende como *artefatos sócio-naturais* e, portanto, *históricos* específicos” (BARRETO FILHO, 2001, p.4, grifo do autor). Assim como as UCs, os parques, cursos d’água e o solo urbanos podem ser considerados “artefatos sócio-naturais”, com um caráter vivamente histórico, como mostra a própria história do DF, que analiso brevemente neste trabalho após a introdução. Ademais, como pessoa nascida,

2 Latour (2004) descreve a natureza como conceito eminentemente político e não “natural”. Como neste artigo adoto uma noção semelhante deste termo, optei pelo uso de aspas, já que o sentido não é o que se chamaria de corriqueiro.

criada e que reside no Plano Piloto, pode-se dizer que naturalizei a “cidade-parque”, e escrever este artigo foi um convite e um desafio para desvendar seus mistérios e segredos, nem sempre refrescantes como a sombra de suas árvores.

Assim, primeiramente, examinarei a noção de “vazio” e a importância desta para a história da expansão residencial no DF. Naturezas diversas compõem e materializam esta noção em espaços tangíveis, trazendo à tona a negociação entorno de qual natureza está vazia e qual não está.

Em seguida, me aprofundarei na discussão antropológica sobre as relações entre natureza e cultura, um debate já considerado clássico na disciplina, visando mostrar como a ideia dominante de uma natureza *una* é um empecilho a este tipo de investigação, assim como uma separação estrita entre natureza e cultura, ou sociedade, é, muitas vezes, infrutífera. Também, abordarei como a “natureza” tem sido manejada na modernidade, usando como referência a demarcação de áreas naturais protegidas.

Por fim, analisarei brevemente quatro casos no DF que evidenciam o caráter desigual da própria relação natureza/cultura. Entender “natureza” como “naturezas” será fundamental ou longo de todo o trabalho, possibilitando mostrar como tanto elas quanto certos grupos sociais são segregados espacialmente.

2. Brasília: entre o vazio e o ocupado

Certamente, uma noção que pode ser considerada importante na análise do fenômeno de Brasília e de sua expansão é a de

vazio. Como notam Patriota e Januzzi (2019), a noção de vazio foi, e ainda é, uma ferramenta discursiva fundamental na criação de novas ocupações habitacionais no Distrito Federal, com o conseqüente apagamento dos que lá já estavam. Antes deles, Paviani (1998) já apontava que o vazio como ideia foi uma ferramenta estratégica, utilizado pelas elites, para “limpar” o Plano Piloto dos trabalhadores da construção civil, que se tornaram indesejados e que “poluíam” suas paisagens.

O plano de setorização de Brasília acopla-se bem a esta ferramenta, já que o propósito dele é justamente a regulação e o controle do que se faz e onde se faz, ou até mesmo de onde não se pode fazer muita coisa. A noção de vazio, portanto, tem um caráter normativo mais que explícito e, como mostram estes autores, ela é quase uma constante na história do DF. Fundamentalmente, o que me interessa aqui é o modo como a planificação de Brasília e, por extensão, do DF, põe em relação determinados “mundos” sociais e naturais na produção destes vazios, discursiva e materialmente. Portanto, inspirando-me neste conceito, gostaria de iniciar esta seção com o que, talvez, seja o primeiro vazio de Brasília: o Cerrado.

Atualmente, o Cerrado é considerado a savana mais biodiversa do mundo, mas nem sempre foi assim. Antes da expansão agrícola para este bioma, na década de 1970, impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e fortes interesses econômicos, o Cerrado era considerado um ambiente pobre e inóspito, de clima seco e flora pouco impressionante. Importante notar que, como afirma a matéria da Rede Cerrado (“Dia Mundial do Meio Ambiente”, 2020), o

“clima seco e árido foi destacado para não revelar toda *sociobiodiversidade* que o Cerrado concentra” (grifo próprio).

Ao invisibilizar os que aqui já habitavam, eu afirmo que a construção de um imaginário de um Cerrado inóspito e difícil de conquistar foi fundamental para a consolidação de uma imagem idealizada de Brasília, ainda dominante em alguns segmentos sociais, de um “cérebro” da nação (PAVIANI, 1998). Outra imagem idealizada de Brasília, que se beneficiou do contraste com a secura do Cerrado, era a de um paraíso na terra, uma ideia com ares proféticos, que remete ao sonho de Dom Bosco em 1883, um sonho que se repete nos planos da nova capital³. Esta imagem ainda está muito viva entre as classes médias, que associam a conquista de um pedaço de terra ou céu em Brasília a uma trajetória de ascensão social individualizada (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), assim como a imagem de um Cerrado pobre e sem importância se perpetua no coração da nossa política nacional⁴. Pois bem, mesmo com o clima árido e a “vegetação pobre”, nos planos da nova capital estavam os remédios contra a secura e a feiura das árvores retorcidas.

Entre eles, estava a construção da barragem do Paranoá e o alagamento da área que hoje é o Lago Paranoá. Uma matéria não tão antiga do Correio Brasiliense (RIOS, 2019) recupera a história controversa do Lago. Ele foi proposto pela primeira vez em 1895 por Auguste François, engenheiro francês contratado pela Missão Cruels, uma série de pesquisas

realizadas no interior do Brasil com o intuito de interiorizar o desenvolvimento do país. Considerado, por fim, essencial para o abastecimento de água, o Lago foi criticado e até ridicularizado na época de sua construção.

Atualmente, ele abriga as ruínas de uma cidade abandonada, lembrada como Vila Amaury, o que se soma à controvérsia que envolve suas águas, responsáveis por melhorar o clima e fornecer oportunidades de banho. Quantas histórias, sócio-naturais, não foram engolidas pela água para que se formasse este belo artefato, agora parte do cotidiano? A matéria se encerra em tom positivo. Apesar de tudo, o Lago cumpre sua função de proporcionar bem-estar, amenizando a secura e oferecendo diversão e frescor. Fotos de banhistas sorridentes fecham o texto.

Outro remédio, desta vez contra o fracasso estético das árvores nativas, foi a intensa arborização do Plano Piloto, iniciada na década de 1960. Este projeto de arborização concretizado, apesar de contar com uma ampla variedade de espécies, utilizou majoritariamente espécies exóticas (LIMA; SILVA JÚNIOR, 2010). Considerado um sucesso paisagístico, a ideia de uma cidade parque, mesmo com uma biodiversidade importada, concorda com o planejamento de Lúcio Costa. No entanto, a nova tendência mundial de condomínios fechados (CALDEIRA, 2000) também chegou a Brasília, com as cercas vivas entre as ferramentas mais populares na marcação de espaços de privilégio (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Durante uma

3 Para mais sobre esta profecia, ver Nazário [s. d.].

4 Como mostra o caso da PEC nº 504/10, que pretende transformar o Cerrado e a Caatinga em patrimônios nacionais, do mesmo modo como a Amazônia e a Mata Atlântica, e que está em tramitação desde 2010, tempo demais para uma pauta tão crítica. Para mais informações, ver Araújo (2021).

caminhada pelo Plano Piloto, um olhar desatento poderia confundir por um belo parque que se mistura aos prédios com pilotis, algo que pode ser chamado de apropriação privada do espaço público, mas que tem sido cada vez mais comum.

Retornando à noção de vazio e considerando a sua importância primordial na figura do Cerrado e, conseqüentemente, no destaque dado ao paraíso modernista de Brasília, devo ressaltar que a estratégia em que este conceito é mobilizado não é apenas discursiva. Muito dinheiro e trabalho foi gasto na manutenção das barreiras entre o inóspito e o habitável, o moderno e o tradicional, a sociedade e a natureza, e entre os escolhidos para habitar esse espaço do Plano Piloto e os indesejáveis.

O vazio é produzido discursivamente pela invisibilização dos ocupantes anteriores, afirmam Patriota e Januzzi (2019). Mas, o invisibilizado retorna, na forma de movimentos políticos de justiça social, como mostram os autores para o caso do bairro Noroeste, ou como indesejáveis, no caso do grande número de trabalhadores de construção que se alojavam em barracos nas principais vias do centro de Brasília, como narra Paviani (1998). No último caso, a mobilização política para a retirada destes “favelados” [sic.] foi imensa e resultou na construção e na alocação destas pessoas para Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Desta forma, estas divisões foram produzidas materialmente, por meio da mão repressora do Estado.

A natureza invisível também retorna, como mostra a última destas “cidades-satélites”. Segundo Paviani (1998), a forma

apressada como Samambaia foi concebida e executada trouxe consigo a rápida destruição da cobertura vegetal, o que se fez sentir no constante risco de erosão na região. Soma-se a isto a demora na implementação de infraestrutura básica de iluminação e de saneamento, e a forma como a construção foi entregue à iniciativa privada e à conseqüente desigualdade, para se ter a ideia das condições na qual viviam ali as pessoas e que se mantiveram por bastante tempo. Atualmente, a situação pouco mudou, como mostrarei na última seção. Uma natureza em frangalhos para um povo invisível; a natureza em Brasília também tem o seu lugar e o seu não-lugar.

Uma discussão-chave é a questão das invasões que se tornam condomínios fechados. Patriota e Januzzi (2019), ao investigar o tema, retornam ao sonho modernista, citando o próprio Lúcio Costa, que se indigna frente à proliferação de invasões. De acordo com os autores, o plano original do urbanista era a manutenção de um cinturão verde ao redor de Brasília, desempenhando funções de preservação da paisagem e da água e de produção de alimentos. O cinturão verde, engolido pelos condomínios horizontais, ficaria, provavelmente, entre o Plano Piloto e os assentamentos de candangos descritos por Paviani (1998), fornecendo mais uma barreira, em adição às dezenas de quilômetros que os separa. Uma natureza com lugar e função, mobilizada por meio da mesma ideia de vazio, um vazio de gente, cujo objetivo era aumentar a distância entre o centro e a periferia.

A noção de espaço vazio, portanto, é essencial para a compreensão de Brasília

lia, desde antes de sua construção. No seu processo de expansão urbana serviu de ferramenta de legitimação da ocupação de espaços. Mas qual é a relação das naturezas com tudo isso?

3. Naturezas e sociedades: onde está o problema?

Nas Ciências Sociais, sempre houve o problema de como separar dados sociais de biológicos na análise de coletivos humanos. No início do século passado, a confusão entre ambos resultou no surgimento de uma variedade de teorias que tentavam explicar o desenvolvimento social em termos da evolução biológica, algo posteriormente suplantado. Um representante proeminente da crítica, por parte da Antropologia, a estas teorias foi Kroeber (1993, originalmente publicado em 1917). Ele argumentava que o progresso da cultura é cumulativo, fixando uma tradição que baliza toda inovação, e que não necessariamente elimina desenvolvimentos anteriores, em contraste com a evolução biológica, que envolve sempre uma perda, como no caso das aves que perderam a função dos membros anteriores para conseguirem voar. Neste sentido, o biológico sustenta o funcionamento da cultura, mas não a determina, concedendo-a um funcionamento independente. Kroeber, assim como Boas (2011, originalmente publicado em 1938), inaugura o que ficou conhecido como relativismo cultural, cujas bases incluem justamente esta rigorosa separação, que era, sobretudo, metodológica.

Mais recentemente, Descola (2011), em seu esforço para reavivar o debate sobre as relações entre natureza e cultura na Antro-

pologia, propõe quatro tipologias de organização e estabelecimento de continuidades e descontinuidades entre seres, isto é, ontologias: o animismo, o totemismo, o analogismo e o naturalismo, sendo este último a tipologia que informa os esquemas cosmológicos da sociedade ocidental moderna (DESCOLA, 2011). De acordo com esta ontologia, que opera de forma inversa ao animismo, há uma continuidade material entre os seres, mas uma descontinuidade interna entre eles. O ser humano, assim, se distingue dos outros animais pela sua vida interior, algo que recebeu muitos nomes — como alma, espírito, razão — ao longo da história das ideias.

Discutir a fundo esta ontologia está para além do escopo deste trabalho, mas as consequências deste esquema ontológico básico nos interessam muito. A ideia moderna de unidade da natureza e diversidade de culturas, a consolidação da Ciência como detentora legítima dos saberes, a exploração capitalista, entre outros, advêm deste esquema inicial. Contudo, o naturalismo é uma ontologia entre outras, como argumenta Descola, o que é uma advertência contra a totalização de seus preceitos, sobretudo metodologicamente. Neste sentido, considero importante para fins analíticos e metodológicos, doravante, o uso de “naturezas” no plural, pois, como tentarei mostrar, cada natureza diferentemente planejada e disponibilizada se liga a grupos humanos também diversos, participando na construção do que Park (1976) denominou “regiões morais”, regiões que se interpenetram, mas não se sobrepõe, e que comportam um certo número de pessoas com interesses e condições sociais comuns. Tentarei justificar minha posição.

Outra forma de esquematizar a base conceitual moderna é a realizada por Bruno Latour (2013), que argumenta que a divisão entre natureza e sociedade está no cerne do que ele denomina a Constituição Moderna. Segundo a sua face revelada (oficial), a natureza é transcendente, sendo, portanto, descoberta e desvelada pela investigação científica, ao passo que a sociedade é imanente, logo é construída pelas pessoas. Contudo, a sua face escondida (oficiosa) exhibe o oposto: que a natureza é produzida em laboratório, por inúmeras etapas de purificação, e a sociedade se vê solidificada na forma dos seus artefatos técnicos, instituições e monumentos do conhecimento.

A consequência disto é a incapacidade moderna de pensar os híbridos, as misturas, os “quase-objetos”, enquanto os multiplica em escala inédita, algo que não ocorre de forma independente, pois, como afirma o autor, é a própria incapacidade de pensá-los, quer dizer, de representá-los neste esquema dividido, que propicia a sua proliferação desenfreada. Neste esquema, o próprio relativismo cultural mostra a sua face perversa, já que, enquanto “culturaliza” a natureza dos outros, se mantém refém de sua suposta unidade. A diversidade cultural mostra que há muitas lentes por meio das quais perceber a realidade “natural” transcendente, mas apenas sociedades com uma instituição considerada relativamente à parte da cultura, “a Ciência”, possuem acesso privilegiado a esta realidade (LATOUR, 2013). O relativismo deve ser, de acordo com Latour, “natural” também.

Obviamente, a separação rígida entre natureza e sociedade é apenas o esquema oficial da modernidade, mas continua como uma

ferramenta generalizada de representação e crítica, especialmente no que diz respeito às teorias sobre o conhecimento e a política. Como afirma, no entanto, Latour, natureza e sociedade continuam se misturando, tanto no laboratório quanto no parlamento, daí o título de seu já célebre livro: “Jamais fomos modernos”.

Apesar disto, esta própria divisão foi dada, por muito tempo, como “natural”, inclusive no pensamento social, com graves efeitos na compreensão de povos não modernos. Marilyn Strathern (2014) mostra, analisando o caso concreto dos habitantes do monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, que a estrutura ocidental moderna composta pelos binômios natureza/cultura e feminino/masculino é ali inoperante, existindo outras maneiras de classificar e produzir continuidades e descontinuidades entre os seres, como as baseadas na oposição interno/externo.

A lição para a modernidade, penso, é o fato, evidente em Strathern (2014), de que as próprias noções ocidentais de natureza e cultura se produzem mutuamente e em relação com outras oposições, como a própria oposição feminino/masculino. Para a Antropologia, no entanto, a lição mais importante da autora não é o fato de grande parte dos “nativos tradicionais” da Antropologia ignorarem um conceito de cultura, algo que se torna clássico em Roy Wagner (2010), para quem “cultura” não passa de uma ferramenta analítica criativa da disciplina. O fato destes povos não possuírem um conceito de natureza é muito mais fundamental para Strathern (2014), pelo menos em minha leitura, pois ele se mostra também como produto da

modernidade. Isto transforma a “natureza” na chave da questão.

Latour (2004) também concorda com esta posição. A noção de uma “natureza” *una* e transcendente, para ele, é o que fundamenta e legitima o poder político da Ciência, também indivisível, que reside, ironicamente, no fato de negar a política. Com o poder da Natureza em mãos, a Ciência, em busca da Verdade, se põe acima da política. O *uno* é invocado para calar o múltiplo. Só que a Verdade nunca é o mais importante na bancada do laboratório de um cientista, a Ciência é composta por cada vez mais Ciências, com suas controvérsias, embates e especializações, e inúmeros movimentos climáticos têm atuado no sentido de tornar a Natureza política. Tendo isto em mente, a lição do autor para a Antropologia é que esta não deve mais estudar povos ou culturas, mas coletivos, isto é, em sentido mais amplo, naturezas-culturas (LATOUR, 2013). Este é o olhar que proponho para a segregação espacial no Distrito Federal. O que se passa com as naturezas?

O que fazer com espaços “selvagens” sempre foi uma questão para grandes impérios e reis, que demarcavam terras para fins de caça, por serem sagradas ou até para preservar cursos de rios e madeiras de lei. Na narrativa moderna, a história heroica da criação de parques nacionais se inicia com a fundação de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, símbolo e modelo para o que se tornaria uma prática corriqueira no mundo todo. Não é coincidência que, apesar de haver, à época, um imaginário que sustentasse a permanência de certos humanos em terras “naturais” protegidas, estes humanos – indígenas

– foram sistematicamente expulsos do local que se tornaria o primeiro parque nacional dos EUA (BROCKINGTON; DUFFY; IGOE, 2008).

Áreas protegidas continuam sendo ferramentas de controle territorial nos Estados modernos e contemporâneos. No Brasil, os ventos incertos da política se fizeram sentir na história das tipologias e dos critérios para demarcação de áreas protegidas, que, como afirma Rodrigo Medeiros (2006), foi nada perto de linear. Mudando com os modelos de gestão em vigor no país, as tipologias e seus critérios técnicos são tentativas diversas de ganhar controle sobre determinadas áreas, de seus recursos e de seus moradores.

No início do movimento de conservação, estava um conceito ainda não formulado, mas que formaria a base da iniciativa: o conceito de “biodiversidade”. A sua formulação não foi pacífica, envolvendo debates sobre o valor da “natureza”: seria ele intrínseco ou utilitário? O debate ainda continua, mas o próprio conceito ficou impregnado pelo *status* quase espiritual que os defensores do valor intrínseco concediam à natureza, uma natureza para contemplação, de exuberância e imponência, que tocava o coração dos humanos (TAKACS, 1996). Isto implicou na criação de áreas de proteção exclusivas, onde a única presença humana permitida se deve à pesquisa ou ao turismo.

No entanto, a última década do século passado viu florescer um novo modelo de conservação e gestão dos territórios, onde os ocupantes tradicionais são

responsáveis pelo manejo dos recursos, operando na chave do que Adams *et al.* (2004) denominam conservação com redução da pobreza. Sua implementação, contudo, não é sem conflito.

Como apontam Brosius, Tsing e Zerner (1998), muitos níveis organizacionais separam as comunidades dos financiadores do projeto, que passa, normalmente, pela mediação de uma ONG. Neste processo de circulação de informações, as comunidades, seus territórios e suas formas de vida são definidas e enquadradas de forma extremamente genérica para os doadores, o que também implica em uma consideração apenas superficial dos problemas por dirigentes de ONGs. A comunidade, agora algo genérico, apenas na imagem, para apaziguar a consciência do primeiro mundo, se vê trabalhando a serviço de interesses alheios. No entanto, o que mais marca o argumento dos autores é a necessidade de “generificação”, tanto de naturezas quanto de culturas quando se trata do capitalismo global e de sua caridade burguesa e paternalista.

Resta, pois, retornar ao nosso quadro, onde não faltou paternalismo nas políticas de relocação de trabalhadores (PAVIANI, 1998) e onde naturezas são manejadas, deslocadas e invadidas, acompanhando os desejos da classe média (PATRIOTA; JANUZZI, 2019). Aqui, natureza significa muita coisa, o que só reforça o uso do plural.

4. As culturas e naturezas diversas do DF

Nesta seção, analisarei regiões que considero críticas para entender como naturezas diversas se associam a grupos humanos específicos no espaço urbano do Distrito Federal. Três são no Plano Piloto: o bairro do Noroeste, a comercial da 413 Norte e o Setor Comercial Sul. A última é Samambaia, um desastre ambiental antigo (PAVIANI, 1998). Meu objetivo é mostrar como determinadas naturezas são alocadas junto a certos grupos humanos na metrópole brasiliense, e como isto produz regiões morais (PARK, 1976) materialmente marcadas.

O caso do Noroeste é também analisado no trabalho de Patriota e Januzzi (2019), que segundo ele, por meio da criação discursiva de um vazio territorial, que tirou os indígenas e o seu santuário da narrativa, a legitimidade da proposta foi sendo construída. O que surpreende é o fato de atualmente o novo bairro ser exaltado como o primeiro bairro ecológico do Brasil, com captação de energia solar e coleta seletiva, conforme o anúncio de uma construtora (“Noroeste: o bairro”, 2017). Tão ecológico, que sua construção gerou a iniciativa de implementar um novo parque nas redondezas, o Parque Ecológico Burle Marx, para compensar pela área degradada, segundo a Terracap (“Governo anuncia obras”, [s. d.]).

Figura 1 – Visão aérea da Asa Norte antes da construção do Setor Noroeste

Fonte: Tavares (2011).

Na Figura 1 é possível ver a área verde acima das quadras 900 da Asa Norte e que seria, posteriormente, ocupada pelo Setor Noroeste. Fica explícito que os indígenas não foram os únicos invisibilizados pelo vazio do planejamento urbano, mas também as inúmeras árvores retorcidas, feias e cheias de cupins. O mais surpreendente, no entanto, é o teor da postagem de onde a imagem foi retirada (TAVARES, 2011), uma ode ao desenvolvimento e ao progresso, em que estudantes e indígenas são chamados de desocupados e a modernidade, na forma do Estado de Direito, é declarada vitoriosa.

Por sua vez, o Noroeste, como parte do plano “Brasília Revisitada” (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), pode ser entendido como a atualização de dinâmicas existentes desde o início no DF, como a noção de vazio, como ferramenta estratégica (PAVIANI, 1998) e a noção de progresso, que marca a “temporalidade moderna” (LATOURE, 2013), que vê nos indígenas e no seu modo de vida um anacronismo ameaçador, assim como novos elementos neoliberais, como a ênfase na natureza como ativo (KELLY, 2013).

Figura 2 – Visão superior do Setor Sudoeste após a construção*

*Legenda: *Note como a estética é característica com a do Plano Piloto*

Fonte: Rios (2018).

Na Figura 2, mais recente, percebe-se a substituição de uma natureza por outra, agora mais semelhante ao paisagismo plano-pilotense. O Noroeste se parece mais com a parte urbana do Plano Piloto, a superquadra, o que inclui os seus problemas corriqueiros e normalmente não associados a um “bairro ecológico”. Em destaque na reportagem que consta a imagem (RIOS, 2018), destacam-se as reclamações por parte dos moradores a respeito dos indesejáveis catadores, atraídos pelo lixo que transborda das lixeiras. E As contradições se multiplicam no “bairro ecológico”, como aconteceu em outras partes do Plano Piloto, a seca e o seu símbolo maior, a árvore retorcida, foram alijadas do meio urbano.

No entanto, a ênfase não é mais na cidade parque exótica, mas no parque compensativo, o Burle Marx, logo a vista, mas

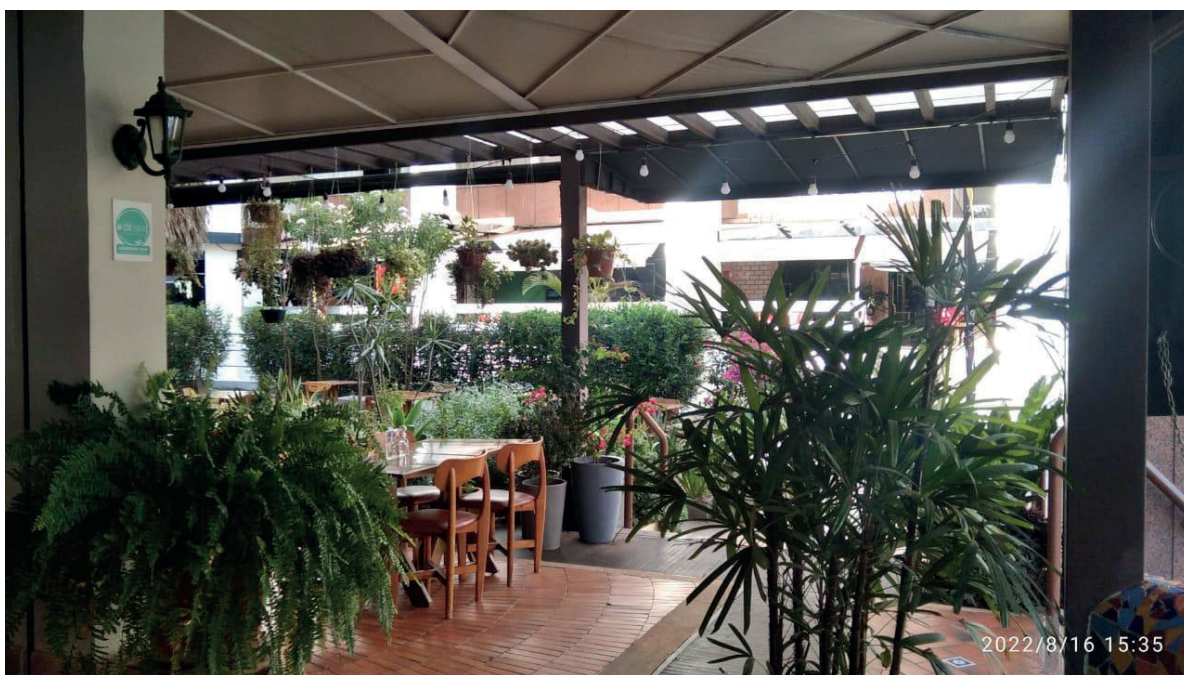
apenas para contemplação. O próprio discurso ecológico entorno do Noroeste parece se assemelhar ao da economia dos créditos de carbono, em que a falta de uma natureza em um local pode ser compensada pela sua preservação em outro. Intercambiáveis, estas naturezas são abstraídas e mercantilizadas, tornadas, assim, como comensuráveis (KELLY, 2013), mesmo que haja diferenças visíveis, como entre a Amazônia e o Cerrado. Especulação imobiliária e ambiental fazem parte de um mesmo processo, a luta por terra e sua distribuição desigual.

Em outro local, na parte inferior da Asa Norte, a Quadra 413, da qual existe apenas a comercial, está localizada ao lado do Parque Olhos D’Água. Sua ampliação foi anunciada em 2012, como afirma a reportagem do Jornal de Brasília (ARQUIVO GERAL, 2012) que destaca a importân-

cia desta para o futuro da cidade-parque, ao mesmo tempo em que também projeta o valor do parque como ativo e sua valorização. Restaurantes, bares e padarias de luxo que salpicam o térreo das comerciais, e o parque, repleto de espécies nativas e nascentes de água, convidando ao relaxamento, à contemplação e ao exercício físico, parecem se complementar em um cenário incrível, aproveitando-se do valor do parque que parece vazar pela cerca.

Assim, como nos condomínios fechados de São Paulo, a presença de vegetação é um *plus* da localidade (CALDEIRA, 2000). O “verde” assume um caráter estético marcante, transbordando a partir do parque para os estabelecimentos, como se pode ver na Figura 3, da câmera do autor deste trabalho.

Figura 3 – Um bar na comercial da 413 Norte



Fonte: autor (2022).

Esta natureza aparece como um atrativo a mais para os frequentadores destes estabelecimentos, algo incluso no *couvert*. Perfeita para a classe média da Asa Norte, esta combinação une o bucólico e o pacífico ao moderno e arrojado, com bandas de *jazz* e outras formas de música ao vivo, decoração focada em elementos vegetais e a vista para o parque, logo ao lado. O parque, assim como

as plantas que decoram os restaurantes e as calçadas, ajudam a compor uma região moral (PARK, 1976) onde a contemplação e os prazeres burgueses são altamente valorizados.

A contradição reside no fato de que há, frequentemente, pessoas morando em barracos também, logo ao lado. A L3 Norte, via próxima da UnB e da 413, está frequentemente ocupada por barracos de madeira

e lona, mesmo com os despejos frequentes de seus moradores (G1 DF, 2018). Estes despejos, assim como os realizados outrora (PAVIANI, 1998), reforçam o argumento de que, no Plano Piloto, grande parte das naturezas estão ali para serem contempladas, não ocupadas, e qualquer ocupação por parte de indesejáveis é uma afronta à ideia sagrada de vazio.

O terceiro evento-local crítico é a destruição sofrida pela horta comunitária do Setor Comercial Sul, mantida pelo Coletivo Aroeira e o Instituto No Setor em plena pandemia da Covid-19, em 10 de fevereiro de 2021, pelas mãos de funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Segundo a empresa, esta atendia a um pedido da Polícia Militar, preocupada com a segurança e a proliferação do tráfico de drogas, além de que o espaço “estava sujo”. Acontece que a horta não fornecia apenas alimentos, mas também fazia parte de um projeto de ressocialização de pessoas em situação de rua e dependentes químicos do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), algo que a matéria do Correio Brasiliense, que noticiou o fato, reconhece (SILVA, 2021).

A requisição da polícia reforça, por um lado, o caráter público, mas não comum, da natureza em Brasília. Isto é, ela está aí para ser contemplada e não manejada pela população, além de reforçar o estereótipo de criminoso associado à pessoa moradora de rua, consequência da normalização de uma “fala do crime” (CALDEIRA, 2000). Por outro lado, ela explicita a associação perigosa entre autonomia alimentar – os alimentos produzidos na horta – e as populações marginaliza-

das, que, como narra Paviani (1998), podiam simplesmente ser relocadas. Atualmente, as pessoas em situação de rua são muito diferentes dos antigos candangos. Ninguém parece lhes dever nada, nem um teto sobre a cabeça, nem alimento fresco. No planejamento urbano de Brasília parece não caber pessoas em situação de rua, e muito menos as suas hortas comunitárias, e o que este evento ilustra é como ambos estão visivelmente “fora de lugar” naquele local. Vale mencionar que a sujeira mencionada pelos funcionários da Novacap, por sua vez, pode ser entendida como uma violação do vazio idealizado, assim como a representação de um coletivo indesejado.

Finalmente, sairei do Plano Piloto e voltarei o meu olhar para Samambaia. Construída às pressas no primeiro mandato de Joaquim Roriz no governo do Distrito Federal, a área foi rapidamente desmatada, o que deixou o solo sem sustentação e sujeito à erosão, que sempre afetava os moradores que chegavam. Como afirma Paviani (1998), este problema era acompanhado de outros, no âmbito da infraestrutura, como falta de energia, saneamento, asfaltamento etc. Neste caso, parece que o descaso em relação à vegetação nativa se aliou à indiferença com que foram tratadas pessoas deslocadas, um ambiente devastado para uma população despossuída.

Pesquisando a respeito do estado atual de Samambaia em relação a estes transtornos, deparei-me com um fato curioso. Atualmente, Samambaia abriga um aterro sanitário, o que gerou uma manifestação do presidente do Conselho de Saúde da época, que alegava a destruição de uma das nascen-

tes do rio Descoberto. O governo negou tal informação (G1 DF, 2017). De acordo com a reportagem, a construção do novo aterro teve como objetivo a substituição do lixão da Estrutural, mas, com o cronograma atrasado e a ausência de previsão para as próximas etapas, tal meta é apresentada como algo indefinido. O maior impacto social, contudo, é a falta de centros de triagem para o novo aterro, o que acabou por excluir os catadores, os mesmos indesejáveis das redondezas da 413 Norte e de outros lugares do DF.

Outras denúncias de poluição intensa abundam, como a do rio Melchior, entre Samambaia e Ceilândia (“Entre Samambaia e Ceilândia”, 2021). Antes, um rio considerado bonito e até mesmo navegável; agora, se encontra ornado por uma densa espuma que se forma na superfície. Cada vez menos a natureza dos pobres se destina à contemplação ou ao prazer.

Depois de mais de 30 anos de sua fundação, Samambaia ainda recebe o refugio da capital. Os pobres e os deslocados recebem uma natureza degradada e poluída, que agrava o seu próprio sofrimento. Os que possuem melhores condições financeiras preferem morar em algum dos novos condomínios fechados, longe de tudo isso.

5. Considerações finais

Neste trabalho tentei mostrar como grupos sociais não são os únicos a se diferenciarem e serem segregados no espaço urbano. Para isto, realizei uma análise de Brasília, a cidade-parque, para ilustrar o modo como naturezas podem marcar lugares determina-

dos e se conformar a visões de mundo das camadas privilegiadas, ao passo em que são negadas a cidadãos periféricos e marginalizados. Como a heterogeneidade social é marca do urbanismo (WIRTH, 1976), também tentei mostrar como uma heterogeneidade natural o compõe e, como no caso do DF, acompanha a heterogeneidade social e a evidencia ainda mais.

No DF, a relação entre certos estratos da sociedade e as formas particulares de natureza, cria, por um lado, “espaços classificados” para os ricos (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), e, por outro, áreas de perigo moral, referenciadas na fala do crime (CALDEIRA, 2000). Meu ponto é que tanto naturezas quanto culturas têm um papel e um lugar nesta configuração, construindo ambientes estéticos e de convivência, das mais variadas matizes, mas de maneira que sistematicamente beneficia as elites, pois elas detêm o poder de conquistar a natureza que querem, enquanto as populações periféricas apenas a recebem do poder público, para utilizar o vocabulário de Paviani. Isto, aumenta bastante a insegurança da qual estas populações estão sujeitas.

Espero que as novas nuances da distribuição socio-espacial do Distrito Federal trazidas por este trabalho sejam fecundas e inspirem novas pesquisas na região. No entanto, espero, ainda mais, que elas cheguem, algum dia, a formuladores de políticas públicas e a entidades da sociedade civil, do presente e do futuro, para que estimulem ações concretas para um mundo mais justo.

Referências:

ADAMS, William *et al.* Biodiversity Conservation and the Eradication of Poverty. **Science**, 306: 1146–1148, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Brasília, 56 anos, de cidade parque a capital gradeada. **UOL – Congresso em Foco**, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/brasilia-56-anos-uma-capital-gradeada/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

ARAÚJO, Nathália. “Você conhece a PEC 504/10?” Instituto Jurumi, 1 mar. 2021, Disponível em: <https://www.institutojurumi.org.br/2021/03/voce-conhece-pec-50410.html>.

Arquivo Geral. Parque Olhos D’Água será ampliado. **Jornal de Brasília**, 22 mar. 2012, Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/brasilia/parque-olhos-dagua-sera-ampliado/>. Acesso em: ~~20 SET 2022~~.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia). FFLCH/USP, 2001.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BROCKINGTON, Dan; DUFFY, Rosaleen; IGOE, Jim. Histories and Geographies of Protected Areas. *In: Ibid* (Orgs.). **Nature Unbound**: Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas, 2008, pp. 17-46.

BROSIUS, Peter; TSING, Anna; ZERNER, Charles. Representing communities: Histories and politics of community-based natural resource management. **Society and Natural Resources**, 11: 157-168, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DESCOLA, Philippe. Más allá de la naturaleza y de la cultura. *In*: Leonardo Montenegro Martínez (Org.). **Cultura y Naturaleza**, Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011.

“Dia Mundial do Meio Ambiente: a importância do Cerrado para a biodiversidade.” **Rede Cerrado**, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/dia-mundial-do-meio-ambiente-a-importancia-do-cerrado-para-a-biodiversidade/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

G1 DF. Aterro sanitário em Samambaia, no DF, é inaugurado com críticas de moradores. **G1 Distrito Federal**, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/aterro-sanitario-do-df-e-inaugurado-com-criticas-da-comunidade.ghtml>. Acesso em: **20 SET 2022**.

———. Barracos na L3 Norte são derrubados em operação do governo do DF. **G1 Distrito Federal**, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/barracos-na-l3-norte-sao-derrubados-em-operacao-do-governo-do-df.ghtml>. Acesso em: **20 SET 2022**.

“Governo anuncia obras no Parque Ecológico Burle Marx.” **Terracap**, [s. d.], Disponível em: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/1104-governo-anuncia-obras-no-parque-ecologico-burle-marx-2>. Acesso em: **20 SET 2022**.

KELLY, Alice B. Conservation practice as primitive accumulation. *In*: PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian (Orgs.). **New Frontiers of Land Control**, New York: Routledge, 2013.

KROEBER, Alfred L. O superorgânico. **A natureza da cultura**, Lisboa: Edições 70, 1993, p. 39-79.

LATOUR, Bruno. **Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza? Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 25-105.

———. **Jamais fomos Modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

LIMA, Roberta Maria Costa e; SILVA JÚNIOR, Manoel Cláudio. Inventário da arborização urbana implantada na década de 60 no Plano Piloto, Brasília, DF. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 5, n. 4, 2010.

NAZÁRIO, Moisés. “Muitos acreditam que santo italiano profetizou a construção de Brasília no século 19”, **Senado Federal**, [s. d.], Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not08.asp#:~:text=Em%20agosto%20de%201883%2C%20Dom,Argentina%2C%20vislumbrando%20povos%20e%20riquezas>. Acesso em: **20 SET 2022**.

“Noroeste: o bairro que saúda o futuro na cidade de Brasília.” **Blog Emplavi**, 19 maio 2017, Disponível em: <https://blog.emplavi.com.br/noroeste-o-bairro-que-sauda-o-futuro/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

PATRIOTA, Cristina; JANUZZI, Vinícius. Brasília classificada. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 1, 2019.

PAVIANI, Aldo. A Construção Injusta do Espaço Urbano. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**, Brasília: Ed. UnB, 2ª ed., 1998.

RIOS, Alan. “Moradores do Noroeste cobram solução para problemas de infraestrutura.” **Correio Brasiliense**, 11 Jul. 2018, Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/07/11/interna_cidadesdf,694170/moradores-do-noroeste-cobram-solucao-para-problemas-de-infraestrutura.shtml. Acesso em: **20 SET 2022**.

———. “Conheça a história do Lago Paranoá, que completa 60 anos nesta quinta.” **Correio Brasiliense**, 12 set. 2019. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/12/interna_cidadesdf,781940/conheca-a-historia-do-lago-paranoa-que-completa-60-anos-nesta-quinta.shtml. Acesso em: **20 SET 2022**.

SILVA, Ana Maria da. “Horta comunitária no Setor Comercial Sul é destruída pela Novacap.” **Correio Brasiliense**, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2021/02/4905989-horta-comunitaria-no-setor-comercial-sul-e-destruida-pela-novacap.html>. Acesso em: **20 SET 2022**.

STRATHERN, Marilyn. 1. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAKACS, David. The Making of Biodiversity. **The Idea of Biodiversity: Philosophies of paradise**. London: Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 9-40.

TAVARES, Kássia. “Setor Noroeste obtém vitória judicial e Estado de Direito triunfa.” **Blog: Política & Economia**, 28 out. 2011. Disponível em: <https://www.politicaeconomia.com/2011/10/setor-noroeste-obtem-vitoria-judicial-e.html>. Acesso em: **20 SET 2022**.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política? **Analytica**, vol 21 nº 2, 2017, p. 195-218.

WIRTH, LOUIS. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, O.G (Org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 90-113.

Cercamentos sociais e Assepsia urbanística: conceitos para pensar Brasília

Social enclosures and urban asepsis: concepts to think about Brasília

Recintos sociales y asepsia urbana: conceptos para pensar Brasília

Adriano Chaves Valente¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2209-2091>

Resumo

Neste artigo, pretendo explorar, a partir do diálogo pontual com algumas obras da Sociologia Urbana, concepções que permitem pensar Brasília no contexto de um longo trajeto de invisibilização de negros e pobres. Para tanto, organizei alguns apontamentos e os separei em três grupos. No primeiro, discuto, com base na ideia de cercamentos sociais, o modo como a utilização dos espaços públicos das cidades pelos negros foi cerceada por meio da criminalização de manifestações culturais que dependiam de reuniões públicas, quais sejam o samba e a capoeira, e pela perseguição a encontros religiosos. No segundo, reflito sobre como tal estratégia de se impedir reuniões e ocupações de espaços públicos por grupos denominados perigosos (ou indesejáveis) muitas vezes se ampara em um conceito de ordem posto em prática pelo Estado por meio de suas agências policiais. Por fim, trato da forma como gradativamente também a vida privada das classes ditas indesejáveis foi se tornando alvo de invisibilização mediante a transferência de suas moradias para locais distantes, em nome da higienização (ou assepsia) das cidades. À guisa de conclusão, argumento que os conceitos de cercamentos sociais e assepsia urbanística permitem enxergar o projeto modernista da construção de Brasília como mais uma etapa desse percurso histórico que marca as cidades brasileiras e suas desigualdades.

Palavras-chave: cercamentos sociais, inviabilização, assepsia urbanística, Brasília, plano piloto, pedestre.

Abstract

In this article, I intend to explore, through an occasional dialogue with some works of urban sociology, concepts that allow us to think of Brasília in the context of a long trajectory of invisibilization of black and poor people. To this end, I have organized some notes and separated them into three groups. In the first, I discuss, based on the idea of social enclosures, how the use of public spaces in the cities by blacks was restricted through the criminalization of cultural manifestations that depended on public meetings, such as samba and capoeira, and by the persecution of religious meetings. In the second section, I reflect on how this strategy of preventing meetings and occupation of public spaces by groups considered dangerous (or undesirable) is often based on a concept of order put into practice by the State through its police agencies. Finally, I deal with the way in which the private lives of the so-called undesirable classes gradually became invisible by transferring their dwellings to distant places, in the name of hygienization (or asepsis) of the cities. In conclusion, I argue that the concepts of social enclosure and urban asepsis allow us to see the modernist project of the construction of Brasília as one more step in this historical path that marks Brazilian cities and their inequalities.

Keywords: social enclosures, impracticability, urban asepsis, Brasilia, pilot plan, pedestrian.

1 Mestrando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), graduado em Direito pela UnB, pós-graduado em Gestão de Segurança Pública pela UnB, pós-graduado em Gestão de Polícia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), pós-graduado em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), pós-graduado em Direito, Estado e Constituição pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Planalto Central e pós-graduado em Investigação e Criminalidade Organizada pela Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal (ANP). Coautor dos livros “O Novo Direito Administrativo Brasileiro - O Estado, as Agências e o Terceiro Setor” e “O Novo Direito Administrativo Brasileiro Vol. 2 - O Público e o Privado em Debate”. E-mail: keysbrave@hotmail.com.

Resumen

En este artículo pretendo explorar, a través de un diálogo puntual con algunos trabajos de sociología urbana, conceptos que nos permitan pensar Brasília en el contexto de una larga trayectoria de invisibilización de negros y pobres. Para ello, he organizado algunas notas y las he separado en tres grupos. En el primero, discuto, a partir de la idea de encierro social, la forma en que se restringió el uso de los espacios públicos de las ciudades por parte de los negros, mediante la criminalización de manifestaciones culturales que dependían de reuniones públicas, como la samba y la capoeira, y mediante la persecución de reuniones religiosas. En la segunda, reflexiono sobre cómo esta estrategia de impedir reuniones y ocupaciones de espacios públicos por parte de grupos considerados peligrosos (o indeseables) se basa a menudo en un concepto de orden puesto en práctica por el Estado a través de sus agencias policiales. Por último, trato de la forma en que gradualmente la vida privada de las llamadas clases indeseables se convirtió también en objeto de invisibilización mediante el traslado de sus viviendas a lugares distantes, en nombre de la higienización (o asepsia) de las ciudades. En conclusión, sostengo que los conceptos de encierro social y asepsia urbana nos permiten ver el proyecto modernista de construcción de Brasília como una etapa más en este recorrido histórico que marca las ciudades brasileñas y sus desigualdades.

Palabras clave: recintos sociales, impracticabilidad, asepsia urbana, Brasília, plan piloto, peatonal.

1. Criminalização da reunião de negros em espaços públicos

Na música “Agoniza, mas não morre”, composta em 1979 e gravada inúmeras vezes pelos mais diversos artistas, Nelson Sargento aborda o que entendia ser uma tentativa de subjugação da cultura negra, alertando o Samba “inocente” e “pé-no-chão” que a fidalguia do salão o estaria envolvendo. Canta em tom de reprovação: “mudaram toda a sua estrutura, te impuseram outra cultura e você nem percebeu”. Critica o compositor o chamado *embranquecimento do samba*, estratégia utilizada pela classe dominante branca para tomar essa linguagem musical para si e, com isso, reafirmar seu poder (LISBOA, 2010).

Tal tentativa de apropriação da música negra pelo branco, por outro lado,

revela certo enfraquecimento de outra forma de agressão que vigorava desde anos antes: a coibição a manifestações culturais do povo negro, entre as quais o samba, e a prática dela decorrente de se proibir reuniões sociais, inclusive por força da criminalização de encontros em espaços públicos. Trata-se de prática largamente utilizada após a abolição chamada neste texto, com amparo em Silvia Federici, de *cercamentos sociais*.

Ao tratar do tema dos trabalhadores rurais anglo-saxões no período de transição da época feudal para a Modernidade na Europa, Federici, em “O Calibã e as Bruxas”, utiliza tal categoria do *cercamento* para se referir ao impedimento de encontros em espaços públicos desse grupo de trabalhadores, relegado ao confinamento no espaço privado. Escreve que, no século XVI,

“cercamento” era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades. Referia-se, sobretudo, à abolição do sistema de campos abertos (*open-field system*), um acordo pelo qual os aldeões possuíam faixas de terra não contíguas num campo sem cercas. Cercar incluía também o fechamento das terras comunais e a demolição dos barracos dos camponeses que não tinham terra, mas podiam sobreviver graças a seus direitos consuetudinários. Grandes extensões de terra também foram cercadas para criar reservas de veados, ao passo que vilarejos inteiros foram derrubados para serem transformados em pasto.

Embora os cercamentos tenham continuado até o século XVIII (Neeson, 1993), antes mesmo da Reforma mais de duas mil comunidades rurais foram destruídas dessa maneira (...). (FEDERICI, p. 133-134)

Como se vê, a expressão cercamentos diz respeito às normas que puseram fim ao uso comum da terra com o intuito de possibilitar aos fazendeiros a expansão de suas propriedades, tratando-se da eliminação do sistema de campos abertos que, até então, dava aos aldeões o **direito de possuir em conjunto faixas de terras num campo sem cercas**, e, como consequência, da retirada de uma parte significativa da vida democrática e da autossuficiência dos trabalhadores do campo, uma vez que, até então, as decisões eram por eles tomadas em assembleias. Para a autora, tal política, que tirou de milhões de produtores o uso da terra, encontra-se na

gênese do capitalismo juntamente com a pauperização massiva dessa classe e com a criminalização dos trabalhadores, e associa-se de tal modo com a expropriação da riqueza coletiva dos trabalhadores que o termo passou a ser usado para se referir, também, a outras formas de ataques a direitos sociais (FEDERICI, p. 131-136).

Nesse ponto em que o termo se estende do cercamento literal de terras rurais até então de uso comum para alcançar o *cercamento de direitos sociais*, Federici ressalta o fato de que a vida dos trabalhadores, como decorrência da privação das áreas comunais, passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família – enfim, do espaço público para o privado.

Discorre o presente artigo, com base em alguns estudos específicos que dialogam com o tema, sobre tal prática de se **regular o uso do espaço público por trabalhadores pobres** – vistos como *indesejáveis*, sobretudo se forem **negros**. É que o negro, segundo Florestan Fernandes, com o fim da escravidão, “perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, (...) também perdeu todo o interesse que possuía para as classes dominantes”. (FERNANDES, p. 32)

Afirma Florestan Fernandes que “a desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre”, de modo que “o liberto se viu convertido sumária e abruptamente em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora

não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva”. (FERNANDES, p. 29)

Ao falar sobre ausência de *meios morais*, embora não mencione expressamente a questão, tampouco se utilize do termo, Florestan Fernandes parece tratar dos *cercamentos sociais*. Defende que, além de precisarem se inserir na sociedade sem instrução suficiente para tanto, os negros sofreram ainda com o temor da classe dominante branca de que ocorressem “rebelião negras”, ante as péssimas condições em que se encontravam em decorrência do alijamento social, prevalecendo, por essa razão, uma orientação velada de se impedir o florescimento de vida social organizada entre eles, de modo que **“todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas**, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos” (FERNANDES, p. 73, grifo nosso). A seguir, mostra que **providências policiais foram tomadas para impedir a revivescência de antigos usos que “perturbariam o sossego e o decoro da população branca”**, pois “onde existissem

bandos de ‘malandros’ bem organizados, o negro e o mulato podiam se introduzir [...] no mundo do crime” (FERNANDES, p. 85, grifo nosso).

Aparentemente influenciado por esse pensamento, o Código Penal de 1890 – promulgado, portanto, logo após a abolição – tratou de penalizar expressamente a manifestação negra da **capoeira**¹, enquanto outras reuniões do povo negro, como as rodas de samba, passaram a ser criminalizadas no bojo do delito de **vadiagem**², havendo relatos de que a posse de um pandeiro, instrumento musical característico do samba, serviria de prova do cometimento dessa infração penal³. No campo espiritual, verificam-se políticas de *cercamentos sociais* consistentes na marginalização das manifestações religiosas de matrizes africanas:

Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente “sagrado” e “tradicional”, a população negra perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco. Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos, que **requerem um mínimo de aglomeração** e oferecem ao negro oportunidade de afirmação pessoal

1 Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:
Pena - de prisão celllular por dous a seis mezes.

2 Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
Pena - de prisão celllular por quinze a trinta dias.

3 É narrado que João da Baiana, considerado, ao lado de Donga e Pixinguinha, um dos “criadores” do samba, teria sofrido constantemente com a perseguição decorrente da posse do pandeiro. Esse fato é relatado por Lira Neto em seu *Uma história do samba*.

ou coletiva, por meio da vida organizada. (FERNANDES, p. 86, grifo nosso)

Conclui-se por ora que estratégias de dominação chamadas por Federici de *cercamentos sociais*, concernentes ao tolhimento de direitos consistentes no gozo da vida pública, foram utilizadas contra os negros no período pós-abolição, sendo exemplo de tais políticas, no Brasil, a marginalização de três esferas da sua cultura que impescindem de reuniões sociais: a capoeira, a roda de samba e a manifestação religiosa.

Merece uma breve digressão, no entanto, o alcance dos bloqueios aos usos de espaços públicos comentados neste primeiro tópico. Não se ignora que, no contexto sócio-histórico pinçado, o mundo da rua era relegado aos negros, estigmatizados pelo trabalho manual que o patriarcado escravocrata desprezava. Durante a escravidão e logo após a abolição, as ruas e praças eram tomadas por lavadeiras negras que faziam uso das fontes; por negros que transportavam água, cargas e pessoas; por escravos libertos que vendiam os produtos das fazendas – um cenário, enfim, em que os logradouros públicos se impunham como o lugar de sociabilidades diaspóricas negroafricanas.

O que se buscou trazer ao debate neste primeiro tópico foi uma percepção inicial, ainda carente de uma análise mais aprofundada, de que a *indesejabilidade* floresce no instante em que o negro pretende usar esses mesmos locais para expressar cultura, arte ou religiosidade ou para promover qualquer outro tipo de sociabilidade recreativa, vindo, então, a extrapolar seus

limites em uma estrutura social que permite a ele o uso da rua apenas para a realização do trabalho.

Como explica DaMatta, a hierarquia entre as classes vigente no Brasil “atua por meio de uma lógica complementar que, embora limite a ascensão dos diferentes, não os dispensa como tal”, e essa complementariedade “se exprime em uma ideologia segundo a qual negros, brancos e índios formam um triângulo racial e se complementam” em “um sistema de preconceito no qual o contexto é determinante” (DAMATTA, 1996), de modo que o negro não é *indesejável* quando ocupa o lugar a ele destinado: no caso, quando assume a atribuição de trabalhador escravizado ou explorado.

A *indesejabilidade* somente o alcança nesse papel social quando ganha força a orientação de que as ruas precisam de *ordem* e devem ser asseadas – livres de vetores de doenças e limpas em sua arquitetura urbana. Os próximos tópicos irão trazer à discussão o que parecem ser as sementes desse pensamento que causa um alargamento na prática de se tolher a utilização dos lugares públicos.

2. Classes perigosas e desordem no espaço público

Como exposto acima, a proibição de exercício de certas sociabilidades por trabalhadores negros pobres no período pós-abolição teve como um de seus pilares, inclusive por meio de um diploma normativo legal, a ideia de se evitar a prática do delito de

vadiagem, ou seja, invocou como argumento uma concepção de **manutenção da ordem**. Esse fundamento ganhou relevo ao longo dos anos, de modo que o alcance dos **cercamentos sociais** também começou a se alterar.

Haydée Caruso, ao falar do processo de construção das noções de *ordem* e *desordem* no bairro carioca da Lapa a partir das interações entre polícia militar e demais atores da região, demonstra que a **ordem** buscada pela polícia se formula, entre outros fatores, pela retirada do espaço público de grupos vistos como causadores de **desordem**, buscando-se sempre, com maior ou menor intensidade, a depender do período do dia, a *invisibilização* desses atores, vistos como *indesejáveis* nesse *locus* (CARUSO, 2016).

Para tratar do tema, recorre ao conceito de *sujeição criminal* de Michel Misse, o qual permite pensar a representação social de criminosos como malandros, vagabundos, marginais, pivetes e outros tipos sociais construídos com base em critérios de situação social ou econômica, cor, nacionalidade ou naturalidade, faixa etária, gênero, indicadores de filiação a uma família ou a uma religião, escolaridade e regularidade de emprego, servindo para estratificar, diferenciar e construir estereótipos de identidades sociais mobilizadas para distinguir indivíduos suspeitos (MISSE, 1999; CARUSO 2016).

A autora analisa o projeto de revitalização da Lapa pelas lentes dos policiais que trabalham na região e a conclusão que pode ser inferida de seu estudo é a de que eles atribuem a *desordem* no lugar à presença de pessoas em situação de rua, guardadores de carros, indivíduos que consomem bebidas

nas ruas – dos **pobres livres que ocupam espaços públicos**. Para esses policiais, a *ordem* estaria, de outro lado, nos espaços privados de que fazem uso as classes média e média alta, quais sejam os restaurantes, bares e casas de *shows* da Lapa. Escreve:

De dia me deparei com uma Lapa de ruas e áreas vazias, de ritmo lento, descrita pelos frequentadores e transeuntes como um lugar perigoso, dominado por “desocupados”, já que segundo um policial: “A lapa ao meio dia é o horário de concentração de desocupados...” (tenente coronel da PM, 40 anos, 20 anos de serviço). À noite, seus espaços eram preenchidos por vários públicos que para lá se dirigiam. Esse movimento implicava, também, a mudança de percepção sobre o perigo. Em geral, a sensação de medo gradativamente diminuía, mas isso não significa que deixava de existir. Parecia que a confluência de pessoas para um mesmo espaço físico durante **a noite tornava invisíveis aqueles que pude compreender como os ‘indesejáveis’**, classificados pelos meus interlocutores como “os desocupados”, os “meninos de rua”, “os pivetes” e “os usuários de drogas”. O ‘vazio’ das manhãs os colocava em destaque enquanto as noites pareciam escamoteá-los no meio da população. (CARUSO, p. 55, grifo nosso)

No mesmo estudo, a autora analisa uma política estatal implementada à época, refletida no pensamento policial, denominada “Operação Lapa Limpa”, decorrente de

forte pressão dos segmentos empresariais locais e dos meios de comunicação em geral no intuito de cobrar das autorida-

des municipais e governamentais respostas para aquilo que definiam como a **desordem** da Lapa, em geral **associada à presença de população de rua, camelôs, estacionamentos irregulares, flanelinhas**, estabelecimentos sem alvará de funcionamento e trânsito desordenado” (CARUSO, p. 155, grifo nosso)

Inferese-se que, no cumprimento da tarefa de trazer *ordem* para a Lapa, é contra a ocupação dos logradouros públicos pelos *indesejáveis* que se volta a polícia, apoiada pelos comerciantes locais.

É ponto pacífico para gestores públicos, policiais, empresários e muitos frequentadores que **o caminho para a organização da Lapa passe, necessariamente, pela retirada das ruas daquilo que entendem como ‘razões da desordem’**. Nesse caso, os conflitos – sejam eles latentes ou manifestos – são contornados com a retirada do cenário urbano, mesmo que por poucas horas e, por muitas vezes, daqueles que não estão ‘previstos’ para estar naquele espaço, sejam eles “camelôs”, “flanelinhas”, “mendigos”, “usuários de drogas” ou “meninos de rua”. Nesse sentido, é preciso ‘limpar’ as ruas, ‘higienizar’ a Lapa e, como dizia o policial, “dar uma pá de cal nos Arcos”. É preciso padronizá-la e moldá-la para atender um projeto de “revitalização” que mais exclui que inclui. (CARUSO, p. 159, grifo nosso)

•pós

A revitalização da Lapa de que trata o estudo de Caruso pressupõe para o Estado a prática de *cercamentos sociais* consistentes na retirada dos pobres – o que inclui **traba-**

lhadores pobres – da região, para que, feito isso, possa vigorar a *ordem*: é a *invisibilização* das classes *indesejáveis* nos espaços públicos que supostamente traz *ordem* para o *locus*. Mais do que isso, *higieniza* o espaço, como dito pela autora no trecho acima.

Tal ferramenta de *higienização* será pensada no próximo tópico a partir do cotejo entre algumas ações governamentais voltadas à *assepsia urbanística* percebidas nos primeiros projetos de revitalização das duas mais importantes cidades brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo.

3. Modernização brasileira e *assepsia urbanística*

Feito um pequeno sobrevoo sobre o tema da obstaculização ao uso de locais públicos pelas classes *indesejáveis*, será brevemente recuperado agora o estágio seguinte dessa política: o da *invisibilização* não apenas das pessoas, mas também de suas **moradias**, por meio da transferência para regiões afastadas como forma de *higienização* dos centros urbanos – em sentido tanto sanitário quanto arquitetônico. Ao exemplo do que foi falado nos tópicos anteriores, sobre a impossibilidade da completa utilização dos espaços públicos por pobres, sobretudo negros, tidos como *indesejáveis* ou *perigosos* – e, portanto, ameaças à *ordem* pública –, as estratégias de *invisibilização* das moradias mais pobres, que serão discutidas neste momento, também atingem de maneira mais evidente os negros, em razão da predominância da população negra em bairros vulneráveis.

Cito, nesse sentido, dados do início do século, trabalhados por Teresa Pires do Rio Caldeira em seu *Cidade de muros*, segundo os quais “68% dos domicílios urbanos abaixo da linha de indigência tem um negro ou um pardo à sua frente” (CALDEIRA, p. 53)⁴, podendo ser lembrada a afirmação de João Costa Vargas de que quando comunidades pobres, crime, drogas e violência são abordados, a conexão tácita – mas sem dúvida poderosa – que se faz é com a população negra (VARGAS, p. 77). No que diz respeito à habitação, brancos pobres são *quase pretos de tão pobres – e todos sabem como se tratam os pretos*⁵.

Serão mencionados neste tópico exemplos de políticas implementadas em períodos próximos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, calcadas no ideal de **higienização** do espaço público, acima referido por Haydée Caruso, que trazem com elas o viés do **cercamento social**.

Conforme explica Lícia do Prado Valladares,

no Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em detalhar minuciosamente a cena urbana e seus personagens populares voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada “classe perigosa”. Definido como um verdadeiro “inferno

social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. **Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades.** [...]

No Rio de Janeiro foram promulgadas leis para impedir a construção de novos cortiços, começando por posturas municipais. No final do século XIX, uma verdadeira “guerra” foi desencadeada, levando à destruição do mais importante deles, o Cabeça de Porco. (VALLADARES, 2005, p. 24, grifo nosso)

Tratando-se o *locus* referido no excerto acima de habitação de trabalhadores pobres, carecia de condições mínimas de infraestrutura e saneamento, o que favorecia a disseminação de doenças. A proposta de eliminação desse tipo de moradia se atrelava, assim, ao enfoque médico da **higienização sanitária**, mas passou a indicar também um propósito de *assepsia* da própria arquitetura urbana.

No Rio de Janeiro, o primeiro passo em direção à **higienização** da cidade a partir da remoção de habitações pobres veio com a administração de Pereira Passos, que teve em Oswaldo Cruz, médico sanitário, o mentor de uma campanha de saneamento que veio a culminar na Revolta da Vacina em 1904,

4 No decorrer da primeira década dos anos 2000, a situação não se alterou. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a distribuição de renda no Brasil apontados na 4ª edição da revista Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, “em 2009, no primeiro décimo da distribuição (10% mais pobres da população), os negros correspondiam a 72%”.

5 Letra da música *Haiti*, composta por Caetano Veloso e gravada por ele e Gilberto Gil em 1993.

movimento popular contrário à vacinação em massa exatamente em razão do temor de que se tratasse de algum estratagema do Estado para eliminação do povo pobre, cujas moradias se tornaram “culpadas” pela disseminação de doenças e pelo “atraso” na paisagem urbana do Rio de Janeiro⁶.

Escreve Lícia do Prado Valladares:

Fotografado já na primeira década do século, o Morro da Favella não apenas concentra todas as atenções, como suscita iniciativas por parte das autoridades como a campanha de saneamento de 1907, sob a direção de Oswaldo Cruz [...]. A favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade, dando a perceber que o debate sobre a pobreza e o habitat popular – já desde o século XIX agitando as elites cariocas e nacionais – fará emergir um pensamento específico sobre a favela do Rio. (VALLADARES, 2005, p. 28-29)

Foram implementadas, então, em nome da modernização e *higienização*, obras de demolição e reconstrução até então sem precedentes na história dessa e de outras

cidades brasileiras, por meio da destruição de moradias populares e da abertura de largas avenidas. Tal orientação vinha na esteira do conceito de reformulação do cenário urbano cunhado por Georges Eugène Haussmann em Paris três décadas antes.

Posteriormente, novo movimento em busca da *higienização sanitária e estética* na arquitetura urbana partiu de uma figura proeminente no Rio de Janeiro do final dos anos 1920 chamada Mattos Pimenta, a qual, segundo Lícia do Prado Valladares, “mais do que qualquer outro personagem de seu tempo, [...] contribuiu para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos” (VALLADARES, 2005, p. 42).

Do episódio, também trata Teresa Pires Caldeira:

Mattos Pimenta projeta sobre a favela as suas preocupações reformistas e sanitárias, mas também manifesta cuidados estéticos e preocupações arquitetônicas por essa “obra-prima da natureza que é o Rio de Janeiro”. Outros já haviam denunciado a favela como espaço anti-higiênico, insalubre, local de concentração de pobres perigosos e área sem lei, Mattos Pimenta retoma esse discurso. [...] Mas, conforme já foi observado, **ele introduziu o tema da estética, da preocupação com a beleza da cidade tomada em seu conjunto.** [...]

6 Para alguns historiadores, entre os quais Sérgio Lamarão, a campanha de vacinação obrigatória causou enorme descontentamento popular por ter sido conduzida sem os necessários esclarecimentos à população e, sobretudo, por resultar de um processo de modernização excludente. Não traduz, portanto, mera reação de uma população “ignorante” às inovações. Cf. PORTO, 2023.

Mattos Pimenta havia passado muitos anos na Europa, particularmente em Paris, onde acompanhara o desenvolvimento dessa nova disciplina, conhecia muito bem o seu prestígio e **havia apreciado a amplitude das transformações empreendidas em Paris pela reforma de Haussman.** (CALDEIRA, pp. 42-43, grifo nosso)

Seguiu-se daí a implantação de projetos buscando a eliminação das favelas, que deveriam ser substituídas por condomínios populares **em bairros afastados.** Em 1928, o prefeito Antonio Prado Junior determinou a derrubada de centenas de barracos na cidade do Rio de Janeiro (CALDEIRA, pp. 43-61).

Haussman viria a influenciar reformas semelhantes na cidade de São Paulo:

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, idéias logo associadas ao crime. Em 1890, o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, seguido pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas: **era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social. Além de controlar os pobres, a elite começou a separar-se deles.** [...] Ao mesmo tempo, representantes das elites na administração municipal e em instituições como a Federação das Indústrias estavam planejando organizar, limpar e **abrir o centro da cidade como Haussmann fizera em Paris, e afastar os**

trabalhadores, instalando-os em casas unifamiliares que elevariam seus padrões morais. Identificaram a concentração de trabalhadores e as condições anti-higiênicas a eles associadas como um mal a ser eliminado da vida da cidade. **Imaginaram a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico e suas tensões sociais.** (VALLADARES, 2005, pp. 214-215, grifo nosso)

Ressalte-se que a própria reconstrução de Paris, acima referida, que influenciou as reformas do Rio de Janeiro e de São Paulo, calcou-se mais nas variáveis indicativas da estratificação social do que na qualidade das moradias, conforme alega Manuel Castells, que, ao analisar com profundidade construções de cidades e planificações urbanas nos Estados Unidos, França e Inglaterra, assevera:

sistema urbano não é exterior à estrutura social; ele a especifica e faz parte dela. Mas em toda prática concreta, é preciso levar em conta sua articulação com outros níveis além dos especificados no sistema urbano. Essa articulação se faz pela inserção necessária dos agentes urbanos no sistema de posições econômicas, políticas e ideológicas da estrutura social, bem como nas diferentes relações entre as posições, que definem os sistemas na sua estrutura interna. (CASTELLS, p. 379)

Para Castells, “é a mudança de ocupação social do espaço, mais do que o mau estado da habitação, que parece estar na base das operações de renovação” (CASTELLS, p. 434-435).

Segundo o autor, a intervenção do planejador “deve de início se exprimir socialmente, em seguida ser transcrita em termos do aparelho político que sempre começa a se organizar ao nível do sistema urbano”, de modo que “a significação social de uma intervenção pode não provir da intervenção constatada, mas do alcance desta intervenção em relação a um outro domínio social (por exemplo, a renovação urbana americana, como meio de luta política contra os militantes negros)” (CASTELLS, p. 458).

No entanto, a segregação dos pobres pela realocação de suas moradias em bairros afastados não resultou, como pretendido, em solução para o meio urbano caótico e para as tensões sociais (no contexto da concepção de *ordem* tratada acima), tampouco a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza citadas por Valladares. Ao contrário, serviram apenas para garantir a cidade para os ricos e marginalizar os pobres, conforme assevera James Holston. Ao tratar dos manifestos dos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM), que, como será demonstrado adiante, influenciaram fortemente a concepção de Brasília, discorre o autor, invocando Engels, sobre os efeitos das reformas arquitetônicas voltadas à *haussmanização* das cidades:

Engels (1872: 74-75) não deixou de reconhecer as reais intenções de classe da reforma de Haussman: “A abertura de avenidas longas e retas através dos bairros operários densamente construídos [...] transformam a cidade e uma cidade de fausto absoluto [...] As

vielas e travessas escandalosas desaparecem em meio aos abundantes auto-elogios da burguesia [...] **mas elas ressurgem de imediato em outra parte**”. (HOLSTON, 1993, pp. 55-56, grifo nosso)

Como afirma Engels no excerto, em que pese o esforço de garantir a cidade para os ricos e remover as classes *perigosas* (negros e pobres), elas ressurgem em outra parte. Nesse sentido, vale lembrar, sem adentrar-se propriamente no tema, que, ao se perceber o fracasso das estratégias de remoção de moradias até então testadas, passaram as classes dominantes à tentativa de se proteger por meio de fortificações, e isso continua interferindo diretamente também no uso dos espaços públicos, como pontua Teresa Pires Caldeira:

em São Paulo e em muitas outras cidades [...] o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a idéia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Conseqüentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação. (CALDEIRA, 2000, p. 212)

4. Assepsia urbanística na cidade modernista⁷

Em sua dissertação de mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Marilene Resende de Menezes expôs estudo detalhado sobre o lugar do pedestre no projeto modernista do Plano de Piloto (PP)⁸, bem como sobre o modo em que, após a construção da cidade, o pedestre se comportou dentro desse cenário, adaptando-se a ele por meio da alteração ou subversão de sua racionalidade. Juntamente com a apreciação de documentos históricos e políticas públicas implementadas em Brasília ao longo dos anos, mapeou as classes e os tipos de pedestres que circulam no Plano Piloto e os diferentes trajetos que percorrem, analisando passagens de pedestres, galerias, passeios, ruas e edifícios da cidade, para descortinar as malhas, as conectividades e as continuidades dos caminhos de pedestres (MENEZES, 2008).

Tal estudo traz dados que servem para pensar, com base nos apontamentos sobre as questões que se interessava abordar nesta comunicação, que o projeto de construção de Brasília se ampara em uma ideia de *assepsia urbanística* que vem sendo gradativamente implementada no país desde o período pós-abolição e, ao

exemplo do que se viu nas reformas urbanísticas promovidas no Rio de Janeiro e São Paulo, privilegia a não ocupação dos espaços públicos por grupos *indesejáveis*.

Exemplo desse direcionamento arquitetônico parece ser a tentativa de eliminação do **pedestre**, categoria esta que, de certo modo, soma-se a dos negros e a dos pobres como classe *perigosa*. É que, como lembra Caldeira, ao tratar de São Paulo e seus *enclaves fortificados*, “andar se tornou desagradável, já que as ruas são agora dominadas por vigilantes particulares instalados em guaritas, cães latindo para os pedestres e dispositivos que bloqueiam a circulação. **Os poucos pedestres se tornam suspeitos**”. (CALDEIRA, p. 316, grifo nosso)

Embora Marilene Resende de Menezes diga que seu trabalho “contesta a rotulação de que o PP é uma cidade feita para o automóvel” (MENEZES, p. 12), os dados por ela trazidos refutam sua própria afirmação e as conclusões a que chega em seu estudo indicam a existência de obstáculos à presença do pedestre na paisagem urbana da capital. Segundo ela, (a) o lugar do pedestre em Brasília é o lugar das tramas autônomas para o trânsito a pé que Lucio Costa menciona no Relatório do Plano Piloto, mas essas tramas não compareceram no projeto final da cidade e caíram no esquecimento,

7 Para James Holston, Brasília seria uma cidade modernista por corporificar a premissa dos manifestos CIAM de que a arquitetura e o urbanismo modernos são meios para a criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana, provocando transformação social. Para ele, Brasília reflete uma “invocação para romper com o passado, para ousar imaginar um futuro diferente, para debruçar o moderno como um campo para experimento e risco” e inspira “pessoas de cada canto do planeta a pensar que não só o Brasil mas todo o mundo poderia saltar do passado pra uma modernidade radiante” (HOLSTON, pp. 43 e 1). O presente artigo busca colocar em discussão essas premissas.

8 Para Marilene Resende de Menezes, o Plano Piloto é o lugar do Distrito Federal construído para abrigar a nova capital do Brasil, aparecendo como o núcleo central de Brasília, criado com base nas diretrizes estabelecidas no Relatório do Plano Piloto de Brasília a partir da proposta urbanística de Lucio Costa, vencedora do Concurso Nacional de Projeto para a Nova Capital do Brasil. Trata-se, a rigor, por força da Lei 1.648/1997, da Região Administrativa I, composta por Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Setor de Clubes, Setor de Garagens e Oficinas, Setor Noroeste, Setores de Embaixadas Sul e Norte, Vila Planalto, Vila Telebrasilândia, Setor de Áreas Isoladas Norte, Parque Nacional de Brasília e Esplanada dos Ministérios, que abriga as sedes dos três Poderes da República.

como se não existissem; (b) os problemas no trânsito de pedestres decorrem da indefinição do lugar do pedestre na cidade, o que repercute na ausência de posturas para assegurar e promover a qualificação dos caminhos necessários para o caminhar dos pedestres; (c) a dificuldade de conexão entre os setores funcionais adjacentes no mesmo quadrante coloca toda a diversidade de pedestres desses setores em situação de desconforto e constrangimento, seja para tomar o transporte público ou privado, que fica em garagens ou estacionado nas quadras, seja para ir a pé de um setor a outro adjacente; (d) as pessoas que realizam viagens à pé se sujeitam a caminhar por terrenos vazios, pela borda das pistas e dentro de viadutos para continuar um percurso iniciado mantendo-se na mesma direção; (e) o desenvolvimento do trânsito à pé na totalidade do Plano Piloto é prejudicado pela carência de infraestrutura básica, a qual se deve à falta de definição do lugar do pedestre na planta geral da cidade; (f) o constrangimento para caminhar à pé na totalidade do Plano Piloto é provocado pela descontinuidade de boa parte dos caminhos de pedestre, sobretudo daqueles situados nos setores funcionais centrais (MENEZES, p. 150-155).

Como se vê dessas conclusões da autora, a locomoção do pedestre em Brasília esbarra em **barreiras físicas** e em **situações de constrangimento**.

Em complemento a tal pesquisa, que observou uma Brasília transformada por quase cinco décadas, recorro a estudo feito por James Holston quando Brasília era mais

“jovem”, ainda no final da década de 1980, o qual escancara que a concepção original da cidade não privilegiava o pedestre.

Ampara-se o autor nos projetos de criação do Plano Piloto elaborados por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, que foram influenciados pelos manifestos dos *Congrès Internationaux d’Architecture Moderne* (CIAM)⁹ e pela *haussmanização* das cidades promovida nas décadas anteriores:

[...] a “haussmanização” – ou seja, o evisceramento dos bairros centrais de diversas cidades europeias – não resolveu o problema da habitação de massa nem proporcionou o tipo de distribuição igualitária que os recursos humanos que os CIAM propunham. Com efeito, tinham propósitos e efeitos exatamente opostos: o de **garantir a cidades para os ricos, marginalizando os pobres**. Esses projetos urbanísticos de larga escala “resolveram” o problema habitacional das classes operárias, empurrando-as para a periferia. **As largas avenidas cortavam bairros de trabalhadores em incisões cirúrgicas destinadas a remover as “classes perigosas” do núcleo da cidade**. (HOLSTON, 1993, p. 55-56, grifo nosso)

A razão para a *invisibilização* do pedestre em Brasília pode ser pensada, assim, como resultado de uma proposta de *assepsia urbanística* que elimina tudo que compromete a higiene estética e arquitetônica do espaço urbano – o que inclui moradias populares e pedestres pobres. Para James Holston,

9 Por isso, na obra citada, Holston chama de projeto modernista Costa/Niemeyer/CIAM o plano de Brasília (HOLSTON, 1993).

“Brasília substituiu a rua por vias expressas e becos residenciais; o pedestre, pelo automóvel” (HOLSTON, p. 109). Explica:

Em outras cidades brasileiras, o pedestre anda até a esquina de qualquer rua, espera o farol, e com alguma segurança se aventura até o outro lado. Em Brasília, onde o balão ou o trevo substituem a esquina – não havendo, portanto, cruzamentos que distribuem os direitos de passagem entre o pedestre e o carro –, o perigo é nitidamente maior. O balanço de forças que daí resulta tende a simplesmente eliminar o pedestre: **quem pode, usa o automóvel.** (HOLSTON, 1993, p. 109, grifo nosso)

Ademais, como debatido anteriormente, com o passar do tempo, aos **cercamentos sociais** que restringiam a utilização de logradouros públicos por negros e pobres acrescentou-se a inserção de políticas governamentais de retirada das moradias dessas classes para locais afastados, como medidas de *assepsia urbanística*. O que se defende neste tópico é que Brasília foi construída com base nesse mesmo ideal e, não por acaso, os indivíduos da classe operária que tentaram nela estabelecer suas casas foram logo transferidos para periferias distantes. Segundo Aldo Paviani, “a nova capital não poderia reproduzir as ‘mazelas’, por exemplo, do Rio de Janeiro ou de São Paulo; não poderia ter as ‘nódoas’ em seu tecido urbano, representadas pelas favelas e cortiços” (PAVIANI, p. 127).

Citadas por ele, Rio de Janeiro e São Paulo já haviam passado por processos voltados a levar as moradias populares para as periferias, o que foi feito, como nar-

rado anteriormente, a partir de um discurso médico-higienista ao qual se acrescentou a *higienização estética*. Em Brasília, não foi diferente. Afirma o autor:

O discurso justificativo das transferências de favelados era o de que eles “moravam de maneira mais precária: barracões de madeira velha, de lata, de folhas de zinco, de sacos de cimento. Não havia fossas; nem água. **Promiscuidade e falta de higiene.** Tudo construído em poucos dias, principalmente à noite, para burlar a vigilância dos fiscais” (Silva 1985:322). Na realidade, o paternalismo das medidas [...] encobre uma outra leitura: a de que o bem-estar dos transferidos favorecia, isto sim, a concretização da “ideologia de Brasília [...] como imagem de integração nacional como ‘cérebro do Brasil’”, tal como foi percebido por Joffily [...]. (PAVIANI, 2010, p. 126-127, grifo nosso)

No mesmo sentido, pesquisa realizada por Guilherme Oliveira Lemos no programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília voltada a comparar medidas praticadas no Distrito Federal e na cidade de Joanesburgo entre 1955 e 1971 reforça o entendimento de que o planejamento da nova capital corresponde a mais um capítulo de um longo processo colonialista que segrega negros e pobres nos centros urbanos brasileiros. Com amparo em documentos do projeto do Plano Piloto, defende que a “ideia da transferência da capital para o interior ‘vazio’ não nasceu no século XX, ela é a sequência de demandas e camadas coloniais” (LEMOS, 2022, p. 189), ressaltando que a arquitetura no Brasil apenas “lentamente

passa por uma crítica em relação à sua função na perpetuação da colonização interna e à sua ligação com os projetos eugênicos” (LEMOS, 2022, p. 189).

Afirma que

[...] se a prática urbana moderna é segregacionista (e por isso falha), isso se deve também, em grande medida, à ideologia eugênica presente na espinha dorsal dessas práticas. Esse vício facilitou, por sua vez, a aproximação dessa “cultura urbanística” com capitalismo moderno através do lucro gerado por meio da superfluidade do espaço urbano em determinadas áreas – aquilo que se convencionou chamar de “especulação imobiliária”. Por sua vez, a superfluidade ocorre não só pela estratificação social mas, também, pela classificação racial de raízes coloniais. **O território vale pelo tipo humano que o habita e vale pela impossibilidade de determinados grupos, com corpos historicamente estigmatizados, ocuparem ou não determinados espaços.**

Assim, por mais que se admita a influência das práticas urbanísticas europeias no Brasil no início do século XX – inclusive identificando Ebenezer Howard como principal influência entre os arquitetos e engenheiros atuantes no país – não se pontua o viés eugenista da “cidade-jardim” como fator de segregação (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016:122), considerando as influências germânicas e anglo-saxônicas na arquitetura brasileira e o princípio de “racionalidade econômica” (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016: 123) das

habitações populares em uma leitura descontextualizada dos fatores higienistas e eugênicos. (LEMOS, 2022, p. 199, grifo nosso)

No que diz respeito a tais fatores higienistas e eugênicos, que podem ser interpretados no contexto da *assepsia urbanística* tratada nestes apontamentos, demonstra o pesquisador, ao tratar do *Esquema de Água e Esgoto da Nova Capital*, assinado pelo sanitário Saturnino de Brito Filho, que políticas de natureza sanitária sustentaram a segregação na construção de Brasília – ao exemplo do que ocorrera nas reformas do Rio de Janeiro e São Paulo. Para ele, “são as políticas de implementação do modelo nas lógicas da ‘salvação’ da natureza – do ambientalismo que seleciona quem são os que podem e os que não podem desfrutar de um ambiente seguro para a vida – que garantem até hoje uma cidade racial e socialmente dividida” (LEMOS, 2022, p. 205). Escreve:

Nos anos seguintes, **durante a construção de Brasília, a interferência do sanitário, que carrega uma prática urbana social e racialmente excludentes**, foi aplicada com a supervisão de Saturnino conforme verificamos nas atas de reunião do conselho superior da Novacap e nos jornais Brasília, editados pela companhia que aponta o próprio Saturnino de Brito Filho, através da ESB, como consultor do sistema de água e esgoto do Distrito Federal desde maio de 1957 – com contrato que perdurou até, pelo menos, 1959 devido a aprovação pelo conselho de um aditivo do contrato.

Em sequência, as decisões tomadas pela Novacap, sob o

argumento de preservação das águas da capital, carimbaram o ordenamento territorial do Distrito Federal pela lógica periferiacentro, destinando as cidades-satélites para além da “Faixa de Segurança Sanitária” ou “Faixa Sanitária”, a depender da documentação. (LEMOS, 2022, p. 207, grifo nosso)

As cidades-satélites¹⁰, afastadas da faixa de segurança sanitária e, conseqüentemente, do Plano Piloto, serviram para receber as populações negras e pobres, uma vez que “o controle das ocupações nas satélites durante os anos iniciais foi feito com atenção às classificações socioeconômicas e raciais, tendo em vista a relação intrínseca entre raça e classe no Brasil e no seu histórico escravista” (LEMOS, 2022, p. 218). O pesquisador repensa, ainda, o que foi dito acima sobre a reforma promovida por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro:

[...] essa tentativa de apagamento da população negra já havia sido executada antes na antiga Capital, que é o Rio de Janeiro, durante as reformas “Pereira Passos” para ‘limpeza’ do centro, que nada mais foi que a remoção de trabalhadores e pessoas pobres. E essas pessoas têm uma cor, que é a negra. No caso do Rio essa reforma parece não ter sido suficiente, daí existiu a necessidade de mais uma vez pensar uma nova capital, pensar um novo

progresso e uma população que reflita um Brasil moderno. Então, **a gente pode pensar Brasília como uma continuidade dessa tentativa de segregação que se tentou antes no Rio de Janeiro**, mas agora sobre a hipocrisia da democracia racial”. (LEMOS, 2023, grifo nosso).

Paviani corrobora essa análise, ao aduzir que “as forças que agem no sentido de periferizar com sucessivas ‘limpezas’ de acampamentos de obras e de favelas do Plano Piloto são as mesmas que atuam no sentido de concentrar, elitizando o centro” (PAVIANI, p. 122). No Plano Piloto, a prioridade das habitações na área central foi realizada através de um sistema de pontos, que, segundo Lemos, possibilitou o processo histórico de *divisão de pessoas* que ocorreu em Brasília (LEMOS, 2023)¹¹. Por tudo isso, para o pesquisador, “a nova capital seria tão monstruosa quanto a primeira devido à cisão de seu propósito com ‘as massas’” (LEMOS, 2022, p. 194).

Além desse esforço prático pela *invisibilização* das moradias pobres no Plano Piloto, a sua criação incluía, como dito, a *invisibilização* também do pedestre. Tal conclusão decorre, reitere-se, da pouca atenção que recebeu no momento da construção da cidade, embora Menezes se incline a considerar o problema pela perspectiva de um certo descuido, não de um propósito consciente:

10 O termo cidades-satélites foi corriqueiramente utilizado para designar as regiões do Distrito Federal distintas do Plano Piloto até a década de 1990. Para Lemos, “a ressignificação das satélites em *regiões administrativas* é parte da política de anistia e apagamento da memória da exclusão, próprio da gênese da capital federal” (LEMOS, 2022, p. 219).

21 Em entrevista ao portal Brasil de Fato, diz o pesquisador que “existiu um sistema de pontuação para funcionários que poderiam ocupar o centro e um dos critérios era que a pessoa precisaria ser ‘idônea’, o que já possibilita essa segregação, que foi sustentada também pelo poder aquisitivo”, concluindo que “o planejamento de Brasília usou o corpo técnico que planejou a segregação” (LEMOS, 2023).

Lucio Costa (1957) previu que o trânsito de pedestre ocorreria em tramas autônomas e separadas do trânsito de veículos, traçando diretrizes importantes para o desenvolvimento dessa idéia. No entanto não estabeleceu uma diretriz para o caminhar do pedestre em toda a cidade. No último tópico do relatório, ele deixou transparecer informações conflitantes, ao dizer que não deveria ser realizada a construção de “calçamento de qualquer espécie” na área verde.

Atuando apenas como consultor e distante da obra, ele não desenvolveu a idéia das tramas autônomas para o trânsito de pedestres. Lucio Costa não levou em conta que o contexto formal e os componentes elementares do projeto do PP – cidade que inventou, com base na conjunção de sua visão de mundo com seu conhecimento técnico – não constavam da memória coletiva dos construtores, nem que a experiência dele, seu conhecimento e sensibilidade não poderiam ser apreendidos por quem tinha de cumprir prazos e construir a cidade. O detalhamento de sua proposta, dada a urgência da obra, não ocorreu no canteiro de obras. Assim, sua idéia inovadora, não se concluiu no desenho.

A inclusão das quadras 400 e a ampliação da área central, na planta definitiva do PP, criou uma cidade estruturalmente mais equilibrada, tanto do ponto de vista formal, quanto do ponto de vista funcional. No entanto, o desenho dessa planta geral manteve os quadrados (virtuais) representando as superquadras. O desenho dessa planta não estabeleceu o lugar das tramas autônomas para o trânsito a pé. (MENEZES, 2008, p. 75)

5. Conclusão

A categoria *cercamento de direitos sociais* (ou apenas *cercamentos sociais*) foi utilizada no presente artigo como ponto de partida para uma breve visita a alguns estudos seminais de Sociologia Urbana que tratam de reconfiguração social e segregação socioespacial, no intuito de fazer breves apontamentos sobre o modo como a estratégia de controle fundada na oposição de obstáculos à utilização do espaço público por classes *perigosas* (ou *indesejáveis*) traduziu, em diversos e cruciais momentos da urbanização brasileira, técnica utilizada pelas classes dominantes para *invisibilizar* esses grupos e como método de *assepsia urbanística*, a qual veio a ser incorporada, consciente ou inconscientemente, ao projeto da cidade modernista Brasília.

Vimos que as ditas classes *perigosas* aparecem na virada para o século XX quando se descobre a pobreza urbana como um fenômeno vinculado à urbanização embrionária, no contexto do surgimento de um mercado de trabalho industrial baseado numa mão de obra livre formada de imigrantes estrangeiros e escravos. Seriam as classes *perigosas*, em suma, estes últimos: os trabalhadores negros livres. Para lidar com eles, surgem as forças policiais, na medida em que, durante a escravidão, os próprios senhores de escravos realizavam essa tarefa (VALLADARES, 1981; NEDER, 1997; e CARUSO, 2016).

O primeiro tópico deste artigo comentou, de forma bastante simplificada, dada a brevidade do texto, a prática de *cercamentos sociais* contra negros livres no período

pós-abolição, complementado, no tópico seguinte, como reforço argumentativo, pelo caso da revitalização da Lapa carioca décadas depois, o qual deixou evidente que a ideia de *ordem* pode ser intimamente atrelada ao controle de trabalhadores pobres.

O tópico terceiro cotejou alguns estudos para trazer um início de reflexão sobre a fase seguinte da *invisibilização* de negros e pobres concernente, mais do que a uma mera oposição às suas reuniões, à segregação de suas vidas privadas, a partir da transferência de moradias pobres para zonas afastadas, em atendimento a ideais de *assepsia urbanística*.

Por fim, na quarta e última parte do texto, Brasília foi apresentada como uma nova feição deste fenômeno, em razão de, ao que parece, conter já no cerne de seu plano de construção a ideia de se evitar a presença das classes *perigosas*.

Como exemplos de estratégias de dificuldade do uso do espaço público por pobres em Brasília, perceptíveis desde o seu projeto inicial, foram citados (a) o deslocamento de suas moradias para áreas afastadas do Plano Piloto e (b) a construção de um espaço urbano que não se preocupa com a circulação do pedestre, tornado *invisível* em sua arquitetura modernista, uma vez que, em cidades modernas, **o pedestre é pobre e suspeito**, como lembra Teresa Pires do Rio Caldeira. Diz a autora, tratando do Morumbi, bairro nobre da cidade de São Paulo:

As ruas são para os automóveis e **a circulação de pedestres torna-se uma experiência desagradável. Na verdade, os espaços são construídos intencionalmente para produzir esse efeito. Andar no Morumbi é um estigma – o pedestre é**

pobre e suspeito. As pessoas a pé podem ser trabalhadores que moram nas favelas próximas e que são tratados pelos vizinhos ricos com distância e desdém – e, evidentemente, com medo. Como as pessoas de classe média e alta circulam em seus próprios carros e os outros andam ou usam transporte público, existe pouco contato público entre pessoas de classes sociais diferentes. **Não há espaços comuns que os ponham juntos.** (CALDEIRA, p. 314-315, grifo nosso)

Procurou-se ao longo deste texto visitar alguns indícios de que, desde a abolição da escravidão no Brasil, no final do século XIX, negros e pobres vêm sofrendo reiterados ataques a direitos de ocupação do espaço urbano – os chamados *cercamentos sociais*. No entanto, apesar de “duramente perseguido na esquina, no botequim e no terreiro” (como cantou Nelson Sargento), o samba, uma das primeiras expressões culturais negras a sofrer com tais *cercamentos sociais*, sobreviveu.

As políticas voltadas à criminalização do samba, da capoeira e das religiões de matrizes africanas não foram capazes de eliminar tais manifestações. De igual sorte, *higienizar* as cidades, transferindo negros e pobres para espaços distantes, não os *invisibilizou*, assim como o pedestre de Brasília não desapareceu da paisagem urbana como simples decorrência de um projeto arquitetônico que o ignorou. A cidade toma vida própria e as pessoas – como o *Samba* de Nelson Sargento – sobrevivem. É que “as coisas nunca se passam exatamente como foram idealizadas” (COSTA, p. 289), como admitiu o próprio Lúcio Costa, inventor da cidade sem pedestres.

Referências

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: ed. 34/Edusp, 2000.

CARUSO, Haydee. **Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa Carioca**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**, 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. I Seminário de Estudos dos Problemas urbanos de Brasília. Anais. Brasília: Senado Federal, 1974 *apud* MENEZES, Marilene Resende de. **O lugar do pedestre no Plano Piloto de Brasília**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

DAMATTA, Roberto. Anais do Seminário **Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa os estados democráticos contemporâneos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-brasileira-roberto-da-matta/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEMOS, Guilherme Oliveira. **No Dilacerar do Concreto: as histórias dos *apartheids* entre as satélites de Brasília e as *townships* de Joanesburgo (1955-1971)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

_____ **Aos 63 anos, Brasília é a cidade mais segregada do mundo, aponta pesquisador**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/21/aos-63-anos-brasilia-e-a-cidade-mais-segregada-do-mundo-aponta-pesquisador#:~:text=O%20pesquisador%20destaca%20um%20dado,Sul%20e%20dos%20Estados%20Unidos>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LISBOA, Larissa. O samba como resistência e reafirmação. **Revista África e Africanidades**, Ano 2, n. 8, fev. 2010.

MENEZES, Marilene Resende de. **O lugar do pedestre no Plano Piloto de Brasília**. Tese (mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado em Sociologia. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

NEDER, Gizlane. Cidade, Identidade e Exclusão Social. *In*: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1997.

NETO, Lira. **Uma história do samba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PAVIANI, Aldo. “A Construção Injusta do Espaço Urbano”, *In*: PAVIANI, Aldo (org). **A conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**. Ed.UnB, 2010.

PORTO, Mayla Yara. Uma revolta popular contra a vacinação. *In*: **Revista Ciência e Cultura**, vol. 55, nº 1, São Paulo, Jan./Mar., 2003.

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, 4ª edição, 2011 (*online*). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização das favelas. *In*: **Espaço & Debate**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp-5-18, 1981.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARGAS, João H. Costa. **Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro**. Revista de Antropologia. USP, v. 48, n. 1, 2005.

A construção de cidades e a poluição ambiental: conexões analíticas entre o Distrito Federal e o Maranhão

The construction of cities and environmental pollution: analytical connections between the Federal District and Maranhão

La construcción de ciudades y la contaminación ambiental: conexiones analíticas entre el Distrito Federal y Maranhão

Ana Kely de Lima Nobre¹

<https://orcid.org/0009-0008-5459-5747>

Resumo

A atual crise socioambiental vivida no mundo nos aponta para situações diversas em que as populações mais vulnerabilizadas sofrem com maior intensidade as consequências das assimetrias de poder existentes na relação entre desenvolvimento, meio ambiente e indivíduos na sociedade contemporânea. Nesse cenário, os estudos de cidades brasileiras revelam diagnósticos pertinentes para a compreensão da construção desigual do espaço urbano em sua íntima ligação com o meio ambiente degradado e as piores condições de vida daqueles que moram em locais poluídos por empresas de grande potencial econômico na região em que são instaladas. Para tanto, buscamos demonstrar por meio de dois estudos de caso as formas de entendimento público sobre os riscos decorrentes das atividades de mineração e suas práticas para lidar com a poluição no cotidiano, ou mesmo criar dispositivos para solucionar o problema em questão. Referimo-nos, portanto, ao problema da poluição do ar decorrente da produção de cimento na Fercal (DF) e o da contaminação por ferro gusa no bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA). Utilizando dados de pesquisas acadêmicas e fontes oficiais sobre o perfil socioeconômico da sociedade brasileira, levantamos o debate sobre transformações urbanas e injustiça social e ambiental em contextos situacionais de desenvolvimento no país.

Palavras-chave: cidade, desenvolvimento, poluição, mineração.

Abstract

The current socio-environmental crisis experienced in the world points us to different situations where the most vulnerable populations suffer with greater intensity the consequences of the existing power asymmetries in the relationship between development, environment and individuals in contemporary society. In this scenario, the study of Brazilian cities reveals pertinent diagnoses for understanding the unequal construction of urban space in its intimate connection with the degraded environment and the worst living conditions of those who live in places polluted by companies with great economic potential in the region in question. that are installed. To do so, we seek to demonstrate, through two case studies, the forms of public understanding about the risks arising from mining activities and their practices to deal with pollution in everyday life, or even create devices to solve the problem in question. We refer, therefore, to the problem of air pollution resulting from the production of cement in Fercal (DF) and that of contamination by pig iron in the neighborhood of Piquiá de Baixo, in Açailândia (MA). Using data from academic research and official sources on the socioeconomic profile of Brazilian society, we raise the debate on urban transformations and social and environmental injustice in situational contexts of development in the country.

Keywords: cities, development, pollution, mining.

Resumen

La actual crisis socioambiental que se vive en el mundo nos señala diferentes situaciones donde las poblaciones más vulnerables sufren con mayor intensidad las consecuencias de las asimetrías de poder existentes en la relación entre desarrollo, medio ambiente e individuos en la sociedad contemporánea. En este escenario, el estudio de las ciudades brasileñas revela diagnósticos pertinentes para comprender la construcción desigual del espacio urbano en su íntima conexión con el medio ambiente degradado y las peores condiciones de vida de quienes viven en lugares contaminados por empresas con gran potencial económico en la región en pregunta. que están instalados. Para ello, buscamos demostrar, a través de dos estudios de caso, las formas de comprensión pública sobre los riesgos derivados de las actividades mineras y sus prácticas para hacer frente a la contaminación en la vida cotidiana, o incluso crear dispositivos para solucionar el problema en cuestión. Nos referimos, por tanto, al problema de la contaminación del aire resultante de la producción de cemento en Fercal (DF) y al de la contaminación por arrabio en el barrio de Piquiá de Baixo, en Açailândia (MA). Utilizando datos de investigaciones académicas y fuentes oficiales sobre el perfil socioeconómico de la sociedad brasileña, planteamos el debate sobre las transformaciones urbanas y la injusticia social y ambiental en contextos situacionales de desarrollo en el país.

Palabras clave: ciudades, desarrollo, contaminación, minería.

1. Introdução

Este trabalho centraliza-se na área de pesquisa da Sociologia Urbana com ênfase nas temáticas dos riscos, construção do espaço urbano, poluição ambiental, estratégias de mobilização e busca por reparação no contexto de impactos sociais e ambientais advindos das indústrias de mineração e de cimento no Brasil. Considera-se que o estudo de cidades brasileiras, a partir desse cenário, revelam diagnósticos pertinentes para a compreensão da construção injusta do espaço urbano em sua íntima ligação com o meio ambiente degradado e com as piores condições de vida daqueles que moram em locais poluídos por empresas de grande potencial econômico no local.

Desse modo, o objetivo é realizar uma análise comparativa sobre as formas de atua-

ção de moradores impactados com a poluição desses tipos de empreendimentos no estado do Maranhão e no Distrito Federal. A escolha por construir pontes entre duas regiões evidentemente distintas na forma como foram socialmente construídas, é resultado de reflexões e de questionamentos que surgiram em diálogo com a disciplina de Sociologia Urbana na Universidade de Brasília².

Dois estudos empíricos são utilizados para balizar as discussões pretendidas neste trabalho, os quais denominam-se: 1) *Quem mora aqui se adapta: entendimento público de riscos e práticas da convivência com a poluição do ar na Fercal-DF*, realizado por Bertanha (2019); 2) *Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia Maranhense*, realizado por Nobre (2021), em

2 Refiro-me às aulas de Sociologia Urbana realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e lecionada pela profa. dra. Haydée Caruso durante curso de doutorado na Universidade de Brasília, no período de 2022.1.

que iremos analisar o caso da comunidade de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia³.

Os estudos de caso escolhidos utilizaram observação direta, entrevistas e análises documentais como procedimentos metodológicos. Os objetos de investigação destes se aproximam não somente pelo contexto situacional, que ancora as políticas públicas de desenvolvimento e de modernização do Brasil, mas, sobretudo, pelos problemas de saúde e moradia gerados por desastres socio-técnicos que resultam destes projetos políticos e econômicos. Dessa forma, o panorama delineado evidencia processos problemáticos concernentes à falta de controle social, participação pública, fiscalização e monitoramento de empreendimentos com grande potencial de impacto social e ambiental.

Contudo, não é intenção deste trabalho fazer um exame das políticas públicas sobre o desenvolvimento e a modernização, mas evidenciar aspectos problemáticos relacionados à construção de meios urbanos atrelados aos projetos de desenvolvimento notórios no país, como são os casos do ideal modernista projetado para a criação de Brasília (PAVIANI, 2010) e a implementação da Estrada de Ferro Carajás na década de 1970, a partir do modelo de desenvolvimento advindo da crescente industrialização e da consequente modernização do Brasil, visando a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (CARNEIRO, 1989; SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2009).

Este último possibilitou o crescimento vertiginoso da cidade de Açailândia no Maranhão e, conseqüentemente, alterações significativas no bairro conhecido como Piquiá de Baixo. Destacam-se, aqui, os impactos sociais e ambientais decorrentes de atividades industriais que historicamente se constituem como fatores primordiais para o desenvolvimento local das cidades supracitadas, mas, ao mesmo tempo, provocam danos à populações vulnerabilizadas dentro deste cenário.

O cenário acima está relacionado a um contexto mais amplo do qual podemos destacar episódios recentes no Brasil. Assistimos nos últimos anos a cenas de desastres e de conflitos ambientais que demandam ações mais eficazes do governo e responsabilização de empresas privadas, na medida em que coloca em questão sobre como esses desastres acontecem, quem são os responsáveis, se há tecnologias mais seguras para serem utilizadas ou sobre possíveis falhas de fiscalização (MILANEZ, *et al.*, 2016). E a construção de projetos pensados para o desenvolvimento gera tanto uma degradação ambiental quanto riscos para as populações em seu entorno (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

Casos do rompimento como os das barragens de rejeito nas cidades de Mariana e Brumadinho, localizadas no estado de Minas Gerais, ganharam visibilidade nacional e internacional devido à extensão dos danos causados, sendo reconhecidos, respectivamente, como o maior desastre ambiental

3 Os dois estudos referidos são resultantes de dissertações apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

no Brasil em termos de extensão territorial devastadas e como uma das piores tragédias socioambientais do país, deixando 272 mortos. Isso não significa, porém, que esse tipo de problema seja algo novo, a questão é que mesmo com antecedentes históricos no país, esse é um fato que continua sendo negligenciado em diversos lugares em que estão presentes grandes empreendimentos de maior potencial degradador.

Os casos supracitados alertam para a necessidade de um olhar crítico dos projetos e políticas públicas colocadas em prática nos diversos cantos do país, considerando que seus efeitos adversos não dizem respeito apenas aos elementos físicos que caracterizam uma cidade, mas também da lógica como os espaços são construídos. Até mesmo uma cidade tida como planejada, tal como Brasília, apresenta problemas que afetam o espaço urbano, de ordem política, social e ambiental. Não por acaso, alguns estudos permitem afirmar que esta é uma das cidades mais segregadoras do Brasil (PAVIANI, 2010), e segundo o mesmo autor, é necessário, então, refletir sobre a definição de qual modelo socioeconômico se deseja para o país como um todo.

No Brasil, a expansão por meio de grandes projetos que visam o desenvolvimento nos moldes prioritários de crescimento econômico sem que haja distribuição de renda justa, ou mesmo em detrimento da qualidade de vida de alguns grupos específicos, conduzem a diversas condições de desigualdades sociais, riscos e desastres (DE JESUS ROCHA, ZHOURI, 2019). Importante ressaltar que o conceito de desenvol-

vimento adotado aqui é atribuído a Esteva (2010, p. 64), ao qual “sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do melhor para o melhor”. Segundo este autor, a palavra “desenvolvimento” denota um sentido evolucionista de que estamos progredindo, porque estamos avançando, segundo uma lei necessária e inevitável, e que acaba se reduzindo ao conceito de crescimento econômico, desconsiderando a qualidade de vida. Essas colocações nos ajudam a pensar a forma como o Estado vem lidando com experiências locais de injustiças sociais e ambientais (ACSERALD, 2010; PACHECO, 2012), além de destacar características particulares de mobilização que apontam para modos distintos de sobrevivência e de resistência nesses espaços assimétricos de poder. Afinal, como reparar os danos causados por essas atividades econômicas? É possível reparar? Como a população afetada reage? Como os afetados se organizam em torno desse problema? São estas as questões principais que movem esta análise.

Assim, a análise parte de reflexões teórico-metodológicas influenciadas pela Escola de Chicago (PARK, 1976; BECKER, 1996), que é marcada pela tentativa de equalizar problemas sociais de grandes cidades, tais como a pobreza, aumento populacional, eugenia, dentre outros, além de priorizar estudos empíricos nestes centros. Nesse sentido, olhar micro realidades nos permite fazer comparações e partir da dinâmica de olhar o urbano em diferentes questões (ECKERT, 2010).

Nesse meandro, é analisado, em perspectiva comparada, como o problema social

é definido pelos moradores dos diferentes locais. Depreende-se, portanto, a concepção sobre definição de “problemas públicos” e busca por reparação em contextos situacionais (CEFAL, 2017; DODIER, BARBOT, 2018; 2020). A esse debate, é acionada também a definição de “adaptação aos riscos”, adotada por Bertanha (2019), que se referem a práticas de mobilização diante da falta de resolução do problema de poluição.

O “artesanato intelectual” nesse trabalho possibilita, também, pontes com a literatura sociológica sobre o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais, os quais são geralmente impostos às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais (ACSERALD, 2010). Por fim, essas questões problemáticas perpassam as discussões sobre a cidade e as diversas modalidades de interação nela vivenciados (CARUSO, 2016; PAVIANI, 2010; VALADARES, 2005; VELHO, 2013 [1978]).

2. Diálogos entre a construção do urbano e os problemas ambientais

A leitura feita por Velho (1973), acerca da Antropologia Urbana, ao tratar da relação entre o pesquisador e o seu campo de estudo, traz contribuições valiosas sobre a forma como se constrói o referencial teórico-metodológico de uma pesquisa, segundo critérios de objetividade que geralmente são cobrados e criticados nas Ciências Sociais.

Para este autor, é preciso entender que a objetividade é relativa, ou seja, é filtrada por determinado ponto de vista do observador e

percebida de maneira diferenciada. De outro modo, o rigor científico exige uma distância mínima no trabalho de investigação, e um certo “ceticismo” é imprescindível para que se possa observar o familiar sem a paranoia de resultados imparciais e neutros. Captar vivências e experiências particulares não constituem um defeito desde que a apreensão de determinada realidade, grupos e épocas sejam expostos em seus limites interpretativos, podendo oferecer contribuições significativas para o conhecimento da vida social (VELHO, 1973).

Temporalidade é, nesse sentido, um aspecto importante para quem pesquisa cidades, pois permite observar as noções de distância e familiaridade, como também serve para entender quem são os personagens descritos, qual o lugar dos sujeitos naquele local e para pensar as hierarquias sociais (VELHO, 1980). Essa proposta delineia um traço particularmente interessante às análises propostas neste trabalho, visto que observar as cidades no contexto em que cenários violentos de poluição atingem diretamente a vida e a qualidade de vida dos indivíduos, podem ser observados a olhos nus. Questionamentos e soluções simples emergem com frequência por aqueles que observam “de longe” situações como essa, mas que em primeiro momento lhes parece familiar, e indagações como: “por que as pessoas não denunciam?”, “por que não mudam para outro lugar?”, “isso não é contra a lei?” e “por que ninguém faz nada?”

Estas percepções suscitam questões de uma realidade complexa que podem ser explicadas ao “experimental” a cidade e sua dinâmica fluida, baseada em interações coti-

dianas. Simmel (1987) chama a atenção para a intensificação da vida “nervosa” nas cidades e como ela impacta na psique dos indivíduos. Em outras palavras, sugere observar para o que existe para além das questões do inconsciente. Além disso, destaca o aspecto sobre como o tempo pauta nossa vida numa ótica do tempo do dinheiro e o tempo do mercado. Assim, a cidade é para ele o palco do conflito, e é por isso que seus estudos e seus métodos de pesquisa se voltam para a história da prática sociológica, visto que as ideias não partem de forças motrizes.

Caruso (2016, p. 37) reforça essa ideia ao dizer que:

experimentar a cidade significa, então, considerar sua intensidade e ritmo acelerado. É deparar-se com uma cidade vista em flashes que despertam os estímulos sensoriais e que produzem imagens mentais sobrepostas. A cidade é o lugar das informações simultâneas, muitas vezes difíceis de serem assimiladas.

Essa ótica explica, por exemplo, o fato de assimilar grandes indústrias poluentes como algo positivo, apesar de trazer impactos socioambientais graves na vida de grupos minoritários. Isto acontece por uma questão prioritariamente econômica, ao possibilitar a criação de postos de trabalho, mas também resulta em expectativas sociais baseadas no desenvolvimento local ou regional e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Reagir de modo contrário a esse entendimento seria, então, se colocar como alguém/algo que interfere no crescimento econômico e bem-estar dos indivíduos.

Não por acaso, os estudos de Simmel derivaram inúmeras outras pesquisas com foco na cidade e servem de base para muitas outras que destacam a importância do número na vida social e na transmissão da cultura. Um de seus principais precursores, o sociólogo norte-americano Robert E. Park, apresenta importantes ensaios condutores construídos a partir de tópicos e perguntas sobre a cidade e a encarava como um “laboratório social”. Seu objetivo era entender como os trabalhos são organizados nas cidades, partindo da perspectiva de que esta fragmenta e adquire sentidos múltiplos. Sua dinâmica variada no trato de procedimentos metodológicos de análise influenciou historiadores, cientistas, políticos, organizações políticas da cidade e a natureza política da máquina estatal, conforme pontua Becker (1996).

Vale ressaltar, que dentre as principais características do pensamento de Simmel, destaca-se a realização de pesquisas que não sejam puramente qualitativas ou quantitativas. Seu método inclui o diálogo entre ambos com dados censitários, dados históricos e estatísticos, confecção de mapas.

Retomando Becker (1996), outra característica pontuada é sobre a Escola de Chicago, ao falar da sua unidade de estudo que é a interação social e não a organização social. Nesse sentido, interessam-se pelas interações repetitivas das pessoas que podem mudar de acordo como as circunstâncias que se modificam. A aproximação com Goffman reconhece que o foco deve estar na ordem da interação, mas que não se pode descartar a ordem social, buscando compreender que tipo de relação existe e cada caso. São

os “quadros da interação” – as situações não são sempre iguais, pois os quadros não são sempre os mesmos. Dessa forma, é fundamental entender o contexto em que se dão os fatos.

Diante disso, toma-se de empréstimo os esforços teóricos de Beck (2011) para pensar a maneira pela qual a sociedade moderna responde ao risco, colocando as origens e as consequências da degradação ambiental como elemento principal de suas análises. Para este autor, a cultura de risco é característica da modernidade reflexiva e sua proliferação implica em possuir conhecimento que permita a percepção e a prevenção de situações de risco que, por sua vez, não é um monopólio do *expert*, mas também pode ser levada a cabo por leigos. Afirma, portanto, que há um processo unilateral da Ciência falando para a sociedade, porém, defende que fazer Ciência na democracia é um movimento de mão dupla em que tanto a Ciência fala para a sociedade quanto a sociedade fala para a Ciência. Com isso, não pretende deslegitimar os critérios científicos, mas reforçar que não há um monopólio da fala e da indicação de medidas que devem ser estritamente tomadas por *experts* para resolver, por exemplo, um problema de saúde.

Chateauraynaud (2010) nos ajuda a compreender essa perspectiva acerca da validade das investigações leigas com base em reflexões sobre como o conflito pode ser reinserido em uma sociologia das controvérsias e mobilizações coletivas. Na pesquisa desenvolvida por Nobre (2021), o social aparece como problema a partir de como os atores são capazes de produzir a facticidade,

trazendo à tona a figura dos denunciante e dialogando com a hipótese de Boltanski e Thevenot (1999), de que vivemos em sociedades democráticas onde os sujeitos possuem contato com noções diferenciadas de justiça e se exprimem a partir disso. Essas dimensões do justo ou injusto podem ser analisadas em momentos crítico, dos quais os afetados e os responsabilizados expõem ao público suas denúncias e/ou justificativas nos momentos de discussão para a construção do dispositivo de reparação. De outra forma, embora não mencione esta hipótese no seu estudo, Bertanha (2019) expõe diferentes formas que os atores sociais analisados demandam por ações que compensem de alguma forma os prejuízos causados.

Conforme mencionado anteriormente, na relação entre sociedade e meio ambiente emergem diferentes formas de mobilização e reação quanto a esses danos advindos de empreendimentos tecnológicos. A análise dos estudos de caso tratados neste trabalho é relevante para a apreensão do modo como grupos expostos a um mesmo contexto de violação à direitos fundamentais, tais como saúde e moradia, se mobilizam para garantir o que consideram justo como forma de reparação.

Em Piquiá de Baixo, em Açailândia - MA, Nobre (2019) descreve que a população assume a defesa do meio ambiente contra impactos ambientais de siderúrgicas e outras pequenas empresas derivadas do ramo, como as fábricas de cimento. Nesse caso, ambientalizam um conflito social na medida em que incorporam em sua luta o discurso ambiental, caracterizando o que Leite Lopes (2004)

denomina “ambientalização dos conflitos sociais”. O conceito de “ambientalização” se refere ao uso da apropriação do discurso ambiental como nova fonte de legitimação no repertório de interesses e de reivindicações de grupos distintos. Os moradores demandam daqueles a quem responsabilizam pelas “injustiças” a criação de um novo bairro, também chamado de reassentamento coletivo.

Por sua vez, na Fercal, em Brasília - DF, a experiência cotidiana de poluição, frustração e desconfiança com o poder público e empresas responsáveis faz com que os moradores acreditem que não há uma solução permanente para o problema. Dessa forma, operam, segundo Bertanha (2019), com mecanismos de adaptação às “violências lentas” no ambiente em que vivem.

No próximo tópico, estas reações serão discutidas mais detidamente. É necessário pontuar, no entanto, que ambos os casos se enquadram no contexto de injustiça ambiental, ou seja, quando há distribuição desigual dos riscos provocados por uma lógica de desenvolvimento que forja condições de degradação crescente para uns e propicia lucros abusivos para outros. Empresas nocivas, tanto ao meio ambiente quanto à população, exploram de modo insustentável os recursos naturais e possuem como uma de suas características o autoritarismo na tomada de decisão sobre o uso dos territórios, não envolvendo a população e se relacionando diretamente com a violação de direitos humanos, provocando, sobretudo, danos à saúde das mesmas (PORTO, PACHECO, LEROY, 2013).

3. Construção de pontes analíticas entre o Distrito Federal e o Maranhão

A relação entre a Fercal e Piquiá de Baixo, como dito anteriormente, se dá principalmente na forma como os moradores afetados dão sentido às suas ações estratégicas diante da poluição. Para tanto, em ambos os estudos de caso, foram utilizadas ferramentas metodológicas que constituem observação direta do campo, entrevistas, análises documentais e dados estatísticos que corroboram com a discussão do papel do público leigo sobre o entendimento público de risco. Além disso, apresentam diferentes noções do “justo” por meio do que consideram como uma solução possível e efetiva para os problemas que enfrentam.

A investigação empírica realizada por Bertanha (2019) trata-se da Fercal, Região Administrativa (RA) criada no Distrito Federal, a 32 quilômetros do Plano Piloto e cortada pelas rodovias DF-150 verticalmente e DF-205 horizontalmente, sendo composta por 32 mil habitantes e dividida em porções urbanas e rurais, segundo Otoni (2013). Ainda segundo a autora, seu nome advém da mineradora Sociedade Fertilizantes LTDA (FERCAL), instalada na localidade em 1961 a partir do decreto do Presidente Juscelino Kubitschek, e sua ocupação progressiva ocorreu devido ao atrativo da oferta de emprego. As áreas da Fercal escolhidas, para fins de análise no estudo citado por Bertanha, são as comunidades de Queima Lençol, com 1.595 habitantes e a Fercal Leste, com 2.280 habitantes.

Esta RA é caracterizada principalmente por ser uma região rica em recursos minerais, tais como calcário e a argila, matérias-primas essenciais para a produção de cimento e agregados (BERTANHA, 2019). Dados evidenciados na pesquisa, a partir de fontes documentais, indicam que esta possui duas grandes fábricas de cimento, a CIPLAN, uma das maiores produtoras do Centro-Oeste, fundada em 1968, e uma unidade da Votorantim Cimentos, fundada em 1972, um dos dez principais produtores de cimento do mundo. A região também possui grandes concentração de usinas de asfalto e mineradoras (PDAD, 2021).

Diante dessas informações, é interessante notar que a busca de insumos que amparassem a construção de Brasília foi indispensável para a formação da Fercal e vice-versa. Segundo Paviani (2010), entre o ideário modernista da construção da capital federal e o embasamento do Plano Piloto, não se poderia inferir que as desigualdades latentes em Brasília foi um projeto intencional. No entanto, o argumento de que por se originar de um planejamento urbano, objetiva ser igualitária, e isso é questionado por alguns estudiosos mediante as características marcantes neste espaço que o contradizem, por exemplo, o fato de o centro político administrativo no Plano Piloto concentrar os melhores postos de trabalho e, conseqüente, as maiores rendas.

Algumas regiões como Paranoá, Vila Planalto e Candangolândia se enquadram no que Paviani (2010) define como

“espaço conquistado”, ou seja, resulta do sucesso do operariado em sua luta por melhores condições de moradia, transporte público, infraestrutura. Estes problemas são conseqüências da lógica de “seletividade espacial”, que pode ser representada por Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, pois foram constituídas com o objetivo de desafogar a pressão do operariado que chegava cada vez mais na cidade e buscava por melhores condições de moradia, passando, então, a ocupar as imediações circunscritas no perímetro do projeto idealizado por Oscar Niemeyer. A solução foi transferir esses moradores para locais mais afastados do ideal modernista em construção.

No outro caso analisado por Nobre (2021), observa-se, por meio de análise etnográfica, a comunidade Piquiá de Baixo, que presenciou intensas transformações urbanas em Açailândia - MA. A cidade leva esse nome devido ao açazeiro, palha de palmeira que cobriu os primeiros barracos na localidade de Trecho-Seco, perto de um córrego achado com a ajuda dos indígenas Cúria e Crocranum.

Considerada uma zona territorial estratégica para a instalação de grandes empreendimentos tecnológicos, devido à vocação mineral da Amazônia, surge, então, o Programa Grande Carajás, implementado pelo Governo Federal em 1980, e se estende pelo sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Tocantins. Possui um complexo minero-siderúrgico que consiste no seguinte processo: 1) extração do minério em Parauapebas - PA, que é escoado

através da ferrovia denominada Estrada de Ferro Carajás, administrada pela Vale S.A⁴; 2) passa pelas guseiras em Açailândia - MA, no bairro Piquiá de Baixo⁵; e 3) retornam à ferrovia para, finalmente, serem exportadas através do complexo portuário em São Luís - MA para diversas partes do mundo. É justamente em decorrência dessas implementações de infraestruturas que partiram de iniciativas privadas e governamentais e deram origem aos conflitos entre comunidades locais, dentre elas, a referida comunidade do estado do Maranhão.

O projeto de mineração em questão é constituído pela extração de minério em Parauapebas – PA, transportado pela Estrada de Ferro Carajás e levado para as siderúrgicas, em Açailândia – MA, onde é produzido o ferro-gusa. Logo após, volta para a ferrovia e é, então, exportado para diversos países a partir do complexo portuário de São Luís.

Segundo dados referentes ao ano de 2016 do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC (2018), a cidade de Açailândia ocupava o 4º lugar dentre os seis municípios do estado responsáveis por concentrar 50,72% da economia do Maranhão. Nesta porcentagem, o Produto Interno Bruto – PIB, correspondia a 8,9% na agropecuária, 27,3% na indústria e 63,8% em serviços.

Apesar de gerar tanta riqueza, Açailândia revela contradições geradas por conflitos territoriais, pobreza e desigualdades sociais, que podem ser observados nos res-

pectivos indicadores sociais, cujos dados mais recentes são do censo do IBGE de 2010 e 2017. Em referência aos índices de trabalho e de rendimento em 2017, considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 43,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 207 de 217 dentre as cidades do estado.

Quanto à estrutura do ambiente, apresentava 13% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 6,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada – presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010). Estes números oferecem uma melhor visualização do cenário em que está inserida a comunidade Piquiá de Baixo e nos situa a respeito dos problemas que a comunidade enfrenta. Além de uma estrutura urbana precária, que se percebe na cidade como um todo, os moradores deste bairro sofrem com o adicional de poluição provenientes das siderúrgicas na região.

Desde 1980, após a chegada dos moradores, foi instalado um complexo industrial de quatro siderúrgicas, todas clientes da Vale. Atualmente, seguem em operação no bairro de Piquiá duas siderúrgicas, a Siderúrgica Viena S.A e a Gusa Nordeste S.A, e a Estrada de Ferro Carajás (NOBRE, 2021). Piquiá é dividido em dois espaços: Piquiá de Cima e o Piquiá de Baixo, segundo relatado pela Associação Comunitária de Piquiá de Baixo. No primeiro espaço, há casas mais bem estruturadas onde moram pessoas com

4 A Vale S.A é uma mineradora global produtora de minério de ferro, pelotas e níquel, considerada uma das maiores operadoras de logística do Brasil.

5 As guseiras são siderúrgicas que transformam o minério em ferro-gusa, que é a matéria-prima para a produção de aço.

maior poder aquisitivo comparados, é claro, com o contexto específico do local, uma vez que se entende a pobreza e a riqueza como fenômenos relacionais. Por sua vez, Piquiá de Baixo está localizada a cerca de 20 minutos do centro de Açailândia e possui uma estrutura precária caracterizada por ruas sem asfaltamento e revestidas de alvenaria. Outras foram construídas com tábuas que se desgastaram ao longo do tempo.

O que as duas possuem em comum, além de serem áreas industriais geradas para promover o desenvolvimento nos moldes dos planos políticos de crescimento para o país, é justamente o fato de serem vizinhas de indústrias com grande impacto de degradação ambiental. Esse fator ocasiona um conjunto de riscos à saúde da população em seu entorno e causa danos ao meio ambiente em que vivem, tais como contaminação do solo, água, ar e infraestrutura existente na área.

No tópico a seguir, será analisado esses impactos e a atuação dos moradores no sentido de amenizá-los ou mesmo livrarem-se deles.

Entre a “adaptação dos riscos” e a demanda pelo reassentamento coletivo

Conforme pontuado anteriormente, é possível verificar tanto na Fercal quanto em Piquiá de Baixo problemas sociais e ambientais gerados por atividades industriais e tecnológicas. Bertanha (2019) pontua, a partir de referências teóricas, que os riscos são visíveis em três sentidos: a) sensorial, que são os efeitos da poluição experimentados em primeira mão; 2) riscos tecnocientificamente legitimados e politicamente visibilizados, trata-se de informações secundárias que permitem com que as pessoas reconheçam a existência de impacto ou ameaça particular, tais como de agências governamentais, movimentos sociais, mídia e a própria ciência; 3) relatos de moradores sobre os potenciais danos à saúde, ambiente material, lazer e qualidade de vida que demonstram o tipo de entendimento público dos riscos da poluição.

Dessa forma, para efeitos da presente análise, utiliza-se as duas primeiras formas de classificação para apresentar brevemente os aspectos materiais de cada caso observado no campo pelas autoras e sintetizadas a seguir:

Quadro 1 – Aspectos materiais da poluição de cada caso

| TIPOS DE RISCOS | FERCAL | PIQUIÁ DE BAIXO |
|--|---|--|
| SENSORIAL | Finas camadas de pós acinzentados sobre carros, observação da poeira no ar, ruído diário de explosões realizadas para a exploração dos minérios durante o dia, irritação que o pó acarreta às mucosas, principalmente aos olhos e ao nariz. Contaminação do solo e, consequente danos à vegetação, e trânsito contínuo de veículos pesados para transporte dos materiais que causam intensa poeira. | Emissões de fuligem de ferro, cobrindo todo o bairro e as casas, ruídos provenientes das sirenes da siderúrgicas, água do rio poluída, morte de peixes, fumaça, altos fornos resfriados no rio, utilizados para lazer da comunidade, levando metais e elevando a temperatura da água, tráfego intenso de veículos carregando materiais das indústrias que provocam poeira intensa, acidentes e mortes provocados por “munhas” incandescentes de minério de ferro expostas a céu aberto próximo das casas, cocceira nos olhos e na pele, tosse, rinite e falta de ar. |
| TECNICAMENTE LEGITIMADOS E POLITICAMENTE VISIBILIZADOS | Produção de cimento onde são utilizados explosivos que já atingiram casas e causam riscos à saúde de moradores, Partículas Totais em Suspensão (PTS), monóxidos e dióxidos de carbono, óxidos de enxofre, fumaça, dentre outros. | Habitações atingidas por descargas gasosas, animais de criação comem insetos e detritos contendo traços dos metais, que são carregados pela água que corre pelo pátio da empresa antes de atingir os quintais, altos fornos resfriados no rio, utilizados para lazer da comunidade, PTS, monóxido e dióxido de carbono, relação da poluição do ar na indústria siderúrgica com problemas respiratório e câncer de pele. |

Fonte: elaboração própria, 2022.

Diante das informações supracitadas, depreendem-se características em comum derivadas das duas atividades de produção em cada bairro. Tanto em Piquiá de Baixo quanto na Fercal são percebidos riscos primários por meio da observação direta dos afetados, bem como resultados técnicos de pesquisas e relatórios realizados nesses espaços. Dito de outra forma, os moradores sentem e falam sobre os problemas da poluição.

Segundo Bertanha (2019), na Fercal, esses riscos não são objetos de controvérsias científicas, ou seja, não há dúvida nos âmbitos das instituições científicas e políticas de controle ambiental do Distrito Federal quanto à sua presença na região e quanto aos impactos à saúde e ao meio ambiente. Há um entendimento dessa população de que é possível conviver com a poluição causada e a consideram como um “mal necessário”, devido ao arranjo econômico advindo das empresas.

Dados do PDAD (2021) reproduzidos pela autora, mostram que em relação à distribuição do setor de atividade da empresa em que exercem seu trabalho principal, 16,6% dos moradores da Fercal referem-se ao setor industrial, 33,2% em outros serviços e uma outra parcela da população vive do comércio, o que soma mais 20,1%. O resultado disso é que não possuem perspectivas de mudança do bairro, seja por causa de uma memória coletiva baseada na construção social do bairro (vizinhança, apego ao local, segurança em poder deixar a porta aberta e não acontecer nada), seja por impossibilidade financeira, mesmo que haja vontade de ir para outro lugar. Alguns relatam que a mudança

para qualquer outro bairro demandaria maiores custos financeiros devido às diferenças de poder aquisitivo assimétricas nas diferentes Regiões Administrativas do DF, conforme afirma a pesquisadora.

Portanto, não há demanda baseada numa lógica de reparação que tenha como objetivo um reassentamento, por exemplo. O que existe, na Fercal, conforme pontua Bertanha (2019), são “práticas de cuidado” e “diálogos com as empresas” para que haja medidas de transformação que sejam eficazes na direção de amenizar os problemas de poluição, ou mesmo trazer “benesses” à poluição, como programas sociais desenvolvidos para os moradores (capacitação de emprego, intervenções de cuidados com a saúde).

Dessa forma, podemos inferir que não há na Fercal uma esfera de mobilização que faça com que esses problemas sociais se transformem em “problemas públicos”, no mesmo sentido que em Piquiá de Baixo. Não quer dizer, porém, que não há mobilização. A autora nota que são justamente as práticas de cuidado que dizem respeito aos esforços calmos e persistentes de melhorar a situação ou impedir que a situação piore, como protesto em vias pedindo a melhoria do asfalto, exigência de filtro nas instalações das empresas para diminuir a fumaça, colocar baldes com água dentro de casa na tentativa de controle do ar poluído quando se encontra em períodos muito secos etc.

Ainda para Bertanha (2019), as ações descritas acima, que permitem a convivência com a poluição, não seria sinônimo de uma falta de mobilização, nos moldes tradicionais de ação coletiva, mas de maneiras alternati-

vas para lidar com uma “frustração tóxica” derivada das assimetrias de poder entre moradores e grandes empresas, insatisfação com as omissões e o controle fiscal do poder público, assim como a desconfiança com as intenções das indústrias.

Em situação adversa, em Piquiá de Baixo, apesar de diversos relatórios técnicos realizados pelo Ministério Público Federal, instituições de saúde, dados acadêmicos consolidados e parecer da Organização das Nações Unidas realizados nos anos de 2014 e 2018, as controvérsias ambientais são intensamente exploradas em debates públicos em que se discute a responsabilidade dos danos causados à população. Por um lado, a empresa afirma seguir protocolos estabelecidos por lei para manter “limites aceitáveis” de emissão de poluentes. Mas, por outro lado, moradores afirmam que, embora a poluição tenha diminuído nos últimos anos a partir de mecanismos tecnológicos, como os filtros nas chaminés das siderúrgicas, a poluição não deixa de ser um incômodo ainda fortemente sentido em suas rotinas. Então, é possível afirmar que as diferentes formas como os moradores dos dois locais experienciam o problema da poluição levam a mobilizações e a resultados diferentes no que se refere aos processos de compensação e reparação.

Em Piquiá de Baixo, está presente uma relação de cooperação reflexiva entre afetados, organizações sociais, grupos de estudo acadêmicos, movimentos sociais e intenso processo de investigação a partir da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá. Dito de outra forma, observa-se um trabalho normativo dos atores sociais em

torno do dispositivo de reparação, que é justamente a decisão efetivada por moradores em Assembleia para demandar do Estado e das empresas um reassentamento a fim que mudassem para longe da poluição em que vivem. É um processo de longa duração que teve início desde 2005 e atualmente encontra-se em vias de construção do novo bairro (NOBRE, 2021).

Esse estudo de caso utiliza a noção de abordagem processual dos dispositivos (DODIER, BARBOT, 2016) que propõe as operações de qualificações dos atingidos por empreendimentos na construção de um dispositivo de reparação. Com isso, a intenção é destacar o trabalho normativo dos atores sociais afetados e mobilizados na busca de compreender qual o lugar do dispositivo no exercício da normatividade, e como as críticas produzidas pelos atores ou formas diferenciadas de manejar e se apropriar deste pode engendrar práticas possíveis.

O dispositivo é uma formação histórica e discursiva que se traduz em um lugar de inscrição sociotécnica de um projeto social total com propósitos de controle. Este tem capacidade de enquadramentos, mas na prática lidamos com resistências. Para tanto, as “formas de testemunho” (DODIER E BARBOT, 2018) podem evidenciar as justificativas nos testemunhos dos envolvidos para entender o que consideram justo quanto ao que deve ser feito, e como estes atores se unem para reparar as aflições e os prejuízos causados. Evoca-se, nesse caso, o modo como o projeto de desenvolvimento do Governo Federal na região implica diretamente em violação dos direitos humanos e no atropela-

mento de normas ambientais como forma de justificção para o crescimento econômico.

Além disso, expõe as dificuldades em construir acordos com as empresas poluidoras e os afetados no contexto de falhas ou ausência dos órgãos fiscalizadores. Em segundo lugar, as lutas sociais dos habitantes de Piquiá não se deram exclusivamente em torno da proteção à natureza, mas foram principalmente motivadas pela defesa de qualidade sanitária dessa localidade. As demandas dessa população postulam o bem-estar ambiental e social de uma comunidade já expostas a riscos, como a pobreza e outras desvantagens. Em terceiro lugar, a observação decorre da passagem da experiência individual, atrelada aos choques emocionais dos moradores ao verem seus cotidianos perturbados pelos efeitos da contaminação, a uma ação coletiva de uma forma reflexiva.

Todos estes aspectos perpassam a experiência que os moradores têm com uma negação de direitos, que produziu reação e críticas, ao invés de conformismo. Por último, revela práticas sociais dos atores mobilizados inspiradas em ideias cívicas de participação social e valorização do conhecimento científico, que apontam para a importância da investigação leiga nas disputas (NOBRE, 2021). É nesse sentido que Cefai (2017) indica para uma investigação social referente à constituição de uma dinâmica que envolve a definição do problema, determinação de suas causas, identificação de seus fatores e estabelecimento de responsabilidades. Nesse ínterim, os atores se associam e se organizam, encontram líderes para convencer e mobilizar em grande escala, argumentam, criticam,

testemunham, avaliam, interpelam a opinião pública e os poderes públicos, fazendo surgir, assim, o problema e seu público.

Os dois estudos de caso analisados neste trabalho estão associados ao que Paviani (2010) situa como “construção injusta do espaço urbano”, ou seja, não diz respeito apenas à construção física, mas se relaciona com a força de trabalho, visto que a lógica de desenvolvimento e o consequente processo de migração de pessoas, que saem de seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida, acabam sendo vítimas de transformações sociais e, especificamente, urbanas, onde são excluída desse desenvolvimento e passam também a assumir todo o ônus do resultado.

Tais questões são o que podemos enquadrar nas evidências que configuram injustiça ambiental.

4. Considerações finais

As análises empreendidas neste trabalho tiveram como objetivo demonstrar o sistema paradoxal em que vive uma parte da população brasileira diante da manutenção de sistemas desiguais de produção de riqueza. Por outro lado, verificou como moradores afetados pela poluição de grandes empreendimentos se mobilizam para continuar sobrevivendo em meio a situações de visíveis violações dos direitos humanos, e que permitiu a reflexão sobre as dificuldades de acesso à justiça de populações vulnerabilizadas e principalmente a forma como a omissão do Estado, em relação a pouca ou ausência de fiscalização de empreendimentos tecnoló-

gicos, resulta na crescente insatisfação da população com o poder público. Há uma tendência de naturalização nas perspectivas dessas populações em relação à situação de degradação social e ambiental em que vivem, considerando que constata não terem voz, informação e, sobretudo, tempo ou condições sociais e financeiras para iniciarem um processo político por reparação ou compensações que visem de fato o seu bem-estar.

Olhar e estudar a cidade como um “palco do conflito” possibilita, também, observar disputas injustas pelo uso dos mesmos espaços, além de mostrar por meio de diferentes experiências que nem sempre os indivíduos são cientes dos seus direitos políticos. Nesses casos, faz-se necessário que haja associação com outros grupos advindos

de uma certa formação política e cidadã para formular novas perspectivas de ação que façam esses indivíduos se enxergarem como sujeitos de direitos.

A proposta analítica deste artigo, ao colocarmos em perspectiva comparada cidades de perfis significativamente distintos, tanto na sua formação histórica quanto nos aspectos econômicos, sociais e políticos, nos serve principalmente para visualizar características comuns resultante de investimentos que operam com uma lógica de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, provocam desigualdade e constroem espaços urbanos que segregam. Isto ocorre em cidades planejadas como Brasília, bem como em municípios que se desenvolveram de modo desordenado como Açailândia.

Referências:

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR, 2010.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2011.
BECKER, Howard (1996). “A Escola de Chicago”. In: **Mana**. Estudos de Antropologia Social. volume 2, número 2, outubro de 1996. Rio de Janeiro: PPGAS/ MN/ UFRJ. pp. 177-187.

BERTANHA, Carolina Faraoni. “**Quem mora aqui se adapta**”: entendimento público de riscos e práticas de convivência com a poluição do ar na Fercal-DF. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35280>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BOLTANSKI, Luc & THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Estado e empreendimentos guseiros no programa grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In: CASTRO, Edna M. R. (org). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA. 1989.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilema**, 2009.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017.

CARUSO, Haydée. **Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa Carioca**, Ed. UnB, 2016 (Capítulos 1, 2 e 3).

CHATEAURAYNAUD, Francis. A prova do tangível: Experiências de investigação e o surgimento da prova. **SocioPhilo**, Iesp/Uerj, 2012.

_____. **Pragmática das transformações e sociologia das controvérsias: lógicas de investigação em face do tempo longo dos processos**. Tradução Diogo Corrêa. Revisão. Samantha Sales. 2020.

DE JESUS ROCHA, Israel. ZHOURI, Andréa (Org.). 2018. **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA. 711kb; e-PUB. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019.

DEWEY, John. **Democracia criativa: a tarefa diante de nós**. Democracia cooperativa: escritos políticos de John Dewey:(1927-1939), p. 135-152, 1939.

DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. La force des dispositifs. *In: Annales*. Histoire, sciences sociales. Éditions de l'EHESS, 2016. p. 421-450.

_____. Testemunhar como vítima no tribunal: estrutura normativa do uso da palavra no seio de um dispositivo. *In: SILVA CORRÊA, Diogo etc. al. Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França*. 1. ed. São Paulo. Annablume, 2018.

ECKERT, Cornelia. “Cidade e Política: nas trilhas de uma Antropologia da e na cidade no Brasil. *In: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia/Coordenador Geral: Carlos Benedito Martins. Coordenador de Área: Luiz Fernando Dias Duarte, São Paulo: ANPOCS, 2010.*

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. *In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano*. 3a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

PAVIANI, Aldo. “A Construção Injusta do Espaço Urbano”, *In: PAVIANI, Aldo (org). A conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília*. Ed.UnB, 2010.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. **Mana** 11(2), pp. 577-591, 2005. VELHO, Gilberto (1973) *A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2013) “**Observando o Familiar**” [1978] e “**Um antropólogo pesquisando em sua cidade**” [1980]. Em *Um Antropólogo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

MILANEZ, Bruno *et al.* **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da**

Samarco/Vale/BHP Billiton. Editorial iGuana, Marabá, Brazil, 2016.

NOBRE, Ana Kely de Lima. **Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia Maranhense.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 198. 2021.

OTONI, P. **Relações de poder entre Estado, mercado e sociedade no contexto do capitalismo desregulamentado:** estudo de caso sobre a indústria de cimento no Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Brasília: 2013.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil:** o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

As lições antropológicas de Marshall Sahlins e a sociedade havaiana: relativismo e etnocentrismo em debate

Marshall Sahlins' anthropological lessons and Hawaiian society: relativism and ethnocentrism in debate

Lecciones antropológicas de Marshall Sahlins y la sociedad havaiana: relativismo y etnocentrismo en debate

Ozaias da Silva Rodrigues¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2834-4318>

Resumo:

Neste ensaio bibliográfico, discuto as contribuições histórico-antropológicas de Marshall Sahlins a partir de uma etnografia da sociedade havaiana. O objetivo é indicar como o autor, que dialoga diretamente com a História e a Antropologia, nos mostra o quanto esse diálogo é profícuo e necessário para uma boa discussão antropológica e etnográfica. Aqui são discutidas várias questões, a partir do capítulo 1 de *Ilhas de História*, de Sahlins, como relações raciais, estrutura social, modelos de cultura, relativização do fazer antropológico e outras. Os conceitos cardeais trabalhados são “estrutura” e “relativismo”, sendo empregados, metodologicamente, num diálogo estritamente bibliográfico. Ao fim do artigo, amplio a discussão proposta a partir de outros contextos e autores, focando numa Antropologia da História.

Palavras-chave: Sahlins. Estrutura. Antropologia. Havaí.

Abstract:

In this bibliographic essay I discuss the historical-anthropological contributions of Marshall Sahlins from an ethnography of Hawaiian society. The objective is to indicate how the author, who dialogues directly with History and Anthropology, shows us how fruitful and necessary this dialogue is for a good anthropological and ethnographic discussion. Here, several issues are discussed, starting from chapter 1 of *Islands of History* by Sahlins, such as racial relations, social structure, models of culture, the relativization of anthropological work and others. The cardinal concepts worked are ‘structure’ and ‘relativism’, being methodologically, employed in a strictly bibliographic dialogue. At the end of the article, I expand the proposed discussion from other contexts and authors, focusing on an Anthropology of History.

Keywords: Sahlins. Structure. Anthropology. Hawaii.

Resumen:

En este ensayo bibliográfico discuto las contribuciones histórico-antropológicas de Marshall Sahlins a partir de una etnografía de la sociedad havaiana. El objetivo es indicar cómo el autor, que dialoga directamente con la Historia y la Antropología, nos muestra cuán fructífero y necesario es este diálogo para una buena discusión antropológica y etnográfica. Aquí se discuten varios temas, a partir del capítulo 1 de *Islas de la Historia*, de Sahlins, como las relaciones raciales, la estructura social, los modelos de cultura, la

¹ Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS – UFAM. Licenciado Pleno em História (UFC), licenciando em Ciências Sociais (Universidade Anhembí Morumbi), mestre em Antropologia (PPGA – UFC/UNILAB). Associado pós-graduando na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e membro do Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política (CoLar - UFAM), do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Fenômeno Religioso Tierno Bokar (UNILAB- CE) e do Projeto de Extensão Pandemias na Amazônia (UFAM). Bolsista CAPES. E-mail: ozaiasufc@gmail.com.

relativización del trabajo antropológico y otros. Los conceptos cardinales trabajados son 'estructura' y 'relativismo' siendo metodológicamente empleados en un diálogo estrictamente bibliográfico. Al final del artículo, amplió la discusión propuesta desde otros contextos y autores, centrándose en una Antropología de la Historia.

Palabras clave: Sahlins. Estructura. Antropología. Hawaii.

1. Introdução

Na Introdução de *Ilhas de História*, Marshall Sahlins (SAHLINS, 1997, p. 7-8) dispõe que aquilo que os antropólogos chamam de “estrutura” – as relações simbólicas de ordem cultural – é um objeto histórico. Assim, cada sociedade possui sua estrutura e cada estrutura possui sua historicidade. Ainda na introdução, ele discorre sobre modelos (estruturas) prescritivos e performativos, comparando a sociedade havaiana com os aborígenes australianos, que a partir das desventuras do capitão Cook e de sua tripulação ele desvenda sentidos e usos das práticas sociais havaianas. A interpretação magistral que ele faz dessa sociedade é exemplar de um aspecto dito ideológico do trabalho antropológico: a relativização enquanto ação, que estranha e nega o que seria óbvio, a partir de uma leitura não-etnocêntrica do outro.

Dialogando com a História e a Antropologia, Sahlins nos mostra o que temos a ganhar com essa associação entre disciplinas que por muito tempo se bicaram e se opuseram (SCHWARCZ, 2001, p. 125) – Lévi-Strauss também dissertou sobre isso em *História e Etnologia* (LÉVI-STRAUSS, 1973). Como insere Schwarcz, na contenda estruturalista, entre adesões e oposições, Sahlins “merece um lugar especial. Definindo-se como uma espécie de ‘estruturalista histórico’, Sahlins (1997) guarda, no campo da Antropologia, um papel de mediador; um bom mediador”

(2001, p. 128). Ele propõe uma nova forma de se conceber a estrutura social: uma estrutura que se reproduza e se mantenha, mas ao mesmo tempo se transforme por ser dinâmica (SCHWARCZ, 2001, p. 129), assim como a história. Para Sahlins, não cabe no campo da cultura o estático, o rígido, e ao longo de todo o livro, Sahlins dá a sua contribuição ao debate muito estabelecido entre História e Antropologia/Etnografia.

De forma geral, no primeiro tópico discuto a visão de estrutura social de Sahlins e as relações raciais no Havaí, entre outras questões. Já no segundo, foco no capítulo 1 de *Ilhas de Histórias, Suplemento à viagem de Cook; ou “le calcul sauvage”*, para entendermos como Sahlins relativiza a noção de estrutura social ao propor uma outra interpretação dela, que dê conta de sociedades como a havaiana, onde há uma interação entre estrutura prescritiva e performativa. Por fim, amplio as possibilidades da relativização antropológica para pensarmos outros casos do que seria uma “boa” etnografia.

Justifico o foco no capítulo 1 do referido livro de Sahlins, porque ele nos mostra como alteridades distintas se encontram num determinado tempo e espaço e o que resulta disso. Nesse sentido, os conceitos de relativismo e de etnocentrismo nos ajudam a pensar os encontros narrados por Sahlins entre havaianos e ingleses. O objetivo central é compartilhar algumas percepções que obtive a partir da leitura do capítulo 1 e de

outros autores e autoras que me ajudaram a pensar as questões postas por Sahlins.

2. Estrutura social, relações raciais no Havaí e outras questões

A narrativa de Sahlins, no primeiro capítulo de *Ilhas de História*, permeia o século XVIII. Nesse sentido, cabe aqui algumas considerações históricas sobre a sociedade havaiana, que podem ajudar a entender melhor o que ele escreve. Para isso, me baseio no artigo *Raça e Sociedade*, de 1970 do antropólogo neozelandês Kenneth L. Little. Nesse artigo, o autor analisa as relações raciais em quatro contextos distintos: África do Sul, Brasil, Havaí e Grã-Bretanha, e relata sobre o lugar da raça na sociedade havaiana, deixando entrever que a dinâmica estrutural que Sahlins nos apresenta também se manifesta nas relações raciais:

Numa escala certamente muito mais modesta, uma mistura mais extraordinária de raças e de culturas está em processo no Havaí. Além dos aborígenes, a população do arquipélago inclui, com efeito, chineses, japoneses e coreanos (que sofrem a influência do Budismo e do Confucionismo) e indivíduos originários do continente norte-americano ou da Europa Setentrional (isto é, de países em que a moral porta o selo do protestantismo), ou ainda da Europa do Sul (isto é, de países católicos por tradição), assim como das Filipinas (país igualmente católico). As misturas de raças assumem em geral a forma de casamen-

tos mistos, que não são proibidos por lei, nem desaprovados pela opinião pública (LITTLE, 1970, p. 81-82).

Little mostra o quanto o Havaí, pelo menos desde o seu “descobrimento”, em 1778, foi uma terra de imigrações constantes. A abertura cultural dos havaianos, da qual Sahlins nos fala no primeiro capítulo, dá conta de uma abertura que inclui as misturas raciais e a diversidade religiosa. Isso pode ser reforçado quando Sahlins, na introdução do livro, escreve acerca da relação das formas sociais e das práticas performativas – no sentido de uma via de mão dupla – afirmando que “é assim também no Havaí, onde é possível *tornar-se nativo* pela ação certa. Tendo morado um certo tempo na comunidade, até estranhos tornam-se ‘filhos da terra’ (*kama’aina*) – este termo não é de emprego exclusivo daqueles que lá nasceram” (SAHLINS, 1997, p. 12, grifo do autor).

Sobre essa abertura cultural dos havaianos, que agregou ao longo dos tempos diversos contingentes étnico-raciais, Little comenta que

essa ausência de discriminação social explica-se pela heterogeneidade da população, que é de tal monta que nenhum político, nenhum homem de negócios, nenhum proprietário de jornais poderia dar-se ao luxo de ofender, manifestando preconceitos racistas, qualquer de seus principais grupos de partidários ou clientes. [...] Todavia, essas poucas observações ilustram, mais do que expli-

cam, o caráter excepcional das relações raciais no Havaí (LITTLE, 1970, p. 82).

Percebe-se pela narrativa de Little que o preconceito racial não era uma característica da sociedade havaiana, e isso é posto como excepcional. Mas essa excepcionalidade não se dá, como Little insere, no sentido da heterogeneidade impedir por si só o preconceito; é exatamente o contrário disso: a sociedade havaiana é diversa ou heterogênea porque não tinha preconceitos racistas, e é precisamente a ausência destes que possibilitou a diversidade étnico-racial havaiana. Discorro que os havaianos não tinham preconceitos, pois sabemos que, como aponta Leiris (1970), os preconceitos raciais não são inatos, mas são criados e ensinados dentro de determinada cultura ou sociedade. Dessa forma, foi pelos estrangeiros brancos que a mentalidade racista aportou no Havaí, conforme expõe Little. Nesse sentido, o autor pontua que

as relações inter-raciais também eram facilitadas pelo sistema familiar havaiano que permitia à mulher desposar mais de um homem. Por outro lado, durante muito tempo o Havaí manteve sua independência e foi governado por um monarca indígena cuja autoridade era respeitada por todos; e isto contribuiu igualmente para manter a igualdade entre as raças. Somente em 1898 o Havaí foi anexado aos Estados Unidos e, durante maior parte do século XIX, a prosperidade das empresas estrangeiras dependeu, em larga escala, da

benevolência real. Como todos – fossem agricultores, negociantes ou missionários – eram obrigados a tratar o monarca com deferência, não se podia evidenciar qualquer tipo de discriminação racial muito marcada. (LITTLE, 1970, p. 83)

Vê-se que as transformações ocorridas na sociedade havaiana desaguaram na perda de autonomia política e a integração de elementos estrangeiros brancos não só propiciou a aculturação, como a entrada dos preconceitos raciais e, posteriormente, o domínio do território por nações estrangeiras.

Além disso, Little descreve um quadro mais complexo das relações sócio-raciais na sociedade havaiana ao falar dos casamentos. Ele disserta um pouco sobre as funções do casamento e das relações sexuais nos seguintes termos:

os casamentos mistos não suscitavam qualquer oposição durante esse primeiro momento. Eram até mesmo favorecidos pela situação dos dois grupos em questão [havaianos e estrangeiros]. Entre os poucos homens brancos chegados ao Havaí no século XVIII ou início do XIX, com efeito, alguns haviam prestado importantes serviços aos monarcas indígenas na qualidade de conselheiros políticos ou militares. Para prendê-los a si e instigá-los a ficar na região, o rei dava-lhes mulheres havaianas de altas posições. Nessa época, os brancos residentes no Havaí eram obrigados ou a tomar

uma esposa havaiana ou a ficar celibatários. Vários deles acharam as indígenas sedutoras, desposaram-nas e fundaram uma família; outros até mesmo adquiriam terras e uma posição social elevada, graça a tais casamentos. (LITTLE, 1970, p. 83)

Essa descrição vai de encontro aos apontamentos que Sahlins fez acerca das relações sexuais, como a hipogamia, a hiper-gamia, a poliandria e outras, destacando a intervenção dos chefes e dos reis nas relações sociais. Mas além disso, essa narrativa de Little nos dá, em outros termos, aquilo que Sahlins descreve ao longo do capítulo: a eficácia do cálculo selvagem, que era a própria interação entre uma estrutura prescritiva e performativa, pois os havaianos sabiam se beneficiar do que chegava até eles, já que agregavam, tornavam nativos os que residiam e se casavam em sua sociedade. Era uma troca: se os brancos vinham para contribuir socialmente, por que não os receber?

Pensar o encontro entre havaianos e ingleses a partir do cálculo selvagem, nos mostra que a recepção calorosa aos ingleses não era algo unilateral, pois ali já havia um conjunto de expectativas acionadas pela estrutura social e pelos mitos. Eles recebiam bem os ingleses, mas queriam também se beneficiar, e os exemplos disso são inúmeros. É interessante notar que a narrativa de Sahlins e de Little se complementam nos detalhes e nas perspectivas, enquanto um faz uma interpretação estrutural-histórica do todo, o outro foca na historicidade das relações raciais no Havaí. Tendo objetos e pers-

pectivas distintas, esses autores nos ajudam a compreender melhor diversos aspectos da sociedade havaiana.

Porém, ao falar dos contatos entre havaianos e ingleses, é preciso explicitar que não foi só a mentalidade racista que aportou no Havaí a partir da chegada de estrangeiros brancos, pois os primeiros encontros não estiveram isentos de tensões e nem mesmo de contágios de doenças, como vemos Sahlins comentar sobre as venéreas. Harari (2016), por exemplo, comenta sobre as doenças serem um dos maiores inimigos da humanidade e traz vários exemplos, ao longo da história, de doenças, pestes e epidemias. Em seu livro *Homo Deus*, de 2016, Harari nos dá alguns detalhes do impacto dos patógenos europeus sobre os havaianos:

[...] em 18 de janeiro de 1778, o capitão James Cook, um explorador britânico, chegou ao Havaí. Essas ilhas eram densamente povoadas por cerca de meio milhão de pessoas, que viviam em total isolamento tanto da Europa como da América. Portanto, nunca tinham sido expostas às doenças europeias e americanas. O capitão Cook e seus homens introduziram os primeiros patógenos de gripe, tuberculose e sífilis no Havaí. Visitantes europeus subsequentes acrescentaram o tifo e a varíola. Em 1853, só restavam ali 70 mil sobreviventes. (HARARI, 2016, p. 19)

Gostaria que Sahlins tivesse comentado mais sobre esse impacto para além do que foi escrito sobre as venéreas, mas isso não

ocorreu. De qualquer forma, podemos inferir que o comportamento sexual dos havaianos tenha sido, junto com os patógenos europeus, um fator que facilitou os contágios e, assim, as milhares de mortes de havaianos. E mesmo que culturalmente a liberdade sexual, nos nossos termos etnocêntricos, não fosse característica dos havaianos, isso não teria impedido que encontros sexuais ocorressem e os contágios também. Não temos como avaliar o impacto conjunto da cultura sexual dos havaianos e dos patógenos europeus, apenas constatar que ambos os fatores corroboram para o que Harari escreveu acerca dos patógenos naquela sociedade.

Vemos no início do capítulo 1 que Cook havia ordenado que os marinheiros não copulassem com as mulheres havaianas, a fim de evitar a introdução do Mal Venéreo (SAHLINS, 1997, p. 23). Porém, a ordem foi inútil. *A priori*, a ênfase da narrativa das fontes consultadas recaí sobre a insistência das mulheres havaianas, e o contágio, então, rapidamente acontece pelas ilhas do arquipélago. Os introdutores da moléstia venérea foram rapidamente identificados pelos havaianos: os marinheiros ingleses. *Le'a* é a palavra havaiana que identifica o comportamento sexual dos havaianos, e se pensarmos em *le'a* como aquilo que se conjugou com as venéreas para produzir os contágios, então podemos dizer que esse comportamento sexual tem uma agência, que compôs com os vírus e as bactérias, o quadro dos contágios mortíferos narrado por Harari.

Em outros termos, é preciso pensar o contato entre havaianos e ingleses, também a

partir das doenças. O interessante aqui é perceber que Harari só aponta o poder dos patógenos em matar enquanto Sahlins só como meros detalhes num quadro maior de um contato intercultural. Aponto isso porque Sahlins indicou na introdução do livro que os fatos analisados por ele deviam ser vistos como um encontro entre categorias havaianas e inglesas, e eu acrescentaria como uma interação de expectativas, ações e historicidades distintas (SAHLINS, 1997, p. 14) que produzem um certo impacto ou resultado em ambos os lados. Não seria a interação entre patógenos e o comportamento sexual havaiano, uma interação, nos termos de Sahlins, entre acontecimento/evento e estrutura? Não seria esse um caso a ser pensado como resultado de uma estrutura conjuntural? (SAHLINS, 1997, p. 15). Penso que sim.

3. Suplemento à viagem de Cook; ou “*le calcul sauvage*”

Focando agora em questões mais teóricas, usarei como referência básica para a discussão aqui proposta o capítulo 1 de *Ilhas de História, Suplemento à viagem de Cook; ou “le calcul sauvage”*. Em primeiro lugar, chama a atenção na narrativa de Sahlins a conciliação, como aponta Schwarcz (2001), entre História e Antropologia, entre estrutura e evento, entre sincronia e diacronia, e porque não dizer entre o consciente e o inconsciente coletivo. Ele deixa essa conciliação explícita na introdução do livro. Por enquanto, basta enfatizar, como aponta Silva (2016) acerca da migração boliviana em São Paulo, que ao contrário dos

pessimistas que apostam na dissolução das formas culturais no mundo contemporâneo, Sahlins (1997), afirma que a cultura não é um “objeto” em extinção, mas é continuamente ressignificada na prática, porque ela é histórica e suas fronteiras são flexíveis e atravessadas por diferentes fenômenos, entre eles o da mobilidade humana. (SILVA, 2016, p. 83)

Essa ideia é básica para entendermos a proposta de Sahlins, e aqui farei os comentários a partir dos tópicos constituintes do capítulo em questão. Em **I. Vênus Observada: A História**, o autor disserta acerca da forma como o capitão Cook e seus marinheiros ingleses viam a situação de contato com a sociedade havaiana, sobretudo com as mulheres. O comportamento das mulheres havaianas se sobressai no primeiro encontro e podemos ver ao longo de sua narrativa que homens e mulheres, a partir de suas práticas sexuais, tinham funções sociais distintas.

Ao descrever certos fatos que, enquanto acontecimentos históricos, eram metáforas da realidade mítica (SAHLINS, 1997, p. 25), Sahlins consegue compreender os sentidos e a complexidade da sensualidade, do sexo e do amor entre os havaianos. A associação entre Cook e o deus Lono foi um desses acontecimentos que atualizaram a estrutura mítica daquela sociedade. Nesse sentido, Little nos deu uma descrição do comércio entre os havaianos e os estrangeiros. Por sua vez, Sahlins também nos deu uma descrição disso, mas de outra forma, ao enfatizar a oposição comercial entre o povo e os chefes:

[...] não é de estranhar que homens e mulheres tivessem rapidamente desenvolvido um interesse comum que os colocou em oposição aos poderes havaianos estabelecidos. Os homens traziam suas irmãs filhas e, possivelmente, até mesmo suas mulheres para os navios. Poderíamos chamar isso de hospitalidade, ou de hipergamia espiritual. Os marujos demonstravam sua gratidão, dando-lhes enxós de ferro, além das coisas que haviam dado às mulheres. [...] O interesse coletivo no comércio, desenvolvido pela população comum, colocava-a, enquanto classe social, em oposição a seus chefes, cujos interesses eram por bens políticos e de status, o que também criou da parte do povo uma oposição ao sistema de tabu. Os chefes instituíam tabus para controlar e aumentar o comércio a seu favor – uma prática espiritualmente consistente com o *mana* que deveriam obter. (SAHLINS, 1997, p. 28, grifo do autor)

É incrível como Sahlins consegue descrever o comércio sexual dos havaianos sem exotizá-los, sem colocá-los sob a pecha de depravados, promíscuos ou algo do tipo. O *le'a* é uma representação/concretização da estrutura social e mítica daquele povo. Sagrado para aqueles havaianos era o sexo em todas as suas potencialidades, não só psicofísicas, mas também sociais, sendo o “sexo” uma categoria primordial do pensamento havaiano. Enquanto os missionários cristãos faziam teologia, colocando o corpo

como a fonte do pecado e da luxúria, os havaianos faziam teogamia, o casamento de deuses e humanos mediado pelo corpo, ao experimentar no próprio corpo uma sensação divina de prazer e completude.

Já no tópico **II. Vênus Observada de Novo: A Etnografia do Amor**, vemos o quanto que o amor, o erotismo e o sexo movimentavam as transações sociais. Dessa forma, Sahlins complexifica o quadro narrado por ele ao adicionar o amor no padrão cultural de comportamento sexual havaiano. O amor é outra camada da estrutura social e ao mesmo tempo não dá para estabelecer uma dicotomia entre os elementos sexo, amor, erotismo, pois todos eles se alimentam e se confundem.

Vemos que a cosmogonia havaiana é tão erótica e sexual quanto a cultura havaiana na prática, ou em outros termos, os mitos que explicam a origem das coisas e dos ancestrais são permeados por esses elementos tanto quanto o cotidiano. O que Sahlins mostra é que o erotismo e a sensualidade havaianas têm funções específicas dentro daquela estrutura social, permeando absolutamente todos os aspectos socioculturais. O belo e o estético ideal também atuam nessa estrutura. Em resumo, se tratava de uma economia política do amor (SAHLINS, 1997, p. 39).

É preciso levar a sério a política do amor havaiana para que os exemplos narrados por Sahlins não caiam rapidamente nas garras de termos como libertinagem, promiscuidade, “coito ilícito” e luxúria. Nesse sentido, se pensarmos o quanto que a cultura molda ou interfere em necessidades básicas e fisiológicas como comer, beber e transar, enxergamos o quanto que tais necessidades podem moldar

certos impulsos naturais, exacerbando-os ou controlando-os. Se tomamos a cultura havaiana como exemplo, de um lado vemos que esta exacerba a importância e a função do sexo dentro de um quadro social específico; por outro lado, se tomamos como exemplo a sociedade ocidental, na figura dos missionários cristãos, vemos a pouca ou restrita importância que o sexo desempenha em sociedades ocidentalizadas.

O que quero dizer é que a cultura, tal como nos mostra Laraia (2001), interfere naquilo que definimos como impulsos ou necessidades naturais. O contato intercultural narrado por Sahlins nos mostra isso: não apenas duas culturas distintas em contato, mas duas culturas que tratam o sexo de formas diferentes. No contexto havaiano isso se relaciona diretamente com a economia política do amor, ou seja, o lugar que o amor/sexo ocupa na estrutura e como a sociedade havaiana se organiza a partir dele. Exemplar nesse sentido é quando Sahlins afirma que para os havaianos “o efeito do sexo era a sociedade” (SAHLINS, 1997, p. 43), e complementa isso, em tom jocoso, depois de enumerar os benefícios do casamento de uma pessoa comum com um nobre, afirmando que

fica evidente o motivo pelo qual os havaianos eram tão interessados em sexo, o sexo afinal era tudo: posição, poder, riqueza, terras e a garantia de todas essas coisas. Feliz sociedade, talvez, que podia tornar tão prazerosa, por si só, a busca por todas as coisas boas da vida. (SAHLINS, 1997, p. 45)

É partir da percepção do que é o amor, a sensualidade e o sexo no Havaí, Sahlins, no **tópico III. Estruturas Performativas**, narra como certas sociedades observadas pelos antropólogos costumam

desafiar as explicações da antropologia. São monumentos ao fracasso da imaginação antropológica – e, além dessa, do pensamento social ocidental. Nós as observamos através de um vidro esfumado, utilizando “modelos estatísticos” *post facto*, que se satisfazem com a totalização dos efeitos das infinitas opções individuais e que depois fazem valer esses resultados empíricos como uma verdadeira ordem cultural. Ansiamos pelos “modelos mecânicos”, fornecidos pelas sociedades que sabem agir de acordo com relações prescritas, em vez de determinarem suas relações pelos modos de interação. Ficamos muito mais confortáveis com as lógicas aristotélicas de “estrutura social”, legadas por nossos doutores escolásticos: os grupos corporados e as normas jurídicas de um Radcliffe-Brown, arranjos organizados em caixinhas não-contraditórias e de comportamento não-problemático, um papel para cada status e cada qual em seu lugar determinado (SAHLINS, 1997, p. 45-46, grifo do autor).

Essa crítica feita por Sahlins questiona certos sentidos do termo estrutura ou estrutura

social. Ao dar um exemplo acerca da amizade, enquanto relação de auxílio mútuo, Sahlins aprofunda a sua proposta sobre o termo de estrutura: mesmo havendo uma prescrição social para que a ajuda a um amigo se efetive, essa ajuda pode não ocorrer, e além disso ele coloca que mesmo para aquelas pessoas sobre as quais não havia essa prescrição, é possível que elas ajam de acordo com a prescrição (SAHLINS, 1997, p. 46). Após esse exemplo, o autor escreve sobre os modelos de estrutura que ele apresenta no capítulo:

o que quero assinalar é que, ao nível do significado, sempre existe uma reversibilidade potencial entre tipos de ações e categorias de relações. Verbos significam tanto e tão bem quanto substantivos, e a ordem estrutural pode ser trabalhada tão bem em uma direção quanto em outra. Todas as sociedades provavelmente se utilizam de alguma mistura desses modos recíprocos de produção simbólica. Mas existem sistemas com movimentos predominantemente radcliffe-brownianos: grupos delimitados e regras obrigatórias, que prescrevem anteriormente em muito a maneira pela qual as pessoas devem agir e interagir. Vamos chamá-las de “estruturas prescritivas”. Por contraste relativo, a havaiana seria uma “estrutura performativa”. (SAHLINS, 1997, p. 46-47)

Na sociedade havaiana, a estrutura performativa se concretiza nas relações erótico-sexuais e serve para dismantelar certas concepções já sedimentadas acerca do termo

estrutura e do poder da linguagem sobre as categorias de pensamento. O estabelecimento do parentesco, seja por criação/adoção ou nascimento, é um exemplo da dinamicidade da cultura havaiana que ao invés de operar apontando limites e oposições sociais, opera com possibilidades, contingências e cruzamentos. Como Sahlins aponta, o caso havaiano é de um paradoxo aparente, pois essa sociedade é

capaz de reproduzir uma ordem cultural recebida através da livre busca da felicidade, *le'a*, o que equivaleria a dizer (em havaiano) pelas contingências da atração sexual. Do ponto de vista do sujeito libidinoso, o sexo é um interesse consumptivo, não apenas por si mesmo, mas por seus muitos benefícios práticos. No entanto, da perspectiva global da sociedade, esses fins subjetivos tornam-se os meios de constituição de uma ordem política, econômica e espiritual definida. E, embora as escolhas individuais pareçam ser livres, ou pelo menos muito liberais, o resultado não é de modo algum aleatório e expressa de maneira válida as distinções e relações habituais entre homens e mulheres, chefes e povo, deuses e mortais; em suma, o tradicional esquema cósmico das coisas. A estrutura está justamente nessas distinções e relações, que são (relativamente) constantes, e não nos arranjos mutantes formados e reformados a partir delas. O sistema social é desse modo constituído da paixão e a estrutura, constituída do sentimento. (SAHLINS, 1997, p. 48-49)

Isso que Sahlins descreve é o modelo performativo, e esse modelo/sistema é para ele como um milagre já que a capacidade do

modelo performativo em abarcar a diversidade humana significa que “nada que fosse humano era realmente exótico” (SAHLINS, 1997, p. 49), e mostra o quanto a estrutura daquela sociedade era algo particular, *sui generis*. Assim, Sahlins constata a singularidade e a flexibilidade do sistema havaiano: a estrutura se renova e se mantém ou se mantém precisamente porque se renova. É preciso enfatizar que para o cálculo selvagem “nada que fosse humano era realmente exótico” (SAHLINS, 1997, p. 49), e isso basta para entendermos a antropofagia simbólica e a prática dos havaianos.

4. Possibilidades a partir das lições de Sahlins

Vê-se que a contribuição de Sahlins, descrita aqui de forma sucinta, é importante para pensarmos outras formas de enxergarmos a cultura, a História e a Antropologia. A forma como ele analisa a cultura havaiana, nos mostrando uma perspectiva “nativa” dessa cultura, nos lembra da importância que a relativização tem para a prática antropológica. Ele soube relativizar a noção de estrutura para propor uma nova interpretação dela, mas sobretudo, relativizou as fontes históricas a que teve acesso. Eis uma Antropologia da História. Nesse sentido, gostaria de discutir, aqui, o etnocentrismo e o relativismo, baseado naquilo que Sahlins fez, tentando fazer um outro exercício de uma Antropologia da História.

Qualquer interpretação antropológica de determinados fatos se pauta, de forma consciente ou não, no binômio etno-

centrismo/relativismo. A partir das lições antropológicas de Sahlins, lembrei de um documento de um monge capuchino italiano, chamado Giovanni Antonio Cavazzi. Esse monge, que visitou o Congo no séc. XVII, comentou sobre as danças e as músicas de um determinado grupo étnico em um documento datado de 1687. Nesse documento, ele se deleita em descrever a música e a dança no Congo a partir de uma lógica etnocêntrica, nos seguintes termos:

entre as conturbadas formas de seus costumes, podemos facilmente conjecturar o quanto é desconcertada a música e desregada a dança. Não tendo por motivo o virtuoso talento de mostrar a capacidade do corpo e a agilidade dos pés, a dança entre esses bárbaros abriga apenas a viciosa satisfação de um libidinoso apetite. A música se faz sentir, também ela, bem mais conveniente a esse espírito de horrível fereza, que ao harmônico tímpano dos nossos ouvidos. (CAVAZZI, 1991, p. 110)

A escrita de Cavazzi fala por si só, porém comentarei dois aspectos que aparecem em sua escrita. Primeiro: a literatura colonial produzida por religiosos, viajantes, militares, administradores e missionários que aportaram no Havaí está repleta de afirmações etnocêntricas. A boa crítica antropológica, ao modo de Sahlins, põe a nu essas descrições tendenciosas que longe de serem um retrato fiel de dada sociedade colonizada, fala muito mais da mentalidade europeia e como ela distorce os fatos

alheios, afinal, dizem respeito aos outros. Em geral, esse tipo de fontes primárias

são permeadas de estereótipos e conceitos eurocêntricos, designadas a considerar a cultura e a história dos povos africanos – assim como as dos outros povos “sem uma escritura” – como inferiores e, portanto, bisognas de intervenção, quer divina, quer humana: isto é, católica e europeia. (LEVI, 1999, p. 30)

Segundo: a descrição que Cavazzi faz é permeada de comparações com a Europa, seja para indicar semelhanças ou diferenças que ele prima em extrapolar. O fato é que ele também “elogia” e reconhece de alguma forma a complexidade cultural congoleza, que aparece em sua descrição mesmo sob adjetivos extremamente preconceituosos. De toda forma, o monge acaba provando que os congolezes têm uma cultura complexa e uma riqueza musical da mesma medida que a europeia, por mais que ele negue isso. A impressão que temos é que ele, por meio da escrita, falsifica aquilo que vê para não ter que admitir o quanto os congolezes são iguais aos europeus, no quesito humanidade, e que a eles não falta nada; no máximo faltou a fé e a prática cristãs que os tornariam mais palatáveis à moral exigente e pura de Cavazzi.

Nesse sentido, podemos trazer Montero (2010) ao descrever a crítica de Talal Asad à teoria simbólica de religião de Geertz. E nos alerta sobre a

obliteração do modo como a disciplina antropológica em formação herdou historicamente os procedimentos discursivos das práticas missionárias cristãs. No campo da ação evangelizadora cristã, o nativo foi observado e descrito a partir de suas práticas: era preciso decifrar os verdadeiros significados obscurecidos por detrás da aparente absurdez de seus ritos. O rastreamento das religiões nativas constituiu-se, portanto, em uma operação simbólico-discursiva que visava, ao mesmo tempo, atribuir um significado aceitável às práticas e julgar a validade cosmológica de suas proposições quando elas pareciam afirmar algo sobre o mundo. (MONTERO, 2010, p. 261)

Vimos que Cavazzi não fez o esforço de entender os verdadeiros significados das práticas culturais dos congolezes, pois para ele não havia uma aparente absurdez, mas uma absurdez óbvia, e só tentou atribuir um significado aceitável para a sua comunidade etnocêntrica e cristã e julgar a validade daquelas práticas. Porém, o resultado foi que houve apenas a desqualificação cultural. Cavazzi e Sahlins são exemplos de etnógrafos que nos fazem pensar em tipos opostos e radicais de se enxergar a alteridade. Se colocarmos a etnografia como o relato de um encontro entre povos e pessoas de culturas distintas, veremos o quanto a profissionalização dos antropólogos, com a consequente crítica aos etnógrafos amadores, foi importante para que a Antropologia se constituísse como uma ciência das culturas, das alteridades.

A etnografia de Sahlins, por exemplo, vai na contramão da etnografia de Cavazzi, uma vez que a partir de suas fontes ele conseguiu enxergar algo que os homens que entraram em contato com os havaianos não enxergaram, afinal, estavam fazendo história e não interpretando-a. Mesmo tendo “ido a campo” e observado um povo desconhecido, Cavazzi não conseguiu entendê-lo ou descrevê-lo fora de seu etnocentrismo. A relativização e a desconfiança com nossos preconceitos sociais permanecem como atitudes salutares para uma boa etnografia ou observação das alteridades. Assim, é recomendável seguir o exemplo de Sahlins.

5. Conclusão

As descrições de Cavazzi podem ser associadas, facilmente, com as descrições dos viajantes e dos marinheiros que Sahlins comenta e revira, de forma a revelar aquilo que as fontes etnocêntricas esconderam por ignorância e por preconceito. A maneira como ele interpreta os havaianos e os europeus chega a ser cômica e faz parecer que é um exercício simples interpretar culturas tão distintas. Vemos que as lições histórico-antropológicas de Sahlins são fundamentais para o exercício de uma boa etnografia ou de uma Antropologia que preze por ir além do óbvio.

Já sabemos que as trocas entre os havaianos e os ingleses envolveram doenças, para além das trocas comerciais, sexuais e culturais. Essas trocas não estiveram livres de tensões e de estranhamentos. Por sua vez, Sahlins aponta para algo, na nota de número 14, que vai nesse sentido: o encontro afetou

negativamente os havaianos também do ponto de vista daquilo que chamamos, nas Ciências Sociais, de aculturação. A nota é enfática ao demonstrar que os ingleses e os cristãos, que tinham pretensões de dominação daquele território, reprimiram e até criminalizaram, em seu etnocentrismo, várias práticas culturais dos havaianos. Isso ocorreu, sobretudo, no século XIX e especialmente no que dizia respeito à cultura sexual dos nativos – a nota de número 20 também traz detalhes sobre isso. Assim, os primeiros contatos entre esses povos descambaram em um processo lento e gradual de aculturação dos havaianos, além da criminalização de seus costumes sexuais.

Por fim, as notas de rodapé do capítulo 1 de *Ilhas de História* nos mostram

outros detalhes acerca da importância da relativização na análise etnográfica. Quando comenta na nota número 6 que os havaianos pegavam tudo o que estivesse à sua frente, que pertencesse aos ingleses, Sahlins não fala em roubo, por exemplo. Os momentos iniciais desse contato foram repletos de estranhamentos e de expectativas mútuas, afinal, não eram só os ingleses que estranhavam os havaianos, e a recíproca é verdadeira. A partir de relatos etnográficos diversos e de bibliografia específica, Sahlins une aquilo que muitos de nós não ousamos fazer como antropólogos(as): unir História e Antropologia ou fazer uma Antropologia da História de um povo.

Referências

CAVAZZI, Giovanni Antonio. Sobre a música e a dança africanas (1687). Pesquisa, tradução e notas: Paulo Castagna. *Revista Música*, São Paulo, v. 2, n. 2: 107-115, nov. 1991.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Tradução: Paulo Geiger. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEIRIS, Michel. Raça e Civilização. In: *Raça e Ciência I* (UNESCO). Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: *Antropologia Estrutural I*. Tradução: Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

LEVI, Joseph Abraham. Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do “Congo, Matamba et Angola” – primeiros contatos europeus com a África. *Est. Port. Afric.*, Campinas, (33/34): 29-47, jan./dez., 1999.

LITTLE, Kenneth L. Raça e Sociedade. In: *Raça e Ciência I* (UNESCO). Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

MONTERO, Paula. Talal Asad: para uma crítica da teoria do símbolo na antropologia religiosa de Clifford Geertz. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19, p. 259-261, 2010.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Tradução: Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. *Cadernos de Campo*, n. 9, 2001, p. 125-133.

SILVA, Sidney Antônio da. Festas e tradições bolivianas na metrópole: o caso das devoções marianas. *Londrina*, v. 12, n. 18, p. 67-85, jan-jul/2016.

Mulheres na Ciência e ensino remoto: uma experiência das mestrandas em Sociologia da Universidade de Brasília

Mujeres en la ciencia y enseñanza a distancia: una experiencia de mujeres estudiantes de maestría en sociología de la universidad de Brasília

Women in science and remote teaching: an experience of women students of the master's degree in sociology at the university of Brasília

Andressa Vieira Palmeira¹:
ORCID: 0000-0002-9167-6924

Thayná Rodrigues Cunha Porto²:
ORCID: 0000-0002-0830-862X

Resumo

Este trabalho aborda as relações de gênero na Ciência e os efeitos do ensino remoto em contexto pandêmico. Em especial, pensou-se na saúde mental das mulheres e nos impactos que um padrão e uma expectativa do que é “ser cientista” operam nelas, até mesmo em termos de produção científica. Para tal intento, foi aplicado um questionário online para os ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília do primeiro semestre letivo de 2021 e, posteriormente, um grupo focal apenas com as mulheres dentro deste universo. O questionário aponta para uma maior delegação de atividades para aqueles que proveem para o lar, em sua maioria estudantes negros, e para uma geral piora na saúde mental durante a pandemia, em que atividades ficam sobrepostas. De modo geral, o ambiente acadêmico pode não ser inclusivo para as mulheres, pessoas negras e de classes menos favorecidas. Isso foi ressaltado nos relatos colhidos no grupo focal através de questões relacionadas à sala de aula virtual.

Palavras-chave: Mulheres e Ciência, Autoestima Intelectual, Ensino Remoto, Mestrado, Universidade de Brasília.

Resumen

Este trabajo aborda las relaciones de género en la ciencia y los efectos de la enseñanza a distancia en un contexto de pandemia. En particular, se pensó en la salud mental de las mujeres y los impactos que sobre ellas opera una norma y una expectativa de lo que significa “ser científico”, incluso en términos de producción científica. Para ello, se aplicó un cuestionario en línea a quienes ingresaron al Programa de Posgrado en Sociología de la Universidad de Brasília en el primer semestre de 2021 y, posteriormente, un grupo focal con solo mujeres dentro de este universo. El cuestionario apunta a una mayor delegación de actividades a quienes proveen del hogar, en su mayoría estudiantes negros, y a un empeoramiento general de la salud mental durante la pandemia, en la que se superponen

1 Mestranda em Sociologia. Graduada em Ciências Sociais - licenciatura e em Sociologia - bacharelado pela Universidade de Brasília (UnB). Na graduação, venceu o Prêmio Destaque de Iniciação Científica em 2019 e a monografia foi na temática de “mulheres na ciência”. Atualmente, é mestranda em Sociologia na mesma universidade e pesquisa dinâmicas de reconhecimento das pesquisadoras de ciências sociais no contexto acadêmico. *E-mail:* avpalmeira.98@gmail.com

2 Mestranda em Sociologia. Graduada em Ciências Sociais - licenciatura e bacharelado pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do laboratório GENPOSS - Grupo de estudos e Pesquisa sobre Gênero, Política Social e Serviços Sociais. Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, pesquisa migrações e gênero. *E-mail:* thaynarporto@gmail.com

actividades. En general, el entorno académico puede no ser inclusivo para las mujeres, las personas de color y las personas desfavorecidas. Esto fue destacado en los relatos recogidos en el grupo focal a través de preguntas relacionadas con el aula virtual.

Palabras clave: Mujeres y Ciencia, Autoestima Intelectual, Enseñanza a Distancia, Maestría, Universidad de Brasília.

Abstract

This article addresses gender relations in science and the effects of remote teaching in a pandemic context. In particular, thought was given to the mental health of women and the impacts that a standard and an expectation of what it means to “be a scientist” operate on them, even in terms of scientific production. For this purpose, an online questionnaire was applied to those entering the Postgraduate Program in Sociology at the University of Brasília in the first semester of 2021 and, later, a focus group with only women within this universe. The questionnaire points to a greater delegation of activities to those who provide for the home, mostly black students, and to a general worsening in mental health during the pandemic, in which activities overlap. Generally speaking, the academic environment may not be inclusive for women, people of color and disadvantaged people. This was highlighted in the reports collected in the focus group through questions related to the virtual classroom.

Keywords: Women and Science, Intellectual Self-Esteem, Remote Teaching, Master’s, University of Brasília.

1. Introdução

Ser uma mulher e ser cientista engendra muitos desafios. Alguns deles são mais escancarados e reconhecidos publicamente, como menores salários, assédios, silenciamentos, interrupções e descredibilização. Outros surgem sem um “autor” tão claro, representados pelo consenso institucional de que elas não pertencem a este espaço, o que gera os sentimentos de insegurança e de baixa autoestima intelectual, os quais impactam na produção científica delas. Segundo dados levantados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apesar de serem maioria nos cursos de pós-graduação, a representação de mulheres no topo da carreira ainda é pequena, o que sugere que sofrem com desafios específicos de gênero na escalada da ascensão profissional (MALCHER, 2023).

Os desafios das mulheres nessa área podem ser comuns a outras áreas, como o fato de ter sido construído um “molde” para seguirem, sendo ele o padrão de cientista que não lhes cabe, mas mesmo assim continuam tentando encaixar-se – este seria um paralelo com a definição de *insiders* de Patricia Hill Collins, ou seja, aqueles que construíram os códigos acadêmicos e não compartilharam historicamente com outros grupos, como mulheres e pessoas negras.

O surgimento de uma doença viral altamente transmissível alterou as dinâmicas de convivência entre pessoas no mundo todo. Segundo Gundim *et al.* (2021), a pandemia causou reações psicológicas alarmantes: desânimo, tristeza e dificuldade de concentração e para dormir. Os estudantes não ficaram de fora desta equação: os quadros de ansiedade e pânico, que já atingiam quase metade deste grupo antes da pandemia, se intensificaram e aumentaram.

É por isso que trazemos aqui ideias que ligam a *performance* do “ser cientista” à autoestima intelectual de mulheres cientistas e aos desafios encontrados na pandemia da Covid-19, com foco nos e nas estudantes que ingressaram no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB) para o primeiro semestre letivo de 2021.

Para isso, mapeamos os ingressantes do mestrado de maneira geral, por meio das publicações oficiais disponibilizadas pela secretaria do programa, para entendermos proporções de gênero e raça, e realizamos a aplicação de um questionário *online*, devido à sua capacidade de

[...] produzir descrições quantitativas ou numéricas sobre alguns aspectos de uma população. A principal forma de coletar dados é por meio de perguntas feitas às pessoas; suas respostas constituem os dados a serem analisados. Em geral, a informação é coletada apenas sobre uma fração da população, isto é, uma amostragem, e não sobre cada membro dela (FLOYD e FOWLER, 2011, p. 11).

Este recurso foi enviado a todos os ingressantes da turma, de forma a entender aspectos envolvendo identidade de gênero, autodeclaração racial, faixa etária, o custeio dos estudos no mestrado, presença ou não de filhos, motivação ao participar do processo seletivo, atividades desempenhadas no âmbito doméstico, avaliação de desempenho até o presente momento e saúde mental atrelada ao modelo de ensino remoto.

Também, realizamos um grupo focal somente com mulheres, sendo elas, em sua totalidade na turma, cinco entre os 15 ingressantes, para investigar de forma mais aprofundada seus sentimentos sobre ser mulher na academia, desafios e vivências durante a pandemia e o ensino remoto. Os grupos focais, ou “grupos de foco”, buscam reunir uma quantidade média de pessoas que presumivelmente compartilharam uma experiência comum, realizando uma entrevista coletiva com um ou mais moderadores. A grande vantagem de utilizar esta técnica de pesquisa é pela possibilidade de expressão facilitada quando o sujeito está em um grupo e não em uma entrevista individualizada (YIN, 2016).

Além disso, apresentaremos alguns desafios enfrentados pelas mulheres cientistas, tanto objetivos quanto subjetivos, e os impactos que estes podem ter na saúde mental e na autoestima intelectual delas, incluindo o atual cenário de pandemia no Brasil e perpassando pelas questões raciais e de classe, em consonância com autoras como Betina Lima (2013) e Patricia Hill Collins (2016).

É importante pontuar que a abordagem desta pesquisa será feita em primeira pessoa do plural, levando em conta as correntes epistemológicas feministas acadêmicas, como a da expoente Donna Haraway, pois para ela, “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p. 21). Ela rejeita a ideia de objetividade construída no positivismo e procura pensar outra forma de análise social, os ditos saberes localizados.

A objetividade feminista teria como ponto central uma localização limitada, que

não busca de nenhuma forma criar uma distância e uma divisão irreal entre sujeito e objeto. Se o(a) pesquisador(a) já tem suas concepções de mundo, muitas vezes quase que ditadas pelo lugar que seu corpo ocupa na sociedade, conseqüentemente suas conclusões surgirão por meio dessa lente, “a visão é sempre uma questão do poder ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização” (HARAWAY, 1995, p. 25). É se tornar responsável pelo conhecimento produzido.

2. O perfil dos ingressantes

Utilizando o portal oficial do PPG-SOL-UnB e da complementação dos dados por meio de solicitação à secretaria do mesmo programa, avaliamos os resultados dos processos seletivos do mestrado acadêmico de 2016 a 2021, por não terem sido disponibilizados registros pela secretaria do programa de anos anteriores a estes. Este instrumento divulga o número de inscrição do(a) candidato(a) no processo seletivo, a linha de pesquisa para a qual ingressou, o nome, a nota final, o resultado (“aprovado(a) e classificado(a)” ou somente “aprovado(a)”) e a indicação de solicitante ou não de ações afirmativas.

Pelo fato de os resultados serem nominais, a designação de gênero foi feita levando em conta o rol de nomes considerados femininos e masculinos, o que pode ser incorreto caso o nome não se enquadre, em caso de pessoas em transição de gênero ou que não se encaixam em uma binaridade de gênero. Também foi considerada a desig-

nação do documento oficial de resultado de cada processo seletivo, que classifica os(as) alunos(as) como “aprovado e classificado” ou “aprovada e classificada”, a partir da própria identificação dos(as) estudantes. Para a constatação racial, foi considerada a indicação de estudante que solicitou ações afirmativas, pois não há autodeclaração, com exceção a esse caso.

Levando esses fatores em consideração, constatamos que houve, nesses anos, 98 ingressantes no mestrado acadêmico do PPGSOL-UnB, sendo 54% homens e 46% mulheres. Dentre o total, 26,5% foram solicitantes de ações afirmativas, no entanto, 69% destes eram homens e apenas 31% mulheres. Ou seja, ingressaram, nos editais referidos, apenas 8,1% de mulheres autodeclaradas negras.

Em relação ao questionário, este foi aplicado de forma *online* e permaneceu aberto entre os dias 11 e 21 de outubro, totalizando 10 dias. Ele foi disponibilizado para a turma que ingressou no mestrado em 2021, sendo esta a primeira turma a realizar o processo seletivo em contexto de pandemia, realizando as etapas, bem como as disciplinas, de forma remota.

Obtivemos 9 respostas, o que equivale a 60% da turma. Enquanto na turma temos 10 homens e 5 mulheres matriculadas(os), responderam ao questionário 6 homens e 3 mulheres, que se identificaram todos como pessoas cisgênero. Em relação à autoidentificação racial, 44,4% (4) se identificaram enquanto pessoa branca, 33,3% (3) enquanto parda e 22,2% (2) enquanto preta.

Por sua vez, 55,6% (5) dos respondentes está na faixa etária de 21 a 25 anos, contra 44,4% (4) que estão na de 26 a 30 anos.

Em relação ao custeio dos estudos no mestrado, 44,4% (4) declararam receber bolsa, porém informaram não ser a maior fonte de renda da casa (2 homens brancos, 1 homem pardo e 1 mulher preta); 33,3% (3) declararam não receber bolsa, mas trabalham, sendo este salário a maior fonte de renda da casa (2 homens brancos e 1 mulher parda); e 22,2% (2) declararam receber bolsa e esta ser a maior fonte de renda da casa (1 homem preto e 1 mulher parda). Todos os respondentes declararam não ter filhos.

Ao responderem o motivo pelo qual decidiram participar do processo seletivo do mestrado em Sociologia na UnB, as respostas, no geral, variaram entre a pretensão de seguir na carreira acadêmica, aprimoramento de conhecimentos, ascensão social e preparo para o mercado de trabalho. Sobre as atividades que desempenham para além dos estudos, destacamos que nenhum dos respondentes declarou cuidar de crianças ou idosos. Em contrapartida, 5 pessoas declararam fazer a limpeza integral da casa (2 homens brancos, 1 homem pardo e 2 mulheres pardas) e 3 o preparo integral da comida (1 homem branco, 1 homem pardo e 1 mulher parda), sendo que estes dois grupos são de pessoas que declararam trabalhar período integral ou meio-período.

Na pergunta “como você avalia o seu desempenho no mestrado até o presente momento?”, 55,6% (5) selecionaram a opção “bom”, 33,3% (3) a opção “regular” e 11,1% (1) a opção “ruim”. Já 88,9% (8) consideram

que a pandemia e o ensino remoto afetaram a saúde mental, contra 11,1% (1) que considerou que não afetaram.

Em relação aos desafios enfrentados nos estudos do mestrado, em que se podia marcar todas as opções que se aplicassem, destacamos a sobreposição de atividades (conciliar o mestrado com trabalho, atividades domésticas etc.), que contou com 7 votos. A dificuldade de acompanhar as leituras e a falta de interação com professores ou colegas devido ao ensino remoto contaram com 6 votos, seguidos da dificuldade de assistir às aulas (4), sensação de não pertencimento (3), desmotivação (2). Duas opções que foram acrescentadas pelos respondentes, com um voto cada: “mudança na forma como os regimentos da minha antiga universidade e a UnB funcionam, além de ambientes e convívios diferentes” e “lacuna muito grande entre graduação e pós-graduação. Graduação não prepara o bastante para um bom ofício acadêmico”.

Ao fim do questionário, havia uma última pergunta, opcional, que consistia em um espaço livre caso quisessem acrescentar informações, da qual obtivemos duas respostas:

1 – Trabalhar e estudar em casa, teoricamente o local de descanso, tem impactado muito a integridade e a qualidade desse tempo de descanso.

2 – Acho que a dificuldade de interação era meio prevista por mim quando entrei no programa, já que ainda não conhecia ninguém e nada que envolvesse a UnB. Porém, a pandemia me coloca em uma situação mais intensa

de “afastamento” e “não pertencimento” já que todas as minhas relações são mediadas por meios tecnológicos. Essa situação evidenciou em minha perspectiva a importância da rotina de uma rede de apoio acadêmica na vida de um pesquisador, mesmo que em alguns momentos o ato de pesquisar pareça muito mais solitário do que interativo.

O PPGSOL-UnB conta com política de ações afirmativas que consiste na reserva de vagas para estudantes que se autodeclararem negros, indígenas ou quilombolas. Para além da reserva de vagas, as pessoas que optam pelas ações afirmativas é dada prioridade nas bolsas de fomento e aos demais editais do departamento. Vale lembrar que a UnB foi pioneira na implementação de ações afirmativas na graduação em 2004, mas somente no dia 04 de junho de 2020, por intermédio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), foi aprovada a política de ações afirmativas para todos os cursos de pós-graduação (DPG/UnB, 2020).

Embora haja certa paridade racial nas respostas, não é possível inferir que isso corresponde à realidade dos estudantes, visto que o recurso do questionário é não probabilístico e não há informações institucionais detalhadas da autoidentificação racial. Já em relação à questão de gênero, houve certa proporcionalidade com a turma, pois sabe-se que ingressaram 11 homens e 5 mulheres.

É perceptível que a maioria sente que a pandemia é o fator prejudicial à saúde mental, especialmente nos desafios relativos

à sobreposição de atividades, que contou com muitas marcações no quesito “desafios enfrentados no mestrado”, e foi inclusive pontuado no espaço livre do questionário.

Os resultados apontam que, nesta amostra, aqueles que são os maiores provedores de renda da casa (seja a fonte desta renda um emprego ou a bolsa do estágio), são os que mais realizam atividades domésticas. Uma suposição feita é que estes(as) moram sozinhos(as) ou com companheiro(a), e, portanto, são os responsáveis pelo cuidado com a casa e pelo preparo das refeições. Destaca-se que entre os maiores provedores de renda, os(as) negros(as) (pretos e pardos) são maioria neste quesito e os(as) brancos(as) são maioria dentre os que recebem bolsa, mas esta não é a maior fonte de renda da casa.

Neste caso, é interessante pensar no aspecto de classe que se destaca aqui e que, no Brasil, se associa em grande medida à raça (MADEIRO, 2019). Os dados coletados apontam para uma predominância dos maiores provedores de renda da casa que são em sua maioria negros(as). Assim, observa-se como as condições materiais de existência afetam as experiências nesta etapa educacional, visto que tornam a sobreposição de atividades um obstáculo ao mestrado acadêmico.

3. Experiências e relatos das mulheres ingressantes

O grupo focal foi realizado com três mulheres ingressantes do mestrado do PPGSOL-UnB para o primeiro semestre letivo

de 2021. O grupo contou com a presença de duas mulheres que se autodeclararam pardas e uma que se autodeclarou preta. As participantes não foram nomeadas a fim de preservar suas identidades e algumas informações foram omitidas com o mesmo intento, considerando que se trata de uma amostra reduzida e possivelmente identificável.

Devido ao período de isolamento social em que a pesquisa foi realizada, o grupo focal se deu através de videochamada e todas as participantes preencheram um termo que autorizava a gravação de suas vozes, bem como a utilização do conteúdo para a escrita do artigo.

Realizamos uma fala inicial com alguns questionamentos mais gerais e pedimos que falassem livremente sobre os temas que sugerimos, de acordo com suas percepções e vivências. A fala inicial foi a seguinte:

como vocês avaliam as questões de gênero e raça na experiência de vocês no mestrado até agora? Como esses marcadores, quanto entram em contato com essa microssociedade que é a turma de mestrado, tem impacto ou influenciam na motivação de vocês, na autoestima intelectual, no sentimento de pertencimento e na maneira que se colocam nas disciplinas e nas interações com os professores e demais colegas, ainda que em ambiente virtual? E quais são os principais impactos da pandemia na experiência do mestrado? Pontuando aí como que está sendo a circulação das ideias, a avaliação que vocês fazem do aprendizado de vocês, a intermediação da tecnologia para as aulas e para

o contato com professores e colegas etc.

As seguintes questões apareceram, envolvendo a quantidade de mulheres na turma e o espaço de sala de aula virtual: quando a gente passou [no mestrado], quando saiu a lista, eu não reparei na paridade de gênero, porque eu sabia que a gente não ia preencher todas as cotas raciais e eu tinha entrado com essa decepção. Mas acho que em uma das primeiras aulas eu percebi “gente, só tem 5 mulheres na turma ou eu tô enganada?”. Foi quando minha ficha caiu. E mesmo assim a maioria dos alunos é de homens brancos. [...] E a gente sequer falou disso, sabe? Na turma, no grupo. Os professores parecem que sequer perceberam, estão ali dando aula e nem notaram que não tem mulheres na disciplina. (Participante 1)

[...] quando eu vou participar em sala de aula é porque eu realmente li o texto e tô num nível de compreensão maior do que eu teria normalmente, estou com dúvida... no mais, eu não participo realmente porque eu tenho medo de gerar um tipo de imagem que me descredibilize, entendeu? Justamente por todos os fatores que agregam, de ser mulher, negra [...] então, isso me gera uma insegurança muito forte. E isso de ter muitos homens, dos homens participarem muito e as mulheres ficarem ali um pouco mais colocadas de lado, também me gera esse tipo de insegurança. Por exemplo, essa é a primeira vez que eu tô tendo contato com todas vocês. Nem ligar a câmera eu não ligo. E quando a gente tem

aula online a gente não tem o tipo de interação social que a gente tem quando *tá* no presencial. Tanto é que é só agora que a gente tá conseguindo conversar sobre vários temas que na verdade incomodam a gente [...]. (Participante 2)

Quando a gente apresentou nosso seminário (grupo só de meninas) e ninguém deu parabéns, a gente ficou tão chateada [*risos*], poxa! Ninguém deu parabéns?! Não que a gente quisesse ser ovacionada, mas isso é porque não existe uma solidariedade entre a turma. (Participante 3)

Eu acho que as aulas são um espaço de disputa às vezes. [...] Na apresentação dos *caras*, eu só vejo o *chat chovendo* “parabéns, *não sei o que*”, e era só *caras* dando parabéns, parece aquela coisa de *brother*. [...] Gente, mas eu acho que assim, a gente, às vezes, se esforça demais *pra* ler e entender o texto e o *cara*, tipo assim, folheou o texto e chega com a confiança do mundo na aula. [...] parece que eles têm todo dia a reafirmação da confiança, do ego, da segurança de que eles são os detentores do conhecimento. E isso, *pra* além do pedantismo... [na hora de] conseguir alguma vaga, você sabe que vai ser o *cara* com um currículo medíocre, às vezes. Isso eu acho desanimador. (Participante 1)

Pra mim isso remete a um sofrimento psíquico que antecedente o seu desempenho em sala de aula, porque se você acha que tem que ler mais, que tem que ler melhor, que tem que entender melhor, tem que

chegar com uma coisa pronta só pra fazer uma espécie de performance ali, pensa o sofrimento psíquico! E os *caras*, eu duvido que eles tenham isso, eles vão passar o olho no texto e falar “ah! Isso aqui, vou perguntar isso”. E aí a gente não, tem que se preparar, tem que falar uma coisa que seja muito relevante, muito legal etc. (Participante 3)

No campo da Ciência, a questão de gênero (que se cruza com outras categorias, como raça, classe, orientação sexual etc.) é marcada não só por barreiras objetivas, como a diferença salarial, em que elas ganham em média 26,5% a menos que eles (BENETT, 2021), mas por obstáculos subjetivos que objetivam a realidade. Podemos pensar no “teto de vidro”, “barreira invisível” que impede mulheres de assumirem cargos mais altos ou, para além dele, como proposto por Betina Lima (2013), o “labirinto de cristal”. Ou seja, não apenas um impedimento, mas uma série de desafios que mulheres passam durante o percurso em busca de maior reconhecimento em sua área, por exemplo.

Em ambientes masculinos – e não necessariamente em números, mas historicamente masculinos –, as mulheres criam estratégias de sobrevivência, o que podemos chamar de “drible da dor” (LIMA, 2013): daí podemos inferir que a *performance* de uma mulher cientista na sala de aula, como mencionado por uma das participantes, na tentativa de “caber” na *performance* “natural” de cientista, pode ser uma destas estratégias. Isso se confirma ao mencionarem também um maior conforto ao estarem em discipli-

nas ministradas por ou com maior número de mulheres.

Mas é justamente a falta de compatibilidade da *performance* esperada dentro do contexto institucional de um(a) cientista que não se insere no “padrão cientista” que pode ser um dos fatores de uma baixa autoestima intelectual. A não confiança em sua capacidade de estar naquele espaço é gerada por essa falta de senso de pertencimento, o que impacta indivíduos que escapam ao “molde” do cientista (aqui afetarão as categorias como gênero, raça, classe social etc.).

Outra temática que apareceu foi a questão da bolsa:

eu já esperava uma postura do departamento quanto à bolsa, mas assim... eu sou uma pessoa que não sou daqui [de Brasília], eu vivo sozinha, não tenho ajuda dos meus pais, luto *pra* poder sobreviver. E aí você se depara com cada absurdo: tipo, sai uma bolsa de vulnerabilidade, vocês viram aquele edital. E se você recebe bolsa, você não pode pedir! Então quem vai receber a bolsa [de vulnerabilidade]? Não faz o menor sentido! (Participante 1)

Ainda mais com o preço das coisas, o custo de vida. Com 1.500 reais não dá *pra* sobreviver. Só o aluguel é uns 1.000 *contos*. Aí vai comer o quê? Não vai poder sair *pra* tomar uma cerveja? (Participante 3)

E não considera se você é uma mulher, se você é mãe, por exemplo, não *tá* considerando que você vai ter que sustentar você e sua filha com 1.500 reais. Isso não reflete a realidade, de gênero e de raça. Tem

peças que podem só estudar, mas têm pessoas que não podem só estudar, que têm que se desdobrar e fazer várias coisas ao mesmo tempo *pra* estar nesses espaços. (Participante 1)

A bolsa representa, para muitos dos(as) estudantes, a principal fonte de renda da casa. E não só isso, representa aquilo que permitirá acessos a lugares, pessoas e experiências. Com este valor de bolsa (R\$ 1.500,00³) e com as condições para seu recebimento (não pode ser acumulada com um emprego ou outras bolsas), elas argumentam que não é possível arcar com muitas das despesas, muito menos com entretenimento e lazer.

O fomento de bolsas para pós-graduação no Brasil é feito principalmente por dois órgãos: a Capes e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Além do financiamento de bolsas, a Capes é responsável pela avaliação quadrienal dos cursos de pós-graduação, atribuindo notas de 1 a 7, sendo essa avaliação determinante para que os cursos permaneçam ativos e para os que serão desativados, além da distribuição dos recursos. No PPG-SOL-UnB, os optantes por ações afirmativas possuem prioridade nas bolsas de fomento destinadas ao programa, visando maior equidade dentre os estudantes.

Em determinado momento, dialogaram mais especificamente sobre a pandemia e a circulação de ideias neste contexto:

3 Vale salientar que o período em que as autoras escreveram o artigo, no 1º semestre de 2022, as bolsas de fomento eram no valor de R\$ 1.500,00, mas, em fevereiro de 2023, as bolsas de mestrado CNPq e Capes passaram por um reajuste de 40% e atualmente possuem valor de R\$ 2.100,00. (GOVERNO FEDERAL, 2023)

Mas assim, eu acho que a pandemia faz a gente perder essa interação do dia a dia, e isso faz muita falta. E aí teve na pergunta a questão da circulação de ideias. Eu *fiquei*, “que ideias? Que circulação?”, porque, tipo assim, a gente perde grande parte desse conteúdo. Não existe aquele papo pós aula, aquele cafezinho, aquele “fulano, você leu o texto? Você entendeu tal coisa?”. E até pensando na produção acadêmica, porque eles cobram muito que a gente seja muito produtivo, que produza textos juntos, e que publique e tal... como que você vai publicar se você nem conhece o seu colega? Às vezes seria legal se os professores propusessem um trabalho final em dupla, *pra* gente tentar publicar depois, coisas assim... tem o problema da pandemia, mas os professores poderiam pensar em alternativas pra isso e eles não *tão* pensando muito bem. E não existe um incentivo *pra* gente conviver juntos, deveria ter um encontro só dos alunos, sem ter aquela institucionalização ali. (Participante 3)

[...] o fato de eu morar sozinha... é eu e eu. Assim, se eu tiver que cozinhar, se eu tiver que lavar a louça, de eu tiver que limpar a casa, tiver que ir ao mercado, ir ao médico... tudo sozinha. E eu acho que essa é a realidade de várias mulheres no *online*, o acúmulo de várias tarefas. [...] Aí você não descansa, você não dorme... mês passado, e nem era final do semestre [*risos*], eu mal conseguia dormir, porque eu já ia dormir pensando nas coisas que eu ia fazer no dia seguinte. A gente se vê muito sobrecarregada. Aí você vê: tem poucas mulheres, poucas pessoas negras, e se você quiser

fazer alguma coisa, você tem que fazer mesmo que sobrecarregada. Porque ninguém vai fazer por você. [...] nem sempre eu consigo chegar na aula com o texto lido, e as pessoas que só fazem mestrado, principalmente os *caras*, que não têm que ajudar em casa, não têm que fazer nada, não contribuí com a mãe, com a família... aí ele chega na aula com o texto lido, sabe? Teve uma aula que iniciou e o professor cancelou e eu falei “bom, ainda bem que não teve aula”, porque eu nem sabia qual texto era, tipo assim, totalmente perdida na organização, porque eu *tava* fazendo um milhão de coisas naquela semana. E às vezes eu *tô* na aula e *tô* ali [fazendo outras coisas], mas também a gente sabe que é uma possibilidade do *online*, no presencial as coisas não são tão maleáveis assim. (Participante 1)

Quando eu fui sentar e escrever o meu TCC, que era a pesquisa que eu queria fazer, veio a pandemia. Aí no meio da pandemia eu comecei a perceber que a única coisa que eu fazia na pandemia era pesquisar, então eram as aulas da UnB, eram os textos do TCC, era tudo. Eu não tinha *hobbie*, eu não fazia atividade física... eu tinha um namorado que eu consegui antes da pandemia, porque se não fosse isso, não tinha namorado [*risos*]. E assim, eu não via minha família, *né?* [...] Aí eu virei *pra* mim e falei “é isso? Se eu morresse hoje, esse era o meu legado: estudou. Só! Não fez mais nada” [*risos*]. (Participante 1)

Neste cenário, perde-se, segundo uma das falas, qualidade na interação e na circula-

ção de ideias. Ambientes de sala de aula virtuais se apresentam de forma mais distanciada, enquanto muitos alunos e professores não conseguem nem ao menos ver o rosto daquele que se sentaria ao seu lado em um ambiente físico. Além disso, por conta do “não deslocamento”, as atividades são realizadas todas em um mesmo ambiente: o relacionamento com os familiares, cuidado de crianças, atividades domésticas, trabalho e estudo.

Sabemos que historicamente as atividades do cuidado e da limpeza são delegadas às mulheres, como argumentado por Angela Davis (2016), além de serem tratadas como naturalmente dever das mulheres, as atividades domésticas são “praticamente invisíveis” e as afastam da esfera pública.

Na pandemia, isso tem ficado mais evidente e é reforçado em suas falas. Este fato é corroborado no trabalho “As Ciências Sociais na pandemia da Covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades” (2021), no qual as autoras apresentam dados a respeito das dinâmicas de cientistas sociais no período pandêmico. Elas evidenciaram que pós-graduandos(as) consideraram que os impactos na pandemia na rotina de trabalho foram mais negativos que para outros grupos. Ou seja, para as mulheres, os efeitos da pandemia foram maiores do que para os homens, já que elas sentiram mais alterações nas demandas de trabalho. Eles, por outro lado, consideraram que ganharam mais tempo para a produção de artigos devido à suspensão das aulas.

As participantes acrescentaram outros aspectos envolvendo a experiência de ser mulher na academia e no mestrado de forma geral:

(...) eu *tô* travadíssima pra escrever o trabalho final, porque eu não sei até que ponto muda do texto que eu escrevia na graduação *pro* da pós-graduação. *Cara*, me gera uma ansiedade: eu sento na frente do computador... [...], começo a escrever e não sei nada. E esse debate de hoje me fez compreender a necessidade da gente se colocar, falar o que a gente pensa. Eu *tô* me dedicando 100%, então assim, tinha semana que eu terminava as três aulas, aí eu sempre me programava e escrevia os textos que eu tinha que ler. Gente, tinha semana que tinha mais de sete textos *pra* ler *pra* semana seguinte. Nem eu deixando de viver eu conseguiria ler tudo. Aí eu falei com a terapeuta, “é impossível”. E me gerava um sentimento de ansiedade, de insuficiência. Mas *cara*, quem lê oito textos em menos de uma semana? Chegou um nível que eu *tava por aqui*, e estava sendo muito difícil lidar com a frustração, e mesmo me dedicando 100% eu não era a melhor aluna da turma. Aí eu fico “será que eu merecia?” (ter passado na seleção), aí você começa a se questionar, *né?* (Participante 2)

Eu pensava: é impossível ter um filho, casar, construir uma família e ser pesquisadora. Então o que eu vou fazer? Casar depois do doutorado. Olha que loucura! E quando eu percebi, eu fiquei: “*da onde* eu tirei isso?”. Ninguém nunca me disse isso, mas a gente vai vendo que não é o cenário. Não é o cenário mulheres grávidas, mulheres mães nesses espaços.

Aí você vai percebendo que a sua vida vai girando em torno disso. E qual é a diferença da graduação *pro* mestrado? É a pressão. A pressão de você ser mais qualificado, a pressão de escrever mais [...]. E isso de ficar se comparando com outras pessoas... às vezes a gente nem sabe como é a realidade daquela pessoa, mas aquela pessoa parece ser superinteligente, faz várias coisas ao mesmo tempo [...] Eu até falei *pra* minha terapeuta, “eu não aguento mais me esforçar duas vezes”. (Participante 1)

Eu peguei uma matéria em que uma das alunas era do doutorado. No dia da apresentação [...] ela falou “eu sou formada em *não sei o que* e eu sou mãe”. E aí eu não entendi porque ela tinha se descrito como mãe, mas eu fui percebendo que às vezes ela *tava* na aula e *tava* amamentando, com a câmera ligada e *tal*. E eu acho que isso era até uma expressão de resistência mesmo [...]. Mas, assim, passou menos de um mês, ela mandou uma mensagem no grupo “gente, olha, eu pensei que eu conseguiria manter essa matéria junto com a maternidade, mas pra mim *tá* sendo muito difícil, enfim, vou ter que largar”. E aí eu percebi, que, realmente, ser mãe, de um neném ainda, e estudar, é muito difícil. (Participante 1)

Interessante pontuar como para elas têm sido uma questão pensar maternidade e na academia, e como este é um ambiente de exclusão para mulheres cientistas que são mães. Este último grupo teve sua produção científica afetada durante o período da licença-maternidade e, inclusive, só tiveram a

possibilidade de inserir essa informação no Lattes em abril deste ano (BOEHM, 2021). Ou seja, até março deste ano, mulheres cientistas mães simplesmente não tinham indicação nenhuma do motivo pelo qual sua produção científica/quantidade de publicações caiu por um período, colocando-as em desvantagem em relação a outros colegas. Isso porque o molde de cientista é um molde que não considera a maternidade.

Situações de discriminação de gênero e de não acolhimento podem impactar na saúde mental destas cientistas, como uma das participantes menciona ao falar de sua insegurança e seus questionamentos a respeito do merecimento de ocupar este espaço. Saúde mental na academia é um tópico que vem sendo discutido recentemente, como no artigo “O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil” (COSTA e NEBEL, 2018), que aponta que neste universo pesquisado, 74% dos respondentes afirmaram ter ansiedade, 31% insônia e 25% depressão. É sabido que a depressão foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) “o mal do século XXI” (ENTENDA, 2019).

Se adicionarmos o fator pandemia, a situação fica ainda mais complicada: estima-se que em tempos de epidemias, até a metade da população pode ter consequências psicológicas, além de efeitos no humor, medo e insônia (GARRIDO e RODRIGUES, 2020). E mais: com o isolamento social, tem recaído sobre as mulheres a maior parte das atividades domésticas, que precisam ser compatibilizadas com o trabalho *home office* e com a maternidade, mesmo no caso de mulheres de

classe média e com alto grau de escolaridade (ALMEIDA, 2020).

De forma geral, portanto, há a percepção dessas mulheres de que são um “corpo estranho” no ambiente acadêmico. Elas reconhecem que este é um espaço historicamente dominado por homens e que apesar de possuírem o conhecimento necessário para ocupar esse espaço, existe uma premissa compartilhada institucionalmente entre os homens – e, mais especificamente, os homens brancos – que as tornam *outsiders within*, como proposto por Patricia Hill Collins: “*insiders* passaram por experiências similares, dividem uma história em comum e compartilham conhecimentos tomados como certos e que caracterizam o ‘pensar como de costume’” (COLLINS, 2016, p. 116). Dessa forma, uma *outsider within* compartilha experiências com os *insiders*, mas percebem que não foram as criadoras dos códigos do grupo – por isso não são completamente *insiders*. Ao mesmo tempo, não são totalmente *outsiders*, por conta da proximidade com os *insiders* e têm, portanto, um ponto de vista único, capaz de observar padrões que os *insiders* dificilmente perceberiam.

4. Considerações finais

Podemos inferir, a partir da literatura mobilizada e dos dados coletados, que existe um “padrão cientista” no imaginário social dos acadêmicos, criado mediante uma história que prejudicou a ascensão de mulheres e de pessoas negras em todas as esferas da sociedade, inclusive na Ciência, enquanto agentes. O cientista homem, branco e heterossexual,

com suas *performances*, expressão de *status* social e intelectualidade, recebem reforços diários da detenção do conhecimento.

A questão é que a produção científica não é somente formada por esse padrão, ela é permeada por interseccionalidades, eixos de subordinação que se cruzam e formam desigualdades específicas (CRENSHAW, 2002). Ou seja, não há apenas uma forma de ser cientista. E as pessoas que se encontram fora deste padrão (mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, etc.), se depararão com um ambiente acadêmico-científico enquanto ambiente de descredibilidade e que pode causar a falta de sentimento de pertencimento.

Para além disso, a circulação de ideias, em um contexto pandêmico, fica prejudicada e as mobilidades impactadas pelos marcadores dos corpos que (não) transitam. É claro que termos a possibilidade de continuar com aulas, eventos e cursos na academia é de extrema importância, apesar do isolamento social necessário para a contenção da disseminação do vírus.

A internet abre um leque de opções como uma alternativa à conexão de pessoas no mundo todo, mas é perceptível como essa conexão é desigual, a começar pelo acesso à internet e ao considerarmos a sobreposição de atividades que permeiam gênero, raça e classe, por exemplo. Pessoas que precisam trabalhar, estudar, realizar atividades domésticas e de cuidado em um mesmo ambiente, acabam se movimentando e se “deslocando” para vários locais e muitas vezes ao mesmo tempo, como citado por uma delas: “[...] às vezes eu *tô* na aula e *tô ali* [fazendo outras coisas], mas também a gente sabe que é uma

possibilidade do *online*, no presencial as coisas não são tão maleáveis assim”.

Quando olhamos para os dados do questionário, percebemos, dentro dos aspectos objetivos, que o fator trabalho/prover a renda são cruciais para entender, nesta turma, o desempenho de atividades sobrepostas, e seria interessante, em próximas pesquisas, investigar mais a fundo estas questões. Entretanto, em termos subjetivos, temos sentimentos e sensações que botam luz nas questões de gênero e de raça ao ouvirmos as vivências

e os relatos das mulheres da turma, ressaltando, aqui, o fato de as mulheres participantes do grupo focal serem todas não brancas.

O ambiente acadêmico, no qual elas estão em posição de *outsider within*, pode ser extremamente prejudicial à autoestima delas, e quando associado ao ensino remoto, que dentro de um contexto pandêmico, afeta a saúde mental, a interação social e a circulação de ideias, e isso pode ser uma junção-chave para afetar a produção científica delas.

Referências

Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Disponível em: <http://dpg.unb.br/index.php/acoes-afirmativas#:~:text=No%20dia%2004%20de%20junho,CEPE%20n%2044%2F2020>. Acesso em: 2 maio 2022.

ALMEIDA, Tânia Mara de. A violência contra alunas: currículo oculto nos ambientes universitários. In: BIDASECA, Karina (Org.). **Poéticas de los feminismos descoloniales desde el Sur**, p. 205-229. Buenos Aires: Red de Pensamiento Decolonial (RPD), 2018.

ALMEIDA, T. M. C. de. Dilemas de gênero e o home office em meio à pandemia da COVID-19. In Ludmila de Vasconcelos M Guimarães, Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Rochael Nasciutti. (Org.). **Janelas da Pandemia**. 1 ed. Belo Horizonte: Instituto DH, p. 39-48, 2020.

BENETTI, E. Diferença salarial entre homens e mulheres na mesma função pode gerar multa. NSC Total, 2021. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/estela-benetti/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-na-mesma-funcao-pode-gerar>. Acesso em: 7 out. 2021.

BOEHM, C. Currículo lattes terá nova seção para registrar licença-maternidade. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/curriculo-lattes-tera-nova-secao-para-registrar-licenca-maternidade> Acesso em: 7 out. 2021.

CANDIDO, Marcia; MARQUES, Danusa; OLIVEIRA, Vanessa e BIROLI, Flávia. As ciências sociais na pandemia da Covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades. **Sociologia & Antropologia**, 11 (esp.), p. 31-65, 2021.

COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, jan-abril 2016.

COSTA, E. D. da. e NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. In Polis, **Revista Latinoamericana**, nº 50, 2018, p. 207-227.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENTENDA porque a depressão é a doença do século. **Conexa**, 2019. Disponível em: <https://blog.conexasaude.com.br/depressao-e-a-doenca-do-seculo/>. Acesso em: 7 out. 2021.

FLOYD, J. e FOWLER, J. **Pesquisa de levantamento**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

GARRIDO, R e RODRIGUES, R. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. In **J. Health Biol Sci.**, 8(1): 1-9, 2020.

GOVERNO Federal anuncia reajuste de bolsas do CNPq e da CAPES. **Gov.br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/governo-federal-anuncia-reajuste-de-bolsas-do-cnpq-e-da-capes>. Acesso em: 8 mar. 2023.

GUNDIM, Vivian et al. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de covid-19. **Revista baiana de enfermagem**, 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 7-41, 1995.

Levantamento da Capes mostra que mulheres enfrentam sexismo na ciência. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/04/5084651-levantamento-da-capes-mostra-que-mulheres-enfrentam-sexismo-na-ciencia.html?fbclid=PAAaZWPHdEe11MOB15lUghWJXbVGmxyp46oupgGFQH4VnBp5J6A-5V8r5SHug0>. Acesso em: 04 abr. 2023.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. In: **Rev. Estud. Fem.** vol.21 no.3 Florianópolis, set./dez. 2013.

Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 04 abr. 2023.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Celso Furtado e Darcy Ribeiro em perspectiva comparada: um diagnóstico sobre o subdesenvolvimento

Celso Furtado and Darcy Ribeiro in comparative perspective: a diagnosis on the underdevelopment

Celso Furtado y Darcy Ribeiro en perspectiva comparada: un diagnóstico del subdesarrollo

Rafael Gomes Nogueira Pereira'
Orcid: 0000-0003-4722-0425

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar, em perspectiva comparada, o pensamento de Celso Furtado e de Darcy Ribeiro a partir do papel que o progresso tecnológico desempenhou em suas teorias acerca do subdesenvolvimento latino-americano. Para isso, consideramos, por parte do primeiro autor, as obras *Formação Econômica do Brasil* e *Um projeto para o Brasil*, e, no caso do segundo, *O Povo Brasileiro* e *O Processo Civilizatório*. Tal escolha se justifica por ser nestes respectivos textos que acreditamos ser possível localizar de forma mais precisa o papel da tecnologia no desenvolvimento societário.

Palavras-Chave: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Tecnologia.

Abstract

This paper aims to analyze, in a comparative perspective, the thoughts of Celso Furtado and Darcy Ribeiro, based on the role played by technological progress in their theories on Latin American underdevelopment. To this end, we considered the works *Formação Econômica do Brasil* and *Um projeto para o Brasil*, written by Furtado, and Ribeiro's *O Povo Brasileiro* and *O Processo Civilizatório*. These are the texts where we believe it is possible to identify more precisely the role of technology in societal development for both authors.

Keywords: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Technology

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar, en una perspectiva comparada, el pensamiento de Celso Furtado y Darcy Ribeiro a partir del papel que jugó el progreso tecnológico en sus teorías sobre el subdesarrollo latinoamericano. Para ello, consideramos, por parte del primer autor, las obras *Formação Econômica do Brasil* y *Um Projeto para o Brasil*, y, en el caso del segundo autor, *O Povo Brasileiro* y *O Processo Civilizatório*. Esto se debe a que es en estos respectivos textos que creemos que es posible ubicar con mayor precisión el papel de la tecnología en el desarrollo de la sociedad.

Resumen: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Tecnología

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e bolsista CNPq. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Pensamento Social Latino-americano do Diretório do CNPq, integrando a linha "Pensamento e Teoria Social". E-mail: rafaelgnp@gmail.com. Agradecemos aos pareceristas pelos valiosos comentários que auxiliaram no desenvolvimento da argumentação apresentada.

1. Introdução

O presente ensaio tem por objetivo estabelecer uma comparação entre as análises de Darcy Ribeiro e de Celso Furtado a partir da função desempenhada pelo progresso tecnológico no diagnóstico do subdesenvolvimento. Para tanto, serão consideradas as sínteses explicativas de ambos os autores sobre o atraso econômico latino-americano partindo do cenário das navegações ultramarinas europeias e do processo de colonização ibérica. Assim, retomaremos a narrativa de Furtado e Ribeiro acerca da chegada dos europeus e as consequências que ela desencadeou no desenvolvimento econômico devido às limitações no campo tecnológico desencadeadas pelo choque entre distintas formas sociais no decorrer do século XVI.

De início, recorreremos às seguintes obras: *Formação Econômica do Brasil* (2003) e *A Fantasia Organizada* (1985), de Furtado. Por sua vez, *O Povo Brasileiro* (2015) e *O Processo Civilizatório* (2000), de Ribeiro. Comparativamente, intentamos analisar como o fator tecnológico influenciou decisivamente a explicação de ambos sobre o quadro de formação do atraso econômico brasileiro e latino-americano. No caso do economista, analisaremos como a colonização ibérica retardou o acúmulo primitivo de capital e toda transformação nas bases produtivas e nas relações sociais de produção, condicionando a formação de um Brasil marcado pelo sentido exógeno de sua existência. No caso do antropólogo, concentraremos nossa análise na ideia de Revolução Tecnológica articulada com o processo de Atualização

Histórica como elemento explicativo da formação brasileira e latino-americana.

Em relação à estrutura, este ensaio foi dividido em três partes principais. Na primeira seção, nos concentramos no pensamento de Furtado a partir das duas obras supracitadas. De início, localizaremos seu quadro explicativo sobre a colonização ibérica e as travas desenvolvidas por essa causalidade histórica ao longo dos séculos. Veremos que, a partir da Revolução Industrial, o sentido exógeno da colonização serviu como limitação no acúmulo de capital e no avanço das bases produtivas.

Já na segunda parte, exploraremos a perspectiva de Darcy Ribeiro a partir da concepção de Revolução Tecnológica e seus desdobramentos na formação da brasilidade e da América Latina, e suas consequências para nosso atraso econômico e social.

Já na última parte deste texto, como forma de conclusão, propomos uma breve comparação com o intuito de estipular linhas convergentes entre ambos os autores a partir da concepção de progresso tecnológico. De antemão, informamos ao leitor que nosso ensaio se concentrou em um recorte bem delimitado dos autores apresentados. Isso, pois, para além dos limites espaciais do texto, a complexidade do pensamento de ambos nos impossibilitou, por vezes, de tratarmos pontos específicos de uma forma mais detalhada e que apreendesse o real movimento do pensamento de Furtado e de Ribeiro.

Além disso, os conceitos e as categorias apresentados foram retirados diretamente das fontes aqui levantadas e mantidos em sua originalidade para maior precisão argumen-

tativa. Ao leitor interessado, as indicações constam na última parte do ensaio, destinada às referências bibliográficas.

2. Celso Furtado e as bases do subdesenvolvimento latino-americano

Cabe a nós observar o que Celso Furtado registrou na introdução de sua obra *Formação Econômica do Brasil*:

o presente livro pretende ser tão somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo, em 1958, o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para pessoas - cujo número cresce dia a dia - desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. (FURTADO, 2003, p. 7)

Na abertura do texto, podemos localizar o núcleo que orientou o edifício intelectual do autor: a tentativa de compreender as raízes do subdesenvolvimento brasileiro a partir da análise econômica. Apesar de ter sido a obra que marcou toda uma geração de cientistas sociais e economistas, suas bases remontam a um período mais longínquo, e já estavam presentes na ocasião em que Furtado defendeu sua tese de doutora-

mento, *L'Économie Coloniale Brésilienne*, em 1948². Aquilo que viria a compor os alicerces da obra de 1957 já estava em vias de elaboração naquele ano, ocasião em que o autor desfrutou do ambiente intelectual da Universidade de Paris e recebeu menção *très bien* sob a orientação de Maurice Byé, bem como desenvolveu seu amadurecimento intelectual a partir de sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL -, em 1949³. Ou seja, é nesse movimento histórico que vai de Paris até Santiago, no Chile, que podemos encontrar os eixos da interpretação furtadiana acerca do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, que foram se desdobrando ao longo das décadas seguintes e acabaram por serem sistematizados, ao menos em alguns de seus aspectos, na escrita de *Formação Econômica do Brasil*.

Cientes disso, analisaremos, a partir de então, como a explicação do autor sobre o subdesenvolvimento latino-americano se organizou em torno de dois pilares: primeiramente, sua concepção está diametralmente vinculada ao progresso técnico e à necessidade de avanço nas bases produtivas que acompanhassem o desenvolvimento dos modos produtivos. Em um segundo momento, sua teoria do subdesenvolvimento partia de uma perspectiva em que as estruturas social e econômica caminhavam juntas.

2 Cabe ressaltar que, no campo bibliográfico, muitos trabalhos sobre a periodização das obras de Furtado já foram produzidos. Nosso intuito neste ensaio não é considerar as variações e as modificações em seu pensamento a partir da escrita de suas obras, mas considerar o papel do progresso técnico nas formulações acerca do subdesenvolvimento. Sugerimos para o leitor interessado que recorra ao trabalho de Bruno Borja (2013) para uma análise mais detalhada da produção intelectual furtadiana.

3 As informações de caráter biográficas apresentados neste trabalho foram fundamentadas na obra de Celso Furtado (1985), *A Fantasia Organizada*. Para evitar repetições, todas as indicações a seguir sobre a trajetória intelectual do autor foram baseadas nesse texto.

A fim de iniciar o aprofundamento de nossas reflexões, tomemos as palavras do autor:

regressei a Santiago com abundante material sobre o Brasil. Fora tomado da obsessão de estudar a economia de nosso país, de deslindar as causas de seu singular atraso. Essas causas teriam de ser desentranhadas da história, das peculiaridades do processo formativo do país. Não adianta comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”. Havia que abarcar a realidade complexa com a imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico. (FURTADO, 1985, p. 67)

Salta aos olhos do leitor a pretensão de Furtado em compreender o atraso da realidade brasileira a partir de uma análise histórica. Como ressaltou Alexandre de Freitas Barbosa (2010, p. 150), “a capacidade de se renovar, sem olvidar das suas incursões do passado, é a característica que sobressai no Furtado de *Formação econômica do Brasil* e em toda sua obra subsequente”, pois a densa análise documental esteve sempre atrelada a uma rigorosa sistematização analítica mediada pela composição de tipos ideais⁴. De todo modo, foi a partir dessa perspectiva histórica, densamente presente em sua tese de doutoramento, que Furtado estabeleceu uma ponte entre o contexto de sua produção intelectual e o passado brasileiro.

Durante seu curso de Economia na Universidade de Sorbonne, e ao longo da

redação do livro de 1959, o Brasil enfrentou profundas transformações econômicas sob o ímpeto modernizador desencadeado desde o governo de Getúlio Vargas, mas que, de uma forma ou de outra, parecem nunca transformar a realidade brasileira por completo, sensação que se agravou com o Golpe Militar de 1964, demonstrando, mais uma vez, que o Brasil parecia estar em descompasso com o restante do mundo capitalista. Para Furtado, mesmo com o aumento da produtividade e com a industrialização de certos setores da economia, ainda existiam obstáculos que impediam o Brasil de avançar de forma regular e profunda. Mesmo com o progresso de determinados setores, mudanças estruturais no campo das relações sociais ainda permaneciam de igual modo, como se os séculos passados estivessem por penetrar o presente. Isso desencadeava o seguinte quadro:

a situação do Brasil assemelhava-se à do Chile, tanto porque estava entre os países mais duramente golpeados pela grande depressão dos anos 30, como pelo papel que vinha assumindo o Estado no processo de industrialização. Mas o excedente gerado pelo comércio exterior brasileiro era relativamente menor de mais difícil captação pelo Estado. Daí que o governo do Brasil não haja sido impelido a definir uma política clara de industrialização. (FURTADO, 1985, p. 105)

A industrialização do Brasil se deu de forma descontínua e insuficiente para estabelecer bases produtivas plenamente

4 Barbosa (2010) também chamou a atenção para a forte influência da sociologia weberiana em Celso Furtado a partir da elaboração de tipos ideais para a compreensão de fenômenos econômicos.

capitalistas. A questão para Furtado estava em desvendar quais os motivos que impediram um desenvolvimento econômico tão heterogêneo e que, por vezes, parecia não romper com estruturas econômicas de nosso passado. Eis o ponto central: por que mesmo com a onda de modernização desencadeada no cenário varguista – *vide*, por exemplo, o complexo Siderúrgico de Volta Redonda e a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (FURTADO, 1985, p. 105-106) –, ainda assim determinados aspectos arcaizantes poderiam ser identificados no campo das relações de trabalho? Como forma de responder a essa questão, assim como outrora fizera em sua tese de doutoramento, Furtado retorna a nosso passado colonial para ir em busca dos entraves do desenvolvimento e suas possíveis soluções.

Tal síntese explicativa gerou como produto intelectual a obra *Formação Econômica do Brasil*. Já na abertura do primeiro capítulo, podemos identificar que as limitações de nosso desenvolvimento estavam associadas aos distintos padrões de colonização e seus respectivos modelos econômicos. “A ocupação econômica das terras americanas constituiu um episódio da expansão comercial da Europa”, que, a começar pelas potências Ibéricas, buscaram nas novas rotas orientais e na América a expansão de seu comércio que, desde o século XI, vinha em pleno crescimento e era acompanhado de uma profunda ampliação demográfica (FURTADO, 2003, p. 14).

A apropriação das terras americanas foi sendo sistematizada ao longo do século XVI, com atenção especial a Portugal e à

sua produção açucareira ao largo das Ilhas do Atlântico. Se em um primeiro momento a colonização da América foi posta em segundo plano, a partir do ponto em que a alta lucratividade dos gêneros tropicais foi percebida, houve a corrida para o êxito da demarcação territorial. Foi a partir daí que Furtado encontrou as primeiras bases da formação brasileira, identificando no empreendimento açucareiro português o início sistemático do território que viria a ser o Brasil e o ponto inicial de um desenvolvimento econômico marcado pela exportação de produtos primários. “A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos”, ressaltou Furtado (2003, p. 16), comportando-se como um eixo comercial de fundamental importância para a acumulação de capital por parte dos lusitanos.

Podemos perceber que o ponto central estava na absorção de recursos que contribuíram para a acumulação de riquezas por parte da metrópole colonizadora, e que com o passar dos séculos transformaram-se em um empreendimento rigoroso e articulado a partir dos engenhos açucareiros no litoral nordestino. No tocante à colonização portuguesa, Furtado (2003, p. 20) ressaltou o êxito do empreendimento colonial agrícola e, como isso, contribuiu diretamente para a efetivação e a expansão da atividade portuguesa na América. Chamamos a atenção do leitor para o seguinte aspecto do argumento furtadiano: não houve, durante os séculos iniciais da colonização, processos econômicos pouco lucrativos ou débeis em sua lógica organizacional; ao contrário, “os magníficos resulta-

dos financeiros da colonização agrícola do Brasil abriram perspectivas atraentes à utilização econômica das novas terras” e os diferenciava das colônias espanholas que se concentraram na exploração de minérios preciosos (FURTADO, 2003, p. 19-20). Se assim o foi, como a alta produção de riquezas no período colonial, desaguou em uma formação nacional com baixo dinamismo econômico? Indícios de uma possível resposta, podem ser encontrados na seguinte passagem:

a unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. (FURTADO, 2003, p. 59)

O empreendimento colonial foi altamente lucrativo e capaz de se refazer sempre em direção à conservação de sua estrutura. A partir da colonização portuguesa, uma deficiência estrutural foi se desenrolando, tendo como característica principal um profundo nível de dependência da metrópole. Destarte, o padrão organizacional lusitano condicionou a evolução de um sistema comercial interno, sendo a colônia marcada por profundos desajustes e incapaz de promover a acumulação

de capital necessária para avançar aos próximos estágios da economia global.

Do ponto de vista histórico, a chegada dos ibéricos à América garantiu, por parte dos primeiros, uma abundância de recursos que foram utilizados no avanço técnico e no progresso de bases econômicas rumo aos primórdios da industrialização⁵. Em contrapartida, as colônias absorveram toda uma lógica comercial que permitiu um avanço apenas no setor de exportações, impedindo a possibilidade de acúmulo de capital e, por sua vez, impossibilitando o progresso tecnológico necessário para o avanço nos estágios do desenvolvimento econômico.

Devido à falta de capital para investimento tecnológico, a mundialização da economia, promovida pelo avanço colonizador no século XVI, constituiu um quadro global de desigualdades alarmantes no avanço técnico e, por consequência, estabeleceu uma divisão do trabalho sistematizada em torno da promoção do desenvolvimento tecnológico. Enquanto a metrópole angariou riquezas que promoveram transformações profundas em suas bases materiais, a colônia foi sendo historicamente condicionada a um movimento exógeno de sua economia.

Observemos de forma mais atenta como Furtado ilustrou esse quadro em *Formação Econômica do Brasil*:

o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve,

5 Celso Furtado (1985, p. 144) localizou o momento decisivo da industrialização brasileira no cenário da chamada Era Vargas, principalmente o período compreendido na década de 1950. Sobre isso, disse o autor, “o período compreendido entre 1950 e 1954, que incluiu os três anos do segundo Governo Vargas, será decisivo para dotar de bases sólidas a industrialização do Brasil, a qual estará plenamente consolidada dez anos depois, quando os militares se apossam do controle do Estado”.

no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiram pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico. Cabe deduzir, portanto, que os capitais foram importantes. Mas o que se importava, na etapa inicial, eram os equipamentos e a mão-de-obra [sic] europeia especializada. (FURTADO, 2003, p. 53)

E, mais adiante, o autor complementa,

a natureza puramente contábil do fluxo de renda, no setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamiento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamiento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição de produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que o nível da técnica já alcançado lhe permite. (FURTADO, 2003, p. 56)

Comparando ambos os trechos, podemos perceber que a colonização ibérica desencadeou formações irregulares de acumulação de capital a partir da relação entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Como consequência, houve, a partir dessas diferenças, a formação de dois polos com papéis distintos, porém integrados e uma

mesma lógica produtiva: de um lado, a organização de uma metrópole como centro de acumulação e avanço tecnológico; do outro, as colônias como elementos periféricos destinadas a um baixo desenvolvimento técnico e um intenso processo de deterioração na produção de capitais⁶.

A organização da produção econômica, que a partir da expansão ultramarina europeia passou a se comportar como um grande mercado mundial, levou à composição de discrepâncias profundas mediadas pelas diferenças oriundas da acumulação inicial de recursos e do progresso técnico como consequência das transformações nas bases produtivas. Isso, pois tivemos um tipo de colonização marcada pela exploração de elementos naturais concentrada na exportação de gêneros primários, o que desencadeou a formação de uma colônia integrada à metrópole como um eixo secundário na formação de um capitalismo colonial que favoreceu o desenvolvimento ibérico e edificou a sua colônia com um alto grau de dependência exógena. Como lembrou Alanna Santos Pimenta (2013, p. 23), o economista brasileiro demonstrou na obra

que o processo de desenvolvimento nas economias europeias ocorre em um mesmo período em que as estruturas periféricas são predominantemente pré-capitalistas e desempenham um papel de

6 Em outra instigante passagem, Furtado (1968, p. 32) nos apresentou um ponto que serve de complemento a nossa argumentação: “o problema que se nos apresenta é o de identificar as consequências da implantação dessa forma de organização da produção no contexto de uma estrutura subdesenvolvida como a da economia brasileira. Em face de um grande excedente estrutural de mão-de-obra [sic], os salários tendem necessariamente a fixar-se a níveis relativamente baixos (relativamente à tecnologia utilizada, mesmo tidas em conta as possíveis deseconomias externas) e, mais importante ainda, podem permanecer a esse nível qualquer que seja o incremento da produtividade”.

sustentáculo do processo de acumulação de capital dos países centrais, há uma impossibilidade de que as modificações econômicas e sociais ocorridas nestes se produzem da mesma forma naquelas economias.

A diferença entre metrópole (centro) e colônia (periferia) – eixo da teoria do subdesenvolvimento de Furtado –, tinha como distinção o processo de acumulação de capital e os respectivos progressos tecnológicos responsáveis pelas transformações dos sistemas econômicos. Dessa forma, “as grandes dificuldades do desenvolvimento se encontrariam aos níveis mais baixos de produtividade, quando a simples sobrevivência absorve toda produção”, bem como a constituição de um condicionamento histórico em que o impulso de desenvolvimento se sustentou sempre por tecnologias absorvidas de fora para dentro (FURTADO, 1985, p. 150).

O subdesenvolvimento brasileiro foi explicado por Furtado a partir de um sistema organizado que tomou a colônia como fonte de matéria-prima, estimulando uma evolução histórica que nos condenou a um baixo grau de avanço técnico e nos colocou na condição periférica, que se iniciou com o capitalismo mercantil-comercial e se intensificou com o advento da Revolução Industrial no século XVIII.

A partir daqui, relacionamos a perspectiva de Bernardo Ricupero (2005) e de Roberto Pereira da Silva (2015) a fim de

estabelecer a seguinte síntese explicativa do pensamento furtadiano: a raiz do subdesenvolvimento brasileiro estava nas ínfimas taxas de capitalização associadas a um reduzido padrão de produtividade desencadeado pela ausência da evolução das técnicas produtivas. Como o sentido da colonização⁷ brasileira sempre esteve voltado para o exterior – que, como veremos, raciocínio semelhante estava presente em Darcy Ribeiro –, as metrópoles europeias se tornaram o centro da economia à medida que elas são as “que criam e exportam tecnologia”, bem como condicionam as periferias coloniais a “um processo de absorção dessa tecnologia” e dificultam o acesso dessas últimas às inovações técnicas (FURTADO, 1985, p. 78).

Assim, Furtado (1985, p. 79) identificou, então, uma propagação lenta e irregular do progresso técnico, de modo a serem essas transformações na tecnologia produtiva as responsáveis pelas modificações estruturais. Vejamos como o próprio autor apresentou seu argumento:

a propagação do progresso técnico provoca modificações estruturais nos países periféricos, como a redução do emprego nas atividades primárias. Quanto maior a proporção de população ativa nessas atividades (e essa proporção é muito grande nas economias periféricas), maior será a libertação de mão-de-obra [*sic*] provocada pela penetração do progresso técnico. (FURTADO, 1985, p. 78)

7 “Sentido da colonização” remete ao desenvolvimento das teses de Caio Prado Jr. e seus sistemáticos estudos sobre a formação do período colonial brasileiro. Como nos lembra Silva (2015, p. 298), “é bastante discutida, na bibliografia, a influência de Caio Prado Júnior sobre Celso Furtado, sobretudo nos livros *Economia Colonial no Brasil no século XVI e XVII* e *Formação econômica do Brasil*”. Portanto, retomamos a expressão pradiana pensando na relação entre os dois historiadores-economistas.

É na produção e na absorção do progresso técnico que podemos localizar a explicação furtadiana sobre o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Sobretudo no mundo moderno, como indicado por Silva (2015, p. 43), a centralidade da tecnologia na economia gera uma simbiose entre o político e o econômico, bem como se torna responsável pelo desenvolvimento das relações sociais e das dinâmicas de sociabilidade.

Aquilo que se inicia com as navegações ultramarinas, com as potências peninsulares se desdobrou em uma ampliação da racionalidade de caráter instrumental por diversas partes do mundo. Como os empreendimentos açucareiros movidos pela escravidão destinavam suas riquezas para o exterior, a colonização estabeleceu uma economia incapaz de dinamizar-se e altamente vinculada ao setor externo (SILVA, 2015, p. 185). Por isso que, ao longo de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2003, p. 73) conceitua a economia colonial de “escravocrata-exportadora”, demonstrando sua tendência em ser um eixo sempre alocado de fora para dentro. Naquilo que concerne o subdesenvolvimento, sua raiz pode ser encontrada no baixo grau de desenvolvimento tecnológico e na impossibilidade de avanço nas estruturas produtivas nas redes de sociabilidade.

Encontramos, em uma outra passagem, a reafirmação do argumento furtadiano:

o primeiro desses fatores é o progresso tecnológico, o qual permite aumentar a produtividade física dos fatores utilizados. O segundo traduz uma modificação estrutural decorrente de transformações no perfil da demanda. Exemplo da ação do primeiro fator é o avanço da produtividade industrial resultante da simples substituição dos equipamentos amortizados por outros mais eficazes, isto é, capazes de poupar matérias-primas ou mão-de-obra [*sic*] por unidade de produtos. (FURTADO, 1968, p. 20-21)

Além do elemento tecnológico, podemos perceber que o mecanismo explicativo de Furtado recorre a uma dialética⁸ entre técnicas produtivas e estruturas. Ou seja, uma estava diametralmente vinculada à outra em uma dinâmica de autodeterminação.

Isso levou o economista brasileiro perceber que as transformações produtivas nos países subdesenvolvidos estavam inscritas em uma perspectiva reflexa, condicionada pela exportação tecnológica dos polos centrais (FURTADO, 1968, p. 245). Esses fenômenos, que haviam se iniciado nos idos da colonização, se intensificaram ainda mais com o advento da Revolução Industrial e com as modificações na lógica capitalista por ela desencadeada.

Como veremos mais adiante, isso pressupõe, sobretudo, a existência de uma racionalidade já presente no século XVI,

8 O conceito de “dialético” nos remete à profunda influência que Marx e sua obra *O Capital* exerceram em Celso Furtado nos anos de seu doutoramento em Paris. Isso é destacado por Ricupero (2005) e Silva (2015), que identificaram, de forma detalhada, as matrizes intelectuais de Furtado, indo do marxismo, passando pelo positivismo e pela Sociologia norte-americana.

que fazia da natureza um campo de fornecimento para o progresso material, e esse é o ponto inicial de uma acumulação primitiva que desaguou na produção industrial. Antes disso, apresentaremos o diagnóstico de Darcy Ribeiro sobre o subdesenvolvimento.

3. A América Latina e o subdesenvolvimento no pensamento de Darcy Ribeiro

Para compreender a formação da América Latina e encontrar as raízes de nosso atraso, Darcy Ribeiro tomou como mote o evolucionismo sociocultural e formulou um quadro conceitual, tomando-nos como referência histórica e como ponto de partida de nossas formulações. Ressaltamos: a matriz evolucionista de Darcy Ribeiro foi baseada em um processo de reelaboração teórica que buscou combater o eurocentrismo presente nas formulações de alguns intelectuais no século XIX.

A pretensão do autor era constituir uma teoria explicativa de largo alcance que conseguisse descrever as principais etapas evolutivas que cada grupo societário percorreu até o estágio atual, mas que combustasse a perspectiva unilinear que tomava como modelo o desenvolvimento histórico europeu. Ao fazê-lo, tentou se distanciar de uma perspectiva enclausurada em um referencial abstrato e idealizado pelos europeus, como Spencer e Taylor. Dessa forma, seria possível questionar um determinado padrão civilizatório que tornava uma impossibilidade pensar a América Latina como uma formação histórico-cultural efetivamente moderna.

Para isso, adotou uma perspectiva ampla e “não-cêntrica”,

isso porque nos deram uma perspectiva não-cêntrica de análise das causas da desigualdade de desenvolvimento, e também porque forneceram uma extraordinária base factual. Aquela perspectiva nos permitiu criticar o eurocentrismo das teorias correntes sobre a evolução cultural; essa base factual representada pela copiosa bibliografia americanista de fontes primárias e por nossa própria experiência no estudo antropológico de sociedades tribais e nacionais –, proporcionando-nos um conhecimento acurado de sociedades que exemplificam quase todas as etapas da evolução e quase todas as situações de conjunção de povos, nos permitiu reexaminar a teoria evolucionista com maior amplitude de visão. (RIBEIRO, 2000, p. III)

Levantando fontes bibliográficas das mais diversas, Darcy Ribeiro constatou o seguinte aspecto: o processo de evolução sociocultural estava condicionado ao acúmulo tecnológico feito pelas formas societárias ao longo de seu processo histórico. Isso é por ele formulado “com base nas contribuições mais recentes da arqueologia, da etnologia e da história, que permita situar qualquer sociedade, extinta ou atual, dentro do continuum do desenvolvimento sociocultural” (MATTOS, 2007, p. 220), de modo a identificar, nas intensas transformações dos recursos técnicos, o motor evolutivo das formas civilizacionais. Se assim o for, a diferença evolutiva entre distintos grupos sociais estava

no processo por ele intitulado de Revolução Tecnológica:

empregamos o conceito de Revolução Tecnológica para indicar que certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem a alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do continuum da evolução sociocultural. Dentro dessa concepção, supomos que o desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou a propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder à emergência de novas formações socioculturais. (RIBEIRO, 2000, p. 20)

Eram as alterações qualitativas das ferramentas e dos instrumentos técnicos que mudavam o modo de ser de cada formação social. Partindo desse princípio, Darcy Ribeiro⁹ pensou o desenvolvimento evolutivo humano a partir de uma abertura que permitia a coexistência de sociedades em fases distintas. O que determinava, então, a distinção entre as formas sociais eram suas respectivas capacidades de acúmulo tecnológico que se davam por duas formas: aceleração evolutiva e atualização histórica.

No caso da primeira, tínhamos um processo de incorporação tecnológica desenca-

deada por fatores internos e endógenos; já na segunda, uma transformação de caráter técnico a partir de elementos externos e exógenos, e cada processo desencadeava um tipo de formação sociocultural que determinava um padrão organizativo no curso histórico. Se por

aceleração evolutiva, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reforma suas instituições sociais no sentido de transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. (RIBEIRO, 2000, p. 27)

No caso da atualização histórica, tínhamos os “procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica” (RIBEIRO, 2000, p. 27).

Eis o ponto central: o processo de evolução sociocultural não poderia ser compreendido como um movimento unilinear, pois as revoluções tecnológicas¹⁰ se dão de distintas formas em distintas épocas, não se restringindo apenas a um único centro. Dessa forma, no mesmo plano histórico poderiam coexistir formas sociais em diferentes graus evolutivos. Se a possibilidade de existência sincrônica de sociedades em graus evolutivos distintos estava aberta, o ponto central estava

9 As informações biográficas de Darcy Ribeiro foram retiradas de sua obra *Confissões*, de 2002.

10 Destacamos, também, que em *O Processo Civilizatório* (RIBEIRO, 2000, p. 36), o autor compôs um esquema classificatório das diversas revoluções tecnológicas que ele havia identificado ao longo do curso histórico. Para os propósitos deste ensaio, chamamos a atenção para a Revolução Mercantil e a formação dos Impérios Salvacionistas, isso em decorrência do tal processo que se referia, no caso europeu, às potências ibéricas.

na interação entre elas. Para isso, retomamos o argumento de André Lopes Mattos:

do plano analítico, Darcy ressalta a ênfase na análise sincrônica que, a despeito de considerar a existência de uma progressão histórica, não permite a esses estudos explicar a natureza de tais progressões e tampouco a causa da transposição do arcaico ao moderno. Isto, porque, para tanto, a sociologia acadêmica prescindiria de um esquema explicado de alto alcance de uma teoria geral da evolução das sociedades humanas, jamais formuladas explicitamente. (MATTOS, 2007, p. 224)

As interações sociais se davam de forma dialética. De um lado, as formas intituladas por Darcy Ribeiro de “arcaicas” se referiam aos grupos que estavam em situação inferior em acúmulo tecnológico, do outro, sociedades “avançadas” que tinham, de forma pioneira, realizado saltos tecnológicos, e que por isso conseguiram expandir seus territórios e conquistar novas regiões. Adiantamos um argumento que mais adiante retornará: a América Latina foi fruto do encontro entre um polo arcaico, representado pelas etnias indígenas, e por um polo avançado, representado pelas potências ibéricas.

Todavia, se nos atentarmos bem à argumentação de Darcy Ribeiro, podemos

perceber que, para além do evolucionismo sociocultural, houve em suas letras uma forte interpelação do marxismo. Primeiro, não podemos nos esquecer dos anos em que o autor participou ativamente do Partido Comunista Brasileiro, se dedicando a uma densa bibliografia marxista e à convivência de nomes, àquela altura já notabilizados, de uma intelectualidade à esquerda, como, por exemplo, Caio Prado Júnior¹¹. Sobretudo, o contato com uma nova bibliografia fornecida pelo PCB levou Darcy Ribeiro a retomar de uma obra que lera em 1942, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels.

Friedrich Engels publicou em 1884 uma reelaboração do esquema de Morgan, à luz da concepção marxista das formações econômico-sociais, definidas como tipos históricos de sociedades caracterizadas pela combinação de um modo de produção (tecnologia + divisão do trabalho) com uma forma determinada de organização social e com um corpo particular de concepções ideológicas. (RIBEIRO, 2000, p. 3)

Ao reelaborar o esquema evolucionista de Morgan, Engels forneceu a Darcy Ribeiro uma chave de leitura que, mediada por obras diretas do próprio Marx¹², tornaram possíveis que “dentro de um mesmo processo civilizatório” nem todas as formas sociais “percorreriam, necessariamente, as mesmas

11 Em sua dissertação de mestrado, Demetrius Ávila (2019, p. 27) nos chamou à atenção a relação entre Darcy Ribeiro e Caio Prado Jr.: “mais tarde, com a redemocratização do país repercutindo na legalização do partido, Ribeiro vem trabalhar na campanha de Caio Prado Júnior a deputado estadual”. Além disso, na mesma página, Ávila ressaltou que “o contato com intelectuais ligados ao PCB, como Caio Prado, fez desenvolver um ‘marxismo larvar’ no estudante de ciências sociais [...]” (grifos do autor).

12 Das obras de Marx lidas por Darcy Ribeiro, Ávila (2019, p. 51-52) destacou sobre os Grundrisse, que “tiveram por efeito em Ribeiro desabsolutizar o pressuposto da unilinearidade da evolução das sociedades, emprestado de Morgan e Engels”.

etapas para chegar à sua forma presente” (ÁVILA, 2019, p. 52). Mais do que isso, as novas formações socioculturais são produtos do contato dialético entre formas sociais pré-teritas e em graus evolutivos distintos. Darcy Ribeiro tentou demonstrar que:

[...] o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que certos avanços nessa linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical que permitem distingui-las como etapas ou fase da evolução sociocultural; de que essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniforme, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura, que designamos como formações socioculturais. (RIBEIRO, 2000, p. 11)

As alterações tecnológicas que imputavam mudanças de caráter qualitativo nas formações socioculturais se davam de diferentes maneiras no desenrolar do processo histórico. Exatamente por isso, Darcy Ribeiro formulou os conceitos de aceleração evolutiva e atualização histórica: ambos serviam como ferramentas analíticas para a compreensão das sucessivas revoluções tecnológicas e seus desdobramentos, a partir de suas respectivas particularidades. Portanto, o processo de evolução sociocultural não deveria ser compreendido como uma

sucessão de etapas e fases sobrepostas, mas como um conjunto de transformações que se davam a partir do contato entre formas sociais mais avançadas – aquelas que haviam pioneiramente adquirido novas ferramentas técnicas –, e as atrasadas, – sendo essas as formações que haviam tardado na absorção dos novos inventos tecnológicos.

O esforço analítico do autor consistiu em “correlacionar as revoluções tecnológicas com as formações socioculturais”, tomando os avanços técnicos a partir de sua propagação “sobre os diversos contextos socioculturais e sua aplicação a diferentes setores produtivos” (RIBEIRO, 2000, p. 21). Justamente aqui, Darcy Ribeiro encontra a explicação histórica para a formação da América Latina. A partir do século XV, o contato dos ibéricos com o continente americano desencadeou um processo de atualização histórica, pois colocou em contato duas formações socioculturais distanciadas no panorama evolutivo.

Com isso, podemos localizar a explicação darcyniana sobre o subdesenvolvimento latino-americano e nossa dinâmica formativa ao largo da colonização. No próximo tópico, estabeleceremos uma breve comparação entre ambos os autores para, então, concluir este ensaio.

4. Um breve esboço comparativo a partir do progresso tecnológico

Após as apresentações das sínteses explicativas de nossos autores, desejamos estabelecer dois pontos de comparação para encerramos este ensaio. Primeiramente,

podemos notar que, para ambos, o problema do desenvolvimento econômico brasileiro estava centrado no elemento tecnológico. Isso, pois o avanço nas técnicas produtivas era, por excelência, o elemento definidor das sucessivas transformações nas bases produtivas. Se o ponto central era o progresso tecnológico, cabia a ambos estabelecer uma narrativa que retomasse elementos de nosso passado colonial e nos integrasse ao processo de expansão marítima europeia¹³.

Recorrendo ao que foi posto por Rubem Murilo Rêgo (1998, p. 84), temos em *Formação Econômica do Brasil* e em *O Povo Brasileiro* uma análise abrangente do período colonial, bem como uma densa análise da “forma paradoxal e contraditória” de como a acumulação de capital foi determinante para desenvolver “condicionantes estruturais que se expressam na conformação de uma industrialização desarticulada, inorgânica, dispersa e marcada pela convivência com um débil e seletivo mercado interno” (RÊGO, 1998, p. 84).

Vejamos como isso se expressou, respectivamente, em Furtado e Ribeiro:

na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam nas economias industrializadas nos períodos de

depressão e recuperação que sucediam a crise. (FURTADO, 2003, p. 173-174)

Não se trata, como se vê, de um desdobramento autônomo, produzido a partir da etapa evolutiva em que viviam os indígenas (revolução agrícola) e do tipo de formação com que se estruturavam (aldeias agrícolas indiferenciadas, isto é, não estratificadas em classe). Trata-se, isto sim, da ruptura e transfiguração destas, por via da atualização histórica promovida por uma mercantil-salvacionista portuguesa. (RIBEIRO, 2015, p. 204)

O passado colonial condicionou o presente brasileiro a partir de uma perspectiva causal que barrou nosso desenvolvimento autônomo e nos impediu de galgar os degraus necessários para um pleno desenvolvimento industrial capitalista. É curioso perceber que, para ambos, o passado colonial comprometeu o acúmulo de capital necessário para que o progresso técnico pudesse dinamizar as dinâmicas produtivas e as relações sociais de produção. Nota-se que ao recorrerem ao passado colonial brasileiro, a expansão marítima portuguesa cumpre um papel definidor nas relações causais de nosso processo histórico, na medida em que ela se tornou a trava de um processo interno de apropriação de riquezas e condicionou um desenvolvimento histórico marcado pela assimetria.

Destarte, ambos os autores promoveram reflexões associadas ao processo de modernização brasileira que se desenrolou ao

longo do século XX. De fato, a modernidade brasileira foi marcada, nas letras de Furtado e Ribeiro, por um processo reflexivo e parcial, o que permitiu a mescla de elementos arcaicos, associados ao nosso passado colonial, e modernos, associados ao desenvolvimento capitalista. A modernização brasileira fez da nação uma mescla de elementos arcaicos e modernos, criando uma forma social antes nunca vista.

Todas as discrepâncias e as contradições latino-americanas foram explicadas por sua formação histórica em que, ao cumprir o papel de provedora de riquezas e de mão de obra, se tornou uma feitoria lucrativa, que sustentava o capitalismo mercantil e as pretensões colonizadoras. Fruto disso foi a criação de uma América moderna, com suas peculiaridades estruturais.

Para Darcy Ribeiro e Celso Furtado, a modernidade latino-americana deveria ser pensada em seus próprios termos, formulando concepções teóricas que permitissem uma intervenção prática na realidade do século XX, o que nos leva a um segundo ponto de comparação: o economista e o antropólogo, cada qual a seu modo, pressupunham a necessidade de interferência prática na realidade que se apresentava, pois de nada adiantava o diagnóstico de nossos dilemas pretéritos e das causas do subdesenvolvimento se não houvesse a possibilidade de interferência prática na realidade.

Nessa esteira argumentativa, podemos perceber que Furtado e Ribeiro articularam suas sínteses explicativas com base naquilo que Sérgio Tavolaro (2017) chamou de retratos hegemônicos da modernidade.

Isso possibilitaria uma crítica a contrapelo de nossos autores, na medida em que *Formação Econômica do Brasil* e *O Povo Brasileiro* se fundamentaram no padrão de modernização europeia posto pelo cânone sociológico. Mesmo que, por vez ou outra, o economista e o antropólogo tenham conseguido se esquivar de determinados motes do eurocentrismo e de visões unilineares da história, podemos encontrar elementos que se referem a uma experiência social deslocada no tempo e no espaço.

Por mais originais que tenham sido suas elaborações, ainda persistem ares de um descompasso frente a uma dinâmica interpretativa modelar dos processos de diferenciação social, secularização e na delimitação entre natureza e cultura que marcaram as narrativas sociológicas acerca da inserção social na época moderna.

Contudo, uma importante observação deve ser feita. Apesar de nosso ensaio enfocar a parte do progresso tecnológico em perspectiva comparada, tanto Celso Furtado quanto Darcy Ribeiro construíram seus próprios edifícios teóricos a partir da interlocução com diversas correntes de pensamento. Isso significa dizer que, no caso do primeiro autor, houve um afastamento de certas amarras de seu tempo impostas pelo marxismo, o que, ao fim e ao cabo, garantiu um distanciamento de uma linguagem puramente economicista. Já no caso do segundo, sua abordagem evolucionista caminhou para uma perspectiva histórica marcada por uma visão sobre as potencialidades multicêntricas dos países subdesenvolvidos ao longo de seu processo histórico.

Outro ponto em comum que podemos elencar é que ambos buscaram se distanciar de visões unilineares que marcaram época e que, portanto, demonstram a riqueza do pensamento dos autores e como suas abordagens foram muito mais complexas do que por vezes consideramos.

Referências:

ÁVILA, D. Darcy Ribeiro: **O Povo Brasileiro como última grande narrativa sobre o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Rio Grande do Sul, PUCRS, 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Formação Econômica do Brasil, Cinquenta Anos Depois. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 50, p. 145-162, 2010.

BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese (Doutorado em Economia Política). Rio de Janeiro, Instituto de Economia (UFRJ), 2013.

FURTADO, C. **A Fantasia Organizada**. São Paulo: Editora PAZ&TERRA, 1985.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MATTOS, A.L.L.B. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP, 2007.

PIMENTA, A. **Celso Furtado e sua compreensão do subdesenvolvimento: uma análise da evolução de seu pensamento**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Uberlândia, UFU, 2013.

REGO, R. Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil. **Revista USP**, (38), 78-87, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2015.

_____. **O Processo Civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, Publifolha, 2000.

RICUPERO, B. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 53, p. 371-377, 2005.

SILVA, R. **Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, USP, 2015.

TAVOLARO, S. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 17(3), 115- 141, 2017.

GRAMSCI, Antonio. Odeio os indiferentes: escritos de 1917. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Tarik Dias Hamdan¹
ORCID: 0000-0001-8662-396X

Publicado no Brasil em junho de 2020, o livro *Odeio os indiferentes* reúne textos inéditos do socialista italiano Antonio Gramsci lançados ao longo do ano de 1917. Conhecido como um dos maiores teóricos do marxismo, o livro procura democratizar o acesso ao seu pensamento de juventude. Diferentemente do Gramsci “maduro”, que foi militante do Partido Comunista Italiano, e teve seus escritos publicados nos “CADERNOS DO CÁRCERE”, a coletânea apresenta o “jovem” Gramsci enquanto militante do Partido Socialista Italiano responsável por publicar seus textos no jornal da organização. O livro apresenta 21 pequenos textos entre os 289 lançados pelo autor no ano de 1917, e dentre os publicados, dez deles são inéditos em português e foram traduzidos pelos professores doutores Alvaro Bianchi e Daniela Mussi. Bem como, a coletânea conta com uma apresentação feita pelos professores e nela introduzem o contexto em que a obra foi produzida, e explicitam o pensamento do autor na época.

A linha mestre da coletânea de textos é a crítica de Gramsci às teorias economicistas do marxismo e ao burocratismo da esquerda Italiana, em especial, do Partido Socialista.

Dessa maneira, influenciado pelas ideias do filósofo italiano Benedetto Croce, o autor acredita que é necessário renovar o marxismo, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, levando em consideração a eficácia da luta cultural coletiva e a necessidade de atrair a juventude para o partido.

Os primeiros artigos do ano de 1917 são marcados pela ênfase dada ao autor em rejeitar as teorias deterministas da ação que eram influentes no Partido Socialista Italiano. Assim, diferentemente do positivismo marxista, que previa a inevitabilidade da revolução socialista, Gramsci entendia que em países com ordens consolidadas, como Inglaterra, Alemanha e Itália, essa perspectiva não se coadunava com a realidade.

Para o autor, nesses lugares onde os Estados são legitimados por princípios morais, e, portanto, sua sustentação não se baseia na pura violência, a substituição de uma ordem moral por outra é mais difícil. Assim, nesse cenário, a luta cultural para produzir a vontade coletiva é de vital importância, sendo necessário que os socialistas sejam capazes de motivar máximas capazes de mobilizar a juventude e desestabilizar a ordem vigente. Assim propõe que o prin-

1 Tarik Dias Hamdan é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui bacharelado em Ciências Sociais (UFRJ) e mestrado em Sociologia pelo mesmo programa. É integrante do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA). Suas áreas de interesse são Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica. Atualmente, pesquisa sindicalismo e ação coletiva, tendo sua principal área de estudo o setor automotivo. Seu endereço de e-mail é hamdan.tarik@gmail.com

cípio que deve ser alcançado e nutrido é a “realização integral da própria personalidade humana” (GRAMSCI, 2020, p. 29).

É evidente que embora Gramsci não elabore teoricamente suas reflexões sobre a importância da luta cultural, suas obras de maturidade descreveram mais explicitamente essas ideias. Assim, conceitos conhecidos como o de hegemonia, sendo ela a capacidade de uma classe dirigir uma sociedade por meio do consenso moral, são resultados de considerações já esboçadas pelo então jovem Gramsci.

Sua crítica ao determinismo se torna mais evidente ao discutir sobre os acontecimentos da Revolução Russa. Já nos primeiros meses após a Revolução de Fevereiro, Gramsci opina sobre os acontecimentos em oposição a opinião da maioria dos jornais. Enquanto os últimos falavam de uma revolução jacobina, e, portanto, uma revolução burguesa, o autor indicava que era uma revolução que necessariamente conduziria ao socialismo.

Para as interpretações marxistas de sua época, devido às características semifeudais da Rússia, seria necessária uma revolução burguesa que instalasse o capitalismo como etapa de transição para o socialismo. Se opondo a essa tese, Gramsci admite a possibilidade de instauração do socialismo como obra do pensamento revolucionário, não sendo necessário a instauração do modo de produção capitalista enquanto estágio intermediário. Os autores da revolução seriam Lenin e os bolcheviques, chamados pelo italiano de maximalistas, devido a sua intenção de instaurar o socialismo da Rússia sem passar pelo capitalismo.

Se distinguindo mais ainda dos marxistas de sua época, Gramsci afirma que a Revolução Russa pode ser considerada como uma revolução contra o Capital de Karl Marx. Segundo o autor, na Rússia, o livro de Marx representava mais a burguesia do que o proletariado. Seria a demonstração fatal da necessidade de formação de uma burguesia no país e a instauração de uma sociedade capitalista antes que os trabalhadores pudessem pensar no socialismo. Embora os bolcheviques não negassem o pensamento de Marx, também não possuíam uma leitura dogmática, e neste sentido, se distanciaram das leituras positivistas e naturalistas recorrentes do autor, que colocam os fatos econômicos brutos como os determinantes da história. Em oposição a essa concepção, Gramsci salienta que é necessário levar em conta a vontade social e coletiva dos homens, que compreendem os fatos econômicos, os julgam e têm a capacidade de fazer com que se adequem à sua própria vontade.

Descrevendo mais explicitamente sobre a formação da vontade coletiva, o autor evidencia que a formação dela requer um longo processo de infiltração e uma série de experiências de classe. Assim, primeiramente, é necessário que os homens se organizem em corporações e ligas, e mediante uma multiplicidade de estímulos externos ligados à experiência da luta de classes, que sua vontade é constituída no pensamento. Por conseguinte, o proletariado, ao sentir seu mal-estar e se organizar coletivamente, constitui sua vontade e pressiona a burguesia por melhorias nas suas condições.

No caso da Rússia, é necessário entender que para além dos fatores econô-

micos que constituíram o país, a Primeira Guerra Mundial e sua longa duração tiveram um efeito perverso na vida dos trabalhadores russos. Nesse sentido, Gramsci ressalta que os sofrimentos sentidos durante essa experiência levaram o proletariado a constituir uma disposição à mudança social, e por meio da pregação socialista se criou a vontade social do povo russo.

Da sua crítica ao determinismo econômico e sua ênfase na vontade, o autor também reflete sobre quais deveriam ser as características da organização socialista para ser efetiva. Para o autor, associar-se a um movimento significa assumir parte da responsabilidade pelos acontecimentos futuros e torna-se sujeito ativo na realização deles. Segundo ele, embora este seja um ato de independência e de organização, o italiano entende que é necessário disciplina política, contudo, sendo possível separar dois tipos de disciplina, a burguesa e a socialista.

Para Gramsci, a primeira é mecânica e autoritária, sendo a força do sustentáculo que mantém a organização estável. Um exemplo é a disciplina do Estado burguês que estabelece uma relação com seus cidadãos como se fossem súditos. Em contraposição, a disciplina socialista é autônoma e espontânea, já que o indivíduo, ao se declarar socialista, não obedece, mas comanda a si próprio e impõe regras de vida capazes de regularem suas paixões.

Contudo, ao se juntar a uma coletividade, o autor salienta a necessidade de os indivíduos se comportarem como um organismo vivo que possui uma vontade única. É preciso que, portanto, todos os atores estejam

convencidos da racionalidade do fim almejado pela organização e que seus movimentos sejam harmônicos. Nesse sentido, Gramsci defende que dentro do partido as decisões sejam tomadas coletivamente.

Embora o autor ressalte que um único indivíduo seja mais eficiente que a coletividade na tomada de decisão, uma organização baseada neste preceito é tirânica, e a disciplina imposta por uma pessoa pode acabar desagregando a coletividade que não compreende a utilidade da ação ordenada. Entretanto, se do ponto de vista da discussão o autor valorize a discussão e a tolerância, no que tange a ação, é necessário ser intolerante e intransigente. Assim, após o acordo sobre os princípios comuns do movimento, não se pode dar liberdade ao erro dos indivíduos e às ações que se contraponham à vontade coletiva.

O livro encerra com um artigo intitulado *Por uma Associação de Cultura*. Nele, o autor argumenta que em Turim não há qualquer organização de cultura popular. Para Gramsci, os socialistas devem promover uma associação de cultura que seja uma instituição proletária e que tenha finalidade explícita. Segundo o autor, essa instituição deveria integrar a atividade política e econômica dos trabalhadores em um organismo de atividade cultural e o resultado da criação seria fazer com que todos que participem do movimento, se apoderem dos caminhos da luta socialista e se apropriem das convicções necessárias para a ação coletiva. O objetivo central, portanto, é impedir a burocratização das organizações e a centralização da tomada de decisão dos dirigentes partidários.

Recomenda-se a leitura da obra para apresentação feito pelos professores doutores todos que queiram conhecer o pensamento Alvaro Bianchi e Daniela Mussi permite ao de Gramsci antes dos conhecidos *Cadernos do Cárcere*. Além disso, o trabalho de leitor compreender o contexto político e teórico em que o autor estava situado.

Bibliografia:

COSPITO, G. Hegemonia. In: **Dicionário gramsciano**. 1ª edição ed. [s. l.] Boitempo, 2017.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes: Escritos de 1917**. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

PÓLVORA, Jacqueline Britto; ANJOS, José Carlos Gomes dos (orgs.). Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 156p.

André Omisilê Justino¹
ORCID: 0000-0002-5549-2351

Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde é uma obra que realiza o que se propõe, isto é, apresenta diferentes facetas da realidade cabo-verdiana a partir de temáticas caras a essa sociedade do oeste africano. O eixo principal da obra é, sem dúvidas, o gênero, que surge ao longo dos capítulos como um construto social extremamente complexo. No entanto, apenas uma das autoras dedica espaço a precisar o conceito que, de outra forma, não seria enunciado na obra para aquelas² que estejam iniciando suas leituras neste grande tema das Ciências Sociais.

Além do gênero, temas como organização familiar, cuidado, identidade nacional, fluxos migratórios, música e política se fazem presentes nos cinco capítulos que compõem a coletânea. Todos estes temas conversam entre si e apontam para um caminho que mostra a complexidade da vida social no arquipélago. E, como bem alertam as organizadoras, os eixos são intercambiáveis e as leitoras podemos reordenar os diversos relatos etnográficos apresentados, interagindo com os

capítulos e propondo questões para pesquisas futuras. Este diálogo interno é, certamente, o ponto alto da coletânea: a riqueza dos dados etnográficos e as questões que permanecem provocam aquelas que se propõe a pensar Cabo Verde em suas próprias pesquisas, mas também atença uma vontade de investigar tais temas em outros contextos da diáspora negra.

Organizada por Jacqueline Britto Pólvora e José Carlos Gomes dos Anjos, ambas professoras em universidades brasileiras, a coletânea é fruto de um rico e duradouro intercâmbio. Por meio de financiamentos e de projetos variados, pesquisadoras brasileiras e cabo-verdianas mantêm vivo um fluxo de ideias, de valores e de pessoas de norte a sul do Brasil, por um lado, e nos diferentes polos universitários espalhados nas ilhas cabo-verdianas, por outro. O espírito do movimento e da transnacionalidade anima as reflexões contidas na obra.

No primeiro capítulo, *Feitiçaria, uma questão de gênero?*, Eufêmia Rocha aborda a feitiçaria como estratégia de poder que as mulheres lançam mão em suas trajetórias.

1 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, formou-se mestre e doutor pela mesma instituição. Ao longo da formação, teve experiências de pesquisa em cooperação internacional, etnologia africana, etnografia das instituições, Antropologia da Saúde, estudos da deficiência e da infância. Atualmente pesquisa práticas de cuidado com ênfase na perspectiva das crianças.

2 Utilizo o feminino plural como englobante a despeito da norma culta do português, tendo em vista que à exceção de um organizador, todo o corpo autoral do livro é composto por mulheres.

A autora divide em três as possibilidades de acesso à bruxaria: como “mães”³, buscando socorro e proteção às filhas e aos filhos; como *kunbosas*⁴, ao lidar com a rivalidade e seus perigos; e como “colegas” que disputam o mercado de trabalho, principalmente o comércio, e precisam atacar ou defender seus interesses. A partir da etnografia, a autora nos mostra como redes transnacionais são acionadas por essas mulheres que vão a outros países, como Senegal e São Tomé e Príncipe, para conseguir os melhores contatos.

É interessante notar também como o fluxo de continentais para o arquipélago é importante para manter a estratégia mágica à mão das mulheres que não se dispõem ou não podem viajar. A pergunta que a autora se faz, se a prática de feitiçaria estaria ligada à condição de ser mulher, é intrigante e ela demonstra como mesmo no imaginário musical, muito importante para a construção da nação e da identidade nacional, é a figura da mulher a que embruxa e enfeitiça os homens para controlá-los. Mas se a magia é uma ferramenta usada por mulheres, e os homens não acessam a magia para resolver suas disputas, é preciso ressaltar que eles podem ser os *mestris* que realizarão, a um preço, os feitiços que atendem as demandas feitas pelas “mães”, *kunbosas* e “colegas”. Por fim, cabe um destaque ao uso do feitiço como prática de cuidado refletida na intensidade do laço entre “mãe” e a sua descendência, que faz com que ela se mova entre tramas transnacionais para conseguir

os meios de cuidar e de proteger aquelas por quem se sente responsável.

Em *Os (não) lugares dos homens pais e companheiros nas famílias da Ilha de Madeira*, Maria Cruz e Celeste Fortes se propõem a analisar a relativa ausência masculina nos contextos domésticos de uma região periférica de Mindelo, na ilha de São Vicente. Por meio de entrevistas com as moradoras da Ilha de Madeira, as autoras retratam dinâmicas familiares muito particulares ao arquipélago, a saber: a centralidade da “mãe” e a ausência relativa do “pai”. Razões econômicas, principalmente as que tocam o mundo do trabalho, surgem como uma das muitas explicações possíveis para a ausência do homem no ambiente doméstico. Sem emprego, o homem-pai-companheiro não tem como atender às expectativas de ser um provedor do lar e ocupar as ruas em busca de oportunidades passageiras que permitam ganhar um sustento diário ao menos. Da mesma forma, razões educacionais e culturais são levantadas para explicar que desde criança que os meninos se afastam das tarefas domésticas, uma vez que compreendem a não aprenderem da mesma forma que as meninas e a não serem bons como elas. Assim sendo, o processo de ausência é construído concomitantemente à masculinidade na medida que o menino envelhece, torna-se homem e tem filhas.

Também falando a partir do campo das masculinidades, Lurena Silva aborda a questão da sexualidade e identidade de

3 Entre aspas estão as categorias conforme utilizadas pelas autoras e que tem seu significado e uso específico imbricado no texto, enquanto os termos em itálico dizem respeito ao uso do crioulo cabo-verdiano.

4 *Kunbosa* é uma categoria do crioulo cabo-verdiano usada para nomear mulheres que compartilham um mesmo homem. Nesta relação, uma é *kunbosa* da outra.

gênero entre homens gays no capítulo *Identidade de gênero e sexualidades entre homossexuais: alguns elementos a partir da Associação Gay Caboverdiana Contra a Discriminação, Mindelo, Ilha de São Vicente, CV*. A autora mostra como é complexo o esquema de identidade sexual, corporalidade e sexualidade em Mindelo, focando principalmente na volatilidade da categoria “gay”, que ora está ligada com a performance de gênero, ora com a performance sexual.

Outras categorias, como a de “homem” e “mulher”, entram em jogo quando os interlocutores da antropóloga tentam explicar o que é ser homossexual e como suas volições afetivas e sexuais são atravessadas por construções de uma masculinidade hegemônica que abomina os campos limítrofes entre o masculino e o feminino. Nas relações afetivas e sexuais no contexto da pesquisa, ser homem está associado com a posição de ativo da relação em um jogo em que a penetração é essencial para consumir o ato sexual. Nesse lugar, a homossexualidade está menos relacionada aos contatos e aos interesses sexuais entre homens, e mais com a transitoriedade de um indivíduo do sexo masculino que se coloca enquanto passivo da relação. Os dados da autora vão além e mostram frestas onde o consenso na comunidade homossexual não existe. Desse modo, argumentos como os de que todos os homens que se relacionam com homens são “gays”, ou de que “gays” são aqueles que se vestem “como mulher”. Ou ainda, de que tais rótulos são desnecessários e é preciso superá-los, e, assim, são acionados para construir contrapontos a um modelo

único de homossexualidade em Mindelo.

Por sua vez, Cláudia de Brito adentra outra seara em seu capítulo, *Rumor político e gênero: um estudo etnográfico na Praia de Quebra Canela na Cidade da Praia em Cabo Verde*, as relações políticas e de que forma a dimensão moral se constrói como campo de batalha quando o assunto é a ascensão das mulheres na política. Por meio de entrevistas e da observação participante, a autora explora os rumores que se constroem em torno da figura de mulheres poderosas que ora estão onde estão em decorrência das suas relações com os homens, ora demonstram um grande jogo de cintura para galgar cargos elevados e abalar o *status quo*.

Brito aciona diversas interlocuções para mostrar como o rumor é uma ferramenta de construção de discursos em um país tão pequeno, onde a proximidade com a elite política é tão maior e os segredos pessoais tão difíceis de serem guardados. No entanto, cabe uma ressalva, ela não localiza tais interlocuções no jogo político, de modo que não temos um contexto: elas pertencem à classe política? Estão envolvidas de alguma forma? São aparentadas dessa classe em algum grau? São algumas das perguntas às quais não temos resposta. A dinâmica de gênero e a busca pela paridade nas esferas de decisão são colocadas em xeque por interlocutoras que acham que o resultado não veio da luta das mulheres, mas foi entregue de graça para acompanhar a vanguarda democrática do mundo ocidental.

Por fim, o capítulo *Entre músicas e ka músicas: as concepções diversas do “ser”, “dever ser” e “não ser” do fazer musical*

em *Cabo Verde* encerra a coletânea alterando o escopo e apontando para outro eixo fundamental a fim de entender a sociedade cabo-verdiana: a identidade nacional e sua relação com a tradição e a música. Trabalhando com estas duas categorias locais, *múzikas* e *ka múzikas*, isto é, músicas e não-músicas, respectivamente, a autora mostra o embate que há entre a tradição e a inovação, os ritmos clássicos que embalaram as lutas pela independência e os novos ritmos influenciados pelo *rap* e pelo *hip-hop* e que agradam aos jovens que são acusados de comercializarem em excesso a música. O que a autora se dedica a fazer é pensar em um programa etnográfico que permita adentrar esse mundo e acompanhar os dilemas e a miríade de discursos que buscam legitimar e deslegitimar as práticas musicais. O esquema metodológico e os dados mostram como o reconhecimento e a legitimidade estão ligados ao ponto de vista da interlocutora e não a um esquema maior de valorização da música atualmente feita em Cabo Verde.

A coletânea finda deixando no ar questões não respondidas e curiosidades que não cabem em suas poucas páginas. Diria que esta é, por um lado, uma limitação da obra que é elaborada a partir da síntese de teses e dissertações; mas, por outro, é uma forma fenomenal de divulgar o que está sendo feito na academia cabo-verdiana, provocando leitoras interessadas a buscar as versões completas e os desdobramentos dos trabalhos resumidos ali. Como afirmei no início deste texto, os dados contidos nos vários capítulos são ricos para pensar e provocar novas análises, e a coletânea serve,

de fato, como uma introdução para novos estudos na sociedade cabo-verdiana.

BENTO, Berenice. *Brasil, ano zero: estado, gênero e violência*. Salvador: EDUFBA, 2021.

Ana Paula Marcelino da Silva¹
ORCID:0000-0003-3564-3797

É um livro múltiplo. *Brasil, ano zero: estado, gênero e violência*, escrito pela socióloga e professora da Universidade de Brasília, Berenice Bento, é múltiplo não só pela diversidade de temas e de formatos textuais, mas pela fertilidade reflexiva que provoca quem o lê. Esta resenha é um exercício de reflexão que tenta capturar algumas das ideias dessa obra, dada a difícil tarefa de sintetizar tamanha densidade reflexiva em algumas laudas.

O livro, cujo título é baseado no filme *Alemanha, ano zero*, de Roberto Rossellini², conjuga artigos, resenhas, entrevistas, ensaios e outros escritos da autora que foram publicados nos últimos anos. Desde o prefácio, escrito por Leandro Colling, professor da Universidade Federal da Bahia, percebemos que a filósofa estadunidense Judith Butler tem grande influência na obra de Bento, se considerarmos a proximidade temática dos assuntos discutidos nas publicações das duas autoras. Certamente, esse é um ponto central para o exercício intelectual, porém, nem sempre isso significa uma aceitação tácita das proposições de Butler.

A primeira parte do livro, *Democracia: rua, parlamento, universidade*, está dividida em seis capítulos, organizados de acordo com as temáticas dos textos. Destaco o primeiro capítulo, *Democracia, gênero, direitos humanos*, em que Bento discute a relação entre os sentidos da democracia e a influência das emergentes ondas de fascismo que chegaram ao Brasil, atingindo o ápice a partir das declarações de parlamentares brasileiros que admitiram o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff ser “em nome da família”. A família, Deus e a liberdade é o tripé de disputa moral usado para disfarçar preconceito, corrupção, misoginia e fomentar o aparecimento de arautos da dignidade (que são sempre homens brancos), ou mesmo engendrar espetaculares gambiarras jurídicas que instalam a ilusão de que foi feita a justiça.

No mesmo capítulo, há ainda um texto em que a professora Berenice reflete sobre os seus próprios privilégios³ diante da mudança provocada pelo sistema de cotas nas universidades públicas. Finalmente, no texto que dá nome ao livro, Bento discute

1 Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Mestra em Antropologia (PPGA/UFPB). Bacharela e Licenciada em Filosofia (UFPB). Membro da ABA - Associação Brasileira de Antropologia e do GRUPESSC/CNPQ/UFPB - Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura. Pesquisadora participante das redes de pesquisa Antropocovid e Ecos da Pandemia.

2 Dirigido por Roberto Rossellini, o drama foi lançado em 1948. O filme narra a história de Edmund, um garoto de 12 anos que precisa trabalhar para sustentar sua família em meio a uma Berlim devastada pelos bombardeios da guerra.

3 Mulher, branca, professora universitária.

sobre a incapacidade semiótica de qualificar o presidente Jair Bolsonaro, nem neofascista, tampouco louco, a figura abjeta que preside atualmente o país “é uma experiência de dor” (BENTO, 2021, p. 51). A autora certamente não sabia, mas essa expressão, cunhada à época de publicação do texto em 2019, acabou tragicamente premonitória diante do completo descaso de Bolsonaro com relação à pandemia da Covid-19.

No segundo capítulo, Bento tece considerações sobre o amor e o cuidado no filme *A garota dinamarquesa*⁴, de Tom Hooper. Juntamente com Paulo Victor Leite Lopes, eles refletem também sobre os espaços sociais generificados de *Redemoinho*⁵, do diretor José Luiz Villamarim e, finalmente, a honra “como cimento simbólico mais importante da família”, em *A vida invisível*⁶, de Karim Ainouz.

Por sua vez, o terceiro capítulo, inspirado no clássico livro *Diante da dor dos outros*, de Susan Sontag, é uma espécie de carta ao pai de Aylan, garoto encontrado morto em uma praia do mar Egeu, e conjuga elementos de reflexão psicanalítica sobre a dimensão social do luto. É neste capítulo que a autora traz considerações acerca da sua experiência etnográfica junto ao povo saaraui, que ocupa parte do deserto do Saara. As narrativas sobre as experiências de coloniza-

ção e de perseguição, as condições de vulnerabilidade e de precariedade nos campos de refugiados e a falta de reconhecimento por parte de Estados-nação consolidados, ditam o tempo da espera nos campos de refugiados e nas províncias, particularmente comandados por mulheres que lutam diariamente por suas vidas e pela de seus familiares.

No quarto capítulo, Bento propõe novas discussões sobre questões como gênero, poder, racismo e misoginia. Destaco os textos sobre as metáforas em torno desse braço “feminino” do governo Bolsonaro, que é a ministra Damares Alves, e diante da declaração grotesca da ministra sobre “meninos usarem azul e meninas usarem rosa”⁷. Bento desvela as questões subjacentes à essa declaração, pois, a partir do momento em que o binarismo de gênero passa a ser uma espécie de política pública, centralizada inclusive em uma secretaria com *status* de ministério, tudo o que escapa aos pares “vagina/mulher”, “pênis/homem” e “feminilidade/masculinidade” não terão mais a possibilidade de existir. Esta é, sobretudo, uma política de extermínio, de negação ao direito fundamental básico: à vida. Entretanto, ao mesmo tempo em que procura respaldo biológico na anatomia, tal binarismo, segundo a autora, colapsa diante da intersexualidade.

4 Dirigido por Hooper e lançado em 2015, o drama teuto-britânico-dinamarquês-estadunidense, narra a história de Lili Elbe, a primeira pessoa a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero. Distribuidora: Universal Pictures.

5 Lançado em 2017, o filme narra a história de dois amigos de infância – Luzimar e Gildo – que se reencontram depois de anos de separação. Distribuidora: Vitrine Filmes.

6 Lançado em 2019, o drama narra a história das irmãs Eurídice e Guida, cujas vidas tomar rumos distintos, apesar de compartilharem a mesma origem e criação. Distribuidora: Globo Filmes.

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

A figura de Damares é mais uma vez trazida em *Entre o belo e o feio: o espelho de Damares Alves* para refletir sobre a presença da ministra em um governo cujo principal objetivo é eliminar tudo que demonstre força suficiente para implodir o edifício de uma moral que já nasceu ultrapassada. “Damares, talvez não intencionalmente, coloca em discurso séculos de história de construção do feminino como lugar da abjeção” (BENTO, 2021, p. 97), lugar que, conforme demonstra Bento no texto seguinte, aparece como sintoma na enxurrada de memes que satirizam Bolsonaro. As imagens que circulam, inclusive em grupos de setores mais progressistas, sempre retratam o presidente como uma mulher, uma travesti, uma velha, uma adolescente. Ou seja, “Bolsonaro reúne todos os atributos negativos identificados com o feminino” (BENTO, 2021, p. 99), por isso é fácil rir desses memes.

Já o quinto capítulo do livro, discute as relações entre gênero, violência e Estado a partir do exemplo de Lara, estudante travesti impedida de usar o banheiro feminino durante uma prova do Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – que, coincidentemente, naquele ano, trazia o famoso aforismo beauroviano, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Ainda no referido capítulo, há um texto sobre como a violência de gênero está entranhada nas situações mais cotidianas, como em um simples parque de diversões instalado em um *shopping* e em comentários sobre as variáveis e as motivações de tristes episódios de transfeminicídio (BENTO, p. 109) ocorridos no país. Bento encerra o capítulo com um texto sobre como a cultura do

estupro e as agressões sofridas por mulheres famosas, que contam suas experiências de abuso, produzem narrativas que atingem o núcleo mais moralista da sociedade, encerrando o silenciamento histórico desses corpos territorializados e subjugados.

A luta pela *despsiquiatrização*, a partir da perspectiva do gênero, é discutida no sexto capítulo por meio de seis textos oriundos de publicações da autora em revistas e em comentários em mesas-redondas. Seja no racismo à brasileira, que mobiliza uma retórica de poder de naturalização das subjetividades a partir da cor da pele, encontra no resultado as explicações para os efeitos letais desses discursos ao longo da história; seja na violência contra mulheres palestinas e no viés culturalista que pode levar a armadilhas de essencialização de identidades.

O que Bento propõe é pensar as diferenças culturais contra a própria noção de cultura que habita o centro das reflexões antropológicas. Essas questões também dizem respeito à forma como o gênero, especificamente, vem sendo tratado pela medicina ocidental. Desde sua concepção biologizante, fundada na anatomia e para além do corpo da mulher, ela aponta a prevalência do DSM-5, manual médico da *American Psychiatric Association* (APA), como principal instrumento diagnóstico para os chamados transtornos mentais. Nesse sentido, segundo a autora, é preciso considerar como e por quais profissionais é organizado e atualizado o manual, porque, além da influência da indústria farmacêutica, a própria “disforia de gênero”⁵ trazida por ele é restrita à perspectiva da psiquiatria estadunidense. Há ainda aspectos

5 De acordo com a autora, “disforia de gênero” foi o termo cunhado pelo DSM-5 em substituição à “transtorno de Identidade de Gênero”, durante o processo de revisão do manual. Esse processo durou vários anos e contou com a participação de 43 organizações que defendem os direitos das pessoas trans pelo mundo.

moralistas e de controle entranhados no edifício da sacrossanta cientificidade médica.

A face (crítica) butleriana de Berenice Bento aparece de forma mais nítida na fantástica “carta” a Freud, *Uma microfaisca de esmalte que sobrou*, texto extremamente poético, irônico e epistemologicamente denso em que a autora “responde” a uma carta que o pai da psicanálise escreveu a uma mulher em busca de “cura” para aspectos “femininos” da personalidade de seu filho. Apesar de a resposta de Freud ter sido dada em 1935 e contrária à existência de cura (para o que, afinal, não é doença), o texto questiona os motivos pelos quais alguns intérpretes da psicanálise freudiana – e até de outras ciências – atuaram em sentido contrário com relação a Freud e à sua visão sobre a homossexualidade.

A segunda parte do livro, intitulada *Afetos e/na escrita*, é composta por um capítulo com resenhas escritas por Bento. O primeiro livro resenhado é *Incursiones queer em la esfera pública: movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil*, de Rafael de la Dehesa, professor associado da Universidade de Nova Iorque. Já a segunda resenha é sobre *Desejos digitais: uma análise sociológica por parceiros on-line*, de Richard Miskolci, sociólogo brasileiro e professor da Universidade Federal de São Paulo. Para não incorrer em uma “resenha sobre as resenhas”, destaco a capacidade analítica da autora que, com muita fluidez argumentativa, discute os temas centrais das obras supracitadas.

Esta parte é composta por cinco prefácios escritos por Bento sobre livros que discorrem sobre temas como gênero, violência, sexualidade, políticas públicas, dimorfismo sexual, teoria *queer* etc. Nos textos, é possível

perceber o cuidado analítico da autora que, ao mesmo tempo em que apresenta as principais discussões das obras, faz de maneira não academicista, ou seja, mesmo sem perder a densidade crítica, a compreensão não se restringe ao âmbito acadêmico, principalmente no que se refere à linguagem. Esta é, aliás, uma característica muito importante do livro e que precisa ser pontuada. *Brasil, ano zero*, é um livro feito para acadêmicos e não-acadêmicos, pois é escrito para além dos muros das universidades (que por vezes são cavernas que ecoam nossas próprias vozes).

Por fim, as entrevistas concedidas por Bento compõem o nono e último capítulo do livro. Nelas, a autora discute e aprofunda temas como a importância da diversidade de gênero, raça, classe e menciona sobre o aumento de discussões envolta das temáticas nas universidades brasileiras e as ressonâncias acadêmicas desse fato; o corpo feminino como campo de disputa na sociedade; a relação entre as subjetividades não-dualistas, restritas a pares analíticos como homem/mulher, masculino/feminino etc; a psiquiatrização; a influência de Judith Butler em sua obra, entre outros temas.

Brasil, ano zero, como já informado, é uma obra provocante, seja pela fuga do panóptico academicista, seja pela profundidade analítica da cotidianidade de um país que, esperamos, renasça depois de tanta devastação. Bolsonaro acabou sendo mesmo “uma experiência de dor”, mas quem sabe, como propôs Chico Buarque recentemente, “que tal puxar um samba depois de tanta derrota, tanta demência e de uma dor filha da puta?”. Pode-se começar pelo ano zero.

Referências

BENTO, Berenice. Uma microfaisca de esmalte que sobrou. *In*: IANNINI, Gilson. **Caro Dr. Freud**: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUARQUE, Chico. **Que tal um samba?** Rio de Janeiro, Biscoito Fino, 2022.

DE LA DEHESA, Rafael. **Incursiones queer em la esfera pública**: movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil. Ciudad de México: Observatorio de Sexualidad y Política: Programa Universitario de Estudios de Género de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais**: uma análise sociológica por parceiros on-line. São Paulo: Autêntica, 2017.



•pós

Vol. 18 n° 1